

CONFLUÊNCIA

REVISTA
DO
INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Per multiplum ad unum



N.º 62 – jan.-jun. 2022 – Rio de Janeiro

CONFLUÊNCIA

ISSN 1415-7403

Per multiplum ad unum

*“As armas e padrões portugueses
postos em África, e em Ásia, e em
tantas mil ilhas fora da repartiçam
das três partes da terra, materiaes
sam, e pode-as o tempo gastar: però
nã gastará doutrina, costumes,
linguagem, que os portugueses
nestas terras leixarem.”*

(JOÃO DE BARROS, *Diálogo em Louvor
da Nossa Linguagem*)



N.º 62 – jan.-jun. 2022 – Rio de Janeiro

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS
INSTITUIÇÃO FILANTRÓPICA DE ENSINO GRATUITO

Fundado em 10 de setembro de 1868

CORPO DIRETIVO 2017-2019

DIRETORIA

Presidente:	Francisco Gomes da Costa
Vice-presidente:	Henrique Loureiro Monteiro
1.º Secretário:	Francisco José Magalhães Ferreira
2.º Secretário:	Armênio Santiago Cardoso
1.º Tesoureiro:	Joaquim Manuel Esparteiro Lopes da Costa
2.º Tesoureiro:	Jorge Manuel Mendes Reis Costa
1.º Procurador:	Carlos Eurico Soares Félix
2.º Procurador:	Manuel José Vieira
Diretor Bibliotecário:	Maximiano de Carvalho e Silva
Diretor Cultural:	Castelar de Carvalho
Diretor Escolar:	Evanildo Cavalcante Bechara
Diretor de Divulgação:	João Roque Rangel de Araújo
Presidente de Honra:	Antônio Gomes da Costa (<i>in memoriam</i>)

CONSELHO DELIBERATIVO

Presidente:	Maria Lêda de Moraes Chini
1.º Secretário:	Albano da Rocha Ferreira
2.º Secretário:	José Antonio de Almeida Sampaio

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos:	Antonio da Silva Correia Ângelo Leite Horto Carlos Jorge Airosa Branco
Suplentes:	Eduardo Artur Neves Moreira Alcides Martins

CENTRO DE ESTUDOS LUSO-BRASILEIROS

Diretor: Antônio Gomes da Costa

DIRETOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS PORTUGUESES AFRÂNIO PEIXOTO

Acadêmica Rachel de Queiroz (*in memoriam*)

DIRETOR DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Prof. Evanildo Bechara

DIRETOR DO INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA

Prof. Arno Wehling

SUPERINTENDENTE

Albino Melo da Costa

CONFLUÊNCIA

REVISTA DO

INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

DIRETORIA DO INSTITUTO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Francisco Gomes da Costa
Evanildo Bechara
Maximiano de Carvalho e Silva
Antônio Basílio Rodrigues

CONSELHO CONSULTIVO

Amaury de Sá e Albuquerque
Carlos Eduardo Falcão Uchôa
Fernando Ozorio Rodrigues
José Pereira de Andrade
Nilda Santos Cabral
Ricardo Cavaliere

CONFLUÊNCIA

Diretores: Evanildo Bechara e Ricardo Cavaliere

CONSELHO EDITORIAL

Afrânio Gonçalves Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Bernard Colombat (Universidade Paris 7 - Denis Diderot)
Carlos da Costa Assunção (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Carlos Eduardo Falcão Uchôa (Universidade Federal Fluminense e Liceu Literário Português)
Claudio Cezar Henriques (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Dante Lucchesi (Universidade Federal da Bahia)
Eberhard Gärtner (Universidade de Leipzig)
Gerda Haßler (Universidade de Potsdam)
Horácio Rolim de Freitas (Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Liceu Literário Português)
José Carlos de Azeredo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonor Lopes Fávoro (Universidade de São Paulo e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Manuel Gonçalves de Sá Fernandes (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Maria Cristina Salles Altman (Universidade de São Paulo)
Maria do Carmo Henriquez Salido (Universidade de Vigo)
Maria Filomena Gonçalves (Universidade de Évora)
Maria Helena de Moura Neves (Universidade Estadual Paulista – Araraquara e Universidade Presbiteriana Mackenzie)
Miguel Ángel Esparza Torres (Universidade Rey Juan Carlos)
Myriam Benarroch (Universidade de Paris-Sorbonne)
Neusa Oliveira Bastos (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
Rolf Kemmler (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro)
Telmo Verdelho (Universidade de Aveiro)
Volker Noll (Universidade de Münster)
Wolf Dietrich (Universidade de Münster)

Diagramação: Mauro Corrêa Filho

Pede-se permuta
Pídese canje
On demande l'échange
Si chiede lo scambio
We ask for exchange
Man bitte um Austausch

Endereço para correspondência:

Liceu Literário Português
Rua Senador Dantas, 118 – Centro
CEP 20031-205 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: (021) 2220-5495 / 2220-5445 – Fax: (021) 2533-3044
E-mail: liceu@liceuliterario.org.br – Internet: www.liceuliterario.org.br

A matéria da colaboração assinada é da responsabilidade dos autores.

SUMÁRIO

Apresentação	7
Artigos	
Processamento do sinal acústico em experimento dicótico	9
› Leonor Scliar-Cabral	
Collision au carrefour de l'histoire des idées (linguistiques): Typographie, prosodie, pragmatique linguistique et herméneutique	41
› Pierre Swiggers	
Os adágios da língua portuguesa na obra de Bento Pereira (1605-1681).....	58
› Maria do Carmo Henriques Salido	
Atitudes e crenças sobre o uso de <i>tu</i> e <i>você</i> na variedade de Rio Branco	81
› Roberto Gomes Camacho, Marinete Rodrigues da Silva	
O papel do conector <i>aliás</i> na articulação de argumentos e na construção de imagens identitárias	122
› Gustavo Ximenes Cunha	
Ensinar português em Timor-Leste: relatos e reflexões	150
› Regina Helena Pires de Brito, Alexandre Marcelo Bueno	
Investigando a categorização radial: o que nos ensinam os verbos de separação do português brasileiro?.....	174
› Diogo Pinheiro, Jéssica Casseiro Muniz	
A perífrase verbal <i>traballar</i> + <i>de</i> + infinitivo na língua portuguesa: de finais do século XIII a meados do século XVII.....	213
› José Barbosa Machado	
Propriedades coesivas e semânticas da construção complexa [com isso]_{conector} à luz da linguística funcional centrada no uso	240
› Monclar Guimarães Lopes, Simone Josefa da Silva	
A motivação social da haplogia variável no português de Porto Alegre.....	270
› Elisa Battisti, Livia Oushiro	

Imagens de mulher nos conselhos de correio feminino de Clarice Lispector.....	303
‣ Leonardo Coelho Corrêa-Rosado	
O latim como língua interdisciplinar	337
‣ Amós Coêlho da Silva	
Colaboradores deste número	358

APRESENTAÇÃO

DOI: <http://doi.org/10.18364/rc.2022n62.599>

Neste novo número de *Confluência*, inicia-se uma nova fase da revista, agora editada eletronicamente com programa de gerenciamento e publicação mais atualizado. Essa providência conferirá ao público leitor e aos colaboradores melhor acesso aos metadados dos textos publicados, além de mais completa informação sobre estatísticas atinentes aos artigos e resenhas. Procedeu-se, igualmente, a uma alteração visual do periódico, dadas as características do novo programa de editoração eletrônica, além da mudança de sua URL para revistaconfluencia@org.br.

As mudanças, entretanto, não impõem desvio de rumos quanto aos propósitos que norteiam a atividade editorial da revista nestes 31 anos de existência. Continua *Confluência* a cumprir o relevante papel de difusão da pesquisa no campo dos estudos linguísticos, tarefa que a cada ano obtém reconhecimento crescente da comunidade acadêmica internacional. Os artigos que integram o sumário desta edição, tanto os cancelados por pesquisadores de escol, quanto os assinados por jovens e talentosos investigadores, revelam a exata medida da excelência dos trabalhos oferecidos pela revista ao leitor interessado.

Por fim, não poderia a revista calar-se em face de uma triste notícia recebida neste início de ano. Faleceu no dia 6 de janeiro de 2022 o linguista Ernst Frideryk Konrad Koerner (1932-2022), conhecido no mundo acadêmico como Konrad Koerner, um dos mais proeminentes historiógrafos da linguística que a ciência conheceu e cuja obra constitui um marco de referência obrigatória na seara dos estudos linguístico-historiográficos.

Revela-se impossível em breves linhas expressar o impacto da contribuição de Konrad Koerner para o desenvolvimento da linguística como ciência, dado seu talento, clarividência e pujança intelectual. Resta-nos reverenciar sua passagem entre nós com a leitura permanente de sua obra e o aprendizado de suas ideias.

Ricardo Cavaliere

Processamento do sinal acústico em experimento dicótico

Acoustic signal processing from a dichotic experiment

Leonor Scliar-Cabral*
Articulista Convidada

RESUMO

Discute-se o processamento do sinal acústico da fala em escuta dicótica de pares mínimos simultâneos, diferindo apenas no primeiro segmento oclusivo, em paroxítonas bissilábicas CV, para verificar o efeito da alfabetização. Metodologia: Participaram 29 crianças com idade média de 7,3 ou 7,4 anos, pertencentes a dois níveis socioeconômicos médio-alto (NSEM) e baixo (NSEB), sendo dez alfabetizadas, pertencentes ao NSEM, oito, ao NSEB e onze não alfabetizadas, somente ao NSEB: as dos grupo alfabetizadas, ao término do 1º ano do EF e as do não alfabetizadas, no início. Resultados: embora sem diferenças significativas no número de respostas corretas, intrusões e *blendings* entre os alfabetizados e não alfabetizados, as respostas se diferenciam quanto às estratégias das duas populações. A alfabetização influencia na maior consistência nas estratégias baseadas na duração, enquanto as dos não alfabetizados são aleatórias, ou difusas. Comprova-se o processamento dos traços fonéticos distintivos que compõem o feixe dos fonemas.

Palavras-chave: Experimento dicótico; processamento; sinal acústico da fala; alfabetização; mecanismos atencionais.

DOI: <http://doi.org/10.18364/rc.2022n62.522>

* Universidade Federal de Santa Catarina, leonorsc20@gmail.com,
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3163-5482>

ABSTRACT

Speech acoustic signal processing in minimal dichotic listening simultaneous pairs is discussed, differing only in the first occlusive segment, in CV bisyllabic paroxytones, to verify the early literacy effect. Methodology: Twenty-nine children with a mean age of 7.3 or 7.4 years old, belonging to two medium-high (NSEM) and low (NSEB) socioeconomic levels participated: at the Elementary School 1st year end, early literate NSEM ten and NSEB eight children and at the 1st year beginning, only illiterate NSEB eleven. Results: although there were no significant differences in the number of correct answers, intrusions and blendings, between the early literate and illiterate, the answers differ in terms of the two populations strategies. Early literacy influences greater consistency in strategies based on duration, while those of the illiterate are random, or diffuse. The distinctive phonetic features that compose the phoneme bundle processing is confirmed.

Keywords: Dichotic experiment; processing; speech acoustic signal; early literacy; attentional mechanisms.

Introdução

Discute-se o processamento do sinal acústico obtido através da escuta dicótica de dois pares mínimos simultâneos gravados, que diferiam apenas no primeiro segmento, dos quatro que constituíam o estímulo do vocábulo paroxítono, conforme o padrão 'CV₊CV, sendo o primeiro segmento sempre [+obstruente], [-contínuo], ou seja, uma oclusiva. Os dados provêm de pesquisa de (SARUBBI, 1988), orientada por Scliar-Cabral, que atuou, durante a orientação, desde a aplicação do instrumento, nas transcrições fonéticas e gráficos até a discussão dos resultados.

Participaram vinte e nove crianças de sete anos, pertencentes a dois níveis socioeconômicos (NSE) diferentes, médio-alto, MA e baixo, B. Dez crianças alfabetizadas do grupo AA, pertencentes ao NSEMA (idade média, 7,3), oito, também alfabetizadas do grupo AB, pertencentes ao NSEB (idade média, 7,4) e onze crianças não alfabetizadas do grupo NA, pertencentes somente ao nível socioeconômico baixo, NSEB (idade média, 7,3) foram

testadas: as dos grupo AA e AB, ao término do 1º ano do Ensino Fundamental (EF) e as do grupo NA, no início do 1º ano.

Embora no comando, fosse dada a instrução para a criança somente prestar atenção ao que ouvia na orelha assinalada (OA), para repetir o estímulo proveniente daquela orelha, o qual diferia do provindo da orelha contralateral, apenas no primeiro segmento, inúmeras respostas consistiram na fusão (*blending*) de traços fonéticos extraídos do primeiro segmento dos estímulos provindos de ambas as orelhas.

Esse importante resultado enseja reflexões, por um lado, sobre teorias fonológicas, como a de Jakobson (1967) acerca do fonema, um feixe de traços fonéticos distintivos, por outro, sobre teorias neuropsicológicas acerca dos mecanismos atencionais envolvidos no processamento do sinal acústico da fala. Conforme o modelo de processamento por estágios para reconhecer a palavra falada:

O reconhecimento da palavra falada envolve dois vastos estágios, um perceptual e outro pós-perceptual. Enquanto no primeiro estágio, as operações de segmentação da informação acústica em unidades perceptuais são modulares, no sentido modular de Fodor (1983), no segundo estágio, a saída perceptual é reelaborada por processos atencionais, antes que ocorra o reconhecimento consciente (MORAIS; KOLINSKY, 2002, p. 6, trad. pela autora)¹.

No segundo item, discutir-se-ão alguns referenciais teóricos provindos da neuropsicologia e da fonética acústica e perceptual que possibilitam atingir o nível explanatório na discussão, enquanto no terceiro, descrever-se-á a

1 Spoken word recognition involves two broad stages, perceptual and post perceptual. Whereas at the first stage, operations of segmentation of the acoustic information into perceptual units are modular in the Fodor's (1983) sense of modularity, at the second stage the perceptual output is re-elaborated by attentional processes before conscious recognition of the word is reached (MORAIS; KOLINSKY, 2002, p. 6).

metodologia do experimento dicótico. No quarto item, serão apresentados os principais resultados obtidos e, no quinto, as conclusões.

Inspirado nos modelos de máquina da teoria da informação (SHANNON, 1948), Broadbent (1958, p. 5, trad. pela autora)² coloca “ênfase nos problemas de capacidade. A última, na teoria da comunicação, é um termo que representa a quantidade limitada de informação que pode ser transmitida através de um dado canal em um dado tempo”.

Para explicar a atenção, Broadbent (1958, p. 39) ainda se vale de metáforas, comparando-a à porta de entrada para a memória. Quando expõe o papel da memória imediata (1958, p. 210), ele está se referindo ao que hoje denominamos Memória de Trabalho, de curtíssima duração, pois o resultado do que é processado permanece somente por milissegundos (ms) e depois se esvai para ceder lugar aos sinais seguintes que demandam processamento.

Broadbent, a partir de evidências obtidas em experimentos com, hoje, denominados dicóticos, divide a atenção em vários estágios, sendo a inicial, aquela em que os neurônios das áreas primárias processam as propriedades físicas, não havendo filtros que inibam o processamento de sinais que serão irrelevantes para o reconhecimento.

Com o desenvolvimento das teorias neuropsicológicas, modelos mais aperfeiçoados sobre os estágios atencionais para fundamentar os experimentos dicóticos têm sido disponibilizados, como os de Morais e Kolinsky (2002). Eles explicam que:

Num experimento dicótico de reconhecimento de palavra (MORAIS *et al.*, 1987), calculamos a proporção de erros com apenas um segmento, por exemplo, a consoante inicial (erros segmentais), e a proporção de erros em, pelo menos, ambos

2 “emphasis on problems of capacity. The latter, in communication theory, is a term representing the limiting quantity of information which can be transmitted through a given channel in a given time” (BROADBENT, 1958, p. 5).

os segmentos da sílaba (erros globais). (MORAIS et al., 1987; MORAIS, KOLINSKY, 2002, p. 7, trad. pela autora)³

O modelo de Morais e Kolinsky não só evidencia um segundo estágio de atenção consciente, como também o efeito da alfabetização sobre o processamento da fala e de direcionamento *top down*, isto é, da cognição até o periférico.

No Laboratório Haskins, onde se desenvolvem experimentos pioneiros de fonética acústica e perceptual, Liberman e colaboradores (1967, p. 432) partiram da ideia central de que: “As pistas acústicas dos fonemas sucessivos estão de tal forma misturadas entre si na cadeia da fala, que segmentos definíveis de um som não correspondem aos mesmos segmentos no nível do fonema”⁴. No fluxo das palavras, muitos segmentos acústicos adjacentes interagem na realização de um fonema, acrescentando informações e o mesmo segmento pode trazer informações sobre os adjacentes. Nas oclusivas, alguns de seus índices acústicos são funções do contexto vocálico. Em decorrência, uma mesma consoante pode ser representada por sons fisicamente muito diferentes. Essas consoantes, portanto, são consideradas altamente codificadas. No caso das vogais, esses fonemas manifestam uma menor reestruturação condicionada pelo contexto (*op. cit.* p. 443).

Mas a conclusão mais relevante dos autores, para a presente discussão, é a de que existe uma modalidade específica para o processamento da fala,

3 In a dichotic word recognition experiment (MORAIS et al., 1987), we calculated the proportion of errors on one segment only, for instance on the initial consonant (segmental errors), and the proportion of errors on at least both segments of a syllable (global errors). The results showed that the proportion of segmental errors was higher in literate than in illiterate people, whereas the proportion of global errors showed the opposite trend. This effect may reflect the availability in literate people, who are aware of phonemes, of an attentional mechanism focusing on the phonemic structure of speech (MORAIS; KOLINSKY, 2002, p. 7).

4 “The acoustic cues for successive phonemes are intermixed in the sound stream to such an extent that definable segments of sound do not correspond to segments at the phoneme level” (Liberman et al., 1967, p. 432).

caracterizada por processos diferentes daqueles subjacentes à percepção de outros sons (p.443), reforçada por indicações recentes de que os sons da fala e os demais sons são processados primariamente por hemisférios cerebrais diferentes. As evidências provêm, sobretudo, dos experimentos dicóticos, utilizados por Broadbent (1954), ao descobrir que os estímulos apresentados à orelha direita (portanto, sobretudo, ao hemisfério cerebral esquerdo) são mais bem identificados do que os apresentados à orelha esquerda (portanto, sobretudo, ao hemisfério cerebral direito), e o oposto é verdadeiro para melodias e sinais de sonar.

A superioridade da orelha direita, ou, mais precisamente, dos circuitos neurais do hemisfério esquerdo, especializados para o processamento acústico da fala, vem sendo comprovada pelos resultados obtidos com experimentos dicóticos, como é exemplo a pesquisa de Papamanolioudakis (2018), embora a população testada tenha sido pequena, o que exigiu um tratamento estatístico não paramétrico: o reconhecimento dos estímulos recebidos pela orelha direita acusou $m=11,76$ $sd= 3,63$ enquanto na esquerda atingiu apenas $m=6,71$ $sd=3,08$.

No entanto, para um melhor entendimento de tais interpretações, é necessário esclarecer, em primeiro lugar, que as conexões neurais podem ser de três tipos (GARMAN, 1990, p. 49-50): contralaterais, quando o axônio se encontra de um lado e os dendritos, no lado oposto; ipsilaterais, quando ambos se encontram no mesmo lado, como, por exemplo, para movimentar os músculos faciais; por último, o que resulta no fenômeno da decussação, metáfora do cruzamento em X, do latim, que significa o cruzamento dos feixes neuronais provenientes de uma área ou região do sistema nervoso provenientes de um lado com os feixes do lado oposto: um exemplo importante desse tipo nos é dado pelo processamento da informação visual, coletada pelos fotorreceptores situados no centro da retina, os cones:

cada vez que um hemisfério aprende uma informação visual nova, este traço de memória é imediatamente transmitido ao outro hemisfério. Tratar-se-ia ali de um mecanismo ativo que visa a manter a coerência dos dois hemisférios. Essa transferência passaria, por certo, pelo corpo caloso, esse vasto feixe de fibras que liga as áreas correspondentes dos

dois hemisférios. Supondo que esse feixe liga, ponto a ponto, as áreas visuais simétricas dos dois hemisférios, então a transferência entre os hemisférios deveria inverter a direita e a esquerda. É assim que cada uma de nossas lembranças seria simetrizada. (DEHAENE, 2012, p. 292).

Mas o que acontece com o processamento do sinal acústico verbal, proveniente dos experimentos dicóticos? O sinal acústico é transmitido, através de ondas aéreas no ouvido externo e médio, passando por alterações através das vibrações do tímpano e da cadeia ossicular que o preparam para sua codificação em sinais elétricos (potenciais evocados), no ouvido interno, onde se situa a cóclea, um tubo em forma de concha como cobra enroscada, cheio do líquido coclear. A cóclea contém a membrana basilar ondulante, com o órgão de Corti e o nervo coclear que transmite os potenciais evocados para o estágio seguinte, no tronco cerebral e núcleos subcorticais; no órgão de Corti fica também o nervo vestibular, responsável pelo equilíbrio. Nos estágios iniciais, são efetuadas diversas operações, como compensar a debilidade de processamento das frequências mais altas, com o aumento da intensidade, bem como evitar danos, bloqueando, através de filtros, a entrada de sinais muito fortes (GARMAN, 1990, p.52-60).

O estágio seguinte de processamento abrange o tronco cerebral: há conexões ipsilaterais dos ouvidos esquerdo e direito, respectivamente com o lado esquerdo e direito do núcleo coclear, situado na medula, bem na base do tronco cerebral, ao lado da oliva superior. Nas sinapses, o corpo dos neurônios do núcleo coclear se incumbem de tarefas importantes como a de extrair traços críticos na identificação categorial dos sons, como o *onset*, que, conforme se discutirá, foi essencial para privilegiar as consoantes sonoras em detrimento das homorgânicas surdas, independentemente de qual a orelha assinalada para o sujeito prestar a atenção; o mesmo se pode dizer de outro traço crítico que o corpo dos neurônios do núcleo coclear extrai, o de duração temporal, desta vez, a duração maior do silêncio e do ruído da aspiração nas consoantes oclusivas, no *VOT* (*voice onset time*), quando o efeito da alfabetização foi significativo; a duração maior do silêncio e do ruído da aspiração nas consoantes oclusivas

privilegiou a consoante /k/, em detrimento de /p/, /t/, tanto para ensejar um maior número de respostas corretas, quando /k/ estava no início da palavra estímulo recebida na orelha para a qual o sujeito deveria prestar atenção (OA) e /p/, ou /t/ estava no início da palavra estímulo recebida na orelha para a qual o sujeito não deveria prestar atenção (NA), quanto para ensejar um maior número de intrusões, quando /p/, ou /t/ estava no início da palavra estímulo recebida na orelha para a qual o sujeito deveria prestar atenção (OA) e /k/ estava no início da palavra estímulo recebida na orelha para a qual o sujeito não deveria prestar atenção (NA).

A orelha superior realiza a fusão (*blending*) da informação auditiva provinda do ouvido direito com a do esquerdo, portanto, há conexões bilaterais, ainda que haja uma pequena diferença de ms. na chegada de tais informações, dependente da maior duração do sinal.

Ainda no tronco cerebral, um importante componente é a formação reticular, uma rede complexa de neurônios que ajustam e integram as informações acústicas recebidas (*input*), com conexões bilaterais, para o reconhecimento pelas áreas especializadas, no hemisfério esquerdo, da palavra oral. Lado a lado da parte superior da formação reticular se encontra o colículo inferior, responsável por processar *input* contralateral, refinando características do som relativas à frequência e à amplitude, além de um *output* motor, portanto, uma interface entre o processamento receptivo e o de produção.

Uma das características importantes desse sistema de processamento auditivo que estamos descrevendo é a de consignar processos *top-down*, mesmo nos estágios mais iniciais e baixos, isto é, do córtex em direção aos sentidos:

a existência de conexões de duas vias entre o córtex e o tálamo levanta a questão do controle descendente (centrífugo) no sistema auditivo, através do qual centros superiores têm alcance abaixo, para regular processos em níveis inferiores: cerca de 2 por cento das fibras do nervo auditivo carregam informação descendente

até a cóclea e os músculos da cadeia ossicular. (GARMAN, 1990, p. 63, trad. da autora)⁵.

Tal posicionamento refuta teorias como a da modularidade de Fodor, já referida, de que os processamentos mais baixos são exclusivamente encapsulados, compulsórios e verticais.

Chegamos, então, aos estágios mais altos do processamento auditivo da palavra que começam no cérebro, na área primária 41 e, depois, na secundária 42 de Brodmann (BRODMANN, GAREY, 2006 [1909], p.122; vide também, a fig. 2).

Para se entender o que é percebido e processado em tais estágios, inclusive nos experimentos dicóticos, são necessários esclarecimentos adicionais.

Em primeiro lugar, o que é detectado inicialmente no sinal, são pistas acústicas (GARMAN, 1990, p. 188), depois codificadas nos traços distintivos de R. Jakobson, já mencionados, como os que distinguem as consoantes sonoras das surdas, por exemplo, no par gola/cola, estímulos do presente experimento (todos os estímulos, tanto na listagem dicótica dissimilar e similar, quanto no teste monaural, iniciavam por consoante oclusiva, vide Anexo A) e não os segmentos [g], [k], em sua integridade: a síntese de tais pistas, então invariantes, nos fonemas /g/, /k/ ocorre em etapas subsequentes. Uma das pistas acústicas para distinguir uma consoante oclusiva sonora da surda é a maior duração no VOT, nas primeiras, pista, conforme já comentado, onde o efeito da alfabetização foi significativo.

Em segundo lugar, tais pistas acústicas não apresentam limites precisos, separando-as umas das outras, conforme constatado acima por Liberman e

5 “the existence of two-way connections between the cortex and thalamus raises the issue of descending (centrifugal) control in the auditory system, whereby higher centres can ‘reach down’ to regulate the lower level processes: about 2 per cent of the auditory nerve fibres carry descending information down to the cochlea and the muscles of the ossicular chain. (GARMAN, 1990, p. 63)

colaboradores (1967, p. 432): o aspecto dinâmico da produção dos sons da fala faz com que haja uma influência recíproca entre pistas adjacentes contínuas e sobrepostas, como se pode observar no sonograma da Figura 1 (SCLIAR-CABRAL, 2020, p. 125). Observe que as pistas acústicas do VOT da consoante oclusiva surda [t], que comparece três vezes no enunciado “A telha da torre cort(a)”, embora se trate da mesma consoante, apresenta uma variação em sua pista mais importante, a duração, dependente de qual a vogal subsequente e de sua posição em sílaba mais intensa *versus* átona (no primeiro caso, antes da vogal mais intensa [é], no segundo, antes da vogal mais intensa [ó] e, no terceiro, antes da vogal átona, o chuí [ə], cujos primeiro e segundo formantes, que definem as vogais, foram tão fracos, que a autora mal conseguiu percebê-la e nem a registrou na transcrição. Observe, nesse último caso, um exemplo do efeito recíproco de uma das pistas da consoante precedente sobre a vogal seguinte átona, o chuí [ə]: em [λə] (última sílaba de “telha”), as pistas da sonoridade de [λ] são bem nítidas, isto é, a ativação da barra da sonoridade bem em baixo, assim como o primeiro e segundo formantes, característicos das pistas vocálicas, o que repercute no chuí [ə], enquanto em [tə] (última sílaba de “corta”), tal ativação não ocorre, pois [t] é uma oclusiva surda.

Conforme Garman (1990, p. 19), as pistas assim detectadas são transmitidas para um componente que interpreta e integra tais pistas em classes distintivas de sons, específicas de uma dada língua, os fonemas. Tal componente não se restringe à área 42 de Brodman, no hemisfério esquerdo, pois as redes neurais se projetam para a parte superior de uma área adjacente à 42, a área 22 de Brodmann, localizada no giro temporal (GTS) do hemisfério esquerdo.

Na verdade, as pesquisas recentes (FRIEDERICI, 2002, p. 82, 83) que utilizam a imagem por ressonância magnética funcional (fMRI) revelam a existência de redes neurais principais que, no processamento receptivo da linguagem verbal oral, conectam as áreas nela envolvidas no cérebro. A pesquisa de Friederici (2002, p. 79), por se ter ocupado da base neural do processamento auditivo de orações, evidenciou a existência de uma rede neural temporal-frontal bilateral, na qual as áreas temporais do hemisfério esquerdo são responsáveis pelos

processos que identificam os elementos estruturais, lexicais e fonéticos; o córtex frontal do hemisfério esquerdo está envolvido no sequenciamento e na formação de relações temáticas, semânticas e estruturais enquanto a área da região temporal no hemisfério direito é responsável pela identificação dos parâmetros prosódicos e o córtex frontal do hemisfério direito pelo processamento da melodia da oração.

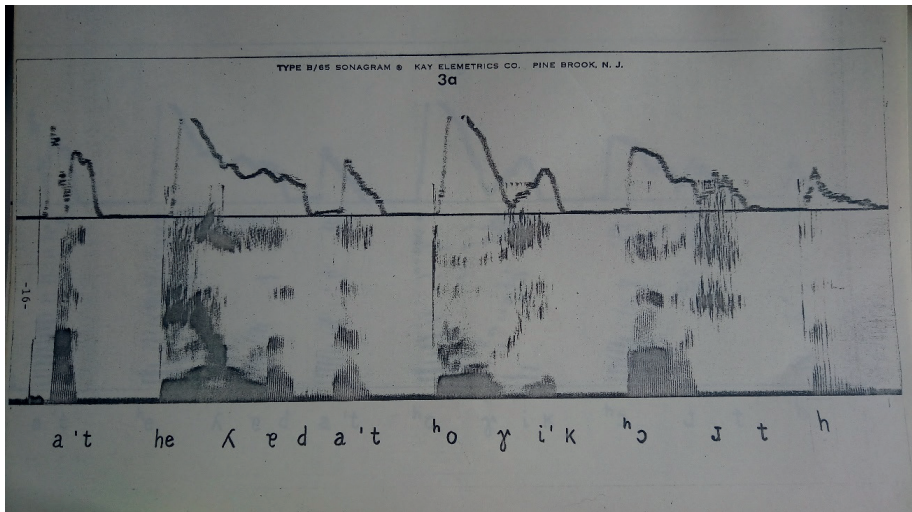


Figura 1. Sonograma de “A telha da torre cort(a)”. Fonte: SCLiar-CABRAL, 2020, p. 125.

Como, nos experimentos dicóticos, os estímulos nunca ultrapassaram o nível de palavras isoladas, os processamentos que envolvem a sintaxe e / ou os parâmetros prosódicos da entoação deixam de ser considerados. Em consequência, as redes neurais em jogo, no seu processamento, são a rede ventral auditiva, responsável por conectar as áreas que reconhecem as pistas acústicas invariantes relevantes e sua síntese em fonemas, a área 42 do HE e a rede dorsal auditiva, responsável pela localização de onde provém o som, bem como pelo comando dos gestos motores da fala, pela alça fonológica na memória de trabalho (áreas 44, 45 e opérculo frontal do HE) e pelo emparelhamento

com os significantes, do léxico mental fonológico, na memória permanente, no giro temporal superior (GTS) do hemisfério esquerdo.

Em terceiro lugar, é preciso explicar, como, na espécie humana, as respostas comportamentais não serem só contíguas, temporal e espacialmente, aos estímulos acústicos brutos, no paradigma estímulo/resposta, mas também e, primordialmente, o serem mediadas por signos verbais, cujos significantes com base acústica, resultam de processamentos hierarquicamente cada vez mais complexos e psíquicos, conforme se pode inferir do já exposto.

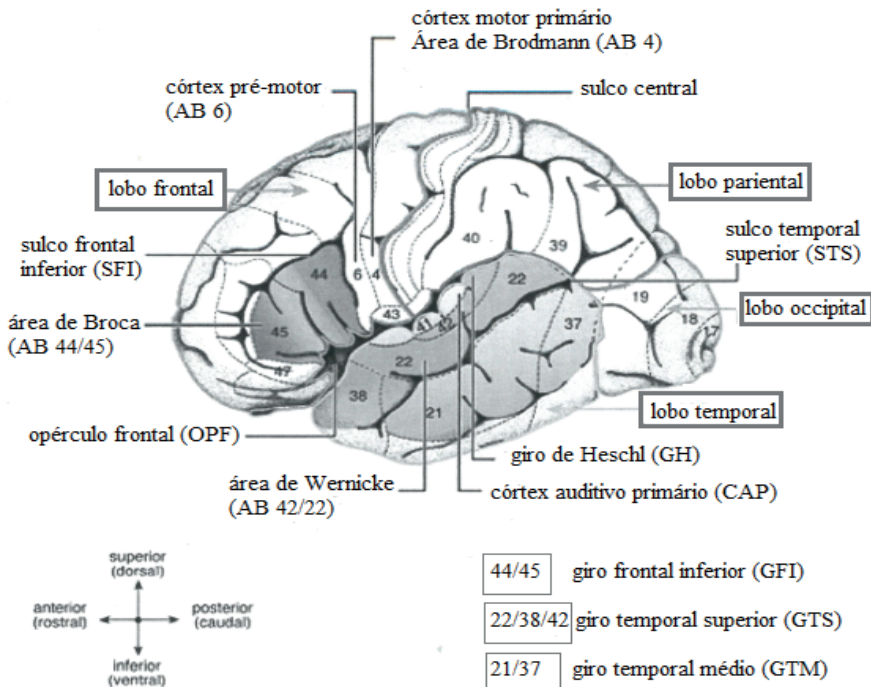


Figura 2. Novas partições do cérebro para as funções da linguagem verbal oral. Vide a área de Broca, localizada no giro frontal inferior (GFI) e a área de Wernicke, localizada no giro temporal superior (GTS), ambas no hemisfério esquerdo.

Fonte: Friederici (2011, adaptado).

A espécie humana, em virtude do longo período necessário ao neonato para se tornar autônomo, a fim de sobreviver, desenvolveu mecanismos para superar tal deficiência, dentre os quais, viver em sociedade e ser capaz de produzir cultura (D'AQUILI, 1973), sendo o pilar principal, a linguagem verbal oral, através da qual foi possível transmitir conhecimentos a distância, ou à noite, cheia de perigos, sem a necessidade da experiência direta, muitas vezes, arriscada.

Os determinantes biopsicológicos fundamentais foram a estrutura e o funcionamento em níveis hierárquicos, baseados na especialização e divisão de trabalho, garantidas por disposições inatas e pela capacidade de os neurônios humanos aprenderem informações novas, através da experiência.

Assim, uma primeira divisão de trabalho ocorre entre o hemisfério esquerdo (HE) do cérebro, o dominante, na maioria dos indivíduos e o direito (HD): o HE se especializa para os processamentos sequenciais, no tempo, sendo exemplo todas as regras combinatórias das unidades linguísticas e, portanto, da sintaxe, enquanto o HD se especializa para os processamentos holísticos, ou globais, sendo exemplo o reconhecimento dos rostos. Em cada hemisfério há quatro regiões, cada uma delas especializadas para determinadas funções, a temporal, para o processamento das representações mentais dos sinais acústicos, inclusive da fala, esses, no HE, bem como no reconhecimento dos significantes das palavras orais e de seus significados; a parietal, para o processamento das representações mentais das sensações do próprio corpo, dos movimentos dos músculos no espaço (propriocepção e cinestesia) e processos atencionais; a occipital, para o processamento das representações mentais do sinal luminoso (visão) e a frontal, para as respostas e os esquemas motores, o planejamento e a memória de trabalho.

Cada região ainda está subdividida em áreas ou giros em que neurônios se especializam ainda mais, para afinar com e, assim, reconhecer determinados estímulos e não outros, não esquecendo as redes que conectam diferentes áreas ou giros, mesmo em regiões diferentes e até entre os dois hemisférios, de que resultam perceptos de natureza cada vez mais complexa.

A especialização ocorre, pois, em virtude de fatores inatos, ou seja, de como o cérebro humano está estruturado e funciona, de como amadurece e da experiência. O amadurecimento decorre de os axônios se estenderem cada vez mais, interligando mais regiões e áreas entre si, mas sobretudo, através da mielinização:

A mielina é uma substância lipoproteica produzida por certos tipos de gliócitos; estas células se enrolam em torno dos axônios, formando uma bainha isolante de mielina que, entre outros, contribui para aumentar a velocidade de propagação do impulso nervoso, atribuindo maior eficiência na transmissão da informação. Dessa forma, o processo de mielinização tem uma relação direta com a aprendizagem. (PINHEIRO, 2007, p.43)

Vejamos o terceiro fator, a experiência: trata-se de um fator externo que, graças à plasticidade dos neurônios humanos para aprender coisas novas, recicla-os, ocasionando mudanças epigenéticas. Ilustraremos esse fator, com o fenômeno do declínio da percepção categorial fonética inata no primeiro ano de vida (SCLiar-CABRAL, 2004, p. 79-87), uma vez que também servirá para entender por que, nos experimentos dicóticos, as crianças privilegiam determinados traços acústicos invariantes e não a representação aleatória de quaisquer sons:

O recém-nascido demonstra sensibilidade para a percepção categorial, independente da exposição a uma dada língua, conforme os experimentos com o paradigma HAS (*high-amplitude sucking*), quando ficou comprovada a discriminação categorial da oposição [+]/[-son] no par [ba]/[pa] desde 1 mês de idade (EIMAS *et al.*, 1971, p. 303). Uma linha de pesquisa subsequente procurou rastrear quais categorias são discriminadas e quando se dá o declínio de tais capacidades em favor dos parâmetros da língua que está sendo adquirida. Os resultados evidenciam que os bebês têm uma capacidade linguística geral para discriminar as oposições fonéticas de qualquer língua, as quais declinam gradativamente em favor dos parâmetros da língua que está sendo internalizada. Os indivíduos não percebem oposições que não são pertinentes em sua

língua nativa, como é o caso dos falantes-ouvintes do espanhol em relação às oposições entre as vogais [-alt, -bx] e [+bx], respectivamente /e/ vs. /ɛ/; /o/ vs. /ɔ/. Os falantes-ouvintes de línguas diferentes ainda diferem quanto a onde estão localizadas as fronteiras na oposição dos segmentos, conforme demonstram Lisker e Abramson (1970, p. 562-567) (SCLIAR-CABRAL, 2004, p. 81).

Antes de passarmos ao item sobre a metodologia do experimento, é importante referir as contribuições de pesquisas recentes com escuta dicótica.

Berretz *et al.* (2020) evidenciaram que existe uma integração inter-hemisférica quando os sujeitos tiverem vivenciado situações de estresse antes do experimento dicótico, enquanto Westerhausen e Samuelson (2020, p. 1) construíram um instrumento cujos traços chave do design do paradigma dicótico foram, como estímulo, um par de sílabas CV, na qual a consoante era sempre uma oclusiva e o comando instruíva evocar uma resposta livre, obtendo resultados que confirmaram a confiabilidade de tal instrumento para ser usado tanto em pesquisa quanto para diagnóstico nas clínicas. Já Hugdahl (2016), ao focar o papel da atenção nos experimentos dicóticos, discute o legado de Phil Bryden, pioneiro no uso da neuroimagem funcional em tais experimentos.

3 Metodologia

Usou-se o método de escuta dicótica⁶ para testar a hipótese de que a alfabetização tem um efeito reversivo sobre o processamento da cadeia da fala em situação de escuta difícil, aplicado em crianças alfabetizadas e não-alfabetizadas, com idade de 7 anos.

6 Em um experimento de escuta dicótica, apresentam-se ao sujeito dois estímulos acústicos diferentes simultaneamente às duas orelhas através de fones de ouvido, solicitando-lhe que preste atenção quer a ambos os estímulos, quer, somente, ao que foi apresentado à orelha direita, ou esquerda, visando a, sobretudo, determinar preferência hemisférica para um tipo, ou outro de estímulo.

O teste consistiu de oito grupos de seis ensaios num total de quarenta e oito pares de palavras similares e quarenta e oito dissimilares (vide ANEXO A). Todas as palavras eram dissílabas paroxítonas, com a estrutura 'CV₊CV, a mais frequente do português e pertenciam ao vocabulário usual. O experimento foi reaplicado num intervalo de aproximadamente duas semanas, para confirmação do desempenho dos sujeitos.

As expectativas eram:

- a) Crianças de sete anos, controladas as variáveis nível socioeconômico e sexo, em duas condições diferentes, alfabetizadas vs. não-alfabetizadas, apresentariam capacidades metalinguísticas de reconhecimento das unidades da fala diversas, em favor do primeiro grupo;
- b) A alfabetização causaria como efeito um maior número de acertos nos grupos de alfabetizados (AA) e AB do que no grupo dos não alfabetizados (NA), comparando-se, porém, especificamente, os grupos AB e NA, para evitar, dentro do possível, a intervenção de outras variáveis, consistindo o efeito maior número de acertos, na maior consistência no tipo de respostas e respostas errôneas menos desviadas do padrão dos estímulos.

Sujeitos

Crianças alfabetizadas e pré-alfabetizadas de ambos os sexos participaram do experimento. A seleção dos candidatos seguiu os seguintes critérios:

Grupo AA, Alfabetizados, no NSEMA: 1) Estavam alfabetizados (passaram por testes de leitura, antes do experimento); 2) Rendimento familiar médio de 10 salários mínimos; 3) Nível de instrução dos pais: ambos de nível superior, ou, no mínimo, um deles; 4) Cursavam o final do 1º ano do EF em uma escola particular.

Grupo AB, Alfabetizados, no NSEB: 1) Estavam alfabetizados (passaram por testes de leitura, antes do experimento); 2) Rendimento familiar médio de dois salários mínimos; 3) Nível de Instrução dos pais, primário ou 2º grau; 4) Cursavam o final do 1º ano do EF em uma escola pública.

Grupo NA, não alfabetizados, no NSEB: 1) Não estavam alfabetizados (passaram por testes de leitura, antes do experimento); 2) Rendimento familiar médio de dois salários mínimos; 3) Nível de instrução dos pais,

primário ou 2º grau; 4) Cursavam o início do 1º ano do EF em uma escola pública.

Obs.: Realizou-se a seleção dos candidatos em fins de 1983, não havendo, portanto, qualquer paridade entre o valor do salário mínimo daquela época e o vigente.

Buscou-se, para garantir um mínimo de 10 Ss para cada grupo, testar mais crianças em cada grupo, na 1ª sessão, com 11 Ss AA, 10 Ss AB e 18 Ss NA, esperando-se futuras defasagens. Apesar desses cuidados, a população final ficou assim constituída: o grupo AA constou de 10 crianças, sendo 4 do sexo masculino e 6 do sexo feminino, cursando o final do 1º ano do EF, cuja média de idade foi de 7 anos e 3 meses. Estudavam em uma escola particular católica, no centro de Florianópolis, seus pais possuíam curso superior e o rendimento mínimo era de 10 salários mínimos. Dos 11 iniciais, 1 deixou de comparecer à 2ª gravação.

O grupo AB constou de 8 crianças, sendo 4 do sexo masculino e 4 do feminino, cursando o final do 1º ano do EF, e sua idade média foi de 7 anos e 4 meses. Estudavam em uma escola estadual, no bairro de Coqueiros, na cidade de Florianópolis; seus pais possuíam instrução primária e o rendimento familiar oscilava ao redor de 2 salários mínimos. Dos 10 iniciais, 2 deixaram de comparecer à 2ª gravação.

O grupo NA foi selecionado somente no NSEB, pois, no NSEMA, não se encontravam crianças sem distúrbios cognitivos ou de linguagem, com idade média de 7 anos, não alfabetizadas. O grupo ficou em 11 crianças, sendo 3 do sexo masculino e 8 do feminino. Das 18 crianças iniciais, no grupo masculino, 1 não conseguiu realizar a tarefa e outra recusou-se. Além disso, 4 foram descartadas por não atingirem o teto mínimo no teste monaural e 1 não compareceu à 2ª gravação. A média de idade dos sujeitos foi de 7 anos e três meses. Estavam iniciando o 1º ano do EF.

Estímulos e Procedimentos

Os estímulos foram apresentados dicoticamente à proporção de um par a cada cinco segundos, cada ensaio precedido por um bip, como sinal de advertência. As palavras foram pronunciadas por falante paulista e gravadas. Todos os vocábulos iniciavam por uma consoante oclusiva. A seguir, as duas palavras pertencentes ao par a ser utilizado dicoticamente foram gravadas em *play back*, simultaneamente em dois gravadores sincronizados (*Re-vox A77*), alimentando os dois canais de um terceiro gravador. A fita final foi posteriormente monitorada por especialista do Laboratório de Psicologia Experimental da Universidade Livre de Bruxelas, num gravador gráfico *Oscillomink* Siemens, para evitar erros de sincronização que excedessem 10 ms. Neste artigo, comenta-se em profundidade apenas o teste similar cujos pares diferem somente no segmento inicial.

Procedimentos

Os estímulos foram apresentados aos sujeitos aproximadamente a 70 dB SPL através de um 4-Band Estéreo Rádio Cassete *Recorder-Rg-700*, marca *Polyvox*, ao qual foram acoplados os fones estéreos de ouvido. Os sujeitos foram testados individualmente em sala isolada, na própria escola. Foi testada a audição de cada sujeito, através de teste monaural de palavras. Testou-se, também, se esses sujeitos seriam destros ou sinistros, de mãos, pés e olhos, antes do início do experimento.

No experimento dicótico, procurava-se deixar as crianças bem à vontade. Em seguida, era-lhes explicado que, através dos fones de ouvido, ouviriam palavras simultaneamente, como se duas pessoas estivessem falando do lado direito e do esquerdo. A tarefa consistiria em prestar atenção à orelha indicada pelo experimentador e repetir o que ouvisse, mesmo em dúvida quanto à clareza das palavras. A cada seis ensaios, a orelha a que deveria prestar atenção era mudada assim como os fones de ouvido.

O repetido pelos sujeitos foi gravado simultaneamente em um Micro-Cassete *Recorder Polyvox MC3500*, ao mesmo tempo em que uma das

participantes efetuava a transcrição fonética. O experimento foi reaplicado num intervalo de duas semanas, procedendo-se exatamente igual ao do primeiro e com os mesmos sujeitos, iniciando-se a atenção seletiva pela outra orelha. Para garantir o resultado do tratamento dos dados, as fitas foram posteriormente ouvidas e revisada a transcrição fonética das duas sessões.

Fizeram parte do experimento três pessoas: uma que ajudava a assinalar a orelha, outra que cuidava do equipamento e uma terceira que transcrevia foneticamente *in loco*.

4 Discussão dos resultados

Para verificar se havia variação entre uma orelha e outra e entre uma gravação e outra, foi utilizado o Teste T para grupos correlacionados a nível de significância 0.05.

Para verificar nos dois experimentos o efeito da alfabetização, foi usado o teste T, para grupos independentes, variância homogênea, a nível de significância 0.05.

Eis a classificação de respostas possíveis, cujos exemplos podem ser mais bem visualizados na Tabela 1:

Tabela 1. Exemplos de Respostas Possíveis							
	PAR	OA	ONA	RESPOSTA	GRUPO	GRAVAÇÃO S	SUJEITO
C = correta	47	'dadu	'gadu	'dadu	AA	1ª	S6
I = intrusão	36	'kalu	'galu	'galu	AA	1ª	S3
B1 = blendings	25	'tolu	'bolu	'dolu - 'polu	AA	1ª	S7
A1 = anômalas (1 segmento)	7	'kozu	'gozu	'bozu - 'tozu - 'koku	NA	1ª	S4
A2 = anômalas (2 segmentos)	2	'koku	'poku (poku)	'kōgu - 'totu	NA NA	1ª 2ª	S13 S7
G = erros globais	9	'gatu	'patu	to	NA	1ª	S12
N = nulo				∅			
G= erros globais ---> M= erros maciços							

Fonte: Adaptado de Sarubbi (1988, p.36).

C – Correta OD OE

Considera-se resposta correta, dado o par ‘dadu - ‘gadu, simultaneamente, tendo sido ‘dadu o estímulo na orelha assinalada (OA), se a resposta for ‘dadu.

I – Intrusão OD OE

Dado o par ‘kalu - ‘galu, simultaneamente, tendo sido ‘kalu o estímulo na orelha assinalada, se a resposta for ‘galu, houve intrusão.

BI - Fusão fonética (Blending)

Considera-se fusão fonética (*blending*) a extração de um traço do estímulo de uma orelha, por exemplo, [+ ou - sonoridade], combinando-o com o traço extraído da outra orelha, por exemplo, zona de articulação. Dadas as palavras ‘tolu-’bolu, à OD e à OE simultaneamente, o sujeito deveria responder ‘tolu se a OD fosse a assinalada, ou ‘bolu, se fosse a OE, mas produziu ‘dolu, compondo o fonema inicial, que contém todavia a zona de articulação do fonema /t/ da palavra ‘tolu e [+sonoridade] do fonema /b/ da palavra ‘bolu. Poderia, ainda, produzir o *blending* ‘polu, pelo mesmo raciocínio.

A1 - Anômalas (1 segmento)

Considera-se resposta anômala 1, a troca de um fonema na resposta solicitada, sem incorrer em intrusão, ou *blending*. Dado o par ‘kozu - ‘gozu, se a resposta for bozu, houve, portanto, alteração de um segmento, originando outra palavra que não a solicitada.

A2 - Anômala (2 segmentos)

Considera-se resposta anômala 2, a troca de dois fonemas na resposta solicitada. Dado o par ‘koku - ‘poku, se a resposta dada for ‘totu, houve alteração de 2 (dois) segmentos.

G - Erro Global ou Maciço

Caracteriza-se o erro global, ou maciço pela resposta na qual ocorrem violações de três segmentos e/ou houve modificações na estrutura vocabular (vide Tabela 2).

Tabela 2. Resultado Estatístico dos Erros nos Grupos AB vs NA

I =	T =	-.581 (não significativa)	DF = 17
B1 =	T =	-.027 (não significativa)	DF = 17
A1 =	T =	1.15 (não significativa)	DF = 17
A2 =	T =	-.350 (não significativa)	DF = 17
M =	T =	5.81 (significante)	DF = 17
N =	T =	-.788 (não significativa)	DF = 17

Teste t com significância em nível de 0.05

Fonte: Adaptado de Sarubbi (1988, p. 41).

Dado o par 'gatu-'patu, o sujeito responde 'to.

N – Nada, quando o sujeito não emite nenhuma resposta.

Comparando-se as porcentagens dos resultados e aplicando-se o tratamento estatístico teste - T, não houve diferenças significantes entre as populações no que concerne ao tipo de erro relativo, a não ser num único caso: verificou-se que entre os alfabetizados e os não alfabetizados, nas respostas maciças, houve diferença significativa ao nível de 15.81 (DF=17, nível de significância, 0.05, vide Tabela 2). Os erros maciços serão comentados adiante qualitativamente.

Os resultados mostram que a extração dos traços fonéticos nos experimentos dicóticos não é afetada pela alfabetização até o 1º ano concluso, nem tampouco há diferenças determinadas pelo NSE, conjecturando-se que outras capacidades, que não as automáticas, sejam as mais afetadas por esses dois fatores.

A questão mais instigante nos resultados é: Por que não houve uma diferença significativa em favor do processamento no hemisfério esquerdo, isto é, dos estímulos apresentados à orelha direita, já que, desde os trabalhos pioneiros de Kimura (1961) com escuta dicótica, era esperada a vantagem quando o *input* proviesse do ouvido direito?

Em primeiro lugar, deve ficar bem claro que, quando se designa orelha, ou ouvido direito, no contexto dos experimentos dicóticos, não se está referindo a onde, efetivamente, ocorre o reconhecimento da palavra oral, possibilitado pelos feixes neurais em áreas especializadas do hemisfério esquerdo. Não existe superioridade do ouvido externo, médio ou interno direito sobre o esquerdo para suas operações mecânicas ou elétricas sobre as ondas acústicas da fala.

Uma explicação de por que as respostas dadas pelos sujeitos, discutidas no presente estudo, não revelam uma diferença estatisticamente significativa de preferência do hemisfério esquerdo para o processamento, encontra-se no trecho já referido de Morais e Kolinsky (2002, p. 6): provavelmente, o reconhecimento da palavra estímulo teve-se ao primeiro estágio, o perceptual, de forma modular (FODOR, 1983), o que significa, de forma compulsória, automática (não consciente) e *bottom up* (dos sentidos em direção à percepção). O fato de o processamento ser compulsório e não consciente (dispensando os mecanismos atencionais) não bloqueou o processamento do estímulo colhido pelo outro ouvido, o que foi corroborado pelo grande número de intrusões e de *blendings* em ambos os grupos de alfabetizados e de não alfabetizados.

Padrões

Constata-se um contraste muito grande entre o número de acertos e erros, dependente do tipo de estímulo, exigindo investigação, embora já esperado, se o estímulo contiver uma consoante [-son] na OA vs uma [+son] na ONA, ocorrendo um número muito grande de intrusões. Isto realmente aconteceu, mas não explicava a reação das três populações a outros tipos de estímulo, dada de forma consistente principalmente para os alfabetizados. A conclusão foi a de que os seguintes padrões atuavam de forma consistente:

I - Previsão de maior número de respostas corretas

Orelha assinalada (OA) [+son] Orelha não assinalada (ONA) [-son]

Dado o padrão acima (pares 1, 3, 10, 18, 19, 23, 28, 30, 31,37, 38, 40 e 43), quando um estímulo sonoro ocorre em contraposição a um estímulo surdo, houve prevalência do estímulo sonoro conforme previsto, em razão da maior duração dos sinais (VOT) implicados na sonoridade no português. Para um total de 812 estímulos, houve 480 acertos.

II - Previsão de maior número de erros

OA [-son] ONA [+sn]

Dado o padrão acima (pares 4, 6, 7, 12, 13, 17, 21, 24, 25,29, 32, 35, 36, 42, 45, 46 e 48) quando um estímulo surdo ocorre em contraposição a um sonoro, pode-se verificar que o índice de acertos foi insignificante, em contraposição ao grande número de intrusões, ocasionadas pela sonora na orelha contralateral. Para 1.044 estímulos, houve 133 acertos.

OA /k/ ONA /p/ ou /t/

Ao contrário da expectativa, os pares 2, 5, 11, 16 e 34 ocasionaram o maior número de acertos, provando que, de algum modo, os sujeitos se apoiaram numa pista fornecida pela consoante oclusiva velar surda, em contraposição à alveolar e labial surdas, ou seja, no ruído mais forte e com duração maior no *onset*, fenômeno ainda não suficientemente investigado no português. Para um total de 290 estímulos, houve 213 acertos.

OA /p/ ou /t/ ONA /k/

Este padrão (itens 08, 22 e 41) confirma a preferência da velar surda em contraposição às labiais e alveolares, dado o grande número de intrusões. Dentro desse padrão, para 232 estímulos houve somente 93 acertos.

OA [+ sn] ONA [+ sn]

Trata-se de um contexto altamente competitivo, ocasionando muitos erros. Nesse padrão, temos os pares 20, 27, 44 e 47. Conclui-se que, numa situação competitiva, havendo oclusiva velar na contralateral, há maior possibilidade de intrusões, diminuindo as probabilidades de outros tipos de resposta, confirmando as vantagens de processamento das velares. Para um total de 232 estímulos, houve 66 acertos, no padrão OA [+sn], ONA [+sn].

Contexto nasal

Como dos três pares em que ocorreu /p/, em dois, ele ocorreu em contexto nasal, não se atribui a incidência de erros apenas ao /p/ na OA, em contraste com as outras oclusivas surdas na ONA, pois o efeito da ressonância nasal determinou que tais itens apresentassem um grande número de erros.

Anômalas

Foram considerados dois tipos de respostas anômalas, sempre conservando a estrutura 'CV₊CV: anômalas com erro de um segmento e com erros de 2 segmentos. Para o grupo NA que realizou um percentual médio de erros relativos de 11,73% (85) de anômalas do tipo 1 e de 9,68 (70) de anômalas do tipo 2, houve um total de 65 palavras não existentes na língua portuguesa.

No grupo AB, que realizou um percentual médio de erros relativos de 7,27% (33) anômalas 1 e de 10,68 (50) de anômalas 2, houve 42 ocorrências de palavras não existentes na língua, enquanto no grupo AA, para um percentual médio de erros relativos nas anômalas 1, ocorreram 65% (37) e 12,70% nas (83) anômalas 2; houve, contudo, 51 ocorrências de palavras não existentes no português.

Nada assegura, no entanto, que algumas das palavras produzidas pelas crianças não sejam de seu léxico infantil e/ou sociolinguístico. O grande número de palavras não existentes no léxico conduz à hipótese de que na

situação experimental de escuta difícil, as crianças processem o sinal acústico da fala sem emparelhamento com o léxico internalizado, confirmando a explicação de Morais e Kolinsky (2002, p. 6) de os sujeitos se aterem ao primeiro estágio perceptual de reconhecimento da palavra.

Erros Globais ou Maciços

Comentando os erros maciços, convém assinalar que a única diferença significativa encontrada nos resultados foi o percentual médio dos erros maciços relativos ao total de erros nos grupos NA e AB, confirmando os achados de Morais *et al.* (1987). O grupo NA não somente comete maior número de erros maciços, mas também comete violações maiores e em maior número quanto à estrutura vocabular. Dos três grupos, AA, AB e NA, o único a não cometer violações do padrão é o grupo AB. O grupo NA apresentou 10 respostas com a estrutura CV, preservando, às vezes, alguns traços da sílaba de intensidade (ex. [ˈpɔʃi - ˈdɔʃi], resposta [ˈbí] (S4, item 24); às vezes, preservando a sílaba que era átona, agora produzida isoladamente (ex. [ˈbalɐ] - [ˈpalɐ], resposta [la] (efeito da recência de a sílaba átona ser o último estímulo a ser processado), (S12, item 18). Outras vezes, nenhum traço persistiu, como em [ˈlu], com exceção da lateral, (S13, item 38). O grupo AA apresentou duas emissões com a estrutura CV: numa delas captou o traço sonoro do estímulo contralateral [ˈkozu - ˈgozu], resposta [ˈgo] (intrusão), (Sujeito 11, item 7). O mesmo sujeito emitiu uma resposta CV, totalmente discrepante do estímulo, no item 36 [ˈkalu - ˈgalu], resposta [ˈdã]. No grupo NA, houve também respostas com acréscimo de sílaba: Ex. [boˈdures], para os estímulos [ˈbodes - ˈtodɐs].

Fusão Fonética (Blending)

Para que ocorra a fusão fonética (*blending*), dois traços precisam estar em jogo no par: [+ , -son], mais o traço diferente no ponto de articulação. Havia os seguintes pares que ensejavam o *blending*: 1, 4, 9, 10, 13, 11, 19, 21,

24, 25, 29, 31, 35, 37, 43 e 46. De acordo com os traços que estavam em jogo, ocorreram as seguintes respostas:

Item	OA	ONA	RESPOSTA
17	‘pulɐ	‘gulɐ	Rsn - ‘bule
43	‘dãnu	‘pãnu	Rsn - ‘bãnu
4	‘pẽʃi	‘dẽʃi	Rsd - ‘teli

Verifica-se que os grupos AA e AB tiveram muita consistência nas respostas, favorecendo a resposta sonora. Quanto ao grupo NA, produziu o menor número de *blendings* porcentualmente e não foi consistente como os grupos AA e AB, que se apoiaram quase que exclusivamente na sonoridade.

Os resultados do *blending* vêm corroborar que, embora não haja diferenças significativas entre os grupos quanto ao tipo de respostas, com exceção dos erros maciços, um exame mais acurado revela que os grupos alfabetizados desenvolvem estratégias mais consistentes, apoiando-se no traço [+ son].

Mas, no plano teórico, o *blending* confirma, empiricamente, a definição de Jakobson (1967) acerca do fonema como um feixe de traços fonéticos distintivos, pois o que está sendo fundido são os traços fonéticos extraídos dos fonemas nas duas palavras.

5 Considerações finais

Os resultados deste experimento demonstram que, embora não haja diferenças significativas no número de respostas corretas, no número de intrusões e no número de *blendings* entre a população de alfabetizados e não alfabetizados, a natureza das respostas se diferencia quanto às estratégias utilizadas pelas duas populações.

A influência da alfabetização demonstra uma maior consistência nas estratégias baseadas na duração, se comparadas àquelas utilizadas pela

população de não alfabetizados que se mostram mais aleatórias ou difusas. Esta conclusão se apoia no fato de que o maior número de respostas corretas, na população, acompanha de forma mais consistente o padrão:

OA	ONA
[+son]	[-son]
$\left. \begin{array}{c} [-son] \\ [velar] \end{array} \right\}$	$\left. \begin{array}{c} [-son] \\ [+lab] \\ [+alv] \end{array} \right\}$

As respostas incorretas seguem o reverso dos estímulos acima. Nas intrusões, o padrão de respostas desta mesma população é o seguinte: [-son] na OA e [+son] na ONA, enquanto os não alfabetizados incorrem em muitas intrusões quando na ONA há [-son]. Nas fusões fonéticas (*blendings*), a população alfabetizada raramente dá respostas utilizando o traço [-son]. Tais respostas também demonstram o efeito do tipo de padrão dos estímulos.

Verificou-se que, entre os alfabetizados e os não alfabetizados, nas respostas maciças, houve diferença significativa ao nível de 15.81 (DF=17, nível de significância, 0.05).

O grande número de respostas de palavras não existentes no léxico, embora obedecendo à estrutura vocabular do estímulo ('CV₊CV), fortalece a hipótese de que neste experimento é suficiente aos sujeitos passar pelo estágio de transdução do sinal acústico e tratamento fonético, do reconhecimento da estrutura vocabular, incluindo o traço suprasegmental da intensidade, da análise e síntese dos traços fonéticos e aplicação das regras fonotáticas da língua, sem contudo, emparelhar com morfemas e/ou com o léxico internalizado, atendo-se ao processamento *bottom-up*. Resta a possibilidade de investigar se os sujeitos aprenderam a forma canônica do estímulo, que

era sempre a mesma, ou se as respostas 'CV₊CV resultam do reconhecimento de pistas acústicas para a identificação deste padrão, porque os resultados de Sarubbi (1988, p. 75) indicam que, embora não seja significativa a diferença entre a 1ª e a 2ª gravações, ela favorece levemente a 2ª (nível de significância $T = -4.08719$).

Mas o mais instigante, para a presente discussão, é: Por que não houve uma diferença significativa em favor do processamento no hemisfério esquerdo, isto é, dos estímulos apresentados à orelha direita, já que, desde os trabalhos pioneiros de Kimura (1961) com escuta dicótica, era esperada a vantagem quando o *input* proviesse do ouvido direito?

Por que os resultados não confirmam que existe uma preferência pelo hemisfério esquerdo, caracterizada por processos diferentes daqueles subjacentes à percepção de outros sons (BROADBENT, 1958), reforçada por indicações recentes de que os sons da fala e os demais sons são processados primariamente por hemisférios cerebrais diferentes? Segundo o mesmo autor, as evidências proviriam, sobretudo, dos experimentos dicóticos, ao descobrirem que os estímulos apresentados à orelha direita (portanto, processados, sobretudo, no hemisfério cerebral esquerdo) são mais bem identificados do que os apresentados à orelha esquerda (portanto, processados, sobretudo, no hemisfério cerebral direito).

Uma explicação de por que as respostas dadas pelos sujeitos, discutidas no presente estudo, não revelam uma diferença estatisticamente significativa de preferência do hemisfério esquerdo para o processamento, encontra-se no trecho já referido de Morais e Kolinsky (2002, p. 6): provavelmente, o reconhecimento da palavra estímulo teve-se ao primeiro estágio, o perceptual, o que significa, de forma compulsória, automática (não consciente) e *bottom up* (dos sentidos em direção à percepção). O fato de o processamento ser compulsório e não consciente (dispensando os mecanismos atencionais) não bloqueou o processamento do estímulo colhido pelo outro ouvido, o que foi corroborado pelo grande número de intrusões e de *blendings* em ambos os grupos de alfabetizados e de não alfabetizados.

Agradecimentos:

Agradeço à Ivone Moraes Sarubbi (1988), minha orientanda, a utilização de muitos dados que colhemos juntas e os analisamos, durante a pesquisa de mestrado, pioneira, no Brasil.

Referências

BERRETZ, G.; PACKHEISER, J.; WOLF, O. T.; OCKLENBURG, S. Dichotic listening performance and interhemispheric integration after stress exposure, *Scientific Reports*. **Scandinavian Journal of Psychology**, Oslo, v. 10, n.1, 2020. DOI: 10.1038/ s41598-020-77708-5.

BROADBENT, D. E. The role of auditory localization in attention and memory span. **Journal of Experimental Psychology**, Washington, DC, p. 191-196, 1954.

BROADBENT, D. E. **Perception and communication**. Long Island, NY: Pergamon, 1958, 338 p.

BRODMANN, K.; GAREY, L. J. **Brodmann's Localisation in the Cerebral Cortex - The Principles of Comparative Localization in the Cerebral Cortex Based on Cytoarchitectonics**. Translated from German with editorial notes and an introduction by Garey, L. J. 3. ed. New York: Springer Science + Business Media, Inc., 2006 [1909].

D'AQUILI, E. G. The biopsychological determinants of culture. **An Addison-Wesley Module in Anthropology**. Reading, Mass.: Addison-Wesley, 13, 1973.

DEHAENE, S. **Os neurônios da Leitura - como a Ciência explica a nossa capacidade de ler**. Consultoria, tradução e supervisão de Scliar-Cabral, L. I. Ed. Porto Alegre: Penso, 2012, 374 p.

EIMAS, P. D.; SIQUELAND, E. R.; JUSCZYK, P.W; VIGORITO, J. Speech perception in infants. **Science**, Washington, DC, v. 171, n. 3968, p. 303-306, Jan. 22, 1971.

FODOR, J. A. **The modularity of mind**. Cambridge, MA: MIT Press, 1983, 153 p.

FRIEDERICI, A. D. Towards a neural basis of auditory sentence processing. **Trends in Cognitive Sciences**, Amsterdam, v. 6, n. 2, p. 78-84, fev. 2002.

FRIEDERICI, A. D. The current Model. **Physiological Reviews**, v. 91, n. 4, p. 1357-1392, 2011. Disponível em: <<http://www.cbs.mpg.de/mitarbeiter/friederici/current-model>>. Acesso em 04 ag., 2016.

GARMAN, M. **Psycholinguistics**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1990, p. 512.

HUGDAHL, K. Dichotic listening and attention: the legacy of Phil Bryden. **Laterality**, Londres, v. 21, n. 4-6, p. 433-454, 2016 Jul-Nov.

JAKOBSON, R. *Fonema e fonologia*. Trad. de J. Mattoso Camara Jr. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967, 187 p.

KIMURA, D. Some effects of temporal-lobe damage on auditory perception. **Canadian. J. Psychol.**, Waterloo, ON, Canada, v.15, p. 156-65, 1961.

LIBERMAN, A. M.; COOPER, F. S.; SHANKWEILER, D. P.; STUDDERT-KENNEDY, M. Perception of the speech code. **Psychology Review**, Washington, DC, v. 74, n. 6, p. 431-461, nov.1967.

LISKER, L.; ABRAMSON, A. S. The voicing dimension: some experiments in comparative phonetics. **Proceedings of the Sixth International Congress of Phonetic Sciences**. Praga: Academia Publishing House of the Czechoslovak Academy of Sciences, 1970, p. 562-567.

MORAIS, J.; CASTRO, S. L.; SCLIAR-CABRAL, L.; KOLINSKY, R.; CONTENT, A. The Effects of Literacy on the Recognition of Dichotic Words. **Quarterly Journal of Experimental Psychology**, Section A, v. 39, n. 3, p. 451-465, ag. 1987. <https://doi.org/10.1080/14640748708401798>

MORAIS, J.; KOLINSKY, R. Literacy effects on language and cognition. In: BÄCKMAN, L.; HOFSTEN, C. von (Orgs.). **Psychology at the turn of the millennium**. Cognitive, biological, and health perspectives. Londres: Psychology Press/Taylor & Francis (Reino Unido), 2002, v. 1, p. 507-530. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/285765555_Literacy_effects_on_language_and_cognition>. Acesso em 29 mar. 2021.

PAPAMANOLILOUDAKIS, G. Dichotic Listening Experiment. **UK Essays**, Nottinghamshire, UK, nov. 2018. Disponível em <<https://www.ukessays.com/?url=https%3A%2F%2Fwww.ukessays.com%2Fessays%2Fpsychology%2Fdichotic-listening-experiment-5453.php%23citethis>>. Acesso em 08 jun., 2021.

PINHEIRO, M. Fundamentos de neuropsicologia - O desenvolvimento cerebral da criança. **Vita et Sanitas**, Trindade/Go, v. 1, n.1, p. 34-48, 2007

SARUBBI, I. M. Experimentos dicóticos em crianças alfabetizadas e pré-alfabetizadas. 1988. 82 f. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal de Santa Catarina, 1988.

SCLIAR-CABRAL, L. Declínio da percepção categorial fonética inata no primeiro ano de vida. **Letras de Hoje**, v. 39, n. 3, p. 79-87, 2004.

SCLIAR-CABRAL, L. Sonogramas de enunciados português brasileiro. In: ALMEIDA CASTRO, L. H.; VIANA de CARVALHO MORETO, F.; TEIXEIRA PEREIRA, T. (Orgs.). **Problemas e Oportunidades da Saúde Brasileira**. Ponta Grossa: Atena Editora, v. 7, p. 118-127, 2020.

SHANNON, C. E. A mathematical theory of communication. **Bell System Technological Journal**, New Jersey, n. 27, p. 379- 423, 1948.

WESTERHAUSEN, R.; SAMUELSEN, F. An optimal dichotic-listening paradigm for the assessment of hemispheric dominance for speech processing, **Plos One**, São Francisco, v. 15, n. 6, (e0234665), (2020).

ANEXOS

82

ANEXO A LISTAGEM DICÓTICA

DISSIMILAR		SIMILAR	
Pista 1	Pista 2	Pista 1	Pista 2
côto	papa	barro	carro
gato	tosse	côco	pouco
cacno	gozo	gola	cola
paço	cota	penete	dente
cura	pato	cara	tara
bota	capa	pata	bata
barro	pouco	côto	gôzo
côco	tara	papa	capa
tacho	gola	gato	pato
cara	dente	bota	cota
pica	baço	cacho	tacho
carro	penete	paço	baço
bala	dura	cura	dura
gago	bilha	tosse	posse
bica	calha	pica	bica
pula	bata	calha	palha
cola	pata	pula	gula
posse	gula	bala	pala
palha	duro	duro	puro
bode	pala	bago	gago
punho	bago	caça	baça
devo	pomba	punho	cunho
pulha	tela	bode	pode
bebo	pote	pote	dote
bela	puro	tolo	bolo
ôte	cunho	ponta	tonta
pilha	bomba	devo	bebo
bucha	pode	bomba	pomba
dano	bolo	tela	bela
tolo	pano	bulha	pulha
barra	ponta	bôdas	tôdas
conto	garra	tique	dique
bôdas	dique	pinto	tinto
pinto	bufo	conto	ponto
galo	tique	tufo	bufo
tonta	baça	calo	galo
tôdas	calo	burra	curra
cama	tufo	gama	cama
tinto	pança	peso	teso
ponto	burra	bilha	pilha
gama	touro	touro	couro
peso	gama	cana	gana
canga	doca	dano	pano
teso	cana	garra	barra
caça	turra	canga	ganga
daço	gança	bança	dança
toca	dança	dado	gado
couro	gado	toca	doca

MONOAUURAL

cura
dura
tosse
posse
pica
bica
bôdas
tôdas
tique
dique
pinto
tinto

Fonte: Sarubbi (1988, p. 82)

Collision au carrefour de l'histoire des idées (linguistiques): Typographie, prosodie, pragmatique linguistique et herméneutique

Collision at the crossroads of the history of (linguistic) ideas: Typography, prosody, linguistic pragmatics, and hermeneutics

Pierre Swiggers*
Auteur Invité

RÉSUMÉ

Au début des années 1840, Marcellin Jobard, un industriel belge d'origine française, proposa une série de symboles typographiques nouveaux, qui devaient servir comme signes de sentiments (tels que l'ironie, l'irritation, la satisfaction) et comme signes des modulations prosodiques. Ses propositions, qui préfigurent les innovations modernes rendues possibles par les polices de logiciels spécifiques, visaient à rapprocher le texte écrit/imprimé de la production orale. Les idées de Jobard, qui n'ont pas eu de succès immédiat, répondaient à un projet de transparence herméneutique, à un programme sémiotique de continuité entre l'oral et l'écrit, et à un souci d'économie, qui apparaît dans l'exploitation d'une série réduite de formes graphiques tournées en différentes positions. Du point de vue de la pragmatique linguistique il est particulièrement intéressant de constater que Jobard proposait aussi des marquages typographiques spécifiques pour distinguer les différentes personnes (il)locutoires.

Mots-clé: herméneutique et interprétation de textes imprimés; instances et rôles (il)locutoires; Marcellin Jobard; marquage typographique de sentiments; prosodie; sémiotique du texte imprimé.

DOI: <http://doi.org/10.18364/rc.2022n62.533>

* Center for the Historiography of Linguistics (CHL), University of Leuven (BELGIUM), pierre.swiggers@kuleuven.be, orcid: 0000-0001-9814-2530

ABSTRACT

At the beginning of the 1840s Marcellin Jobard, a Belgian industrialist of French origin, proposed a series of new typographical symbols that could serve for signalling feelings (such as irony, irritation, satisfaction) and for indicating voice modulations. His proposals, which to some extent prefigure modern innovations made possible by the use of fonts available in specific software, were intended to bridge the gap between the written/printed text and oral production. Jobard's ideas, which did not obtain immediate success, fitted within a project of hermeneutic transparency, within a semiotic program of assuring continuity between the oral and the written circuit, and reflected a concern for economy, as can be seen from his use of a reduced series of graphical forms rotated in different senses. Of particular interest, from the point of view of linguistic pragmatics, is Jobard's proposal to develop typographical markings in order to distinguish the various (il)locutionary instances.

Keywords: hermeneutics and interpretation of texts; (il)locutionary roles; Marcellin Jobard; prosody; semiotics of printed texts; typographical marking of feelings.

«Toute institution qui n'est pas maintenue par des statuts ou une charte inviolable gravite incessamment vers la tyrannie, et la tyrannie devenue intolérable appelle à la révolte» (Jobard 1841–1842: vol. II, 341).

Introduction: remontée vers un carrefour, au temps de la révolution industrielle

Le «parcours vital» des idées linguistiques est jalonné, comme celui des êtres humains, de coïncidences, de rencontres, de contacts. La présente note a un objectif modeste: celui de pointer une «synapse» – zone de contacts – fascinante, qu'on repère dans un ouvrage qui s'insère dans un circuit à première vue complètement étranger à celui des disciplines linguistiques. De plus, l'auteur dont il sera question ne figure nulle part dans les travaux d'historiographie linguistique.

Remontons à 1839, année de l'exposition industrielle¹ aux Champs-Élysées à Paris, scène de la réception «continentale» de la révolution industrielle. L'exposition a ouvert ses portes aux fabricants et inventeurs, ainsi qu'aux entrepreneurs et artisans actifs dans le monde de l'industrie, de la technologie, de la fabrication d'armes, de l'alimentation, du chauffage, de l'agriculture, de l'imprimerie et de la reliure, etc. Parmi les participants se trouve un esprit aventureux, un Belge naturalisé, ancien lithographe et directeur de deux journaux. Observateur attentif et critique, il rédige un rapport extensif, en deux volumes totalisant près de mille pages, qu'il publie en 1841–1842 sous le titre *Industrie française: Rapport sur l'exposition de 1839*.

1. Une figure fascinante: Marcellin Jobard (1792–1861)

L'auteur de ce «Rapport» volumineux signe avec «J.B.A.M. Jobard»: il s'agit de Jean-Baptiste Ambroise Marcellin Jobard (connu surtout sous son dernier prénom: Marcellin)², d'origine française (il est né en 1792 à Baissey [Haute-Marne], près de Langres), qui s'était établi, sous l'Empire, dans les Pays-Bas septentrionaux, pour y travailler comme géomètre au cadastre.

1 De 1798 à 1949 l'«Exposition (publique) des produits de l'industrie française» (initiative du ministre Nicolas François de Neufchâteau) fut organisée périodiquement, à intervalles irréguliers, à Paris (avec une localisation changeante). La première exposition dura trois jours et se tint sur le Champ-de-Mars. Celle de 1839 fut la neuvième et dura du premier mai au 29 juin. L'«Exposition des produits de l'industrie française» fut relayée, en 1851, par l'Exposition universelle de Paris.

2 On trouve des renseignements bio-bibliographiques à propos de Jobard dans Siret (1888–89, comprenant le premier relevé des brochures et pamphlets publiés par Jobard), dans Schoonjans et Strauven (2014) et dans Claes (2016). La figure de Jobard, sa carrière comme lithographe et industriel, et ses nombreux projets d'innovations technologiques ont fait l'objet de la remarquable thèse de doctorat de Claes (2006, 9 volumes); ce travail, qui s'intéresse spécifiquement à l'activité de Jobard comme lithographe et photographe, réunit une masse impressionnante (dans les volumes 4 à 9) de documents (publiés et inédits) qui permettent de situer Jobard dans le contexte du développement socio-économique et culturel des années 1820–1860.

Le jeune Jobard, disciple du pédagogue Joseph Jacotot (1770–1840), se fit naturaliser Hollandais et, après la bataille de Waterloo (1815), marquant la fin de l'ère napoléonienne, il s'installa dans les Pays-Bas méridionaux – l'actuelle Belgique –, où il commença, après avoir travaillé quelque temps comme illustrateur³, à exercer le métier de lithographe. Très tôt, Jobard réussit à se faire nommer lithographe du roi (hollandais), Guillaume I^{er}, alors souverain du Royaume Uni des Pays-Bas. Il se fit remarquer par la publication d'impressions lithographiques de plans de ville (de Louvain, Liège et Maastricht)⁴. Jobard collabora entre autres avec le dessinateur Jean-Baptiste Collon (né vers 1795, mort vers 1845), qu'on connaît comme l'auteur d'une très belle carte de l'île de Corse. Après un séjour de quelques années à Bruxelles, Collon, de nationalité française, retourna en France, où il fut engagé par le gouvernement français. Il revint en Belgique vers 1840 et fonda un atelier de lithographie (qui assura la succession de celui de son ancien patron Jobard, qui avait fait faillite). Parmi les productions lithographiques de Collon, il convient de signaler une remarquable carte du Brésil et du Paraguay⁵, publiée sous l'égide de la «Compagnie belgo-brésilienne de colonisation».

Autant commerçant que savant, Jobard était, de plus, un homme aux multiples contacts: très vite, il s'est constitué un réseau⁶ d'hommes de science, d'inventeurs, d'industriels, d'artisans, voire de missionnaires. En 1829, il

3 Jobard a illustré pendant quelques années les *Annales générales des sciences physiques*.

4 En 1830 il exposa comme imprimeur et lithographe à l'Exposition des produits de l'Industrie nationale des Pays-Bas.

5 Cette carte (*Carte chorographique, en deux feuilles, de la province de Santa Catharina, d'une partie de la province de São Paulo et du Rio Grande do Sul, au Brésil, et de la République du Paraguay, 72 x 77 cm*) date de 1842; elle est conservée à la Bibliothèque royale (KBR) de Belgique, à Bruxelles (Cartes et plans, inv. 77231-2); nous tenons à remercier les services des Cartes et plans et de Numérisation pour avoir mis à notre disposition une reproduction de cette carte.

6 Jobard était, entre autres, ami d'Alexandre de Humboldt, d'Adolphe Quetelet et il était en correspondance avec Victor Hugo, Louis-Napoléon Bonaparte et Samuel Morse.

réussit à perfectionner un système de forage utilisé en Chine, dont il avait pris connaissance grâce à un missionnaire, Laurent Imbert.

Après la Révolution belge et la création du Royaume de Belgique (1830–1831), Jobard devint citoyen belge. Son établissement lithographique périclita et il alla se ressourcer en Angleterre, où il put observer l'essor de la révolution industrielle; il y fit la rencontre de Charles Babbage (1791–1871), l'inventeur du premier modèle d'ordinateur. Jobard s'initia à la photographie daguerréotypique⁷ et, de retour en Belgique, fut le premier Belge à réaliser, en 1839, des prises photographiques⁸.

Esprit universel et caractère hyperkinétique, Jobard se profila bientôt comme propagandiste de la révolution industrielle et de la construction d'un réseau ferroviaire, comme publiciste et directeur de deux journaux, à savoir: *Le Fanal de l'Industrie* et *Le Courrier belge*⁹, et comme inventeur. En 1831 il proposa une méthode pour apprendre à dessiner: la méthode de la «mémoire des yeux», dont il revendiquera la paternité dans un de ses derniers écrits (Jobard 1861). En 1841 Jobard fut nommé à la direction du Musée royal de l'Industrie, installé à Bruxelles.

Multipliant les brevets¹⁰, Jobard commença à s'intéresser à des questions de droit de propriété (intellectuelle et industrielle). En 1844 il

7 Il s'agit du procédé développé par Louis (-Jacques-Mandé) Daguerre (1787–1853).

8 Sur la contribution de Jobard au développement de la photographie, voir Joseph et Schwilden (1989) et Claes (2006). Les sites «Directory of Belgian Photographers» (<https://fomu.atomis.be/index.php/jobard-jean-baptiste>; isaar) et «Photographers' Identities Catalog» (<http://pic.nypl.org/constituents/337026>) contiennent une notice sur Marcellin Jobard.

9 *Le Courrier Belge* est la continuation du *Courrier des Pays-Bas*, qui cessa d'exister au moment de la fondation de la Belgique. Comme directeur du *Courrier belge*, Jobard soignait la rubrique «Bulletin Industriel» dans ce quotidien.

10 Dans différents secteurs industriels: chauffage, éclairage, locomotion, etc.

publia un ouvrage¹¹ dont le titre affiche un néologisme: *monautopole*¹². Par *monautopole*, qu'il explique par une rapide glose étymologique (grec *monos* 'seul', *autos* 'soi-même', *pôleô* 'trafiquer, vendre'), Jobard entend un principe libéral, individualiste et autocratique. Il s'agit du droit de disposer, seul et de manière autonome, de sa propre personne et de ses œuvres.

«Le *monopole* ancien était la concession, faite à un seul, d'un trafic appartenant à tous ... injuste privilège émané du bon plaisir.

Le *monautopole* serait le droit naturel de disposer seul, de soi et de ses œuvres, juste récompense du travail, du talent et de l'esprit de suite» (Jobard 1844: 1)¹³.

Dans cet ouvrage, Jobard non seulement tient un plaidoyer pour un système basé sur ce principe de «monautopole»: il expose aussi en détail comment ce système peut être organisé et assis sur des mesures, juridiques, politiques et économiques et il propose même un projet de loi (Jobard 1844: 394-407) relatif à l'instauration et au maintien de ce principe¹⁴. Dans la continuité de ce projet, Jobard fonda, en 1850, un bureau à l'intention des inventeurs: l'«Office des Brevets».

11 Cet ouvrage est une suite à deux textes programmatiques concernant la «propriété de la pensée» (Jobard 1837) et la «moralisation du commerce» (Jobard 1843).

12 Jobard propose aussi le néologisme *monautopoleur* (Jobard 1844: 471).

13 Cf. Jobard (1844: 394): «il y aurait un avantage immense pour tous les pays en général et surtout pour un seul en particulier, à décréter la reconnaissance pleine et entière de la propriété intellectuelle. C'est-à-dire d'accorder le *monautopole* de leurs œuvres à tous ceux qui augmentent la richesse d'un pays, en créant, perfectionnant, ou important un moyen de production qui n'y existait pas auparavant. Nous réclamons le même droit pour les écrivains, les peintres, les statuaires, modeleurs, graveurs, dessinateurs, mécaniciens, chimistes, auteurs dramatiques, et en général pour tous les producteurs de l'ordre intellectuel».

14 En 1847, Jobard défendra le principe de la propriété intellectuelle dans un écrit littéraire (Jobard 1847).

Figure de proue du développement industriel¹⁵ et technique du nouveau royaume de Belgique, Jobard meurt à Bruxelles, le 27 octobre 1861¹⁶. Par son travail au Musée royal de l'Industrie, il a laissé son empreinte sur la muséologie, comme discipline scientifique, technique et culturelle¹⁷.

2. Les propositions de Jobard pour remédier aux «lacunes typographiques»

Marcellin Jobard ne fut pas seulement un réalisateur d'innovations techniques; dans plusieurs champs il s'est signalé aussi comme développeur de concepts. On lui doit d'importantes propositions (et intuitions) dans le domaine de l'éclairage et du chauffage, ou dans celui du transport et de l'expédition. Comme on l'a signalé ci-dessus, il développa aussi une méthode pour apprendre à dessiner. Nous nous intéresserons ici à une remarquable contribution dans un domaine où diverses zones d'intérêt se recouvrent: typographie, sciences du langage et sémiotique.

Au plan «phénoménologique», le domaine en question est celui de la typographie, de la mise en forme du texte imprimé. Jobard y a consacré une section dans son *Rapport* de 1841–1842 (Jobard 1841–1842: vol. II, 336-355)¹⁸. Concrètement, il s'est intéressé à ce qu'il appelle des «lacunes typographiques». Se plaçant au point de vue de l'encodage et du décodage

15 Tout au long de sa vie active, Jobard est resté un observateur attentif des innovations technologiques; cf. son rapport sur les innovations présentées aux expositions universelles (Jobard 1857–1858).

16 Jobard reçut de nombreuses distinctions et charges honoraires au cours de sa vie. Ainsi, après avoir été nommé Chevalier de la Légion d'Honneur, il fut nommé Officier en 1858.

17 À propos de la contribution muséologique et muséographique de Jobard, voir Claes (2011a et 2017).

18 Dans son *Rapport* Jobard traite de réalisations technologiques et d'inventions dans divers domaines: machines à vapeur; métallurgie; sondage; industrie des bronzes; confection d'instruments de musique; éclairage; chauffage; lithographie, typographie et reliure; arquebuserie, etc.

du texte imprimé en tant que message ou acte communicatif, il constate que l'impression, à l'état technologique atteint vers 1840, ne permet pas d'exprimer «toutes nos manières de voir et de sentir».

«La preuve en est dans l'impossibilité de bien lire, à livre ouvert, de bien rendre la pensée et les sentiments de l'écrivain; nous en avons souvent fait l'épreuve avec les professeurs de déclamation réputés pour d'habiles lecteurs; ils ne pouvaient parcourir une demi-page sans commettre plusieurs contre-sens d'intonation; il n'en est pas de même de la musique, sa notation est beaucoup plus parfaite» (Jobard 1841–1842: vol. II, 349).

Plus particulièrement, il relève la pénurie de symboles marquant les modulations: on ne dispose pas de marques typographiques suffisantes (et adéquates) pour marquer les divers types d'attitudes propositionnelles¹⁹ (souvent en corrélation directe avec des schèmes prosodiques spécifiques):

«Nous ne possédons que deux points expressifs, le point d'interrogation (?) et le point d'admiration (!). N'avons-nous donc que ces deux manières d'être ou de sentir? En sommes-nous à ne pouvoir faire autre chose qu'interroger et que nous exclamer dans nos écrits?» (Jobard 1841–1842: vol. II, 349-350).

La solution que Jobard envisage n'est pas celle d'un marquage «atomiste», c'est-à-dire de simple multiplication de symboles séparés. Au contraire, Jobard entrevoit un marquage corrélatif (ou associatif) de classes de sentiments. La solution qu'il propose incorpore un principe d'économie: il faut regrouper des groupes de sensations similaires, voisines.

19 Ces attitudes relèvent pour Bally (1932 [1965⁴]) de ce qu'il appelle *modus*, en opposition à *dictum* (= le contenu). L'opposition introduite par Bally a été critiquée et nuancée dans la (vaste) littérature sur les (modes et) modalités. Cette thématique étant subsidiaire à notre propos, nous n'entrerons pas dans une discussion à ce propos. Il suffira de garder à l'esprit la distinction entre contenu propositionnel, attitude propositionnelle (l'attitude du locuteur encodée dans la forme de la proposition), et attitude méta-propositionnelle (la prise de position explicite du locuteur par rapport au contenu et à la forme de la proposition).

«Quatre signes nouveaux susceptibles de recevoir quatre positions différentes, ajoutés à la casse, suffiraient pour exprimer seize sentiments génériques dans lesquels viendraient se confondre leurs diverses nuances» (Jobard 1841–1842: vol. II, 351).

Appliquant une visée sémiotique, Jobard conçoit le marquage typographique comme une dimension sémiotique à fonction iconique: les symboles typographiques à développer (qu'il appelle «*points*») seraient comparables, dans leur fonctionnement, à des figures illustratives. Et selon le principe de regroupement, un «point d'ironie» signalerait les procédés rhétoriques du persiflage, de la moquerie et de la plaisanterie:

«Nos nouveaux points seraient au littérateur ce qu'est au mécanicien une planche ou une figure qui tient lieu de vingt pages de description; par exemple un point d'*ironie* représenté par une petite flèche tiendrait lieu des phrases: *dit-il en persiflant, ajoute-t-il en plaisantant, reprit-il d'un air moqueur*, etc. Nous insistons d'autant plus pour l'adoption d'un point d'ironie que dans certains pays ce trope est complètement inconnu et donne lieu aux plus étranges méprises, voire même à des duels. Le défaut de point d'ironie a brouillé plus d'un journaliste avec toute une classe de la société, la classe la plus lourde et la plus nombreuse bien entendu» (Jobard 1841–1842: vol. II, 350).

Déjà en octobre 1841, dans un article de son journal *Le Courrier belge*, Jobard avait proposé d'introduire ce point d'ironie²⁰, à figuration iconique. Ce point d'ironie est symbolisé par une sorte de «pique» ou flèche pointue²¹, reflétant la face «piquante» et «touchante» de l'ironie. Le passage où il introduit ce symbole est le suivant:

20 La proposition du «point d'ironie» a fait l'objet récemment d'une réception gratifiante; cf. Houston (2013 et 2014), qui renvoie seulement au texte dans *Le Courrier belge* de 1841. La proposition d'autres signes typographiques dans Jobard (1842) n'a pas fait l'objet d'une réception analogue.

21 Notre reproduction du symbole imprimé par Jobard dans *Le Courrier belge* de 1841 est imparfaite: chez Jobard, la pointe de la flèche n'est pas noircie; en outre, son symbole est imprimé au-dessus du niveau de la ligne.

«Qu'est-ce à dire ? Quoi \blacktriangledown (1) lorsque la France piaffe et trépigne impatiente de se lancer sur les champs de bataille; lorsque l'Espagne, fatiguée d'une trêve de quelques mois, recommence la guerre civile, la Belgique resterait tranquillement occupée d'industrie, de commerce, de chemins de fer et de colonisation ! Mais c'est absurde» (*Le Courrier belge*, 11 octobre 1841).

Plus loin, il utilise le signe au début et à la fin d'un énoncé:

« \blacktriangledown Les sillons arrosés de sang humain et recouverts de cendres donnent les plus riches moissons \blacktriangledown » (*Le Courrier belge*, 11 octobre 1841).

Le «point d'ironie» connaîtra une belle fortune, quoique non liée au nom de Jobard. En effet, le poète et critique d'art Alcanter de Brahm (= Marcel Bernhardt, 1868–1942) proposera, à la fin du XIX^e siècle, un signe typographique, sous forme d'un point d'interrogation inversé²², pour marquer l'ironie. Le *Nouveau Larousse illustré* (s.v. *ironie*) lui attribuera la paternité du «point d'ironie»: «signe particulier, proposé par Alcanter de Brahm, pour indiquer au lecteur les passages, les phrases ironiques d'un ouvrage, d'un article» (1905: vol. V, 329). Au XX^e siècle, l'écrivain Hervé Bazin (1911–1996) proposera également un point d'ironie, à côté d'autres signes (Bazin 1966: 142-143); le signe d'ironie fut ressuscité en 1997 pour le périodique d'art *Point d'ironie*, qui lui doit son titre. Actuellement, le symbole est utilisé sous diverses formes graphiques (cf. Méron 1998).

En 1842, dans le second volume de son *Rapport*, Jobard se montre plus hardi qu'en 1841. Il propose tout un éventail de symboles typographiques, en les regroupant sur une base formelle. Ses propositions constituent un véritable programme d'élargissement des marquages typographiques, visant à combler le fossé qui sépare le message oral dans sa densité et sa richesse pragmatiques et le texte écrit, (trop) désincarné.

22 Le symbole est celui du «point d'interrogation arabe», avec pente diagonale allongée; il correspond plus ou moins aux caractères Unicode U+061F (en décimal: 1567) et U+2E2E (en décimal: 11822).

Il reprend d'abord le point d'ironie, qu'il désigne comme «flèche», et qu'il associe avec d'autres sentiments: irritation, indignation et hésitation. Cette série pourrait être exprimée avec la «même flèche placée dans quatre positions différentes» (Jobard 1841–1842: II, 350)²³. Jobard ne spécifie pas les configurations exactes, mais on peut penser ici à: ↑ ↓ ← →.

Ensuite, Jobard présente une seconde série²⁴, pour laquelle il spécifie parfois la forme des signes typographiques:

«Nous proposons un point de *sympathie* (), un point d'*antipathie*)(, un point d'*affliction*, un point de *satisfaction*²⁵; un signe pour la voix haute \frown , un pour la voix basse \smile , etc.» (Jobard 1841–1842: vol. II, 350-351).

Une troisième série nous semble encore plus intéressante du point de vue pragmatico-linguistique. En effet, Jobard envisage une série de signes pour marquer l'instance (il)locutoire:

«Nous proposons [...] l'emploi d'un tiret pour le premier interlocuteur –, de deux tirets pour le second =, et de trois tirets pour le troisième ≡» (Jobard 1841–1842: vol. II, 351).

23 L'idée d'utiliser le renversement de position comme principe économique, en application à des (composantes de) caractères alphabétiques, se rencontre déjà chez le réformateur de l'orthographe Honorat Rambaud (1578), dont les propositions originales étaient motivées par la volonté de faciliter l'apprentissage de la lecture et de l'écriture. À propos des idées de Rambaud (1578), voir Bousquet (1981) et Hermans et Van Hoecke (1989).

24 Il s'agit d'une série mixte: elle comprend d'un côté des signes d'appréciations intersubjectives, de l'autre des signes de sentiments subjectifs, enfin des signes marquant le volume sonore.

25 Jobard n'illustre pas ses propositions de signes pour l'affliction et la satisfaction, mais on peut penser pour la satisfaction à: \frown , et pour l'affliction au symbole correspondant avec les deux parenthèses renversées. On aurait alors en tout (avec les symboles pour le volume sonore) six symboles typographiques définis par un usage positionnel contrastif d'une (2 possibilités) ou de deux parenthèses (4 possibilités).

Jobard ne manque pas de relever le double avantage, herméneutique et économique, de ce marquage explicite: ce marquage non seulement évite la «répétition du nom des interlocuteurs», mais constitue aussi une garantie contre une «méprise dans les dialogues» (Jobard 1841–1842: vol. II, 351). On reconnaîtra l'importance de cette proposition pour l'herméneutique de textes: l'identification des personnes du discours et la détermination des prises de parole alternantes²⁶ constituent une condition essentielle pour la compréhension adéquate des échanges communicatifs, et cette détermination des instances (il)locutoires est évidemment cruciale dès qu'on a à faire à des textes écrits, par rapport auxquels l'analyste-interprète est nécessairement «à distance».

Jobard, autant homme d'invention qu'esprit universel²⁷, est bien conscient du fait que, dans une certaine mesure, les conventions typographiques existantes encodent déjà au moins certains aspects liés à la modalisation du message, comme l'interrogation et l'exclamation, et il signale que le système (typo)graphique de l'espagnol présente à cet égard un réel atout:

«Nous ajouterons qu'il est de toute nécessité d'adopter l'usage espagnol, de placer les points expressifs avant et après la phrase, de manière à indiquer au lecteur le sens de l'intonation qu'il doit prendre» (Jobard 1841–1842: vol. II, 351).

Tout en n'étant pas linguiste, Jobard fait preuve d'un solide «instinct» pragmatico-linguistique: il a bien saisi l'importance de signaler les personnes

26 En anglais: *turn-taking*; cf. Sacks, Schegloff et Jefferson (1974).

27 Voir ses remarques sur l'écriture et la typographie de langues orientales (Jobard 1841–1842: vol. II, 351-352). Il renvoie par ailleurs à un graveur de Paris, Marcellin Legrand, qui avait réalisé des corps de caractères pour le zend, le tamoul, le gujarati, le «persépolitain» et le tibétain. Au cours de son activité comme lithographe, Jobard perfectionna le procédé lithographique afin de pouvoir imprimer des caractères hiéroglyphiques. Il était en contact avec Jean-François Champollion, l'auteur de la *Grammaire égyptienne* (cf. Claes 2011b).

du discours, de marquer la visée et l'engagement du locuteur²⁸, et d'assurer une interprétation correcte du message et de sa modulation prosodique. De plus, à travers son exposé concernant les «lacunes» typographiques à combler, Jobard fait montre d'une exigence essentielle du travail linguistique: la recherche d'économie.

«Si notre alphabet eût été conçu plus logiquement qu'il ne n'est, chaque lettre²⁹ en aurait pu exprimer quatre, selon sa position, de sorte qu'il eût suffi de six caractères aux imprimeurs pour composer un livre, nous en avons l'exemple dans le *b* qui se change en *d*, en *p* ou en *q*, selon sa position; dans l'*n* qui devient *u*, et qui pourrait valoir deux autres lettres [...]»³⁰; l'*i* pourrait, étant renversé³¹, tenir lieu du *j*, etc.» (Jobard 1841–1842: vol. II, 351).

Conclusion

Les propositions typographiques de Jobard formulées en 1841–42 ont plus qu'un simple intérêt anecdotique. Elles constituent, dans une visée panoramique de l'histoire des idées, un moment de «confluence» d'intérêts et de préoccupations, théoriques et pratiques, se profilant en amont et en aval. Les zones problématiques concernées sont les suivantes:

(1) le statut de l'écrit par rapport à l'oral et les difficultés de rapprocher le texte écrit/imprimé à son «origine» orale ou à son «corrélat» sonore³²;

28 Adoptant une terminologie à la mode, on pourrait dire que les propositions typographiques de Jobard font justice aux facteurs de *subjectification* et d'*intersubjectification*.

29 Il aurait été plus exact d'écrire: «chaque segment (typo)graphique».

30 Dans le texte de Jobard on trouve à cet endroit les caractères *n* et *u* tournés à 180°; nous n'avons pu reproduire ces symboles imprimés.

31 Le texte de Jobard n'illustre pas son propos par un symbole typographique. Ce serait: ı

32 La représentation de l'oral dans le texte écrit/imprimé constitue un problème sémiotique crucial qui se prête à des réflexions théoriques ainsi qu'à des considérations «pratiques».

(2) la détermination et l'identification – recherches entamées par les sophistes³³ et Aristote (cf. *Poétique* 1456b15-18) – de divers types d'énoncés et d'actes de langage³⁴;

(3) la distinction des rôles discursifs et des instances (il)locutoires³⁵;

(4) l'interprétation correcte ou adéquate de messages: à travers quels indices, par quelles «clés» parvient-on à saisir le «véritable» contenu d'un message?;

(5) la saisie de faits linguistiques et sémiotiques (par exemple, kinésiques) qui se juxtaposent ou se superposent à la chaîne segmentale des signifiants et qui confèrent une coloration hautement subjective à l'énonciation et définissent les rapports entre locuteur et allocataire(s).

En somme, placé devant le «phénotexte» écrit/imprimé, l'interprète-analyste doit suppléer, par conjecture, une modulation prosodique, des accents d'insistance, des pauses, des attitudes (méta)propositionnelles, voire tout un tissu discursif (et gestuel) subtil.

Le mérite de Marcellin Jobard a été d'avoir conçu et d'avoir voulu instaurer un système de marquage économique pour encoder (du moins, en partie) cette multiplicité d'informations.

Références bibliographiques

BALLY, Charles. *Linguistique générale et linguistique française*. Paris: Leroux, 1932. [Quatrième édition: Berne: Francke, 1965]

33 Diogène Laërce (*Vitae philosophorum* IX, § 53 et § 54) cite les classifications des types d'énoncés proposées par Protagoras et Alcidas.

34 Une problématique reprise dans le contexte de la philosophie analytique du langage (J.L. Austin, J.R. Searle).

35 Les éditeurs de textes conservés dans des manuscrits et, dans une moindre mesure, les lecteurs de pièces littéraires à dialogues, savent combien il est difficile de percevoir la dimension «illocutionnaire» de messages écrits.

BAZIN, Hervé. *Plumons l'oiseau*. Paris: Grasset, 1966.

BOUSQUET, Robert E. The Sixteenth Century Quest for a Reformed Orthography: The Alphabet of Honorat Rambaud. *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance* 43, p. 545-566, 1981.

CLAES, Marie-Christine. *J.B.A.M. Jobard (1792–1861): visionnaire de nouveaux rapports entre l'art et l'industrie, acteur privilégié des mutations de l'image en Belgique au XIX^e siècle*. Louvain-la-Neuve: Université [Thèse de doctorat], 2006. (9 volumes)

CLAES, Marie-Christine. Marcellin Jobard e o Museu da Indústria de Bruxelas. In: LINHARES BORGES, Maria Eliza (org.). *Inovações, coleções, museus*, p. 69-81. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011. (= 2011a)

CLAES, Marie-Christine. Autour de la *Grammaire égyptienne* de Champollion: Marcellin Jobard, Charles Motte et Jules Feuquières, utilisateurs de la lithographie pour l'impression des hiéroglyphes. *Bulletin des Musées royaux [de Belgique] d'art et d'histoire* 82, p. 55-99, 2011. (= 2011b)

CLAES, Marie-Christine. Jobard, Jean-Baptiste, Ambroise, Marcellin. In: *Nouvelle Biographie Nationale*, t. 13, p. 192-195. Bruxelles: Académie Royale des Sciences, des Lettres et des Beaux-Arts de Belgique, 2016.

CLAES, Marie-Christine. Marcellin Jobard et le Musée Royal de l'Industrie de Bruxelles. *Artefact* 5, p. 59-75, 2017.

HERMANS, Huguette et VAN HOECKE, Willy. Le problème de la réforme de l'orthographe: les conceptions de Peletier (1550, 1555) et de Rambaud (1578). In: SWIGGERS, Pierre et VAN HOECKE, Willy (éds). *La langue française au XVI^e siècle: Usage, enseignement et approches descriptives*, p. 136-156. Louvain - Paris: Leuven University Press et Peeters, 1989.

HOUSTON, Keith. The 500-year-long battle to make written irony easier to understand. *New Statesman*, International Edition, [rubrique Art & Design], 24/10/2013. <https://www.newstatesman.com/2013/10/rain-your-wedding-say>

HOUSTON, Keith. Ceci est un point d'ironie. *Courrier international* n° 1210, 21 janvier 2014. <https://www.courrier.international.com/article/2014/01/09/ceci-est-un-point-d-ironie>

JOBARD, Jean-Baptiste-Ambroise-Marcellin. *De la propriété de la pensée et de la contrefaçon considérée comme droit d'aubaine et de détraction*. Versailles: Marlin, 1837.

JOBARD, Jean-Baptiste-Ambroise-Marcellin. *Industrie française: Rapport sur l'exposition de 1839*. Bruxelles: chez l'auteur; Paris: Mathias, 1841–1842. (2 volumes)

JOBARD, Jean-Baptiste-Ambroise-Marcellin. *Création de la propriété intellectuelle: de la nécessité et des moyens d'organiser l'industrie, de moraliser le commerce et de discipliner la concurrence*. Bruxelles: de Mat, 1843.

JOBARD, Jean-Baptiste-Ambroise-Marcellin. *Nouvelle économie sociale, ou Monautopole industriel, artistique, commercial et littéraire, fondé sur la pérennité des brevets d'invention, dessins, modèles et marques de fabrique*. Bruxelles: chez l'auteur; Paris: Mathias, 1844.

JOBARD, Jean-Baptiste-Ambroise-Marcellin. *La Force, le capital et le droit. Drame industriel, précédé d'une lettre à M. Wollowski sur la propriété intellectuelle*. Bruxelles: Wouters, 1847.

JOBARD, Jean-Baptiste-Ambroise-Marcellin. *Les nouvelles inventions aux Expositions universelles*. Bruxelles: Flatau, 1857–1858. (2 volumes)

JOBARD, Jean-Baptiste-Ambroise-Marcellin. Enseignement rapide du dessin. *Les Beaux-Arts* 2, p. 76-78, 1861.

JOSEPH, Steven F. et SCHWILDEN, Tristan. Sunrise over Brussels: the First Year of Photography in Belgium. *History of Photography* 13, p. 355-368, 1989.

MÉRON, Jean. *En question: la grammaire typographique. Étude critique*. La Ferté-sous-Jouarre: chez l'auteur, 1998. <http://listetypo.free.fr/meron/new/Gramtypo.pdf>

Nouveau Larousse illustré. Paris: Larousse, 1905. (7 volumes)

RAMBAUD, Honorat. *Declaration des abus que l'on commet en esrivant et le moyen de les eviter, et représenter nayvement les paroles: ce que jamais homme n'a faict*. Lyon: Jean de Tournes, 1578.

SACKS, Harvey, SCHEGLOFF, Emanuel, et JEFFERSON, Gail. A Simplest Systematics for the Organization of Turn-Taking in Conversation Analysis. *Language* 50, p. 696-735, 1974.

SCHOONJANS, Yves et STRAUVEN, Francis. Jobard, Jean-Baptiste Ambroise Marcellin. In: *Nationaal Biografisch Woordenboek*, t. 21, p. 543-555. Brussel: Paleis der Academiën, 2014.

SIRET, Adolphe. Jobard, Jean-Bapt.-Ambroise-Marcelin. In: *Biographie nationale publiée par l'Académie Royale des Sciences, des Lettres et des Beaux-Arts de Belgique*, t. 10, col. 493-499. Bruxelles: Bruylant, 1888-89.

Os adágios da língua portuguesa na obra de Bento Pereira (1605-1681)

The adágios of the Portuguese language in the work of Bento Pereira (1605-1681)

Maria do Carmo Henriques Salido*
Articulista Convidada

RESUMO

Neste trabalho estudam-se enunciados breves, concisos e com força expressiva de carácter moral, transmitidos oralmente de geração em geração, resumidos na maioria dos exemplos em estruturas simples, bimembres ou trimembres, uma oração ou várias orações, ou fórmulas sintéticas como uma locução ou grupos muito heterogêneos de palavras, recolhidos por Bento Pereira como *Adágios da Língua Portuguesa* (1655). Elaboram-se umas notas sobre a origem da lexicografia em Portugal, a lexicografia bilingue (latim e português) e a relevância dos *Tesouros*. Incorporam-se comentários sobre a biografia e a obra do autor. Apresenta-se apenas uma ordenação por palavras-nucleares que combina a ordem alfabética do nosso dicionarista e uma possível ordenação por domínios a partir das unidades lexicais documentadas na formulação de cada *adágio*, embora seja habitual que em muitos exemplos se entrecruzem vários domínios. Finaliza com as conclusões.

Palavras-chave: lexicografia, dicionários bilingues, paremiologia.

DOI: <http://doi.org/10.18364/rc.2022n62.537>

* Universidade de Vigo, mcsalido@uvigo.es. ORCID: 0000 – 2002 – 3315 – 5664.

ABSTRACT

In this work, brief, concise statements with expressive force of moral character are studied, orally transmitted from generation to generation, summarized in most examples in simple bipartite or tripartite structures, a sentence or several sentences, or synthetic formulas such as an utterance or very heterogeneous groups of words, collected by Bento Pereira as *Adagios da Lingoa Portuguesa* (1655). Notes are drawn up on the origin of lexicography in Portugal, bilingual lexicography (Latin and Portuguese) and the relevance of *Tesouros*. Comments on the author's biography and work are incorporated. We present an ordering by keywords that combines the alphabetical order of our dictionary writer and a possible ordering by subjects based on the lexical units documented in the formulation of each *adágio*, although it is usual that in many examples various themes intersect. This paper ends with the conclusions.

Keywords: bilingual dictionaries, lexicography, paroemiology.

Introdução

O primeiro momento da existência da lexicografia bilingue na Espanha (latim – espanhol), apesar da importância que tinha esta língua clássica, não se produz até 1490 com a obra *Universal vocabulario en latín y en romance collegido por el cronista Alfonso de Palencia*; com esta obra começa uma das etapas mais importantes da lexicografia espanhola, porém serão os dicionários de NEBRIJA, *Diccionario-Latino-Español* (1492) e o *Diccionario Español-Latino* (circa 1495) elaborados com um critério de simplicidade e destinados a um público muito diverso, os modelos seguidos por vários lexicógrafos de Portugal (VERDELHO, 1995).

O interesse na Europa por recopilar *adágios* surge com ERASMO DE ROTERDAM, que “começou por uma colectânea modesta (*Adagiorum collectanea*) de 818 entradas, impressa em Paris em 1500. Erasmo alargou, em sucessivas edições, o número de adágios glosados, atingindo os 4151, na ed. de Basilea de 1536 [...]” (VERDELHO, 1995, p. 417). O castelhano HERNÁN NÚÑEZ, PINCIANO DE TOLEDO (1475-1553) publica a sua obra

em 1555 e COVARRUBIAS em 1611. O português DELICADO (1651) edita os *Adagios portuguezes, reduzidos a lugares communs*.

As mais importantes figuras espanholas e portuguesas intitulam as suas obras como *tesoro* ~ *thesoro* ou *tesouro* ~ *thesouro* (*thesauri*), porque o seu objetivo principal era reunir o maior número de unidades lexicais. Um bom exemplo será Bento PEREIRA, quando aparece o seu *Thesouro da Lingoa Portuguesa* (1647) declara que ficava assim suprimida “a falta de vocabulario em que estavamos com descredito da nossa lingoa, sendo injustamente de alguns julgada por menos copiosa” (VERDELHO, 1995, p. 379).

Em Portugal a lexicografia nasce no século XVI com CARDOSO e chega a ter certa plenitude com a obra de PEREIRA (VERDELHO, 1995, p. 351). Tem-se produzido num processo de interação em primeiro lugar com o latim e depois em confronto com outras línguas vizinhas contemporâneas, nomeadamente o espanhol dentro do espaço da Península Ibérica, porque era a língua de comunicação e intercâmbio escolar, onde tinha prepotência “especialmente nas Escolas da Companhia de Jesus” (VERDELHO, 1995, p. 379). Acompanha na sua origem à lexicografia europeia, mas com uma dimensão mais modesta, num espaço linguístico periférico e com um reduzido peso demográfico. Muita informação sobre a dicionarística portuguesa, um inventário e estudo exaustivo de património lexicográfico e até sobre “a dificuldade em induzir uma consciência linguística informadora ao nível da prática individual da escrita” pode ser vista em VERDELHO e SILVESTRE (2007, p. 48-50).

Na época em que aparecem estas obras lexicográficas, e a partir da tipologia elaborada por HAENSCH *et. al.* (1982), a paremiologia entraria no catálogo de dicionários, pois estes autores consideram “los refraneros o dictionarios paremiológicos” como um tipo concreto de dicionário, que apresenta as parêmias como unidades de descrição e pelo número de línguas haveria obras paremiológicas monolíngues ou plurilíngues. PEREIRA deve ser incluído numa tradição de transmissão cultural, que consiste na recolhida antológica de textos existenciais orais ou escritos e gera uma espécie de

síntese arquiteitual; reúne milhares de unidades lexicais com formulações morais, a tradução literal, equivalências ou comentários nas mais «puras e elegantes frases latinas» (CAMERON, 2018).

Da sua vida apenas mencionamos umas notas por ser conhecida na História da Lexicografia e Historiografia Linguística; além do mais tem sido exaustivamente estudada por grupos de investigação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD)¹. Nasce em 1605 em Borba (Alentejo), ingressa na Companhia de Jesus; ensina Retórica, Humanidades e Teologia; na sua obra incorpora três línguas (latim, português e castelhano) e escreve com um propósito pedagógico. Confessa ter lido dicionários de latim e castelhanos. Falece em 1681.

A parte que se estuda da *Prosodia*, constituída por vários estudos analisados por CAMERON (2018), é a segunda “os principais adágios portugueses, com seu latim prouerbial correspondente”, editado em 1655, “pera se aiuntar a Prosodia, & Thesouro portugues, como appaendiz, ou complemento”. Uma modalidade de dicionário concreto, uma obra paremiológica bilingue, que apresenta os adágios (parêmias) como unidades de descrição; são patentes as dúvidas ou vacilações ortográficas no conjunto de adágios, grafias que se respeitam neste contributo.

Documenta-se uma notável presença de adágios em espanhol, nos quais são claros os erros na transcrição, nos comentários ou equivalências e unidades gramaticais híbridas, formadas por elementos tomados do português e do castelhano. Reproduzimos, como recurso de ilustração, provérbios e “refrans”, que podemos ver em HERNÁN NÚÑEZ, PINCIANO DE TOLEDO (1555) ou COVARRUBIAS (1611) (HENRÍQUEZ, 2021, p. 94-98):

1 Podem ser vistos neste endereço eletrónico (<https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2021/CEL - Portuguese-Orthographers 4-compactado.pdf> e Portuguese Orthographers do Centro de Estudos em Letras).

Achaque al Viernes, por no ayunar; Alfin se canta la gloria; Al freir lo veremos; Algo hemos de hazer, por emblanquecer; Animo vence la guerra, y no arma buena; A su casa lleva el hombre, com que llora; De cien en cien annos reys son villanos, y de ciento y seis los villanos reys; Del dicho al hecho va gran trecho; Dime com quien tratas, direte quien eres; El consejo del viejo; En tu villa, como en tu villa, y em Sevilla, como en Sevilla; Guardar la risa pera la llora; Hidalgo como El-Rey, dinero no tanto; La mucha consersacion es causa de menos precio; Obras sam amores, & nam palavras doces. Diz o Castelhana, obras son amores, y no buenas razones; Paga loque debes, sanarás delmal, que tienes; Palavras, y plumas el viento las lleva; Por nÛs seamos buenos y no por nuestros abuelos; Si la pildora bien supiera, no la doraran por de fuera; Si mucho las pintas y regalas, de buenas hijas harás malas; Uno piensa el bayo, y otro quien le ensilla, etc.

PEREIRA é pouco sistemático, nuns exemplos inserta o exemplo em latim e a seguir incorpora a tradução, equivalência, glossa ou comentários. A diferença de COVARRUBIAS mal comenta ou explica o sentido de cada adágio, pelo qual não existem dados suficientes para construir um estudo da significação baseado na análise das noções, a fim de determinar as formas linguísticas e as relações lexicais. Não obstante, entre as fontes de COVARRUBIAS ou de PEREIRA, conforme temos examinado (HENRÍQUEZ, 2021, p. 93-94), devemos mencionar mais uma vez a *Bíblia*, numa consulta de um ‘Índice analítico’ podemos ver os vícios, que deviam ser reprimidos, condenados ou proibidos, também sabemos que o desejo insaciado da riqueza era maldito e punido, por ser a raiz de muitos males. Nesta relação (a ambição, a avareza, a inveja, a mentira, a murmuração, a preguiça e a usura) estão vícios censurados nos adágios.

Assinala estas cifras L1756 (1815) e finaliza com frases em latim e a invocação a Deus e à Virgem Maria:

Zombai com o tolo em casa, zombará com vosco na praça.
L1756 (1815). Si stulto clam illudet tibi palam.

FINIS LAUS DEO,
Virginique Matri.

1. Adágio, anexim, paraemia, provérbio, rifão

Uma das propriedades do léxico das línguas históricas é que os significados das palavras não sejam absolutamente independentes, o mais freqüente é que estejam conectados por relações. Um falante culto do português ou do espanhol no século XVII era consciente de que *adagio*, *paraemia*, *prouerbio*, *refrão* significavam o mesmo; esta semelhança de significação permite que uma unidade lexical seja escolhida pela outra em alguns contextos sem que se altere a significação literal do enunciado. O lexicógrafo português no *Tesouro da Lingoa Portuguesa* (1647) incorpora as entradas “adagio”, “refrão” e “prouerbio”: “Adagio, Proverbium, ii. Paraemia, ar. Adagiü.ii. Adagio, onis” (4v), “refrão”: “Refrão. Vide. Prouerbio.” (82r.) “Prouerbio. Adagium, ii. Prouerbiu.ii.” (79r.).

No que se refere ao “refrán”, para o lexicógrafo espanhol NÚÑEZ (1555), “es axioma no porque venga de la sabiduría popular, sino porque se encuentra refrendado en los grandes autores” (MADROÑAL, 2002, p. 30). Nesse período não todos os adágios ou provérbios tinham origem popular, muitos procediam da *Bíblia*, da tradição grecolatina, textos jurídicos ou obras literárias da Idade Média ou dos séculos XVI e XVII (HENRÍQUEZ, 2021, p. 82-83).

Mesmo que tenha sido um tema muito debatido, e na atualidade não seja simples delimitar na prática se duas unidades lexicais são sinônimas, naquela época, a partir dos dados obtidos da leitura das obras destes dois lexicógrafos, a relação que se estabelece entre estes vocábulos é a de sinonímia: os dois significados mostram o mesmo conteúdo semântico. No caso de COVARRUBIAS “proverbio” e “refrán” podem ser intercambiados livremente em qualquer situação sem que isto produzisse nenhum tipo de contraste (HENRÍQUEZ, 2021, 83-86). Na atualidade, HOUAISS (2001) define *adágio* “sentença moral de origem popular; anexim, ditado, provérbio” e o DACL (2001) “Dito tradicional, frequentemente de origem e uso popular, que encerra um ensinamento, uma moralidade. ≈ DITADO, MÁXIMA,

PROVÉRBO, RIFÃO, SENTENÇA” (DACL, 2001, s.v.), existiria a sinonímia parcial ou seriam unidades lexicais equivalentes.

De todos estes termos acaso o mais discutível seria *anexim*, no momento concreto em que viveu PEREIRA. Fundamentamos a nossa hipótese a partir da informação de MACHADO (1977, s.v.): procede do árabe [...] “«elevação da voz, canto; poema que se recita nas assembleias; trecho de declamação, hino; deve ter tomado o sentido de «adágio» no Andaluz [...]; não consegui documentar em textos medievais este arabismo, que, mesmo hoje, tem uso reduzido”. Este deve ser o motivo principal pelo qual não o menciona PEREIRA.

Esta obra ajusta-se aos parâmetros exigidos para os dicionários, deve ser examinada num determinado contexto histórico e cultural. PEREIRA indica no início da sua obra: DOS PRINCIPAES ADAGIOS PORTUGUESES, COM SEU LATIM PROUERBIAL CORRESPONDENTE. Organiza o seu dicionário seguindo a ordem alfabética, incorpora a primeira letra do abecedário e a seguir insere os exemplos. Se bem que seja evidente a falta de sistematização, nuns casos inclui o latim e a seguir a tradução ou comentário e noutros escreve primeiro o texto em português e a continuação a tradução, comentário ou paráfrase em latim:

(a) Menciona o enunciado em latim e a seguir incorpora a tradução, glosa ou comentário em português; é o modelo mais freqüente:

L907 (935). Parturiens montes, nascetur ridiculus mus.

Mais se sabe por experiencia, que por aprender.

L1016 (1044). Albae gallinae filius.

Tomado da gallinha branca, que no collo de Livia deixou cair a aguia, & porque os Romanos tinhaõ o branco por symbolo de felicidades.

L1035 (1063). Arcadiu juvenis.

Porque os de Arcadia tinhaõ pouco saber.

L1043 (1071). Nec si ad Jovis aulam.

Nam esperteis o caõ que dorme.

L1068 (1098). Feli crocoton.

Nam faz a vestidura quartapizada ao gatto.

L1108 (1139). Nec mulieri, nec gremio credentum.

Nam se ganham trutas a bragas enxutas, etc.

L1145 (1176). Nem per somnium quidem.

Nem por muito madrugar amanhece mais cedo.

L1181 (1213). Nunquam ex malo patre nascitur bonus filius.

Nunca de mã arvore bom fruto.

L1477 (1520). Maza post panem bona.

Porque maza era comer somenos, & supria ao pam

L1570 (1618). Pisce sanior.

Porque os pexes nam tem doenças.

L1690 (1745). Augesces sóphia, pelagoque & Principis aula.

Tres cousas destroem ao homem, muito fallar, & pouco saber, muito gastar, & pouco ter, muito presumir, & pouco valer.

(b) Inserta o texto em latim e a continuação comentários ou explicações de certa extensão em português (ou construções híbridas):

L1177 (1209). Sustine, & abstine.

Foi sentença de Epiclete filósofo, a qual bem guardada faz a hum homem perfeito vencedor.

L1431 (1471). Callidus est latro, qui tollit furta latroni. Quem ensinou a Pedro fallar Galego?

L1581 (1631). Semper veritatis pondus erupit.

Sempre debes medir tus negocios por los fines, pera que mejor atines.

L1619 (1670). Mars communis.

Também a formiga tem catarro, Ou Tambem Joam Taz tem bésta.

L1623 (1677). Ne quid nimis.

Tantas vezes vai o cantarinho à fonte, até que quebra, etc.

(c) Selecciona o texto em português e a seguir coloca o texto em latim:

Mula, que faz him, & e mulher que falla latim, raramente ha bom fim.

L1009 (1037). Odi faeminas litteratas.

Nada duvida, quem nada sabe.

L1018 (1046). Ille nihil dubitat, quem nulla scientia ditat.

O homem he fogo, & a mulher estopa, vem o diabo, & assopra.

L1215 (1248). Dicitur ignis homo, sic faemina stupa vocatur: Insufflat Daemon: gignitur ergo focus.

O homem propoem, & Deos dispoem.

L1216 (1249). Vanus homo statuit: Deus Optimus omnia condit. Praevertit anchorae jactum Deus.

O hospede, & o peixe aos tres dias aborrece.

L1217 (1250). Piscis nequaquam est, nisi recens. Hospes, & piscis tertio quoque die odiosus sunt.

L1692 (1747). Trinta tem Novembro, Abril, Junho, & Setembro, vinte, & oito tem hum, & os outros trinta, & hum.

Triginta Aprilis, Junius, & Setemque, Novemque. Unus plus alii, viginti Februs octo, etc.

2. Domínios principais

Para delimitar e descrever a estrutura de um domínio e os conceitos ou ideias que fazem parte dele, utiliza-se um sistema de classificação dos adágios a partir de determinados domínios, esferas ou níveis, que não estão isolados, mas comunicados entre eles pelas relações lexicais-semânticas, porque um significante pode estar constituído por vários significados.

Para elaborar este apartado, lemos a obra e utilizamos como orientação a classificação ideológica lexical proposta por CASARES (1959, p. XXXIV-XXXV) no seu *Diccionario ideológico*, aplicáveis à realidade cultural portuguesa do século XVII, não muito diferente à espanhola do mesmo século, como pode ser verificado com a consulta de COVARRUBIAS (1611). Os domínios estão em relação com o conhecimento humano e as disciplinas científicas como a Biologia (compreende outras ciências do mundo orgânico), Botânica, Zoologia, ou esferas como o dinheiro, a mulher, a vida familiar, etc. que encerram sempre um ensinamento, uma moralidade. A relação de adágios estudados é o resultado de uma seleção.

A metodologia consiste em recolher todos os exemplos, porém como a diferença de COVARRUBIAS (1611) PEREIRA apenas comenta a sua significação ou sentido na época, esta circunstância origina problemas para o seu estudo e para ver as relações lexicais. Observam-se empiricamente substantivos dentro do correspondente adágio, escolhem-se as unidades lexicais sobre as quais se constroem as ideias nucleares das parêmiás. É preciso salientar que aparecem classes e grupos de vocábulos conceptualmente homogêneos num mesmo grupo que podem corresponder a vários níveis ou esferas.

Não podem ser agrupados em sentido estrito por domínios, pois quase não existem ideias originais do autor, e há provérbios, frases e modismos proverbiais que representavam a sabedoria popular na sua mais ampla acepção. Não se inclui um índice final com todos os adágios, pois pode ser difícil localizar um determinado adágio. Vários exemplos: o adágio, *Si mucho las pintas, y regalas, de buenas hijas harás malas*, está selecionado no domínio da família, e não no da mulher; *Em casa de Gonçalo mais pode a gallinha, que o gallo*, está no da mulher e não se comenta no mundo animal/fauna; *Reprender velho, & espulgar cão duas doudices sam*, está no da velhice e não no mundo animal/fauna, etc.

Os adágios mais freqüentes pertencem ao mundo animal. Estão representados os dois grandes grupos, os Vertebrados e os Invertebrados, este segundo grupo é menos numeroso: *abelha (Miguel, Miguel, nam tens abelhas, & vendes mel?; Nam morde a abelha, senom a quem trata com ella); câgado (Câgado, pera que queres botas, se tens as pernas tortas?; Vai cardar lã de câgados); caranguejo (Anda pera traz, como caranguejo); escaravelho (Vai brincar com a maçã do escaravelho); formiga (Segue a formiga, viverás com fadiga); mosca (He tam bom, que o papam moscas), pulga (Fazer de huma pulga hum cavalleiro armado), etc.*

No grupo dos Vertebrados haveria que distinguir género, espécie e traços distintivos de cada animal, para comprovar os defeitos ou imperfeições graves das pessoas, analisar os conselhos ou determinar o seu adoutrinamento. Assim, a palavra *cão* aplicada a uma pessoa denota que

pode ser ou é muito má, vil; *corvo* caracterizaria os indivíduos como astutos e inteligentes; *galinha* aplicada a uma mulher corresponderia a uma mulher que age publicamente sem freio ou moral; *gatto* designaria um indivíduo ligeiro, esperto; *ratto* denominaria pessoas que praticam furto ou são trapaceiras, etc.

É preciso advertir que pela simples consideração das menções (por exemplo, “mundo animal” /fauna ou “mundo vegetal”/ flora) se esteja perante um caso específico da Zoologia ou da Botânica, estes significantes denotam uma qualidade humana de caráter moral, física ou psicológica; são metáforas, aparecem como idênticos dous termos ‘A’ e ‘B’, que são diferentes. Assim, a *mulher* pode ser uma *galinha* (*Onde está o gallo, nam canta a galinha; Triste da casa, onde a gallinha canta, & e o gallo calla*). Um *home* pode ser um *cão* ~ *cam*, um *corvo*, um *gatto*, um *raposo* ou um *ratto*: *Caõ, que nam ladra, guarda delle; Criaí o corvo, tirarvosha o olho; Gatto escaldado da agua fria ha medo; Gatto meador, nunca bom caçador; Bem sabe o gatto, cujas barbas lambe; Raposo, que tarda, caça aguarda; Ratto, que nam sabe mais, que hum buraco, depressa o toma o gatto*, etc.

Haveria que considerar nos Mamíferos determinadas características de cada espécie: *asno, becerrinha, borrego, boy, cabra, cabrito, cão, cavallo, coelho, gatto, lebre, lobo, ovelha, porco, raposa, rato*. Do *gatto* pequeno mamífero carnívoro, da família dos félidos; *ratto* da família dos murídeos; *ouriço* pequeno mamífero da família dos erinaceídeos, dotados de pêlos modificados em espinhos. Exemplos: *Agora que tenho ovelha, & borrego, todos me dizem. Venhais embora, Pedro; Anda a raposa aos grillos; Asno morto cevada ao rabo; Cão, que muito ladra, nunca bom pera a caça; Da casa do gatto nam vai o rato farto; De boy manso me guarde a mim Deus, que do bravo me guardarei; Fallai no lobo, verlheeis a pelle; Mattar dous coelhos de hũa cajadada; O cavallo engorda com o olho do seu dono; Porcos com frio, homens com vinho fazem gram ruido; Primeiro voará um asno per o Ceo; Quem cabritos vende, & cabras nam tem, donde lhe vem?; Se assim corres como bebes, vamos às lebres; Tanto morrem dos cordeiros, como dos carneiros*, etc.

Dentro das Aves estão a *galinha*, fêmea do galo e o *galo* aves galiformes, da família das fasianídeos domésticas; a *andorinha* (*Huma andorinha nam faz veram*), *estorninhos* e *pardais* (*Estorninhos, & pardais todos querem ser iguais; Mais val um passarinho na mão, que dous que vam voando*). Com menção explícita aos Peixes aparecem poucos adágios (*Como te conheço vesugo: & elle era cranguejo; O hospede, & o peixe aos tres dias aborrece; Pella bocca morre o peixe; Tudo tem seu tempo, & a arraia no Advento*).

Nos casos do mundo vegetal ou produtos elaborados existem denominações genéricas, que podem advertir sobre resultados ou hábitos futuros (*De boa arvore bom fruto; Nunca de mà arvore bom fruto; Quem nam tem farinha, escusa pineira; Quem nam tem pam alvo, coma do ralo*). Apenas aparecem nomes de árvores e frutos (*Em tempos de figos nam ha amigos; Nam tem eira, nem beira nem ramo de figueira*), mais exemplos existem de plantas e arbustos (*alho, bugalho, cebola ouregam, vide*): *Fallam em alhos, responde em bugalhos; Fazer do Ceo cebola; Metter palha na albarda, id est, enganar; Misturar alhos com bugalhos; Nam se arrancando a sylveira, padece à videira; Nẽ todo matto he ouregam, etc.*

Estas sentenças concisas e força expressiva resumem na maioria das parêmias numa estrutura bimembre uma experiência da vida através dos séculos; em ocasiões os seus postulados são difíceis de interpretar na atualidade. Podem ser comparativas ou assertivas. Abundam “enunciados fraseológicos”, fórmulas sintéticas (uma locução ou grupo de palavras muito heterogéneo), com um grau de fixação menor do que os adágios, que não devem ser considerados parêmias prototípicas, denominações com sentido figurado, onde existe uma atribuição, construída sobre um substantivo, para denotar uma qualidade humana ou circunstancial: *A mãos lavadas; Amigo de seu proveito; Amigo só de chapeo; Caõ de palheiro; Dar um lembrete; Dar no alvo; Dar no seu escudo; Pera dia de S. Cerejo; Salsa de Sam Bernardo; Taes com taes; Ter olhos de toupeira; Ter bocca de lobo, etc.*

É conhecido que estavam destinadas à sua memorização e admitem poucas mudanças, são exemplos de citações ou de “discurso repetido”, isto

é, formas estabelecidas pela tradição. Expressam verdades de tipo geral e podem ser anônimas ou documentadas em autores clássicos grecolatinos ou na lexicografia espanhola e portuguesa, com uma relativa fixação e certa autonomia sintática e lexical. Dentro dos adágios pode-se localizar um exemplo bastante similar para justificar uma coisa e a contrária (*Mais val, quem Deos ajuda, que quem muito madruga; Nem por muito madrugar amanhece mais cedo*) e conhecer qualidades ou estados do homem relacionados com a idade, três coisas que o fazem medrar ou três coisas que o destroem :

L1665 (1719) . Omnes melius sibi esse malunt, quam alteri. Vide a justiça. Todo, o que aos vinte nam barba, aos trinta nam sabe, aos quarenta nam tem, tarde baba, tarde sabe, tarde tem.

L1689 (1744). Intus canere.

Tres cousas ao homem fazem medrar, sciencia, mar, & casa real.

L1690 (1745). Augesces sóphia, pelagoque & Principis aula.

Tres cousas destroem ao homem, muito fallar, & pouco saber, muito gastar, & pouco ter, muito presumir, & pouco valer.

Nos adágios de PEREIRA predomina a moral universal, não vemos anticlericalismo ou exemplos de procacidade; todas estas parêmias têm um conteúdo moral ou conselhos práticos.

3. Domínios, esferas, níveis e inter-relações semânticas

Para cada domínio selecionam-se séries de palavras que têm certa relação lexical-semântica, que abrangem denominações ou terminologia diversa. As classificações realizam-se em função da palavra-nuclear, isto é, as unidades lexicais documentadas não pelos seus significantes, mas pela sua significação ou sentido; alguns adágios, considerados como membros de uma mesma classe num conjunto ordenado por temas, poderiam ser classificados em epígrafes diferentes. Devem ser lembradas a heterogeneidade da categorização das poucas palavras-nucleares selecionadas, relacionadas

com a *alimentação*, o *dinheiro*, a *família*, a *mulher* e a *velhice*, as fronteiras não estão claras; por este motivo elabora-se um apartado específico, com níveis ou esferas, quer dizer, um conjunto de adágios inter-relacionados semanticamente.

A seleção é incompleta, e além do mais podem existir incoerências ou lacunas, porque a interpretação semântica é por natureza polissêmica, pois os significantes têm multiplicidade de sentidos, um fenômeno comum nas línguas históricas, e além disso há usos figurados por metáfora.

3.1 Alimentação

Assinalam-se quatro níveis:

(a) Alimentos básicos e produtos elaborados a partir de elementos procedentes do mundo animal ou vegetal e com frequência documentados na história da civilização europeia ocidental. Apenas lembrar que na *Bíblia* a palavra *pão* pode ter o sentido geral de “alimento” e que o *vinho* podia ser símbolo de alegria e que era oferecido nos sacrifícios.

Estes alimentos são bem conhecidos: *Cada cuba cheira ao vinho, que tem; Caiolhe a sopa no mel; Carne de hontem, peixe de hoje, & vinho de outro veram, fazem o home sam; Carne, que baste, vinho, que falte, pam que sobre; Com pam, & vinho se anda caminho; Do bom vinho bom vinagre; Ninguem diga, deste pam não comerei; O bom vinho a venda traz consigo; Pam, & queijo mesa posta he; Por carne, vinho, & pam deixo quantos manjares sam; Prova teu caldo, nam perderás teu pam; Queijo de ovelhas, leite de cabras, manteiga de vaccas; Vinho do meio, mel do fundo, azeite de riba; Vinho velho, amigo velho, ouro velho, etc.*

(b) Conselhos sobre as comidas, quando se devem comer, beber ou provar no seu ponto ótimo (harmonia entre produto e qualidade), alimentos favoráveis para a saúde: *Bebeo com leite; Come caldo, vive em alto, anda quente, viverás longamente; De caldo requentado nunca bom bocado; Mel novo, vinho velho; Se queres cedo engordar, come com fome, & bebe devagar;*

Sobre peras vinho bebas. Alguns devem ser dosificados: Huma azeitona ouro, segunda prata, terceira matta, etc.

(c) Conselhos práticos e informação sobre imperfeições das pessoas ou as relações pessoais; as denominações costumam ter um sentido figurado: *Aproveitar os farellos, & espergigar a farinha; A quem coze, & amassa, nam furtos a massa; Cada hum chega a braza à sua sardinha; Carne sem osso, id est, proueito, sem trabalho; Comida de fidalgos pouca em mantens alvos; Depois de beber, cada hum dà seu parecer; Em toda a parte se come pam, id est, se vive; Não te debes fiar, senam daquele, com quẽ ja comeste hum moio de sal; O pexe, & o cochino a vida em agua, & a morte em vinho: Quem quizer bem cear, à sua casa o vâ buscar; Merece o pam que come; Nam faze boa farinha, id est, não conchavalham; Sopa de mel nam se fez pera bocca de asno; Ter palavras de mel, & coraçam de fel; Versas, que nam has de comer, nam as queiras remecher, etc.*

(d) Níveis e esferas: *Bem jejua, quem mal come; Bem mal cea, quem come por mam alhea; Bocca nam admite fiador; Estou feito de mel, & vinagre; Na mesa chea bem parece iguaria alhea; Grande saber he nam fallar, & comer. Vide ovelha, que berra; Guarda pam pera Mayo, & lenha pera Abril; Negra he a cea na casa alhea; Nem cada dia rabo de sardinha; Ninguem diga deste pam não comerei; Pam fatiado nam farta rapaz esfaimado; Paõ comido, companhia desfeita; Pam do vizinho tira a fastio; Pescador de cana, mais come, doque ganha; Pouco fel faz amargoso muito mel; Quem tem fome, cardos come; Quem tem sangue, faz chouriços, etc.*

3.2 Dinheiro

Quase todos os adágios apresentam um grande conteúdo formal e quase idêntico: o absoluto poder do dinheiro e a sua importância sobre outras formas de virtude. Porém, pode haver falta de consistência nas vinculações entre os distintos níveis relacionados com o dinheiro; vários exemplos seriam difíceis de classificar, porque PEREIRA quase não menciona as fontes

utilizadas nem inclui comentários pessoais. Estes enunciados sentenciosos deixam pouco espaço para o idealismo, mostram uma visão nada ingénuas das relações interpessoais. Evidenciam-se quatro níveis:

(a) Com o dinheiro uma pessoa pode fazer tudo: *Amor faz muito, o dinheiro tudo; Bons costumes, & muito dinheiro faram a meu filho cavalleiro; O muito dinheiro fará a teu filho cavalleiro; Quem dinheiro tiver, fará o que quizer; Taparamlhe a bocca com dinheiro; Tudo pode o dinheiro.* Vemos até o que é capaz de fazer um agente determinado (*Por dinheiro baila el perro; Queres que te siga o cão? Dalhe pão. Vide por dinheiro*). É melhor o dinheiro do que um conselho (*Daime dinheiro, nam me deis conselho*).

(b) O dinheiro é causa de vícios ou imperfeições graves como a afeição pelo dinheiro, a ambição, a avareza (traço distintivo da gente obcecada por adquirir dinheiro), a cobiça (*A cobiça rompe o sacco*), a usura (identificadora de quem é avarento). É notável a insaciabilidade, a penúria e o egoísmo dos avarentos (*Ao avarento tanto lhe falta, o que tem, como o que nam tem; Avarento rico, nam tem parente, nem amigo*). A amizade também está relacionada com o dinheiro (*Em quanto ha dinheiro, ha amigos ; Mais val amigo na praça, que dinheiro na arca*).

(c) A imagem social dos avarentos é negativa (*Na arca do avarento o diabo jaz dentro; O avarento por hum real perde cento*) e também pode ser a dos ricos (*He rico como huma besta*). Há relações com os pagamentos/dívidas: *Dinheiro emprestaste, inimigo ganhaste; Quem empresta, nam cobra; & se cobra, nam todo; se todo, nam tal, & se tal, inimigo mortal; Renego de contas com parentes.* Conselhos sobre convivência e valores (*De quem do seu foi mau dispenseiro, nam fies o teu dinheiro*).

(d) Níveis e esferas: *A rico nam devas, & à pobre nam promettas; A ricos sobejamlhes amigos; Gallinha gorda de pouco dinheiro; Hidalgo como El-Rey, dinero no tanto; Meu dinheiro, teu dinheiro, vamos à taverna; Não he pobre, o que tem pouco, se nam o que cobiça muito; O dinheiro nam matta a fome; O rico mais enriquece, & o pobre mais empobrece; Palavras nam custam dinehiro, etc.*

3.3 Família

A família tanto pode ser o casal (*pay, mãy e filhos*), como o grupo de pessoas que vivem sob o mesmo teto (*criados*), os que têm uma ancestralidade comum ou os que descendem dos mesmos antepassados (*avós, pay do pay ou da mãy*) ou constituem a família (irmãos da mulher ou do marido) (*cunhada*) ou *mãy* ou *pay* do marido ou da mulher (*sogra, sogro*). Parecem ser evidentes os problemas que pode ter a mulher casada com a sogra ou a cunhada. Distinguem-se três níveis:

(a) Não mediar nas disputas entre familiares, pois antes ou depois poderiam reconciliar-se e então poderiam volver-se contra o mediador (*Entre pay, & irmãos nam mettas as mãos*), tampouco há que mimar filhos, moços ou criados (*Filhos, & criados nam mimar, quem os quer lograr; O moço mal criado, de seu muito falla, & sendo perguntado, calla; O moço, que nam he castigado, nem serà cortesam, mem letrado*).

(b) Os conselhos sobre parentes são muito heterogêneos: *Aquella he bem casada, que nam tem sogra nem cunhada; Do pam de meu compadre grande fatia â meu afillhado; Faze teu filho herdeiro, nam o faças despenseiro; Mais perto estão dentes que parentes; Minha comadre o officio da rãa, bebe, & palra; Nem çapateiro sem dentes, nem escudeiro sem parentes; Por NÚs seamos buenos y no por nuestros abuelos; Primeiro estam dentes, que parentes; Quem nom tem sogra, nem cunhada he bem casada; Se queres bem casar, casa com teu igual; Ventura te dé Deos filho, que saber pouco te basta, etc.*

(c) Níveis e esferas: *Antesque cases, vé o que fazes: porque nam he nõ, que desates; Bom he ter pay, & mãy, mas comer, & beber rapa tudo; Casarâs, & amansarâs; Estar como villam em casa de seu sogro; Faltando a familiaridade, falta a amizade; Hidalgo, como El-Rey, dinero no tanto; Lagrimas de herdeiros, risos secretos; Meus filhos criados, meus trabalhos dobrados; Não se tem enveja aos defuntos, & apartados, senam aos visinhos, & chegados; Nam vai pello caminho de seus pays; Onde bem me vai, tenho*

mãÿ, & pay; Perda do marido, perda de alguidar, hum quebrado, & outro no poial; Por falta de homens fizeram a meu pay juiz; Quem longe vai casar, ou vai enganado, ou vai enganar; Se queres bem casar, casa com teu igual, etc.

3.4 Mulher

A obra deve ser analisada no âmbito da misoginia da época, manifesta na história e nas obras da literatura universal. Especificam-se imperfeições graves que tem a mulher, é uma pessoa com tendência ou disposição para praticar o mal, sem qualidades morais do ponto de vista social ou comportamento na sociedade, sempre governa. A sua tendência a desperdiçar, o desejo de comprar é inerente a todas as mulheres (*A moça em se enfeitar, & a velha em beber, gastam todo o seu haver*), por isso aconselham economizar (*Bago a bago enche a gallinha o papo; Gram, & gram enche a gallinha*); a pelear (*Pelejam as comadres, descobremse as verdades*). Além disso, assinalam-se três níveis:

(a) Crítica com dureza que utilize tretas inimagináveis para conseguir os seus objetivos, censura alguns dos vícios mais observados nas obras da literatura europeia medieval: a inveja (*A gallinha da minha vizinha he mais gorda, que a minha*); os seus defeitos físicos, a mulher é qualificada como machona ou machorra (*A homem ruivo, & mulher barbuda, de longe os sauda*); a loucura (*Cabeça louca nam ha mister touca*); a hipocrisia (*A viuva rica com um olho chora, & com outro repica*); a sua inconstância (*Mulher, vento, tempo, & fortuna logo se muda; O homem he fogo, & a mulher estopa, vem o diabo, & assopra*). Que esteja todo o dia fora da sua casa: *A mulher andeja diz de todos, & todos della; Minha comadre andadora, tirando sua casa, em todas as outras mora; Nem as donas em sobrado, nem as raãs em charco, nem as agulhas em sacco podem estar, sem deitar a cabeça de fora*. Que fale latim, “*Odi faeminas litteratas*” (*Mula, que faz him, & mulher que falla latim, raramente ha bom fim*).

(b) Deve estar submetida ao homem, pode causar-lhe problemas, pois sempre governa: *A quem tem mulher formosa, castello em fronteira & vinha na*

carreira, nam lhe falta canseira; Em casa de Gonçalo mais pode a gallinha, que o galo; Em casa de mulher rica, ella manda, ella grita; O fumo, a mulher, & a goteira lançam ao homem de sua casa fora; Onde està o gallo, nam canta a gallinha; Triste da casa, onde a gallinha canta, & o gallo calla, etc.

(c) Níveis e esferas: *A fiar, & tecer ganha a mulher de comer; A mulher e o vidro sempre estam em perigo; Amor de mulher, & cesta de cam, só attentam pera nam; Bem canta Martha depois de farta; Cabra vai pella vinha: por onde vai a may, vai a filha; Dor de mulher morta, dura ate a porta; Là se haja Martha com seus pollos; Morra Martha, & morra farta; Nam ha geração sem rameira, & ladram; Nam se ganham trutas a bragas enxutas (“Nec mulieri, nec gremio credendum”); Não ha raynha sem sua visinha, etc.*

3.5 Velhice

Não são muitos os exemplos selecionados, porém evidenciam-se dados no que diz respeito a que os velhos são a sábia voz da experiência e várias recomendações. Estabelecem-se quatro níveis:

(a) Indica-se não desprezar os conselhos dos velhos e salienta-se a sua experiência: *Ainda que sejas prudente, & velho, nam despreses o conselho; A perro velho nam digas bus, bus; Do velho se diz ter quatro ouvidos, por ter ouvido muito; El consejo del viejo; Porque o cam velho nam ladra a caso, & temerariamente, como o novo ; O velho muda conselho, etc.*

(b) Existem diferentes situações em função da idade: *O velho por nam poder, o moço por não saber, deitam as cousas a perder; O velho torna a engatinhar; Os velhos andam com os dentes, & os mancebos com os pès; Reprender velho, & espulgar cão duas doudices sam. Do sexo, homem ou mulher: A moça em se enfeitar, & a velha em beber, gastam todo o seu haver; Com verdade, ou com mentira casou a velha a sua filha; Engou a velha os bredos; souberam lhe bem, lambeo os dedos; Melhor he fazer agastar hum caõ, que huma velha, etc.*

(c) É aconselhável, em geral, pedir conselho ao homem velho: *Se queres bom conselho, pedeo ao homem velho.*

(d) Níveis e esferas: *Arrenego de velho que nam adivinha; Em o velho, & o menino o beneficio he perdido; se diz do velho doente, & remelloso; Guarda na mocidade pera a velhice; He mais velho, que a serpe; Nam ha melhor espelho, que o amigo velho; Não te alegres com meu doilo, que quando o meu for velho, o teu será novo ; Velho centenario; Velho, como a serpe; Velho gaitreiro; Velho menino; Velho com o olho, comello com a testa, etc.*

4. Conclusão

1. Em Portugal a lexicografia nasce no século XVI com CARDOSO e chega a ter certa plenitude com a obra de PEREIRA (VERDELHO, 1995, p. 351). Transcorre num processo de interação em primeiro lugar com o latim e depois em confronto com outras línguas vizinhas contemporâneas, nomeadamente com o espanhol. Acompanha na sua origem à lexicografia europeia, mas com uma dimensão mais modesta, num espaço linguístico periférico e com um reduzido peso demográfico. PEREIRA deve ser incluído numa tradição de transmissão cultural, consistente na recolhida antológica de textos orais ou escritos existenciais, que produz uma espécie de síntese arquitextual. Recolhe milhares de unidades lexicais com formulações morais.

2. O interesse na Europa por recopilar estes textos era notório nos séculos XVI e XVII. A publicação dos *Adágios* de ERASMO DE ROTTERDAM “começou por uma colectânea modesta (*Adagiorum collectanea*) de 818 entradas, impressa em Paris em 1500. Erasmo alargou, em sucessivas edições, o número de adágios glossados, atingindo os 4151, na ed. de Basilea de 1536 [...]” (VERDELHO, 1995, p. 417). O castelhano HERNÁN NÚÑEZ, PINCIANO DE TOLEDO (1475-1553) publica a sua obra em 1555 e COVARRUBIAS em 1611. Em obras da Literatura Espanhola dos séculos XV, XVI e XVII as parêmiatêm uma presença muito importante (HENRÍQUEZ, 2021, p. 82-83). Em Portugal DELICADO (1651) edita os *Adagios portuguezes, reduzidos a lugares communs*.

3. COVARRUBIAS (1611) e PEREIRA (1655) devem ser examinados dentro da lexicografia que bebe da *Bíblia*, da tradição grecolatina e de fontes lexicográficas ou literárias europeias e nomeadamente de autores castelhanos como o conhecido por COMENDADOR GRIEGO (1555), de quem COVARRUBIAS recolhe mais de vinte paremias que qualifica como provérbio ou rifão (HENRÍQUEZ, 2021, p. 95-98). Não obstante, em PEREIRA vemos adágios que não achamos em COVARRUBIAS: *Anda a raposa aos grillos; Cada hum diz da feira, como lhe vai nella; Do mal o menos; Escamentar em cabeça alhea. Vide Experimentar; Foi a corda a traz do caldeiram (La Celestina); Metter a palha na albarda, id est, enganar (La Celestina); Quem a boa arvore se chega, boa sombra o cobre, etc.*

As variantes e equivalências abundam no conjunto dos adágios, vários exemplos: *A cada porco vem seu S. Martinho ~ Cada porco tem seu S. Martinho; Cada hum diz da feira, como lhe vai nella ~ Cada hum falla da feira como lhe vai nella; De foro nem hum ovo ~ Nam o heide pello ovo, senam pello foro; Estorninhos, & pardais todos querem ser iguais ~ Passarinhos, & pardais todos querem ser iguais; He gram saber, callar, & comer. Vide Ovelha, que berra, bocado perde; Hum roim com outro se quer ~ Hum roim se torna com outro roim; Mais val hum passarinho na mão, que dous que vam voando ~ Melhor he hü passarinho, nas mãos, que dous voando, etc.*

4. Seleccionamos um reduzido número de adágios (e as suas variantes), neles esquematizam-se na sua complexidade e riqueza o universo social, cultural e moral de uma comunidade concreta, o sistema de valores assinalado pelo seu sentido prático, materialista e utilitário, onde os grandes ideais não têm lugar (a solidariedade ou generosidade são derrotadas face ao poder ou o dinheiro, por este motivo surgem a desconfiança ou a astúcia). Aparece um código ético de valores muito singular: os adágios orientam e aconselham, mas também avisam sobre o que pode acontecer.

5. Nas parêmias não deve ter interesse a originalidade, muitos exemplos estão presentes na *Bíblia* ou em fontes grecolatinas (por

exemplo, *Oculus domini saginat equus = O cavallo engorda com o olho do seu dono*), embora não sejam mencionadas. A sua presença nas obras da literatura europeia ou dicionários tem certa importância nos séculos XVI e XVII. Não se deve silenciar que PEREIRA era jesuíta e conhecia muito bem estas fontes.

6. Na Espanha é abundante a bibliografia no século XIX, porém o interesse pela Paremiologia surge com mais intensidade durante o século XX e particularmente nas décadas de 1970 (COMBET, 1971) e 1983 (FERNÁNDEZ- SEVILLA,). Uma década mais tarde aparecem estudos sobre a Paremiografia (SEVILLA MUÑOZ, 1991). De muita relevância será a revista *Paremia*, nascida em 1993, dirigida por SEVILLA MUÑOZ, Professora da Universidade Complutense de Madrid, sobre a qual se têm promovido grupos de investigações de muita importância. Em Portugal o interesse específico pela Paremiologia aparece na última década do século XX e primeira década do XXI (GONÇALVES, 2009).

Bibliografia

CAMERON, H.: **O conjunto lexicográfico *Prosodia* (1634-1750), de Bento Pereira, S.J.** Évora: Publicações de Cidehus, 2018.

CASARES, J.: **Diccionario ideológico de la lengua española.** Barcelona: Editorial Gustavo Gili, , 1959.

COMBET, L.: **Recherches sur le “Refranero” castillan.** Paris: Les Belles Lettres, 1971.

DACL. **Dicionário da Academia das Ciências de Lisboa.** Lisboa: Verbo, 2001.

DELICADO, A.: **Adágios Portuguezes reduzidos a lugares comuns.** Lisboa. Officina de Domingos Lopes Rosa, 1651.

FERNÁNDEZ-SEVILLA, J. Presentadores de refranes en *La Celestina*. In: **Serta Philologica a Fernando Lázaro Carreter**, I. Madrid, 1983, p. 209-218

GONÇALVES, F.: Contribuciones para el estudio de la Paremiología portuguesa: el *Florilegio dos modos de fallar, e adagios da Lingoa Portuguesa* (1655). In: **Paremia** n. 18, p. 153-162, 2009.

HAENSCH, G.; WOLF, L.; ETTINGER, S.; WERNER, R.: **La lexicografía. De la lingüística teórica a la lexicografía práctica**. Madrid: Gredos, 1982.

HENRÍQUEZ, M^a do C.: Las paremias en el ‘Tesoro’ de Sebastián de Covarrubias (1539-1611). In: **Revista Confluência**, Especial 30 anos , p. 78-147, junho 2021.

HOUAISS. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. 2001 (1^a ed.).

MACHADO, J.P. : **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1977 (3^a ed.).

MADROÑAL, A.: Los refranes o proverbios en romance (1555), de Hernán Núñez Pinciano. In : **Revista de Literatura (Rlit)**, n. 127, 2002, p. 5-39.

NÚÑEZ DE TOLEDO, H. (1555): **Refranes de la lengua castellana**. Madrid: Ediciones Guillermo Blázquez, 2 vols., 2001.

SEVILLA MUÑOZ, J. Propuesta de sistematización paremiográfica. In: **Revista de Filología Románica**, n. 9, 1991, p. 31-39.

VERDELHO, T.: **As origens da Gramaticografia e da Lexicografia Latino-Portuguesa**. Aveiro: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1995.

VERDELHO, T.; SILVESTRE, J.: **Dicionarística portuguesa. Inventário e estudo do património lexicográfico**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007.

Atitudes e crenças sobre o uso de *tu* e *ocê* na variedade de Rio Branco

Attitudes and beliefs about the use of *tu* and *ocê* in the Rio Branco variety

Roberto Gomes Camacho*
Marinete Rodrigues da Silva**

RESUMO

A questão da avaliação subjetiva de variantes se assenta teoricamente no levantamento de crenças e atitudes a respeito de algum fenômeno variável próprio de línguas ou variedades dialetais em termos de atribuição de valores de prestígio e de estigma. Nesse âmbito, um fenômeno particularmente variável na variedade acriana de Rio Branco é o uso das formas de referência ao interlocutor. Em razão disso, o principal objetivo deste artigo é o de aplicar testes de avaliação de atitudes e crenças aos falantes dessa comunidade de fala para avaliar se há valores sociais de estigma e prestígio relacionado aos pronomes *tu* e *ocê*. Os resultados mostram que (i), por um lado, os dados obtidos com base na dimensão do poder apontaram para a existência de um valor de prestígio atribuído ao pronome *ocê*, que se origina, de modo geral, dos julgadores de grau superior de escolaridade; (ii) por outro lado, os dados analisados com base na dimensão de solidariedade apontaram para uma aceitação maior de todos os grupos de avaliadores por *tu*.

Palavras-chave: Reação subjetiva; testes de atitudes; testes de crenças; pronomes de segunda pessoa.

Recebido em 1 de março de 2021.

Aceito em 23 de abril de 2021.

DOI: <http://doi.org/10.18364/rc.2022n62.495>

* Universidade Estadual Paulista, roberto.camacho@unesp.br,
<http://orcid.org/0000-0002-8897-7953>

** Universidade Federal do Acre, neety2303@gmail.com,
<http://orcid.org/0000-0001-5242-8509>

ABSTRACT

The issue of subjective evaluation of variants is theoretically based on the survey of beliefs and attitudes about some variable phenomenon specific to languages or dialectal varieties in terms of assigning values of prestige and stigma. In this context, a particularly variable phenomenon in the Rio Branco variety is the use of forms of reference to the interlocutor. For this reason, this paper's main objective is to apply tests to speakers of this speech community to assess whether there are social values of stigma and prestige related to use of the pronouns *tu* and *você*. The results show that (i), on the one hand, the analysis obtained from the dimension of power pointed to the existence of a value of prestige assigned to the pronoun *você* departing, in general, from judges with higher education levels; (ii) on the other hand, the analysis obtained from the dimension of solidarity pointed to a greater acceptance of all groups of judges for the use of *tu*.

Keywords: Subjective reaction; test of attitudes; test of beliefs; second person pronoun.

Palavras iniciais

Uma consequência da supervalorização institucionalizada da norma-padrão são as reações dos falantes a qualquer uso que fuja dela, que podem, na maioria das vezes, ativar preconceitos sociais latentes. Esse tipo de reação subjetiva pode ser mensurada mediante atitudes e crenças que o falante manifesta indiretamente em relação a um fenômeno variável, potencialmente sujeito a valores de prestígio e estigma. A abordagem das atitudes e crenças linguísticas remonta à década de 60, quando Lambert et al. (1960), em estudo pioneiro, investigaram a avaliação de jovens canadenses falantes de francês e de inglês em relação a sua própria língua. O experimento de Lambert e associados ficou conhecido como *matched guise technique*, ou “técnica dos falsos pares” em razão de suscitar a crença no avaliador de que as gravações ouvidas provêm de indivíduos diferentes quando na verdade são enunciados produzidos por um único e mesmo falante.

Labov (2008 [1972]) também tem parte relevante nesse pioneirismo. Ao investigar a comunidade da ilha Martha's Vineyard em relação à centralização dos ditongos /aj/ e /aw/, o autor aplicou um questionário lexical

para o levantamento crenças ou juízos de valor. Também no estudo realizado sobre a variedade de Nova Iorque, Labov (2008 [1972]) fez uso da técnica dos falsos pares de Lambert et al. (1960), que lhe permitiu deduzir que a presença ou ausência de [ɹ] em posição pós-vocálica está relacionada a questões de atitude. Para Labov (2008 [1972]), a técnica dos falsos pares permite que os avaliadores demonstrem inconscientemente suas atitudes e julgamentos sociais em relação à variação linguística, fazendo emergirem muitas vezes atitudes sociais extremamente uniformes em relação à língua da comunidade de fala. Essa uniformidade nas reações subjetivas ocorreu também no estudo de Lambert et al. (1960), que apontou para a existência de uma atitude negativa para com o francês canadense tanto na comunidade anglófona como na francófona do Quebec.

Na linguística brasileira, destacam-se os trabalhos de Mendes e Oushiro (2012), Oushiro (2014) e Vassoler e Camacho (2016). Mendes e Oushiro (2012) se organizaram em torno da constituição de uma amostra da fala paulistana, que permitiu descobrir qual é o significado de “falar como paulistano” mediante o levantamento das principais variantes linguísticas que o identificam. Com base nessa amostra, Oushiro (2014) analisou as associações entre a percepção de identidades sociais em relação a quatro variáveis sociolinguísticas. Após caracterizar cada uma das variáveis enfocadas com base nos dados obtidos na análise quantitativa e discutir seu encaixamento linguístico e social, bem como seu status na comunidade, Oushiro (2014) desenvolveu uma análise das variantes retroflexa e tepe com base na técnica dos falsos pares (LAMBERT et al., 1960), fenômeno analisado também por Vassoler e Camacho (2016), que investigaram também a pronúncia retroflexa do rótico em coda silábica, uma variante regularmente usada pelos falantes de outro dialeto social, a chamada “variedade caipira”, que inclui a região de São José do Rio Preto.

Para examinar em que medida esse traço característico é também estigmatizado na variedade rio-pretense, Vassoler e Camacho (2016) avaliaram o grau de prestígio ou de estigmatização dessa variante em comparação a

outras duas pronúncias possíveis: o tepe alveolar e a fricativa velar, no contexto seguinte a /a/, /i/ e /u/. O procedimento metodológico incluiu uma gravação de 27 enunciados contendo essas três realizações à qual se aplicou, em seguida, testes de atitudes e de crenças linguísticas a dois grupos de participantes com ensino fundamental, um da rede pública e outro da rede particular, e um grupo de participantes com ensino superior. Nos resultados do teste de atitudes, os participantes com ensino superior atribuíram notas mais altas que os participantes do ensino fundamental à pronúncia de tepe em todas as escalas avaliadas. No geral, os resultados mostraram que, apesar de a retroflexa constituir um traço identificador da variedade caipira, é ao tepe que os participantes atribuem maior grau de prestígio.

Tanto o trabalho de Labov (2008 [1972]) quanto o de Oushiro (2014) e o de Vassoler e Camacho (2016) medem as atitudes como indícios de variáveis estáveis ou em processo de mudança linguística. No entanto, o estudo de reações subjetivas pode estar voltado para o desvelamento de atitudes sobre o sentimento de prestígio ou de estigma aplicado a línguas em situação bilíngue, como o estudo pioneiro de Lambert et al (1960), ou para valores de prestígio em relação ao ensino da língua, como o estudo de Santos (1996), Cyranka (2007), Fiamengui (2017) e Camacho e Fiamengui (2019).

Santos (1996) entende que, nos estudos linguísticos, o componente afetivo, que lida com avaliações positivas, negativas ou neutras, torna-se acessível por meio da aplicação de testes envolvendo um estímulo a uma reação do respondente, que deve julgar se uma propriedade é favorável, desfavorável ou neutra. Em seu estudo, Santos (1996) supõe que a escola assume um sistema de crenças ligado diretamente a sua própria formação ideológica que, dentre outros aspectos, inclui a imagem que ela tem da língua. Essas crenças podem não se manifestar explicitamente, mas é certo que exercem alguma influência sobre o ensino da língua padrão na escola.

Cyranka (2007) aplicou um teste de atitudes linguísticas a alunos de oitava série do ensino fundamental de cinco escolas públicas do Município de Juiz de Fora com a finalidade de examinar o julgamento deles em relação a

três variedades linguísticas, detectadas no contínuo rural-urbano (BORTONIRICARDO, 2005). O teste de atitudes mostrou uma identificação de todos os alunos com a variedade rurbana, intermediária entre a rural e a urbana. A autora aplicou também um teste de crenças aos mesmos alunos, a professores da mesma escola e a formandos de Letras da UFJF, cujos resultados apontam para a existência de um conflito dos alunos entre a aprovação de sua variedade linguística, detectada no teste de atitudes, e a declaração de que não sabem escrever, nem falar bem, detectada no teste de crenças. O sentimento ativado por essas crenças é o de baixa autoestima e o de preconceito linguístico às vezes até mesmo contra seu próprio registro falado, que consideram menos correto do que a escrita normativa.

Fiamengui (2017), por seu lado, investigou a interação entre crenças e preconceitos no contexto multilíngue na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, mais especificamente a fronteira seca entre Ponta Porã e Juan Pedro Caballero com base na relação entre o espanhol, o guarani e o português. Camacho e Fiamengui (2019) trataram da mesma situação multilíngue em detrimento do guarani em relação ao processo de alfabetização, que entra seriamente em conflito com o grau de letramento possível de que dispõem os alunos paraguaios, um caso exemplar de cumprimento de uma premissa teórica levantada por Street (2007): o caráter dominante de uma cultura, que é, nesse âmbito, o grau de letramento em português ou em espanhol de falantes que têm o guarani como L1.

A questão da avaliação subjetiva, seja de variantes, seja de variedades, seja de línguas, que, como se vê, assenta-se no levantamento de crenças e atitudes, pode voltar-se diretamente ao exame do julgamento a respeito de algum fenômeno variável próprio de línguas ou variedades dialetais em termos de atribuição de valores de prestígio e de estigma. Nesse âmbito, um fenômeno particularmente variável na variedade acriana de Rio Branco é o uso das formas de referência ao interlocutor, como mostram (1) e (2).

(1) Se tu fizer uma falta... tu não tira na bola bate no jogado, é falta (Banco de dados GELAC. Ent. 12)¹

(2) É que nem você falou né, é um desrespeito, deveria ter mais respeito não sei. (Banco de dados GELAC. Ent. 27)

Pode-se interpretar uma variedade linguística como um traço definidor de identidade e, desse modo, qualquer tipo de crença ou de atitude em relação a um grupo com certa identidade social constitui, na realidade, uma reação à variedade usada por esse grupo ou aos indivíduos usuários dessa variedade, uma vez que as normas e as marcas culturais se sedimentam com base no uso da língua, atualizado na fala de cada indivíduo (AGUILERA, 2008 p. 317).

Nesse sentido, as crenças têm um papel muito importante a desempenhar como instrumento auxiliar do pesquisador para aferir o grau de consciência linguística em diversas situações sociais, como a de alternância de código e a de bilinguismo, sem descuidar da questão do aprendizado de uma ou mais línguas.

Com base nesses pressupostos, propomos como objetivo deste trabalho analisar as atitudes e crenças apresentadas nas avaliações subjetivas dos falantes da variedade rio-branquense do Acre em relação às formas pronominais *tu* e *você*, para responder às seguintes perguntas: (i) é possível atribuir à forma *tu* um valor de prestígio encoberto², que se pode detectar em relações interpessoais de natureza informal, em oposição à forma *você*, a mais prestigiosa por ser exigida em situações formais? (ii) As atitudes de prestígio, que emergem da reação subjetiva, estão correlacionadas a diferenças marcadas de uso, em situações de grau maior, ou de menor, de informalidade?

1 As informações entre parênteses indicam a origem da amostra e o número da entrevista respectiva; Todos os trechos citados foram retirados do Corpus GELAC- Grupo de Pesquisa Ecossistema linguístico do Acre.

2 Se há, por um lado, pressões sociais que promovem a variedade padrão, deve haver também pressões contrárias favorecendo a variedade local e informal. No entanto, se assim for, essas pressões contrárias devem ser tácitas e não conscientes, porque elas não são fáceis de identificar, diferentemente das forças que favorecem o padrão, que são cristalinaamente claras (CHAMBERS, 1996, p. 221)

Para responder a essas perguntas, o trabalho se organiza da seguinte maneira: na seção 1, adiantam-se os fundamentos teóricos que nortearão a pesquisa; na seção 2, dá-se continuidade às premissas teóricas para se tratar, mais especificamente, do universo de investigação e dos procedimentos metodológicos; nas seções 3 e 4, trata-se de responder mais especificamente às perguntas de pesquisa: na seção 3, apresenta-se a análise dos resultados do teste de atitudes e, na seção 4, os resultados do teste de crenças. Finalizam este trabalho as Considerações Finais, em que se faz um balanço dos principais resultados, estendendo-o às implicações teóricas e às generalizações possíveis.

1. Afinando os instrumentos: o suporte teórico

Como os julgamentos sociais podem situar-se abaixo ou acima da consciência do falante, Labov (2008 [1972]) distingue três tipos de categorias aplicadas a fenômenos variáveis: indicadores, marcadores e estereótipos. Os indicadores, cuja relevância social se situa abaixo do nível da consciência, são traços pouco susceptíveis à pressão avaliativa; ao se afigurarem como processos variáveis submetidos a uma mudança, ainda no início da implementação, os indicadores consistem em variáveis ainda não sujeitas à motivação estilística, mas apenas à social. Já os marcadores implicam diferenças de natureza social e estilística, que emergem quando a mudança linguística já se encontra numa fase mais adiantada de implementação.

Como traços social e estilisticamente estratificados, os marcadores estão especialmente sujeitos a testes de avaliação, como o que se pretende desenvolver aqui para a variação *tu* e *você* na variedade rio-branquense. Entendem Coelho e Vieira-Pinto (2018) que essas variantes são de fato exemplos de marcadores e, embora não constituam formas estigmatizadas, estão correlacionadas a motivações derivadas do grau de intimidade entre os falantes.

Por fim, os estereótipos constituem traços socialmente marcados, cuja relevância social se situa acima do nível da consciência, e que podem, assim, conduzir a um rápido processo de mudança, que se completa mediante a extinção

da forma estigmatizada. Segundo Labov, os estereótipos produzem uma visão pouco sistemática da estrutura linguística. A correção social explícita da fala é extremamente irregular por focalizar os itens lexicais mais frequentes, ao passo que o curso real da mudança linguística, que produz as formas marcadas dessas variáveis, é altamente sistemático e regular (LABOV, 2008 [1972], p. 287).

Falantes que aspiram à mobilidade social ascendente são extremamente sensíveis aos valores simbólicos de prestígio identificados na fala. Labov (1966) mostra que a pronúncia da consoante inicial de palavras como *this* e *there*, representada como a variável (dh), é fortemente correlacionada à estratificação social dos falantes. A variante de prestígio, a interdental [ð], é mais suscetível de ser produzida por falantes de classe média e média alta, enquanto falantes da classe operária tendem a usar a forma estigmatizada [d]. Ao comparar um grupo de falantes com aspiração à mobilidade social ascendente a um grupo de falantes com afiliação social estável, Labov (1966) afirma que a fala do grupo em processo de ascensão social se ajusta à do grupo alvo de suas aspirações, justamente o que se situa no patamar mais alto da escala socioeconômica.

Esses elementos estáveis, que representam posições sociais marcadas, podem constituir um pequeno número de fenômenos situados acima do nível da consciência social explícita, que atuam, portanto, como estereótipos. Em relação à variável (ing) alguém pode dizer que o falante “drop his g’s” (“engole o g”) ou ser um daqueles “dese, dem and dose guys” (“aqueles caras que falam *dese, dem e dose*”) ao comparar a variante [d], estigmatizada com a alternante [ð] de prestígio em *these, them e those* (LABOV, 2008 [1972], p. 287)

Outras pesquisas de Labov (2008 [1972]) incidem sobre a realização do [ɹ] pós-vocálico seguido ou não de consoante na fala de Nova Iorque; nesse âmbito, uma importante descoberta é a de que falantes que, no uso, promovem o apagamento de [ɹ] quase categoricamente no registro informal, tendem, nos testes de avaliação subjetiva, a atribuírem valor de prestígio à realização desse segmento.

O procedimento metodológico empregado para a análise das normas interiorizadas pelos falantes é a aplicação de testes que medem a atitude subjetiva

deles em relação às variantes em análise. Como já mencionado, essas avaliações são empiricamente detectáveis somente por via indireta, justamente por consistirem em valores situados abaixo do nível da percepção consciente. Somente estão acima do nível da percepção consciente os estereótipos, que constituem, em geral, fontes de preconceito social, como o é dizer que o paranaense enuncia a frase “leite quente dá dor de dente” com todas as vogais anteriores em posição final no espectro médio da articulação (CAMACHO, 2013).

No caso específico de seu experimento pioneiro, Lambert et al. (1960) gravaram quatro falantes bilíngues, que leram um mesmo texto em inglês e francês. Duas outras gravações foram incluídas a essas oito como procedimento de controle. As gravações foram apresentadas posteriormente a estudantes de duas universidades de Montreal, distribuídos entre francófonos e anglófonos. Para cada um dos dez estímulos, os participantes deveriam julgar os falantes em relação a quatorze características pessoais, organizadas em escalas de seis pontos, na suposição de que as vozes ouvidas provinham sempre de diferentes indivíduos.

Esse método indireto passou depois por diversas alterações, especialmente em relação à escala de avaliação. A alteração mais conhecida, nesse domínio, segundo Cyranka (2007, p. 27), denominada “técnica do diferencial semântico”, consiste na construção de uma série de escalas bipolares de sete pontos, com adjetivos de valores opostos colocados nas extremidades do *continuum*. A construção de um conjunto de escalas desse tipo propicia a obtenção de uma classificação múltipla de atitudes em relação a um estímulo. Como as respostas avaliativas são representadas por números nos traços da escala, é possível chegar a um cálculo descritivo-demonstrativo das reações subjetivas dos falantes em relação as amostras de fala e, conseqüentemente, aos dialetos dos sujeitos avaliados (CYRANKA, 2007).

Os testes de atitudes são, portanto, planejados para permitir a emergência de dimensões em escalas avaliativas, emanadas da subjetividade de ouvintes-julgadores em relação ao valor social de variantes, de variedades dialetais e mesmo dos indivíduos que as falam. Esses julgamentos propiciam

a depreensão de valores e significados relevantes para a identificação de valores de prestígio ou estigma social.

Uma situação de pesquisa, que envolva julgamento auditivo de realizações de uma variável, implica, portanto, a existência de uma amostra previamente gravada por falantes nativos da variedade em pauta, que venha a servir de estímulo, depois, para a aplicação do teste de avaliação subjetiva, situação em que se toca a gravação para a audição e posterior julgamento dos participantes da pesquisa.

Em geral, os testes de atitudes linguísticas mostram que um locutor ouvido na gravação que emprega uma língua ou variedade linguística de prestígio atrai uma percepção favorável dos julgadores em relação a parâmetros como inteligência, competência, ambição, segurança, sucesso educacional e ocupacional. Decorre dessa percepção positiva o princípio de que a variedade padrão se associa à dimensão de poder, “status” e controle social.

Chambers (1996), todavia, sinaliza a existência de duas dimensões na avaliação subjetiva: uma, que ele denomina “orientação para o prestígio”, inclui qualidades de inteligência, educação, ambição, riqueza, sucesso e conquista, para as quais os julgadores atribuem as notas avaliativas mais elevadas aos falantes da variedade padrão. A outra dimensão, “orientada para a solidariedade”, inclui qualidades como gentileza, amabilidade, amizade, bondade e confiança, para as quais os sujeitos julgadores atribuem notas avaliativas mais elevadas aos falantes de variedades não padrão.

2. Afinando os instrumentos: procedimentos metodológicos

Em face das premissas teóricas apresentadas na seção precedente, a preparação do teste de atitudes requereu o uso de amostras gravadas de fala do *corpus* analisado. Os estímulos foram, portanto, organizados com base em trechos de gravações com seis falantes, estratificados por sexo/gênero, escolaridade e classe social. Os trechos recortados da gravação transcrita são apresentados de (3-8).

(3) Tu tem que colar três vezes uma pessoa só, tu cola uma pessoa ai otu amigo tem que discolar ele. Ai tu vai colar essa mesma pessoa três vezes é a manja. (Corpus GELAC - Entr. 13)

(4) e você não vê isso, você vê pessoas que só querem visa o lucro, e tão aqui querendo estuda só pá se rico. (Corpus GELAC - Entr. 47)

(5) Ai o estudo la... na primeira série tu tá estudando inglês; na pública tu não tem isso. (Corpus GELAC - Entr.96)

(6) Cozinha u macarrão, dependi Du que você vai colocar, ou carne moída ou salsicha...cozinha a carne e a salsicha, mistura com o macarrão e os ingredientes, sal a gosto o que quiser e fica a macarronado do jeito que quiser. (Corpus GELAC - Entr. 19)

(7) Tu que qui eu seja bem sincero? (Corpus GELAC - Entr. 47)

(8) si você pega o mapa do nosso bairro você vai, vê qui a Assembléia ta dento do nosso mapa, qui nu existi distância pó palácio. (Corpus GELAC - Entr. 62)

O procedimento envolveu a participação de 30 sujeitos avaliadores, 10 de cada grau de escolaridade (fundamental, médio e superior), separados por sexo/gênero (5 homens e 5 mulheres). O critério de agrupamento por grau de escolaridade se assenta no reconhecimento amplo de uma correlação diretamente proporcional entre escolaridade e conhecimento da norma que rege o uso; a separação por sexo/gênero dá equilíbrio à grade de informantes, além de fornecer um critério adicional de avaliação de valores de prestígio e estigma. Para cada estímulo, os participantes responderam a um teste de atitudes e a um teste de crenças, aplicados nessa ordem por representarem um grau crescente de conscientização dos valores sociais vinculados às variantes.

O teste de avaliação de atitudes, disposto no Quadro 1, foi elaborado, com base na proposta de Cyranka (2007), mediante o uso da técnica do diferencial semântico, que, conforme já mencionado, consiste na construção de uma série de escalas bipolares de sete pontos, com adjetivos de valores opostos colocados na extremidade do *continuum*.

Quadro 1. Ficha de avaliação do teste de atitudes

TESTE DE ATITUDES							
Nome: _____							
Sexo: _____ Idade: _____ Escolaridade: _____							
QUESTIONÁRIO I							
<p>Quando ouvimos a voz de uma pessoa, sem vê-la, formamos impressões sobre ela. É o que provavelmente acontecerá com você quando ouvir os trechos gravados que lhe serão apresentados agora. São três gravações, cada uma delas trazendo a voz de pessoas diferentes. Depois de ouvir cada um desses pequenos trechos, indique a impressão que lhe causou, a partir das questões abaixo.</p> <p>A sua resposta deve ser dada da seguinte maneira: atribua uma nota variando de 7 a 1, em relação às qualidades expressas pelos adjetivos que estão relacionados. Você tem seis adjetivos, cada um deles seguido de sete traços. Cada traço corresponde a uma nota.</p> <p>Quanto mais próxima do adjetivo, maior será a nota. Assim, se você atribuir a um dos falantes a nota mais alta (7), em relação ao adjetivo <i>inteligente</i>, você deve colocá-la no quadrado próximo a esse adjetivo; se você atribuir a nota imediatamente inferior (6), deve colocá-la no segundo quadrado, e assim sucessivamente, até a menor (1), que deverá ser colocada, se for o caso, no último quadrado. Isso em relação a cada um dos adjetivos.</p> <p>Você vai ouvir uma gravação de cada vez. Depois de cada uma delas, vamos lhe dar um tempo para você colocar as notas nos quadrados. Só então ouvirá a gravação seguinte para atribuir as notas, e assim sucessivamente.</p>							
<p>Para você, essa pessoa parece...</p> <p>(Escolha uma opção em cada linha)</p>							
Inteligente	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Honesto	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Competente	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Simpático	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Rico	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Boa pessoa	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

Fonte: SILVA, 2019, p. 139.

Organizou-se o teste de atitudes em função de seis atributos que remetem a valores de poder e solidariedade. A dimensão de poder foi representada pelos atributos “inteligente”, “competente” e “rico”, enquanto a dimensão de solidariedade, pelos atributos “honesto”, “simpático” e “boa pessoa”. Os

participantes receberam a instrução de que ouviriam três estímulos, contendo um uso dos pronomes *tu* e *você*, e que deveriam escolher para cada qualificação uma nota com base na impressão que o locutor lhe teria causado pela escolha de uma ou outra forma de referência à segunda pessoa. Em seguida aplicou-se o teste de crenças, conforme mostra o Quadro 2.

Quadro 2. Ficha de avaliação do teste de Crenças

QUESTIONÁRIO II	
Marque com um (X) o falante analisado:	
<input type="checkbox"/> Falante I <input type="checkbox"/> Falante II <input type="checkbox"/> Falante III	
1. Você acha que esta pessoa está em que faixa etária?	
<input type="checkbox"/> Na adolescência	
<input type="checkbox"/> 20 e poucos anos	
<input type="checkbox"/> Por volta de 30 anos	
<input type="checkbox"/> Por volta de 40 anos	
<input type="checkbox"/> por volta de 50 anos	
2. Você acha que esta pessoa estudou...	
<input type="checkbox"/> até o ensino fundamental	
<input type="checkbox"/> até o ensino médio	
<input type="checkbox"/> até o curso superior	
3. Você acha que esta pessoa pertence à...	
<input type="checkbox"/> Classe baixa	
<input type="checkbox"/> Classe média	
<input type="checkbox"/> Classe alta	
4. Do que você ouviu, você acha que essa pessoa...	
Fala Bem? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
Essa forma de uso é adequada? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
Essa pessoa mora no perímetro urbano de Rio Branco? Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
5. Qual das duas perguntas é mais adequada para você?	
a) Você qué(r) um sorvete?	
b) Tu qué(r) um sorvete?	
6. Qual das duas perguntas você usa mais?	
a) Você qué(r) um sorvete?	
b) Tu qué(r) um sorvete?	

Fonte: SILVA, 2019, p. 140.

Como no teste de atitudes, cada participante recebeu um questionário, composto por três perguntas fechadas, mas com duas alternativas possíveis de respostas *sim* e *não*, e duas perguntas igualmente fechadas, mas com duas alternativas para avaliar um possível sentimento de insegurança linguística do avaliador.

O teste de atitudes solicita uma avaliação indireta, apelando, portanto, para percepções sobre a variável situadas abaixo do nível de consciência dos participantes envolvidos (CYRANKA, 2007). Já o teste de crenças, composto por questões diretas, recebe também respostas diretas do tipo “falso-ou-verdadeiro”, “sim-ou-não”, relacionadas a um nível mais consciente de percepção, que remete, portanto, às crenças e aos preconceitos dos participantes de acordo com o imaginário social de que compartilham e da identidade que perfilam na comunidade de fala. Na visão de Conner et al. (2007, p. 1728), as atitudes implícitas, aqui entendidas como atitudes propriamente ditas, evocam respostas automáticas, espontâneas, subentendidas ou não controladas, enquanto atitudes explícitas, aqui entendidas como crenças, evocam respostas não automáticas, deliberadas ou controladas.

Os dados coletados nos testes foram submetidos ao programa *Statistical Package for Social Sciences* (STEVENS, 2015), que permite organizar e resumir bases de dados de trabalhos estatísticos, tornando-os quantitativamente comensuráveis. A análise estatística do teste de atitudes foi conduzida pela Análise de Variância (Anova, do inglês *Analysis of Variance*), que, segundo Cyranka (2007) e Vassoler e Camacho (2016), é uma ferramenta destinada à comparação de vários grupos envolvidos; no caso desta pesquisa, são os três grupos de participantes com diferentes perfis escolares, tendo como variáveis dependentes os valores de 1 a 7 para cada fator analisado (inteligente, competente, rico, honesto, simpático, boa pessoa). O emprego desse teste tem por objetivo confirmar ou refutar estatisticamente as seguintes hipóteses estatísticas: hipótese nula (H0): não existe associação entre as proporções relativas do conteúdo das respostas e a natureza social dos avaliadores; hipótese inicial (H1): existe

associação entre as proporções relativas do conteúdo das respostas e a natureza social dos avaliadores.

O fator independente considerado na análise foi o grau de escolaridade do participante avaliador, ou seja ensino fundamental, médio ou superior. Utilizou-se a correção de *Bonferroni* como teste *post-hoc* para ajustar as medidas de significância às múltiplas comparações³. Para ambos os testes, o limite do nível de significância foi estabelecido em p igual ou menor que 0,05.

Num teste realizado em um nível de confiança de 0,95, deve-se observar se o valor de p é maior ou menor que 0,05. Quando o p -valor é maior que 0,05, pode-se rejeitar a hipótese inicial. Conseqüentemente, a média de um grupo será significativamente diferente das médias dos outros. Do mesmo modo, se o p -valor é igual ou menor que 0,05, não se pode rejeitar a hipótese inicial, embora seja possível admitir que as diferenças sejam obra do acaso. Se a hipótese inicial for rejeitada, ou seja, se pelo menos uma das médias testadas for diferente, aplica-se o teste *Post Hoc de Tukey*⁴, para verificar as médias que são estatisticamente diferentes.

3 Conforme entendem Vassoler e Camacho (2016), usa-se o teste *post-hoc* após o desenvolvimento da análise Anova com a finalidade de verificar que médias são estatisticamente diferentes. Como o Anova consiste em múltiplas comparações, é necessário proceder ao ajuste de medidas de probabilidades para se aumentarem as chances de emergir uma diferença significativa. A correção de Bonferroni consiste basicamente na divisão dos valores de significância observados inicialmente pelo número de comparações realizadas.

4 O Teste de Tukey (ou procedimento de Tukey), também chamado de “teste de Diferença Significativa Honesta (HSD) de Tukey”, é um teste *post-hoc* baseado na distribuição de intervalo estudentizado. Um teste Anova pode dizer que os resultados encontrados são significativos no geral, mas não exatamente onde estão as diferenças. Depois de executar um teste Anova e encontrar resultados significativos, é possível executar o HSD de Tukey para descobrir que médias de grupos específicos, e comparados entre si, são diferentes. Ver: Stephanie Glen. “Tukey Test/Tukey Procedure/Honest Significant Difference” From **StatisticsHowTo.com**: Elementary Statistics for the rest of us! <https://www.statisticshowto.com/tukey-test-honest-significant-difference/> acesso:26/01/2021.

O procedimento estatístico empregado, o teste *qui-quadrado*, está habilitado para medir variáveis qualitativas, com duas ou mais categorias, além do grau de discrepância entre um conjunto de frequências esperadas e o modo como essas frequências estão associadas às duas variáveis qualitativas. O teste *qui-quadrado* também permite avaliar se existe ou não associação entre as variáveis qualitativas. Nesse teste, o procedimento usado para avaliar a rejeição ou não da hipótese inicial de que existe associação indica se o *p*-valor é maior ou menor que o nível de significância escolhido, ou seja, 0,05.

Tendo fornecido os procedimentos metodológicos e estatísticos aplicados aos testes de atitudes e de crenças, apresentamos, na sequência, os resultados, dando preferência, inicialmente, ao de atitudes, para depois tratar do de crenças, em virtude não apenas de seguir a ordem de aplicação dos testes, mas também de discutir em primeiro lugar a percepção mais indireta da variável, deixando para o segundo lugar a discussão da percepção mais direta e consciente, própria do teste de crenças.

3. Analisando os resultados do teste de atitudes

A tabela 1 mostra os resultados gerais do teste fornecidos pelo Anova das seis perguntas que correlaciona as respostas dos avaliadores e as dos grupos de escolaridade.

Tabela 1. Resultados do teste anova referentes às perguntas do teste de atitudes

Inteligente	Entre os grupos	33,746	1	33,746	12,975	0,000
	Nos grupos	265,292	102	2,601		
	Total	299,038	103			
Honesto	Entre os grupos	8,174	1	8,174	1,985	0,162
	Nos grupos	420,047	102	4,118		
	Total	428,221	103			

continua

Competente	Entre os grupos	20,586	1	20,586	7,127	0,009
	Nos grupos	294,635	102	2,889		
	Total	315,221	103			
Simpático	Entre os grupos	60,503	1	60,503	18,449	0,000
	Nos grupos	331,225	101	3,279		
	Total	391,728	102			
Rico	Entre os grupos	9,146	1	9,146	3,981	0,049
	Nos grupos	232,058	101	2,298		
	Total	241,204	102			
Boa pessoa	Entre os grupos	60,642	1	60,642	15,373	0,000
	Nos grupos	402,349	102	3,945		
	Total	462,990	103			
Escolaridade	Entre os grupos	0,191	1	0,191	0,276	0,601
	Nos grupos	70,569	102	0,692		
	Total	70,760	103			
Sexo	Entre os grupos	0,000	1	0,000	0,0010	0,970
	Nos grupos	25,528	102	0,250		
	Total	25,529	103			

Fonte: SILVA, 2019, p. 143.

Os resultados da tabela 1 revelam que, na avaliação das qualificações “inteligente”, “simpático”, “boa pessoa” e “rico”, o valor de p é menor que 0,05, evidenciando que as médias dos grupos são diferentes. Já na avaliação das qualificações “honesto” e “competente”, o valor de p é maior que 0,05, apontando para a ausência de uma diferença significativa entre os grupos na avaliação dos pronomes de referência ao interlocutor. Quanto à escolaridade e ao sexo, os valores de p indicam que esses fatores não exercem influência na escolha das perguntas pelos seis grupos analisados.

Numa análise mais detalhada, apresentam-se os resultados de cada uma das perguntas avaliadas nos Gráficos de 1 a 6 com a indicação das médias das notas atribuídas a cada atributo testado. Inicia-se a discussão dos dados com a análise do Gráfico 1.

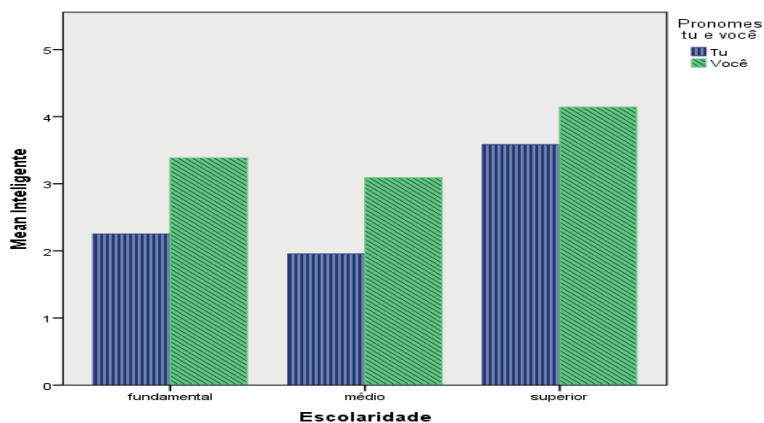


Gráfico 1. Média das notas atribuídas para “inteligente”

Fonte: SILVA, 2019, p. 144.

Tomando-se por parâmetro o atributo “inteligente”, os valores mais baixos foram consignados pelos participantes de todos os níveis de escolaridade para o falante que usa *tu*, ressaltando-se que as notas mais baixas foram atribuídas pelos participantes com ensino médio e fundamental. Já para o falante usando *você*, os valores mais elevados foram atribuídos por avaliadores com ensino superior. Dito isso, procede-se à análise dos Gráfico 2.

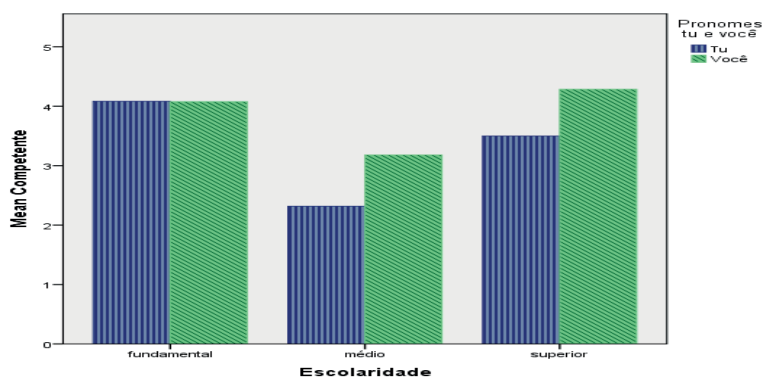


Gráfico 2. Média das notas atribuídas a “competente”

Fonte: SILVA, 2019, p. 145.

A avaliação dos resultados para a qualificação “competente” mostra que os valores mais baixos foram atribuídos ao falante usando *tu* pelos participantes com grau médio de escolaridade e o índices mais elevados, ao falante usando *você* pelos avaliadores com ensino superior. Os avaliadores com grau fundamental de escolaridade mostram-se indiferentes às duas variantes pronominais.

Os dados de *p* dos testes Tukey e Bonferroni apontam para diferenças estatisticamente significativas para as avaliações do uso de *tu* e *você* nos grupos com ensino fundamental e médio, apresentando o valor de *p* igual a 0,05. Assim, o fato de *p* ser menor que 0,05 sinaliza diferenças na avaliação das respostas, como aponta o valor da significância desse adjetivo analisado: 0.000. Passa-se, agora, à análise dos dados do Gráfico 3.

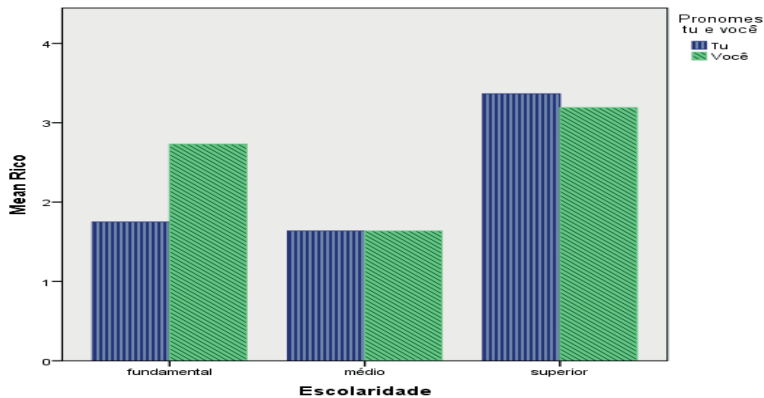


Gráfico 3. Média das notas atribuídas a “rico”

Fonte: SILVA, 2019, p. 146.

O exame das respostas envolvendo a qualificação “rico” mostra que as notas mais baixas foram atribuídas pelos participantes com ensino fundamental e médio e as mais elevadas, pelos participantes com ensino superior. Ao falante ouvido na gravação, que emprega o pronome *tu*, são os participantes com grau superior de escolaridade que atribuem as notas

mais elevadas; diferentemente, nesse caso, de *você*, cujo uso é avaliado com a atribuição de valores mais elevados que o de *tu* pelos participantes com ensino fundamental. Esses resultados apontam para a existência de diferenças significativas entre os grupos e dentro dos grupos, na avaliação do uso de *tu* e *você* em relação a essa qualificação. Observe-se, agora, se esse comportamento se aplica igualmente ou não à qualificação “honesto”, conforme mostram os dados do Gráfico 4.

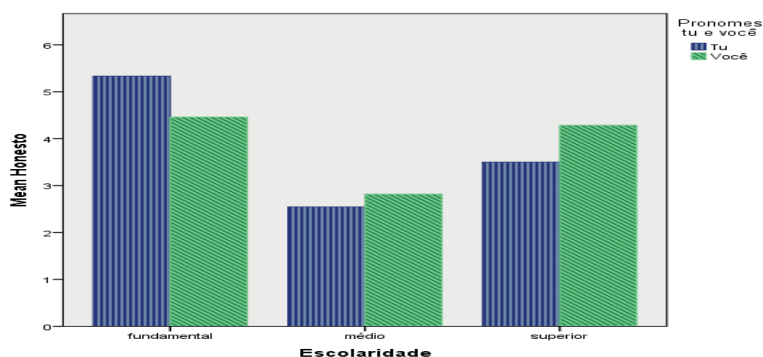


Gráfico 4. Média das notas atribuídas para “honesto”

Fonte: SILVA, 2019, p. 146.

A análise das médias dos avaliadores mostra que, em relação à percepção da honestidade, as notas mais baixas ao falante ouvido usando *tu* são atribuídas pelos participantes com graus mais elevados de escolaridade, ou seja, de ensino médio e superior. Os participantes com ensino fundamental se mostram indiferentes ao julgamento de do uso de *tu* e *você*. Considerem-se, agora, os dados do Gráfico 5 que exhibe as médias atribuídas às variantes em relação ao atributo “simpático”.

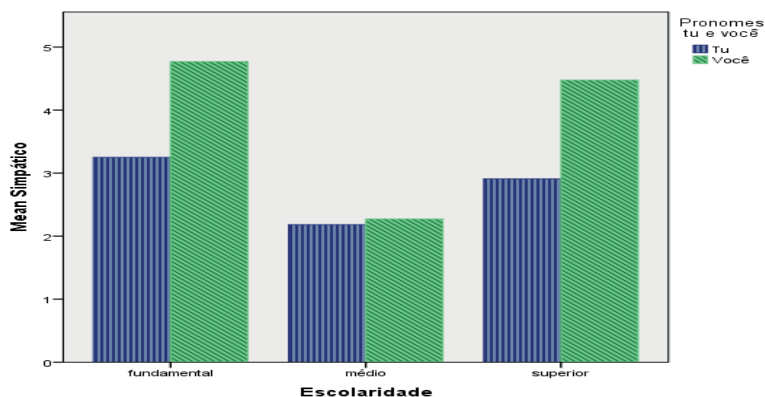


Gráfico 5. Média das notas atribuídas para “simpático”

Fonte: SILVA, 2019, p. 147.

Na avaliação do grau de simpatia, entrevê-se uma divergência entre os três grupos sociais com base nas médias de uso de *tu* e *você*, pelo menos em comparação aos resultados obtidos com base em outros atributos: as médias mais elevadas são conferidas ao falante usando *você* pelos avaliadores com nível fundamental e superior, justamente os dois extremos da escala. As notas mais baixas são conferidas ao uso do pronome *tu* pelos julgadores de todos os níveis de escolaridade, mas os que têm ensino médio não discriminam os falantes com base no uso de *tu* e *você*. Observem-se os resultados do Gráfico 6, relativos à qualificação “boa pessoa”.

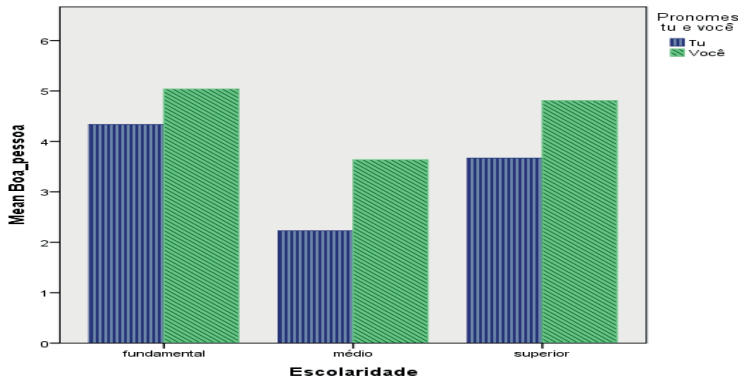


Gráfico 6. Média das notas atribuídas para “boa pessoa”

Fonte: SILVA, 2019, p. 148.

A análise dos dados relativos ao parâmetro “boa pessoa” indica que os avaliadores dos três grupos de escolaridade atribuem as notas mais elevadas ao falante usando *você* e as mais baixas, ao falante usando *tu*. As médias das variantes apresentam divergências estatísticas entre os três grupos, sendo que, no interior dos grupos, as médias apresentam valores significativos para todos os indivíduos analisados com p igual a 0.000.

Deduz-se que, de modo geral, os resultados mostram que os participantes com grau superior conferem valores mais elevados a *você* do que a *tu* em todas as qualificações que envolvem a dimensão do poder, ou seja, “inteligente”, “competente” e “rico”, e os participantes com nível médio e fundamental consignam valores mais baixos ao uso ouvido dessa variante.

Por outro lado, os resultados do exame das qualificações que envolvem a dimensão de solidariedade, ou seja, “honesto”, “simpático” e “boa pessoa”, mostram valores mais elevados atribuídos ao uso de *tu* e *você* pelo grupo de avaliadores com nível fundamental. Na avaliação das qualificações “simpático” e “boa pessoa”, consignam-se os valores mais baixos ao uso do pronome *tu* nos três grupos, e valores mais elevados, ao uso de *você*.

Esses resultados de avaliação subjetiva dos informantes dos três agrupamentos por escolaridade, que apontam para a atribuição majoritária de grau mais elevado de prestígio a *você*, vão ao encontro dos resultados obtidos do registro falado⁵, como mostram os dados da tabela 2.

Tabela 2. O uso das variantes *tu* e *você* em função de escolaridade

Escolaridade	Tu			Você		
	Freq	%	PR	Freq	%	PR
Ensino fundamental	12/44	30.0	0.53	28/115	70.0	0.47
Ensino médio	19/44	34.5	0.58	36/115	65.5	0.42
Ensino superior	13/44	20.3	0.40	51/115	79.7	0.60
Input do grupo	0.27			0.73		
Significância	0.203					

Fonte: SILVA, 2019, p. 118.

Os dados da tabela 2 permitem constatar que a forma pronominal *você* é a preferida na comunidade rio-branquense por falantes de todos os níveis de escolaridade, quando se olha apenas para os resultados de frequência, mas ver os resultados da perspectiva do peso relativo mostra uma situação diferente: verifica-se haver, nesse âmbito, uma distribuição complementar entre os três grupos sociais com base no seguinte comportamento: o registro falado dos informantes com ensino fundamental e médio favorece o uso de *tu* com PR de 0.53 e 0.58, respectivamente, enquanto o registro falado dos informantes com ensino superior favorece o uso de *você* com PR de 0.60.

5 É conveniente esclarecer que, embora sejam todos moradores nascidos em Rio Branco no Acre, não são os mesmos os informantes que forneceram os dados do registro da fala e os informantes que forneceram os da avaliação subjetiva, nem houve simultaneidade no levantamento.

Para interpretar esses dados, invoca-se o processo de aquisição de uma variedade padrão proposta por Labov (1974), que identifica seis estágios: a gramática básica, o vernáculo, a percepção social, a variação estilística, o *standard* consistente e, por fim, a totalidade da amplitude. Esse processo parece aplicar-se, conforme se verá, ao comportamento dos participantes, que atuaram como avaliadores do grau de prestígio ou estigma das variantes examinadas.

Os participantes com ensino fundamental especialmente, mas também, em grande parte, os com ensino médio, estariam na fase da percepção social, quando passam a ter contato com falantes de um contexto diferente do compartilhado com os pais, instalando-se, portanto, em sua consciência linguística, o significado social da variedade de seus pares para a qual passam a voltar-se no uso. De acordo com Labov (1974), ao apresentarem atitudes linguísticas semelhantes às dos adultos, os adolescentes em estágio inicial de escolaridade passam a identificar o valor social de formas em variação. A crescente conscientização social associada aos usos linguísticos produz uma mudança em sua fala na direção da variedade de prestígio.

Já os participantes com ensino superior estariam no nível de *standard* consistente, fase em que os falantes têm consciência de que não basta apenas usar formas prestigiosas esporadicamente, mas é necessário também ser capaz de manter consistentemente o uso delas, conforme requerem as circunstâncias de interação social, ou seja, as mais prestigiosas em situações formais e as menos prestigiosas em situações informais. É possível, portanto, atribuir a esse grau de consciência social o apego do grupo de participantes com o grau mais elevado de escolaridade aos valores de prestígio da variante *você*.

Os participantes com ensino superior são os que atribuem com maior frequência valores de prestígio à variante *você*, seguidos dos que dispõem de ensino fundamental. Vale notar que, no registro falado, o comportamento dos informantes com nível médio se aproxima do comportamento dos que têm nível fundamental. Em todos os parâmetros de análise do teste de atitudes, a aproximação é maior entre informantes com ensino fundamental e informantes

com ensino superior. Como, todavia, a percepção do valor social de *você* está mais vinculada à dimensão do poder, é possível deduzir que é essa a variante com o maior grau de prestígio e a variante *tu*, talvez não exatamente estigmatizada, mas neutra, estaria mais correlacionada às dimensões de solidariedade. Esse valor não deixa, portanto, de estar simbolicamente ligado ao fato de que é nas relações socialmente simétricas de papel e nos discursos mais familiares que *tu* prevalece quando olhamos para a outra dimensão da variável, o registro falado em si.

Para examinar essa relação, invocou-se um trabalho pioneiro de Head (1976) sobre as formas de tratamento *tu*, *você* e *o(a) senhor(a)*, que assume, como principal variável social, as relações de papel entre interlocutores de diferentes domínios, como família, escola e trabalho. Os resultados demonstram a predominância de um sistema binário simples: *o(a) senhor(a)* como forma deferencial; *tu* ou *você* como forma não deferencial ou íntima, com dois padrões, especialmente frequentes: o recíproco e o não recíproco.

Mais recentemente, o trabalho de Nunes de Sousa e Coelho (2015) inclui cartas entre noivos, com temática amorosa, e entre amigos, com temática de natureza ora profissional, ora mais pessoal. As relações interpessoais mais íntimas ativam nessas cartas o uso de *tu*. Por outro lado, Scherre, Yacovenco e Scardua (2018) estudaram as formas de tratamento nas cartas pessoais de Oswald Cruz Guimarães, escritas no século XX. Nessas cartas, as pesquisadoras procuraram detectar que tipos de relações se estabelecem entre os interlocutores, se simétricas ou assimétricas. Os resultados a que chegaram as autoras mostram que as formas pronominais *tu* e *você* são usadas apenas no contexto familiar mais íntimo. Em função desse fato, elas passam, então, a analisar o tópico discursivo, entendido como o conteúdo sobre o qual se fala durante o evento comunicativo. Detectados os tópicos amor, pedido, notícia e crítica, os resultados demonstram que os dois primeiros favorecem o uso do pronome *tu* (0.763), ao passo que os dois últimos o desfavorecem (0.425). Com base nesses dados, as autoras afirmam que é *tu* que representa maior intimidade, uma vez que emerge com maior frequência principalmente nos

tópicos de maior grau de envolvimento emocional. O pronome *você*, por outro lado, expressa distanciamento, justamente por ser empregado nos tópicos que implicam menor grau de envolvimento emocional.

Essas pesquisas serviram de âncora para a decisão metodológica que se tomou de investigar as relações interpessoais presentes no discurso da comunidade rio-branquense, enfocando, na análise, as relações de papel⁶ entre os interlocutores de diferentes domínios discursivos, como o familiar, o escolar e o profissional (FISHMAN, 1971).

Centrou-se o olhar nos enunciados que contêm discursos reportados, justamente por ser nesse gênero que se torna possível vislumbrar o exercício de diferentes relações de papel entre os interlocutores envolvidos. A amostra de discurso reportado contém três domínios discursivos, identificados como familiar, escolar e profissional, cuja análise permitiu identificar diferentes relações interpessoais. O domínio familiar, em que os participantes envolvidos assumem o mesmo papel social em relações simétricas e informais, favorece o uso de *tu*, como nos exemplos (9) e (10), que se afiguram como casos de discursos reportados entre irmãos e entre cônjuges, respectivamente.

(9) ... aí minhas irmãs disseram: vai que tu consegue. (Corpus GELAC – Entr. 64)

(10) ...aí meu pai falo: É quem sabe é tu. (Corpus GELAC – Entr. 64)

Em discursos reportados envolvendo amigos, a probabilidade de uso é igual para as formas *tu* e *você*. Em relações simétricas, com certo grau de distanciamento entre os participantes envolvidos, dá-se preferência ao uso de *você* com exclusividade, como no caso dos discursos reportados entre vizinho e cunhado. O exemplo (11) ilustra essas escolhas pronominais em discurso reportado envolvendo vizinhos.

6 Entende-se, por papel, o modo de o indivíduo desempenhar de fato as exigências de determinada posição (DAVIS, 1961 apud Camacho, 2015).

(11) Eli disse não vizinha, se você subesse o meu aperreio qui eu tô você não perguntava si eu durmu, si eu não durmu você não deixa de durmi qui você não tá no meu lugá si você tivesse no meu lugá num perguntava isso não... (Corpus GELAC - Entr. 92)

Nos discursos reportados entre pais e filhos, prevalece uma troca mútua de *tu* e *você* configurando, igualmente, uma relação de intimidade, como mostram os exemplos (12) e (13).

(12) Aí minha mãe disse assim: si você não pegá você vai apanhar u dobro, vai apanhá por você e por eli. (Corpus GELAC - Entr. 63)

(13) Aconselha, ...semana passada ele falou para mim “ se tu fô namorá tu presta atenção. (Corpus GELAC - Entr. 21)

No domínio profissional, por seu lado, os resultados da análise de discursos reportados envolvendo papéis sociais de médico e paciente apontam para índices iguais de *tu* e *você*. Já quando os papéis envolvidos são os de patrão e empregado, a relação nitidamente assimétrica ativa um padrão não recíproco, segundo o qual o interlocutor em posição inferior emprega a forma de tratamento *o(a) senhor(a)* e recebe em troca ora *tu* ora *você*. O exemplo (14) mostra um fragmento discursivo de discurso reportado favorecendo essas escolhas.

(14) Eu digu tudu bem. E com o senhor? Tudu bem. O quê qui tu anda fazendu? Aí eu olhei pra cara deli e disse: O sinhô sabe o qui eu andu fazendu...

Ela dissí: Zé mas tu só fica olhandu. (Corpus GELAC - Entr. 10)

Se, por um lado, é verdade que a amostra em que se baseou esta análise é mais qualitativa que quantitativa, por não ser possível contar com um conjunto massivo de dados, não é menos verdade, por outro, que a análise forneceu evidência relevante de relações de tratamento deferencial, encontradas em situações formais, e relações de tratamento não deferencial,

presentes em situações informais. Os resultados da relação entre tratamento ao interlocutor e situações de interação apontam para o uso do pronome *tu* em contextos íntimos e informais e o do pronome *você* em contextos formais e não familiares, reservando-se ainda para *o(a) senhor(a)* o tratamento mais deferencial com base em relações sociais assimétricas de poder.

4. Confirmando os resultados por escolaridade: o teste de crenças

A seção precedente mostrou haver resultados convergentes entre a análise das reações subjetivas, mediante aplicação do teste de atitudes, e a dimensão do registro falado real, mediante o cruzamento entre uso das duas variantes e a variável escolaridade. Em função dessa convergência, procedeu-se à análise do teste de crenças, cujos resultados, obtidos pelo Anova, estão dispostos na tabela 3.

Tabela 3. Resultados do teste de crenças em relação ao uso das variantes *tu* e *você*

		Soma dos quadrados	Grau de liberdade	Média dos quadrados	F	P
Você acha que esta pessoa está em que faixa etária?	Entre grupos	0,215	1	0,215	0,171	0,682
	Nos grupos	35,152	28	1,255		
	Total	35,367	29			
Você acha que esta pessoa estudou...	Entre grupos	0,288	1	0,288	0,755	0,392
	Nos grupos	10,679	28	0,381		
	Total	10,967	29			
Você acha que esta pessoa pertence à...	Entre grupos	0,086	1	0,086	0,292	0,593
	Nos grupos	8,214	28	0,293		
	Total	8,300	29			
Essa pessoa fala bem?	Entre Grupos	0,815	1	0,815	3,430	0,075
	Nos grupos	6,652	28	0,238		
	Total	7,467	29			

continua

Essa forma de uso é adequada?	Entre Grupos	0,288	1	0,288	1,124	0,298
	Nos Grupos	7,179	28	0,256		
	Total	7,467	29			
Essa pessoa mora no perímetro urbano?	Entre Grupos	0,010	1	0,010	0,050	0,825
	Nos Grupos	5,357	28	0,191		
	Total	5,367	29			
Escolaridade	Entre grupos	0,536	1	0,536	0,771	0,387
	Nos Grupos	19,464	28	0,695		
	Total	20,000	29			
Sexo	Entre Grupos	0,315	1	0,315	1,233	0,276
	Nos Grupos	7,152	28	0,255		
	Total	7,467	29			

Fonte: SILVA, 2019, p. 150.

Esse teste envolveu a apresentação de seis variáveis quantitativas ou nominais, três com opções de alternativas para livre escolha do avaliador e três perguntas com duas opções, verdadeira ou falsa. Para cada afirmativa, procurou-se verificar a diferença entre as percepções dos usos dos pronomes *tu* e *você*, analisadas mediante a proporção relativa das respostas dos três grupos de participantes: respondentes com ensino fundamental, médio e superior.

Os resultados revelam que, majoritariamente, o valor de *p* é menor que 0,05, o que fornece evidências de compatibilidade das médias dos grupos. Nessa análise, os valores de *p* indicam que os grupos por escolaridade a que pertence o participante avaliador não exercem influência na escolha das perguntas dos seis grupos analisados.

A análise dos valores de *f* mostra que, mesmo não havendo, nos três grupos analisados, um grau relevante de significância para a avaliação das perguntas, encontramos níveis diferentes de média entre as respostas, mostrando que há uma diferença entre a avaliação de *tu* e *você* entre os grupos e mesmo no interior dos grupos: observe-se que, em alguns grupos, o valor

de *f* é extremamente elevado, como quando aplicado à pergunta “Essa pessoa fala bem?”. Para verificar essas diferenças, procedeu-se a uma análise mais refinada, mais específica, limitando-se, porém a três variáveis cruciais para a discussão realizada na seção anterior, que diz respeito à relação entre as duas variantes para referência ao interlocutor e a escolaridade dos respondentes.

Começemos, então, pelos dados da tabela 4, relativos à resposta à pergunta *Você acha que esta pessoa estudou até que série?*

Tabela 4. Respostas à pergunta “Você acha que esta pessoa estudou até que série?”

	Fundamental		Médio		Superior		Total
	Tu	Você	Tu	Você	Tu	Você	
Fundamental	0	2	3	0	0	0	5
Médio	4	2	2	4	3	4	19
Superior	1	1	1	0	0	3	6
Total	5	5	6	4	3	7	30
Média do grupo	2,00		1,80		2,30		
Significância	0,191						

Fonte: SILVA, 2019, p. 153.

A análise da variável escolaridade indica haver convergência na atribuição das respostas dos julgadores com ensino fundamental ao uso indiferente de *tu* e de *você*, o que diverge fundamentalmente dos julgadores com ensino médio, que atribuem o uso de *tu* ao menor grau de escolaridade: com efeito, atribuem-se 3 de 6 avaliações de *tu* a falantes do ensino fundamental. Já a avaliação dos ouvintes com ensino superior mostra que eles conferem o uso de *você* aos falantes com o nível mais elevado de escolaridade.

Reporte-se, agora aos dados da tabela 5, relativos às respostas estimuladas pela pergunta *Você acha que essa pessoa pertence à que classe social?*

Tabela 5. Respostas à pergunta “Você acha que esta pessoa pertence à que classe social?”

Classe social	Fundamental		Médio		Superior		Total
	Tu	Você	Tu	Você	Tu	Você	
Classe baixa	0	2	3	1	2	2	10
Classe média	5	2	3	3	1	5	19
Classe alta	0	1	0	0	0	0	1
Total	5	5	6	4	3	7	30
Média do grupo	1,90		1,60		1,60		
Significância	0,363						

Fonte: SILVA, 2019, p. 153.

Os resultados mostram que os avaliadores com ensino fundamental não veem diferenças significativas de uso entre os pronomes de referência à segunda pessoa. Já os julgadores com ensino médio atribuem o uso de *você* a falantes de classe média: 3 de 4 casos a falantes de classe média e 1, a falantes de classe baixa. Resultado similar ocorre no julgamento dos informantes com nível superior, que atribuem 5 de 7 casos de *você* ao uso de falantes de classe média e 2, a falantes de classe baixa.

Procede-se, agora, à análise dos dados dispostos na tabela 6, em que se analisam as respostas estimuladas para a pergunta *Essa pessoa fala bem?*

Tabela 6. Respostas à pergunta “Essa pessoa fala bem?”

	Fundamental		Médio		Superior		Total
	Tu	Você	Tu	Você	Tu	Você	
Sim	3	1	1	3	1	7	16
Não	2	4	5	1	2	0	14
Total	5	5	6	4	3	7	30
Média do grupo	1,60		1,60		1,20		
Significância	0,125						

Fonte: SILVA, 2019, p. 154.

Os valores quantitativos mostram que os avaliadores com ensino fundamental atribuem valores iguais ao uso de *tu* e *você*, diferentemente dos avaliadores com ensino médio e superior, que preferem atribuir “falar bem” ao uso de *você* e “não falar bem”, ao uso de *tu*. Os valores médios de uso de *tu* e de *você* confirmam a hipótese de que existe uma identidade entre os julgamentos de uso das formas pronominais, em função dos valores muito próximos para os pronomes *tu* e *você*.

Considerem-se agora os resultados da tabela 7, referentes à avaliação da pergunta *Essa forma de uso é adequada?*

Tabela 7. Respostas à pergunta *Essa forma de uso é adequada?*

	Fundamental		Médio		Superior		Total
	Tu	Você	Tu	Você	Tu	Você	
Sim	3	2	1	2	2	6	16
Não	2	3	5	2	1	1	14
Total	5	5	6	4	3	7	30
Média do grupo	1,50		1,70		1,20		
Significância	0,081						

Fonte: SILVA, 2019, p. 155.

Verifica-se haver nos julgamentos dos participantes com ensino fundamental uma distribuição equilibrada em relação às duas formas pronominais. Os participantes com ensino superior preferem julgar mais adequado o uso da forma *você*, contrapondo-se aos julgamentos dos participantes com ensino médio, que avaliam como mais adequados os usos de *tu*. Como é de se esperar, os participantes com ensino médio ora tendem a agrupar-se com os que têm ensino fundamental ora, com os que têm ensino superior.

Para testar com mais acuidade o grau de consciência dos falantes, aplicaram-se testes de insegurança linguística, como proposto por Labov (2008 [1972]). Nesse texto, Labov (2008 [1972], p. 251) defende que toda

comunidade conta com falantes mais conscientes do que outros sobre as formas de uso da língua no contexto social, mostrando um comportamento motivado por padrões externos de natureza normativa. Por isso, esses falantes exibem um grau mais elevado de alternância que os que não são capazes de identificarem claramente esses padrões. Para os testes, incluíram-se duas perguntas inquirindo o participante sobre qual dentre as duas formas é a correta e, em seguida, qual delas ele mesmo usa de fato. De acordo com Labov (2008 [1972]), o número total de itens em que as duas respostas diferem constitui um quociente seguro de insegurança linguística. A tabela 8 exhibe essas medidas gerais de insegurança linguística.

Tabela 8. Distribuição dos valores gerais dos testes de Insegurança linguística

		Escolaridade		
		M	S	
Qual é a forma mais adequada para você?	Você qué(r) um sorvete?	8	8	10
	Tu qué(r) um sorvete?	2	2	00
Qual a forma que você usa mais?	Você qué(r) um sorvete?	5	5	09
	Tu qué(r) um sorvete?	5	5	01

Fonte: SILVA, 2019, p. 156.

Aplicou-se inicialmente o teste Anova, para testar as hipóteses iniciais. A pergunta “*Qual das duas perguntas é mais adequada pra você?*” produziu um valor da significância de 0.262 e a segunda, “*Qual das duas perguntas você usa mais?*” produziu um valor de significância de 0.150. Como os valores de *p* para as duas questões são maiores que 0.05, é possível concluir que se conta com um grau razoavelmente homogêneo de variância.

Os valores da tabela 8 permitem constatar a existência de uma similaridade nos resultados qualitativos na avaliação dos participantes com ensino médio e com ensino fundamental. O julgamento da pergunta 1 forneceu os mesmos resultados para as duas opções: 8 de 10 informantes

julgam adequada a opção com *você* e apenas 2 participantes consideram adequada a opção com *tu*.

No julgamento da pergunta 2, as respostas dos avaliadores com ensino médio e fundamental apresentam resultados idênticos para o uso de *você* e *tu*: 5 de 10 informantes julgam usar *você* com mais frequência e 5, a variante *tu*. De qualquer modo, essa discrepância entre o conceito de adequação e o uso real mostra certo grau de insegurança linguística dos participantes com ensino fundamental e médio. Essa insegurança, própria dos falantes em fase de aquisição, tem certamente algo a ver com o fato de que é *você* a forma mais prestigiosa especialmente em virtude de ser empregada em situações formais, restando a *tu* certo grau de prestígio encoberto, na medida em que seu uso predomina nas relações mais familiares.

Os participantes com ensino superior, por seu lado, julgam, na resposta à questão 1, que o uso do *você* é mais adequado que o de *tu*. Na resposta *a que forma usam mais* apenas 1 de 10 participantes marca a forma *tu*. Os valores de frequência mostram, portanto, uma convergência entre adequação e crença no que se usa de fato no que concerne ao julgamento dos participantes com ensino superior.

Os resultados deixam claro que, na consciência dos avaliadores com ensino superior, o uso do pronome *você* está marcado por relações de poder, o que é perfeitamente compatível com outros resultados do teste de atitudes em que se julga ser o pronome *você* próprio do uso de falantes com nível mais elevado de escolaridade e *tu*, de falantes com grau mais baixo. O valor simbólico dessa identificação é o de que usar *você* denota “falar bem”, “falar adequado”, diferentemente de usar *tu*. Em contrapartida, os julgamentos fornecidos pelos participantes com ensino fundamental e médio, no geral, não atribuem valores relacionados à dimensão do poder a nenhuma das formas pronominais estudadas, o que representa certo equilíbrio entre as respostas.

Resumindo-se a análise fornecida nesta seção, vê-se que, de um modo geral, os resultados dos testes de atitude e de crenças são consistentes com a atribuição de prestígio a *você*, especialmente pelos informantes que estão no

topo da escala de escolaridade. O comportamento mais errático dos julgadores com ensino fundamental e médio, associado ao grau relativamente baixo de compatibilidade da relação entre adequação e uso, pode estar vinculado ao fato de que o uso de *tu*, em que pese seu baixo grau de prestígio no eixo do poder, tem a valoração positiva garantida quando o eixo envolvido é o da solidariedade. Essa diferença mostra uma correlação muito significativa entre a dimensão do uso no registro falado e a dimensão da reação subjetiva, já que, nas situações em que predominam relações interpessoais de solidariedade é o uso de *tu* que prevalece.

Além disso, os testes de crenças serviram para mostrar também que julgadores na faixa média da escala de escolaridade tendem para convergir ora com os da faixa inferior, ora com os da faixa superior; servem para demonstrar também que, em termos de (in)segurança linguística, são os informantes com ensino superior que mostram resultados mais compatíveis para a relação entre adequação e uso, justamente o que estão mais próximos de atingir o estágio do padrão consistente nos estágios de aquisição de uma língua padrão propostos por Labov (1974)

Considerações finais

Agora, para finalizar, é tempo de fazer um balanço geral. Propôs-se responder a duas perguntas de pesquisa, que se repetem aqui por conveniência: (i) é possível atribuir à forma *tu* um valor de prestígio encoberto, que se pode detectar em relações interpessoais de natureza informal, em oposição à forma *você*, a mais prestigiosa por ser exigida em situações formais? (ii) As atitudes de prestígio, que emergem da reação subjetiva, estão correlacionadas a diferenças marcadas de uso, em situações de grau maior, ou de menor, de informalidade?

O percurso da análise permite afirmar que as duas perguntas tiveram, da aplicação do teste de atitudes, uma resposta positiva em direção às seguintes conclusões: (i) os dados analisados com base na dimensão do poder apontaram

para a existência de um valor de prestígio atribuído a *você*, que se origina, de modo geral, dos julgadores com grau superior de escolaridade; (ii) todavia, os dados analisados com base na dimensão de solidariedade apontaram para uma aceitação maior por *tu* de todos os grupos de avaliadores.

As relações entre (i) e (ii) facultam, finalmente, deduzir (iii) que o exame da variável na dimensão subjetiva sinaliza compatibilidade de resultados com o exame da variável na dimensão objetiva, ainda que não sejam os mesmos informantes envolvidos nos dois tipos de levantamento. Se, por um lado, são os informantes com ensino superior, justamente os que mais se conformam com os valores normativos em razão dos anos de escolaridade, que dão maior preferência por *você* na dimensão do poder, por outro, esses resultados se diluem entre julgadores dos três níveis de escolaridade, quando os atributos examinados se enfeixam na dimensão da solidariedade, em que a preferência aponta para *tu*. Mais relevante ainda é que esse favorecimento está fortemente correlacionado ao fato de que é nas relações socialmente simétricas de papel e nos discursos mais familiares que *tu* prevalece, quando se olha para a análise da variável no registro falado.

A análise dos resultados relativos ao contexto de discurso reportado permitiu constatar que o uso dos pronomes *tu* e *você* está relacionado ao modo como o falante se adapta à situação de interação, mediante um favorecimento muito maior, mas também não categórico, de *tu* nas relações socialmente simétricas, em que o registro do discurso é também informal. Esse favorecimento é um indício da preservação de valores de distância e formalidade para o uso de *você* e de familiaridade e informalidade para o uso de *tu*, em confirmação à hipótese de que o uso das formas *tu* e *você* representaria distinções de formalidade ou familiaridade da situação discursiva.

O contexto de discurso reportado inclui três tipos de registros: o familiar, o escolar e o profissional. O uso na registro familiar aponta para evidências de que, quanto mais íntimas forem as relações entre os indivíduos, tanto maior o favorecimento do pronome *tu*, especialmente nas relações simétricas. No registro escolar, predomina a forma *você*, e no profissional, em

que as relações pessoais majoritárias são assimétricas, as formas *tu* e *você* são dirigidas ao interlocutor em posição inferior, enquanto *o(a) senhor(a)* é dirigida ao indivíduo em posição superior, denotando, portanto, relações de poder e não de solidariedade (BROWN; GILMAN, 1960) entre os interlocutores. Ausentes essas relações de poder, a predominância das relações simétricas conduz à preferência pelo uso recíproco de *tu* e *você*.

Pode-se lembrar, a esse propósito, que comportamento similar foi detectado por Nunes de Souza e Coelho (2015) e Scherre, Yacovenco e Scardua (2018). No que tange às relações de simetria e assimetria estabelecidas entre remetentes e destinatários, a Amostra Cruz e Sousa, cujos dados foram discutidos por Nunes de Souza e Coelho (2015), inclui cartas entre noivos, com temática amorosa, e entre amigos, com temática de natureza ora profissional, ora pessoal. As relações interpessoais mais íntimas ativam nessas cartas o uso de *tu*, que ainda predomina na variedade de Florianópolis para esse tipo de registro. Já os resultados a que chegaram Scherre, Yacovenco e Scardua (2018) apontam para o uso de *tu* e *você* apenas no contexto familiar mais íntimo, situação que levou as autoras a incluir diferenças de tópico discursivo na análise. Os resultados demonstraram que são justamente os tópicos de maior grau de intimidade que favorecem o uso de *tu*.

É possível generalizar, portanto, com base dados analisados da variedade falada em Rio Branco, comparados aos desses autores, a existência potencial de universalidade no português brasileiro, no tocante às variedades que dispõem da alternância *tu* e *você* na referência determinada, do uso de *tu* para situações de mais intimidade e familiaridade entre os interlocutores

O teste de crenças, por seu lado, mostrou certo grau de compatibilidade com o de atitudes, especialmente por ter mostrado que julgadores na faixa média da escala de escolaridade tendem ora para convergir com os da faixa de baixo, com ensino fundamental, ora com os da faixa de cima, com ensino superior. Correlacionado a esse tipo de comportamento, o teste de crenças demonstrou também que, em termos de (in)segurança linguística, são os informantes com ensino superior que mostram resultados mais compatíveis em termos da relação

entre o que creem ser mais adequado e o que acham que usam, o que não é uma propriedade dos julgadores com ensino fundamental e médio.

Para concluir, de um ponto de vista metodológico, este trabalho reafirma a premissa teórica de que estudar uma língua implica levar em conta o Paradoxo Cumulativo, como afirma Labov (2008, p. 236), segundo o qual quanto mais se conhece de uma língua, mais é possível descobrir a respeito dela. Em que pesem todos os problemas enfrentados no desenvolvimento deste estudo, de resto, próprio da pesquisa científica, é um fato não sujeito a controvérsia que os resultados de avaliação subjetiva discutidos ampliaram o entendimento do uso das formas pronominais *tu* e *você* na variedade falada em Rio Branco e sobre o uso variável delas para a comunidade falante do português brasileiro em geral, na medida em que foi possível adicionar mais um degrau na escada que fornece, do alto, um panorama da variação pronominal no português brasileiro.

Referências

- AGUILERA, V. de A. Crenças e atitudes linguísticas: quem fala a língua brasileira? In: Roncarati, Cláudia; Abraçado, Jussara. (Org.). **Português brasileiro II: contato linguístico, heterogeneidade e história**. Niterói: Editora Federal Fluminense, 2008.
- BORTONI-RICARDO, S.M. *Nós chegemu na escola, e agora?: sociolinguística & educação*. São Paulo: Parábola, 2005.
- BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, T. (ed.), **Style in Language**. Cambridge: MIT Press, 1960, p. 253-276.
- CAMACHO, R. G. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.
- CAMACHO, R. G. *Formas de tratamento numa história em quadrinhos*. **Revista (Con) Textos Linguísticos** (UFES). v.9, p.162 - 181, 2015.

CAMACHO, R.G.; FIAMENGUI, A.H.R. Atitudes e crenças linguísticas em um cenário multilíngue. **Revista da ANPOLL**. v. 1, nº 49, p. 91-104, Florianópolis, Jul./Set 2019.

CHAMBERS, J. K. **Sociolinguistic theory. Linguistic variation and its social significance**. Oxford/Cambridge: Blackwell,1996.

COELHO, I. L.; VIEIRA-PINTO, C. A. O encaixamento da mudança sintática em cartas pessoais de Santa Catarina: ordem do sujeito e objeto direto anafórico. **Veredas - Revista de Estudos Linguísticos**, v. 22, p. 114-133, 2018.

CONNER, M. T. et al. Relations between Implicit and Explicit Measures of Attitudes and Measures of Behavior: Evidence of Moderation by Individual Difference Variables. **Personality and Social Psychology of Language**, 187/188, p. 1727-1740, 2007.

CYRANKA, L. F. de M. **Atitudes linguísticas de alunos de escolas públicas de Juiz de Fora - MG**. 174 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Programa de Pós-Graduação em Letras. Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

FIAMENGUI, A. H. R. **Multilinguismo e preconceito na fronteira Porã: um estudo sobre atitudes e crenças linguísticas**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2017.

HEAD, B. F. Social factors in the use of pronouns for the addressee in Brazilian Portuguese. In: SCHMIDT-RADEFELT, J. (ed), **Readings in Portuguese Linguistic**. Amsterdam: North-Holland Publishing Company, 1976, p. 289-348.

FISHMAN, J. A. **Bilingualism in the barrio**. Bloomington, Indiana: Indiana University Press, 1971.

LABOV, W. Estágios na aquisição do inglês *standard*. In: FONSECA, M.S.V.; NEVES, M.F. (orgs.) **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 49-86.

LABOV, W. **Padrões Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola editora, [1972] 2008.

LAMBERT, W. E. et al. Evaluation reaction to spoken language. **Journal of Abnormal and social psychology**, v. 60, 1960, p. 44-51.

MENDES, R. B.; OUSHIRO, L. 2012. O paulistano no mapa sociolinguístico brasileiro. **Alfa**, São Paulo, 56(3): 973-1001.

NUNES de SOUZA, C. M.; COELHO, I. L. Caminhos para a investigação da alternância de pronomes de segunda pessoa em Santa Catarina. **LaborHistórico**, v. 1, p. 49-61, 2015.

OUSHIRO, L. 2015. **Identidade na pluralidade. Avaliação, percepção e produção linguística na cidade de São Paulo**. 2015. 372f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, E. dos. **Certo ou errado? Atitudes e crenças no ensino da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Graphia, 1996.

SCHERRE, M. M. P.; YACOVENCO, L. C.; SCARDUA, J. R. *A Alternância tu e você*: Cartas Capixabas. **Revista Confluência- Instituto de Língua Portuguesa**, nº 54. Rio de Janeiro, 2018, p. 9-25.

SILVA, M. R. da, **Tu e você na variedade rio-branquense**: Um caso de variação ou de escolha funcional? 2019. 178f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto.

STEVENS, James P. **Applied Multivariate Statistics for the Social Sciences**. New York: Routledge, 2015.

VASSOLER, L.; CAMACHO, R.G. crenças e atitudes linguísticas: a variante retroflexa na variedade rio-pretense **Revista do GEL**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 163-191, 2016.

O papel do conector *aliás* na articulação de argumentos e na construção de imagens identitárias

The role of the connective *aliás* in the articulation of arguments and in the construction of identity images

Gustavo Ximenes Cunha*

RESUMO

Procedemos, neste trabalho, ao estudo dos usos do conector *aliás* no último debate eleitoral da campanha à Presidência da República do Brasil, ocorrida em 2018, investigando o modo como as onze ocorrências do conector constantes do debate auxiliam na articulação e hierarquização de argumentos, na defesa de pontos de vista e na construção de imagens identitárias pelos candidatos. A perspectiva teórica que seguimos é a da Semântica da Enunciação (ou Pragmática integrada). No debate, identificamos dois usos do conector, um em que introduz um argumento suplementar e outro em que introduz uma correção ou retificação. Em ambos os usos, o conector, indicando rupturas enunciativas entre os argumentos que conecta, desempenha um papel estratégico. Empregando-o, o locutor busca atribuir diferentes graus de importância aos argumentos, graduar a maior ou menor amplitude de seu público-alvo, bem como poupar-se de ataques, corrigindo-se.

Palavras-chave: conector *aliás*; argumentação; debate eleitoral.

Recebido em 1 de maio de 2021.

Aceito em 4 de julho de 2021.

DOI: <http://doi.org/10.18364/rc.2022n62.512>

* Universidade Federal de Minas Gerais, CNPq, ximenescunha@yahoo.com.br,
<https://orcid.org/0000-0001-9953-1204>

ABSTRACT

The language is an object of diversified analysis, with points of view based on In this study, we investigated the uses of the connective aliás in the last electoral debate of the campaign for the Presidency of the Republic of Brazil, which took place in 2018. In the debate, we identified eleven occurrences of the connective. We investigated the role of these eleven occurrences in the articulation and hierarchy of arguments, in the defense of points of view and in the construction of images (faces) by the candidates. As a theoretical framework, we follow the perspective of the Enunciation Semantics (or integrated pragmatics). In the debate, we identified two uses of the connective, one in which it introduces a supplementary argument and another in which it introduces a correction or rectification. In both uses, the connective, indicating enunciative rupture between the arguments, plays a strategic role. Using the connective, the speaker attributes different degrees of importance to the arguments, grading the breadth of his target audience, as well as saving himself from attacks, correcting himself.

Keywords: connective *aliás*; argumentation; electoral debate.

Introdução

Neste trabalho, buscamos contribuir com a caracterização de um conector específico do português, o *aliás*. Embora esse conector já tenha sido objeto de investigações sincrônicas e diacrônicas, que revelaram sua multifuncionalidade em textos orais e escritos, produzidos em português brasileiro e em português europeu (ALMEIDA, 2013; CASTRO, 1997; KOCH, 1997; 2006; 2008; LOPES, 2014; 2017; OLIVEIRA, 2001; RAMOS, 2019; 2020; ROSÁRIO; RAMOS, 2020), a literatura sobre o *aliás* é ainda relativamente reduzida, se comparada à extensa literatura sobre conectores como *mas* e *porque*. Para uma melhor compreensão do papel do *aliás*, fazem-se necessários, então, estudos complementares, que investiguem sua atuação em outros contextos e em outros *corpora*. Nesse sentido, procedemos, neste trabalho, ao estudo dos usos do *aliás* no último debate eleitoral da campanha à Presidência da República do Brasil, ocorrida em 2018, investigando, em especial, o modo como as onze ocorrências do conector constantes do debate auxiliam na articulação e hierarquização de argumentos, na defesa de pontos

de vista e na construção de imagens identitárias pelos candidatos que o utilizam. Buscamos, assim, contribuir não só para uma melhor caracterização do conector em foco, mas ainda para uma melhor compreensão do papel dos conectores na dinâmica própria do gênero debate.

A perspectiva teórica que seguimos é a da Semântica da Enunciação (ou Pragmática integrada (ANCOMBRE; DUCROT, 1983)), em razão da centralidade que os conectores assumem nessa abordagem e da possibilidade de, por meio dela, revelar não apenas as instruções de ordem semântica que os conectores carregam, mas também o papel que desempenham no plano enunciativo e polifônico das produções discursivas. Neste estudo, apoiamos, especialmente, na caracterização proposta por Ducrot et al. (1980, p. 193-236) para o conector do francês *d'ailleurs*. Ainda que sejamos conscientes de que a correspondência no funcionamento de conectores de línguas distintas é sempre aproximada e nunca integral (LUSCHER, 1994; PORTOLÉS, 2002; ROSSARI, 1993; 2001), assumimos, neste trabalho, que a caracterização proposta para o *d'ailleurs* por Ducrot et al. (1980) pode auxiliar na compreensão do papel do *aliás*.

Na ausência de estudo comparativo dos usos de ambos os conectores, basear o estudo do *aliás* em uma caracterização proposta para o *d'ailleurs* é um procedimento que deve ser justificado. Em diferentes dicionários português-francês, registra-se o *aliás* como a principal ou mesmo única tradução para o *d'ailleurs* e vice-versa (LAROUSSE, 2008; MAROTE, 2002; MICHAELIS, 2021). Além disso, na tradução brasileira de Maingueneau (1997, p. 181-183), o título da seção “D’ailleurs”, dedicada à descrição das propriedades desse conector na perspectiva de Ducrot et al. (1980), bem como as ocorrências do *d'ailleurs* nessa seção são traduzidos como “aliás”. Por fim, parte dos trabalhos que consultamos sobre o *aliás* se baseia explicitamente na caracterização que linguistas francófonos propuseram para o *d'ailleurs*. Enquanto Castro (1997) e Koch (1997; 2008) baseiam-se na proposta semântico-enunciativa de Ducrot et al. (1980), Almeida (2013) baseia-se na proposta pragmático-cognitivista de Luscher (1994). Constata-se, assim, que uma equivalência nos

usos dos conectores é percebida por dicionaristas, tradutores e linguistas, o que nos leva, como exposto, a avaliar como pertinente estender para o *aliás* a descrição proposta, no quadro da Semântica da Enunciação (DUCROT et al., 1980), para o *d’ailleurs*, sem, contudo, perder de vista as descrições já propostas para o *aliás*.

Para alcançar o objetivo de investigar o papel das onze ocorrências do *aliás* constantes no último debate eleitoral da campanha presidencial de 2018, apresentaremos inicialmente a caracterização proposta por Ducrot et al. (1980) para o *d’ailleurs*. Em seguida, realizaremos, à luz dessa caracterização, o estudo das ocorrências de *aliás* presentes no debate eleitoral selecionado.

1. Bases para uma caracterização semântico-enunciativa do conector *aliás*

Na perspectiva da Semântica da Enunciação (ANCOMBRE; DUCROT, 1983), todos os empregos do conector *d’ailleurs* (doravante *aliás*) correspondem a um mesmo esquema semântico: “r: P *aliás* Q” (DUCROT et al., 1980, p. 195). Conforme esse esquema, P e Q são elementos semânticos que funcionam ou como argumentos (P e Q) ou como conclusão (r), sendo P e Q os argumentos que conduzem a r. Esses elementos semânticos apresentam uma natureza heterogênea, podendo ser proposições, atos ilocucionários, atos de enunciação, e se distinguem dos segmentos discursivos (enunciados) por meio dos quais se materializam na superfície textual. Porque esses elementos não se confundem com os enunciados que os materializam, um desses elementos, como P ou mesmo r, pode estar implícito nos empregos efetivos do *aliás*.

Do ponto de vista argumentativo, P e Q são argumentos independentes um em relação ao outro. Assim, os enunciados que materializam P e Q constituem o resultado de enunciações distintas, cada um desses elementos semânticos constituindo um argumento independente para r. Nesse sentido, “não é a conjunção P+Q que é dada como um argumento, mas cada um dos termos isoladamente” (DUCROT et al., 1980, p. 198). Por isso, mesmo nos

casos em que P e Q são atos de fala de igual tipo ilocucionário (asserção, por exemplo), ambos correspondem a atos distintos e não a duas proposições tomadas como uma única asserção¹.

É a autonomia de um argumento em relação ao outro que possibilita ao locutor apresentar Q, elemento introduzido pelo *aliás*, como um argumento suplementar ou como um movimento argumentativo distinto de P². Nos termos de Ducrot et al. (1980, p. 195, grifo dos autores),

na medida em que P devia já conduzir a r, Q é assim apresentado como não sendo necessário à argumentação. O locutor pretende, portanto, não *utilizar* Q, mas somente o *evocar* (em outros termos, apresentando Q como um argumento, ele pretende não argumentar a partir de Q).

Como exemplo prototípico do uso do *aliás*, os autores propõem este enunciado (DUCROT et al., 1980, p. 195):

(1) Não quero alugar essa sala (r): ela é muito cara (P), *aliás*, ela não me agrada (Q).

1 A independência de P e Q pode ser atestada formalmente, por exemplo, pela impossibilidade de se negar o bloco formado por P e Q (DUCROT et al., 1980).

2 Em Ducrot et al. (1980), encontra-se uma primeira teorização acerca do regime enunciativo dos enunciados. É apenas em Ducrot (1987) que esse regime recebe uma formulação mais precisa. Por isso, neste trabalho, valemo-nos das categorias enunciativas propostas em Ducrot (1987), que cinde o sujeito produtor do discurso em diferentes instâncias: produtor empírico, locutor L, locutor λ , enunciadore. O produtor empírico ou o sujeito falante efetivo é uma instância que, para Ducrot, deve ser excluída da descrição linguística, porque a descrição que o enunciado oferece da enunciação não comporta marcas que remetam ao produtor efetivo. O locutor L é definido como “um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado” (1987, p. 182). O locutor L dirige-se ao alocutário. O locutor λ se distingue do locutor L por ser um objeto do enunciado (o eu dos enunciados em 1ª pessoa) e por nunca ser o responsável pela enunciação, que é sempre o locutor L. Por fim, os enunciadore são pontos de vista abstratos que o locutor L traz em seu discurso e em relação aos quais exhibe diferentes graus de concordância ou discordância. Os enunciadore dirigem-se a destinatários (CUNHA, 2016).

Nesse enunciado, P e Q são argumentos coorientados que conduzem à mesma conclusão r. Porém, P e Q não têm o mesmo estatuto ou não exercem o mesmo papel na sustentação de r. Na estrutura “r: P *aliás* Q”, a enunciação de Q é apresentada como não prevista pelo locutor, no momento em que enunciou P. No exemplo, o locutor faz parecer que sua recusa em alugar a sala (r) tem como único argumento a carestia do imóvel (P) e que seu desagrado (Q) é um argumento inesperado, que lhe ocorreu somente durante ou após a enunciação de P, Q constituindo, assim, um novo ato. É nesse sentido que, como expresso, o locutor, ao empregar o *aliás*, faz parecer que seu intuito é argumentar a partir de P e implica (no sentido de Grice (1975)) que Q é desnecessário ou dispensável à sustentação de r (ROULET et al., 1985). Contudo, como ressaltam Ducrot et al. (1980, p. 214), “não dizemos que Q é não indispensável, mas que ele é apresentado como tal pelo locutor”, já que apresentar Q como dispensável pode servir a diferentes propósitos do locutor, como veremos na sequência.

De acordo com a caracterização proposta até o momento para o *aliás*, esse conector dá a instrução de que, para compreender o segmento em que ele ocorre, o alocutário precisará encontrar dois argumentos para uma mesma conclusão, argumentos que são independentes, apenas o segundo (*aliás* Q) sendo apresentado como desnecessário à sustentação da conclusão (ROULET et al., 1985). Essa caracterização geral está na base dos diferentes usos do *aliás* e, por isso, auxilia na compreensão da multifuncionalidade do conector, bem como do papel que pode exercer na construção de imagens identitárias pelo locutor³.

3 Na literatura sobre o conector em dados de língua portuguesa, o papel mais recorrentemente atribuído ao *aliás* é o de marcador de relações de reformulação (parafrástica e não-parafrástica (retificação parcial ou integral)) e de digressão (comentário parentético), papel já atribuído ao conector pela tradição gramatical, que o categoriza como advérbio ou palavra denotativa de retificação (BECHARA, 2009). Menos consensualmente, a literatura registra ainda o papel do *aliás* na marcação de relações de generalização/ extensão (KOCH, 2006; 2009), inclusão/adição, contraste e explicação (RAMOS, 2019; 2020; ROSÁRIO; RAMOS, 2020). Na literatura consultada, o papel do *aliás* na construção de imagens identitárias pelo locutor não é considerado.

Como informado, porque os argumentos P e Q são independentes, é comum nas ocorrências do *aliás*, P estar implícito e o enunciado “*aliás* Q” vir logo após a conclusão r. Como o *aliás* instrui o alocutário a buscar dois argumentos para r, o conector, nesses casos, sinaliza que, mesmo na ausência material do primeiro argumento (P), esse argumento existe, mas, por razões contextuais variadas, foi omitido. Ducrot et al. (1980, p. 199) ilustram o fenômeno comparando estes dois enunciados:

- (2) Sei que Júlio veio: os cinzeiros estão cheios.
- (3) Sei que Júlio veio; *aliás*, os cinzeiros estão cheios.

Em (2), o fato de os cinzeiros estarem cheios é dado como o único argumento (uma prova) para sustentar a conclusão de que Júlio veio. Já em (3), o mesmo fato é apresentado como um argumento suplementar e como não sendo aquele que efetivamente foi decisivo para concluir pela vinda de Júlio. Por isso, a estrutura argumentativa de (3) seria semelhante a este enunciado (DUCROT et al., 1980, p. 199):

- (4) Júlio veio (r); tenho uma prova P disso, *aliás*, os cinzeiros estão cheios (Q).

A mesma independência dos argumentos articulados pelo *aliás* permite que, em outros usos do conector, Q seja apresentado pelo locutor como uma autocorreção (retificação), como neste exemplo adaptado de Ducrot et al. (1980, p. 208):

- (5) Pedro não virá. *Aliás*, nem João.

Nesse enunciado, o argumento introduzido pelo conector é apresentado como algo de que o locutor se lembrou apenas enquanto expressava o primeiro argumento. Por isso, o segundo argumento surge no discurso como uma informação inesperada.

A percepção de que os elementos P e Q articulados pelo *aliás* são independentes e dessemelhantes do ponto de vista argumentativo permite descrever os usos do conector que sinalizam rupturas do quadro enunciativo, ou seja, usos em que, na passagem de P para Q, ocorrem modificações seja no alvo dos argumentos, seja na instância enunciativa responsável por esses mesmos argumentos (DUCROT et al., 1980). Na base desses usos, está o fato, já apontado, de que o *aliás* permite ao locutor fazer parecer que o argumento que sustenta a conclusão r é P (primeiro argumento) e que Q (segundo argumento) constitui uma informação inesperada e desnecessária para ele e para o alvo de P (mas não para o alvo de Q).

Quando ocorrem rupturas enunciativas, o locutor, ao dizer “r: P *aliás* Q”, pode promover uma mudança explícita nos enunciadores ou nas instâncias responsáveis por P e Q. Nesse caso, o locutor atribui P e Q a enunciadores distintos e se responsabiliza apenas por P ou, melhor dizendo, se identifica apenas com o enunciador responsável por P. Como se pode supor, essa mudança explícita nos enunciadores é acompanhada de uma mudança explícita do alvo de seus argumentos. Ao enunciar P, o locutor constrói um primeiro destinatário cuja característica é considerar P como um argumento suficiente para a conclusão r. Porém, ao enunciar *aliás* Q, o locutor revê a pertinência de P para o convencimento do alocutário e constrói um segundo destinatário que, diferentemente do primeiro, precisa do argumento Q para concluir r.

Com o auxílio dessa noção de ruptura enunciativa, compreende-se melhor o papel, já assinalado, do *aliás* na indicação de que o argumento que introduz (Q) é apresentado pelo locutor como desnecessário (ROULET et al., 1985). Se esse argumento é desnecessário para o primeiro enunciador e para o primeiro destinatário, para os quais apenas P já é um argumento suficiente para sustentar a conclusão r, não o é para o segundo enunciador e para o segundo destinatário. O conector atua, assim, na sinalização de que, para se chegar à conclusão r, existem caminhos alternativos ou argumentos situados em diferentes “espaços argumentativos” (DUCROT et al., 1980,

p. 219), argumentos que, por serem distintos, não convencem os mesmos destinatários. O conector sinaliza ainda que, para o locutor, o argumento mais pertinente ou indispensável é o assumido pelo primeiro enunciador, com o qual se identifica, e capaz de convencer o primeiro destinatário, com quem compartilha as mesmas reações, e que o elemento introduzido pelo *aliás* é um argumento de que eles não precisam para chegar à conclusão r.

A caracterização polifônica do *aliás* e dos argumentos que articula, proposta por Ducrot et al. (1980), auxilia no entendimento das ocorrências do conector em que a informação introduzida por ele antecipa e impede eventuais reações do alocutário. Neste exemplo, que simula uma interação em uma cafeteria, o argumento Q impede o cliente de pedir qualquer outra marca de cigarros (DUCROT et al., 1980, p. 221):

- (6) – Me dê Gitanes.
– Não posso te dar (r): não tenho Gitanes (P). *Aliás*, não vendo cigarros (Q).

Para o locutor e para o enunciador que assume a responsabilidade por P, este é um argumento suficiente para sustentar r. No entanto, supondo que o alocutário pode demandar outra marca de cigarros, o locutor se antecipa a essa demanda, construindo um segundo enunciador e um segundo destinatário que necessitam do argumento Q para chegarem à conclusão r. Nesse caso, Q nega um implícito derivável de P, a saber: “Não tenho Gitanes, mas tenho outras marcas de cigarro”.

A caracterização polifônica do *aliás* lança luzes ainda sobre os usos contra-argumentativos (concessivos) do conector em dados do francês, em que os argumentos que articula (P e Q) estão anteriorizados e em que Q aparentemente não sustenta a conclusão r. Este exemplo, também extraído de Ducrot et al. (1980, p. 224) e colhido de uma emissão radiofônica, traz uma crítica dirigida ao autor de uma peça teatral:

- (7) Existe na sua peça, de que algumas cenas são *aliás* muito belas, qualquer coisa de aproximativo, de inacabado, enfim, de desagradável⁴.

Em P, o locutor atribui a um primeiro enunciador o julgamento de que na peça há uma série de problemas. Em Q, atribui a um segundo enunciador o julgamento de que a peça possui uma qualidade (a beleza de algumas cenas). Há, portanto, dois argumentos que levam a conclusões opostas – a peça é ruim (argumento P); a peça é boa (argumento Q) – e que, por isso, se endereçam a destinatários que não compartilham os mesmos parâmetros estéticos. A fim de sinalizar que se identifica com o ponto de vista do primeiro enunciador (argumento P), o locutor introduz o argumento Q (favorável à peça) com o *aliás*, marcando-o, assim, como dispensável ou como um argumento de que ele e o primeiro enunciador não necessitam.

Conforme a descrição proposta por Ducrot et al. (1980) desse exemplo, Q, por se opor à conclusão de que a peça é ruim, constituiria uma marca de objetividade. Afinal,

[...] sinalizando objeções à sua própria tese, o locutor se dá uma aparência de objetividade. Ele se apresenta como sendo capaz de ver outros pontos de vista que o seu. Por isso mesmo, valoriza-se seu ponto de vista, que parece ser resultante de um esforço de clarividência, de honestidade e não de um preconceito (DUCROT et al., 1980, p. 225).

4 Os trabalhos que consultamos sobre o conector em dados de língua portuguesa não registram o uso concessivo do *aliás*. Apenas Ramos (2019, 2020) e Rosário e Ramos (2020) indicam o papel do conector na sinalização de uma relação aproximada, a de contraste. A ausência de registro de usos concessivos do *aliás*, em dados do português, pode se dever a uma diferença entre o conector português e o conector francês. Cabe destacar, no entanto, que o exemplo (7), traduzido do francês, nos parece bastante aceitável em português e que, em alguns trabalhos consultados, ocorrências do conector analisadas como marcas de digressão (comentário parentético) e comutáveis por “digasse de passagem” (LOPES, 2014) ou como operadores argumentativos nos parecem poder ser analisadas também como concessivas ou, mais amplamente, como contra-argumentativas, dada a antiorientação dos enunciados conectados pelo *aliás*. Assim, a hipótese, a ser verificada em pesquisas futuras, de esse conector sinalizar relações de contra-argumento (concessão, contraste, antítese, etc.) nos parece plausível.

Nesse sentido, revelando a objetividade do locutor, Q indicaria que P, argumento a que o locutor adere, é bem fundamentado, contribuindo, ainda que indiretamente, para a sustentação da conclusão r: a peça é ruim.

Um aspecto, no entanto, apenas tangenciado na descrição proposta por Ducrot et al. (1980), mas necessário à compreensão do exemplo e dos empregos contra-argumentativos (concessivos) do *aliás* é seu papel na preservação da imagem identitária (ou face, no sentido de Goffman (1967)) do alocutário. Uma vez que o alocutário é o autor da peça duramente criticada em P, o argumento Q, por meio do qual o locutor cria um enunciador e um destinatário favoráveis à peça, serve a dois propósitos: i) antecipar, impedindo, uma objeção do alocutário relativa a qualidades que a peça teria e que não foram consideradas e ii) amenizar o grau de agressividade da crítica feita em P contra a peça e seu autor. De todo modo, em razão da instrução dada pelo *aliás* de que o argumento que introduz é suplementar e dispensável e de que, portanto, não é a esse argumento que o locutor adere, o que prevalece, no exemplo (7), é o ataque realizado em P, ficando enfraquecido o papel do conector na proteção da face do autor da peça e podendo o locutor ser avaliado por ele e por ouvintes da emissão radiofônica como agressivo e não (só) como objetivo.

Nessa perspectiva, a descrição polifônica do *aliás* contribui sobremaneira para evidenciar um aspecto do funcionamento desse conector em seus diferentes usos que seu emprego contra-argumentativo (concessivo) ilustra de forma exemplar. Em especial nos casos em que o conector sinaliza uma ruptura enunciativa, com o locutor aderindo ao argumento P de um enunciador e dispensando o argumento Q de outro, ataca-se, de forma mais ou menos intensa, a imagem deste enunciador e, por extensão, dos destinatários que compartilham seu ponto de vista. Afinal, ao introduzir Q pelo *aliás*, o locutor faz parecer que esse argumento, que pode ser caro ao alocutário, é dispensável, um simples acréscimo que não merece atenção ou maiores justificativas, argumento que pode, por isso mesmo, ser subtraído da discussão. Verifica-se, assim, que o *aliás* exerce papel importante no modo como o locutor constrói imagens identitárias no intuito de alcançar diferentes propósitos, como convencer, atacar ou enaltecer o alocutário, marcando, por

meio do conector, determinados pontos de vista como necessários e outros como desnecessários. Desse modo, o *aliás* pode exercer um papel relevante em argumentações que, à maneira da que ocorre no debate eleitoral que analisaremos no próximo item, se caracterizam pela construção de imagens identitárias por meio da defesa e dos ataques de pontos de vista antagônicos.

2. O papel do conector *aliás* em um debate eleitoral presidencial

O debate eleitoral selecionado foi um dos eventos da campanha à Presidência da República de 2018. Promovido pela Rede Globo, ele ocorreu no primeiro turno eleitoral, em 04/10/2018 (quinta-feira), três dias antes da votação em 07/10/2018 (domingo). Como no segundo turno não houve debates, o debate escolhido foi o último dessa campanha. Dele participaram os seguintes candidatos: Alvaro Dias (Podemos), Ciro Gomes (PDT), Fernando Haddad (PT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (Psol), Henrique Meirelles (MDB) e Marina Silva (Rede)⁵. Nesse debate, foram identificadas onze ocorrências do *aliás*, sendo três produzidas por Alvaro Dias, três por Geraldo Alckmin, três por Guilherme Boulos e duas por Henrique Meirelles. Todas as ocorrências correspondem ao esquema semântico proposto por Ducrot et al. (1980, p. 195): “r: P *aliás* Q”. Em oito delas, os argumentos P e Q e a conclusão r materializam-se na superfície textual, como neste excerto⁶:

5 O debate completo está disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/05/veja-a-integra-do-debate-na-globo.ghml>. Acesso: 30 abr. 2021.

6 Convenções de transcrição: / - \ (contorno melódico continuativo ascendente, plano ou descendente), // = \\ (contorno melódico conclusivo ascendente, plano ou descendente), . .. (pausa mais ou menos longa), : :: (alongamento mais ou menos acentuado), sublinhado (recobrimento de fala), [] comentário, risos, mudança de elocução ou de amplitude, () palavra cuja compreensão é incerta, (X) sílaba incompreensível (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 407). Nos excertos, a conclusão r, os argumentos P e Q e as ocorrências do conector estão indicados em negrito, e ao final de cada excerto informamos entre colchetes o candidato que é por ele responsável. Os onze excertos em que ocorre o *aliás* encontram-se no anexo deste trabalho.

- (8) (r) você, junto com o Temer/ o Bolsonaro/ apoiou a reforma trabalhista que retirou direitos históricos dos trabalhadores\ (P) pra vocês/ pra o trabalhador ter emprego/ ele não pode ter direitos\ pra o trabalhador ter emprego ele não pode ter carteira assinada/ férias\ aliás (Q) o vice do Bolsonaro defendeu a mesma coisa\ [Guilherme Boulos]

Em sete ocorrências, de que o excerto acima é um exemplo, verifica-se a correspondência entre a ordem dos elementos no esquema semântico e a ordem em que esses elementos se textualizam, a conclusão antecedendo os argumentos e o argumento P antecedendo o argumento Q. Em apenas uma ocorrência, reproduzida a seguir, Q constitui uma apositiva subordinada a um termo topicalizado (“essa turma toda”) da sentença que expressa P (“a turma do PSDB, do Meirelles, essa turma toda [*aliás* Q] essa turma toda não vai mudar”), Q, portanto, ocorrendo inserido em P.

- (9) (r) agora quero dizer o seguinte\ o sistema político brasileiro tá podre\ (P) a turma do PMDB do Meirelles essa turma toda/ (Q) que aliás o Bolsonaro faz parte\ que diz que é de fora do sistema mas é deputado há trinta anos/ recebeu auxílio-moradia tendo casa enriqueceu na política/ comprou mais imóveis do que aprovou projeto/ (P) essa turma toda não vai mudar\ [Guilherme Boulos]

As três ocorrências em que nem todos os elementos se materializam foram produzidas por Dias. Em uma delas (10), o candidato deixa implícito o argumento P. Embora implícito, esse argumento é inferível e, conforme nossa interpretação, corresponde aproximadamente a: “O governo de vocês apresenta os problemas A, B, C”.

- (10) (r) vocês é que são uma brincadeira governando\ (P = Ø) e aliás (Q) quando cê fala do seu desempenho no Ministério da Educação/ eu fico pensando que você estava na Dinamarca\ [Alvaro Dias]

Nas outras duas ocorrências, que constituem as únicas do debate em que, com o *aliás*, um candidato se corrige (retificação), Dias deixa implícita a conclusão r:

- (11) (**r = Ø**) (**P**) ali está o meu formulador/ um dos formuladores/ que é o Pedro o:/ **aliás** (**Q**) o Paulo Rabello o meu vice-presidente/ grande formulador de propostas/ economista do ano/ [Alvaro Dias]
- (12) (**r = Ø**) (**P**) e nós devíamos ter já até 2017 trinta por cento das crianças de zero a três anos/ nas creches\ **aliás** (**Q**) deveríamos ter cinquenta por cento/ temos trinta por cento/ [Alvaro Dias]

Ainda que implícitas, as conclusões são inferíveis. O excerto (11) faz parte de intervenção em que Dias responde a uma pergunta de Alckmin sobre educação. Após um breve preâmbulo em que se diz constrangido de apresentar propostas, em razão das várias propostas que a população ouve da classe política⁷, Dias produz o excerto. Dado seu teor, a conclusão que o excerto sustenta se aproxima de algo como: “Tenho uma boa equipe” ou “Tenho uma equipe formada por pessoas competentes”. No excerto (12), seu teor, bem como o trecho que o antecede imediatamente (“eu fui relator no plano nacional da educação”) permitem interpretar que as informações nele expressas conduzem a uma conclusão *r* que se pode formular aproximadamente como: “Conheço a realidade da educação” ou “Sei o que fazer em matéria de educação”.

Mesmo nessas três ocorrências produzidas por Dias, em que nem todos os elementos do esquema semântico se textualizam, a ordem dos elementos materializados é próxima de sua ordem no esquema, a conclusão sendo seguida do argumento (10) e o argumento P sendo seguido do argumento Q (11, 12). A tendência observada, no debate, de os elementos semânticos articulados pelo *aliás* se textualizarem na ordem em que se dispõem no esquema evidencia que a caracterização mais geral do movimento argumentativo de que participa o *aliás*, tal como proposta por Ducrot et al. (1980), é válida para

7 Alvaro Dias: eu confesso/ Alckmin que às vezes eu fico constrangido. em falar de proposta\ porque eu acho que os brasileiros estão enjoados de nos ouvir todos os dias com essa enxurrada de propostas sem dizer como fazer/ sem o dinheiro pra fazer/ sem mudar o modelo que nós temos\\ mas em respeito a você eu vou responder\\

a compreensão das ocorrências do conector no debate em análise. Conforme essa caracterização, o locutor, primeiro, apresenta o ponto de vista que quer defender (conclusão *r*), para, em seguida, trazer os argumentos (P e Q) que permitem sustentá-lo.

Em nove das onze ocorrências, P e Q são argumentos claramente coorientados que conduzem à conclusão *r*, com Q atuando como um argumento suplementar. Em duas ocorrências, já apresentadas (11, 12), o *aliás* sinaliza uma autocorreção (Q corrige P), P e Q estando aparentemente antiorientados. No debate, nenhuma ocorrência do *aliás* sinaliza uma relação contra-argumentativa (concessão, contraste, antítese ou outras), o que supomos se dever sobretudo à dimensão reduzida do nosso *corpus* (cf. nota 5). Na sequência deste item, abordaremos em mais detalhes, primeiro, as nove ocorrências em que o *aliás* articula argumentos claramente coorientados e, em seguida, as duas em que o conector sinaliza uma autocorreção.

Nas nove ocorrências em que P e Q estão claramente coorientados, esses argumentos, ainda que coorientados, pertencem a diferentes “espaços argumentativos” (DUCROT et al., 1980, p. 219), constituindo, assim, formas alternativas de sustentação da mesma conclusão. Em três dessas ocorrências, duas produzidas por Meirelles e uma por Alckmin, Q constitui um autoelogio. Este excerto é um dos produzidos por Meirelles:

- (13) (r) candidato no Brasil nós temos muitas carências\ (P) e:: tem um programa de Bolsa Família/ (Q) que **aliás** existe/ porque o Brasil cresceu no período onde eu estava no Banco Central e isso permitiu a criação do Bolsa Família\ [Henrique Meirelles]

Para defender a ideia de que é preciso encontrar propostas para solucionar as carências existentes no Brasil, o candidato traz dois argumentos:

P: existe um programa de Bolsa Família;

Q: o que permitiu a criação desse programa foi o crescimento econômico do Brasil no período em que o candidato era presidente do Banco Central.

Ainda que conduzindo à mesma conclusão, os argumentos possuem naturezas distintas, já que, se P constitui uma asserção que expressa a existência de um programa social, Q sugere que esse programa foi criado graças à atuação do locutor, constituindo, portanto, uma forma de autoelogio indireto.

Nas demais seis ocorrências, três produzidas por Boulos, duas por Alckmin e uma por Dias, P e Q também são argumentos que pertencem a espaços argumentativos distintos. Porém, em Q, o candidato faz uma crítica (direta ou indireta) a um adversário ou a outra instância, como neste excerto:

- (14) (r) olha Marina/ primeiro você tem razão (P) quando diz que o trabalhador e a classe média já pagam impostos demais\ aliás (Q) quem quer aumentar imposto pra os mais pobres é o Jair Bolsonaro\ o economista dele propôs uma alíquota de vinte por cento pra o imposto de renda\ você que ganha dois mil reais e hoje tá isento/ teria que pagar quatrocentos reais de imposto\ [Guilherme Boulos]

Para justificar sua afirmação de que a adversária, Marina Silva, tem razão, o candidato traz dois argumentos:

P: o trabalhador e a classe média já pagam impostos demais (retomada de fala da adversária);
Q: um dos adversários (ausente no debate) e seu economista querem aumentar impostos.

Se P pode ser entendido como uma asserção em que se apresenta um determinado estado de coisas como um fato, Q, no contexto de um debate eleitoral, pode ser entendido como uma crítica.

Nesses nove excertos em que P e Q estão claramente coorientados, os candidatos, por meio do conector, fazem parecer que tanto o autoelogio quanto a crítica são argumentos suplementares ou dispensáveis, que não devem constituir objeto de discussão. Uma evidência disso é que, nos dois últimos excertos analisados (13, 14), ambos os candidatos, logo após Q, utilizam conectores (*mas, agora*) para sinalizar ou um retorno ao tópico de P (excerto 13') ou uma mudança parcial de tópico (excerto 14'):

- (13') (r) candidato no Brasil nós temos muitas carências\ (P) e:: tem um programa de Bolsa Família/ (Q) que **aliás** existe/ porque o Brasil cresceu no período onde eu estava no Banco Central e isso permitiu a criação do Bolsa Família\ **mas** qual é a sua proposta pra reforçar a política social/ e fazer com que menos pessoas precisem do Bolsa Família// [Henrique Meirelles]
- (14') (r) olha Marina/ primeiro você tem razão (P) quando diz que o trabalhador e a classe média já pagam impostos demais\ **aliás** (Q) quem quer aumentar imposto pra os mais pobres é o Jair Bolsonaro\ o economista dele propôs uma alíquota de vinte por cento pra o imposto de renda\ você que ganha dois mil reais e hoje tá isento/ teria que pagar quatrocentos reais de imposto\ **agora** se a gente olhar no andar de cima/ acontece o contrário\ o governo no Brasil é como se fosse um Robin Hood ao contrário\ ele tira dos mais pobres pra dar pra os mais ricos\ [Guilherme Boulos]

Sendo a finalidade geral de um debate permitir a um candidato apresentar-se ao eleitorado como mais qualificado do que o(s) adversário(s) para o cargo em disputa (KERBRAT-ORECCHIONI, 2017; CUNHA; BRAGA; BRITO, 2019), interessa compreender por que, no debate em análise, autoelogios e críticas a um adversário, ao serem introduzidas pelo *aliás*, são apresentados pelo candidato como se fossem argumentos suplementares e dispensáveis. Uma explicação possível pode estar na natureza distinta dos universos argumentativos a que P e Q pertencem, bem como em especificidades contextuais do próprio debate, o que implica a consideração dos enunciadores que se responsabilizam pelos argumentos e dos destinatários aos quais esses argumentos se endereçam e do papel do locutor na gestão (hierarquização) dos argumentos pelo *aliás*.

Como exposto, nessas nove ocorrências do *aliás*, os argumentos P e Q são qualitativamente distintos. Assim, embora sejam coorientados e conduzam à mesma conclusão, não são atribuídos aos mesmos enunciadores e não servem ao convencimento dos mesmos destinatários. Nesse sentido, na passagem de P para Q, o *aliás* sinaliza uma ruptura enunciativa (DUCROT et al., 1980). Tomando como exemplo o excerto (14), produzido por Boulos,

observamos que o locutor, em P, constrói um enunciador (Marina Silva) que se dirige a uma ampla parcela da população (todos aqueles que acreditam que o trabalhador e a classe média já pagam impostos demais) e, em Q, constrói um segundo enunciador (opositor do adversário ausente, Jair Bolsonaro) que se dirige a uma parcela mais reduzida da população (aqueles que concordam que a política econômica desse adversário é nociva para os mais pobres).

Ao introduzir Q pelo *aliás*, o locutor sinaliza que esse argumento é desnecessário para os destinatários de P (nem todos os que acreditam que o trabalhador e a classe média já pagam impostos demais acreditam que a política econômica do adversário é nociva para os mais pobres), mas é necessário para os destinatários de Q (todos os que concordam que a política econômica do adversário é nociva para os mais pobres). Ao mesmo tempo, sinaliza que o argumento mais pertinente é P, que se endereça a uma parcela mais ampla da população. Agindo assim, o locutor se apresenta como um candidato cujo intuito é dirigir-se ao maior número possível de eleitores e não àqueles que, a três dias da votação, já estão convencidos do perigo que representam para o país a eleição do adversário e a implementação dos projetos de seu economista.

Outra seria a interpretação, se, no lugar do *aliás*, o candidato tivesse empregado o *mas*, que, enquanto conector contra-argumentativo, sinaliza que o argumento que introduz é que é indispensável (ROULET et al., 1985):

- (15) (r) olha Marina/ primeiro você tem razão (P) quando diz que o trabalhador e a classe média já pagam impostos demais\ mas (Q) quem quer aumentar imposto pra os mais pobres é o Jair Bolsonaro\ o economista dele propôs uma alíquota de vinte por cento pra o imposto de renda\ você que ganha dois mil reais e hoje tá isento/ teria que pagar quatrocentos reais de imposto\

Introduzida pelo *mas*, a crítica ao adversário ganha destaque, porque o locutor sinaliza que adere ao ponto de vista do segundo enunciador (opositor de Jair Bolsonaro) e não ao do primeiro (Marina Silva). Com isso, cria-se um embate, que com o *aliás* não existe, entre

o segundo enunciador e o primeiro, o que contribui para tornar a fala do candidato mais agressiva ou polêmica.

A mesma descrição se aplica às três ocorrências em que Q traz um autoelogio. A poucos dias da votação, mais vale tentar convencer o maior número de eleitores do que afirmar supostas qualidades de que os apoiadores do candidato (destinatários de Q) já estão convencidos. Por isso, nesse momento da campanha, autoelogios já podem figurar como argumentos dispensáveis, cuja função é sobretudo a de reforçar o argumento P apresentado como central.

Fazendo de críticas a adversários e de autoelogios o argumento Q do esquema “r: P *aliás* Q”, o candidato sugere ainda aos adversários e aos eleitores que esse argumento, por ser dispensável, não merece demasiada atenção ou discussão, não precisando ser por ele justificado. Assim, o recurso ao *aliás* permite, ao mesmo tempo, passar por evidente um argumento que, tanto no caso do autoelogio, quanto no da crítica a adversários, é sempre favorável ao candidato e esvaziar o potencial de polemicidade que esse argumento poderia ter, se tivesse sido introduzido, por exemplo, pelo *mas*, como demonstrado.

Ao indicar que adere ao ponto de vista do enunciador de P, o locutor indica ainda que seu intuito não é se deter nem em críticas, que poderiam lhe render a imagem de candidato agressivo ou destemperado, nem em autoelogios, que poderiam lhe render a imagem de candidato vaidoso ou excessivamente seguro de suas capacidades. É nesse sentido que se pode dizer que, nas ocorrências analisadas, o candidato apresenta o argumento Q *como se fosse* dispensável ou desnecessário ou como um argumento suplementar, que se dá “de brinde” (DUCROT et al., 1980) aos seus apoiadores, já que seu foco, aderindo a P, é um eleitorado mais amplo, aquele que, do ponto de vista do candidato, é mais sensível a P do que a Q. Como se pode perceber, as nove ocorrências do *aliás* que articulam argumentos claramente coorientados desempenham papel importante na construção de imagens identitárias pelos candidatos.

Para concluir a análise das ocorrências do *aliás* no debate, retornamos neste ponto às duas ocorrências do conector que sinalizam uma autocorreção

ou a retificação de P por Q. Apresentamos novamente as sequências, ambas produzidas por Dias⁸:

- (16) (*r* = *Tenho uma boa equipe*) (**P**) ali está o meu formulador/ um dos formuladores/ que é o Pedro o:/ **aliás** (**Q**) o Paulo Rabello o meu vice-presidente/ grande formulador de propostas/ economista do ano/ [Alvaro Dias]
- (17) (*r* = *Conheço a realidade da educação*) (**P**) e nós devíamos ter já até 2017 trinta por cento das crianças de zero a três anos/ nas creches\ **aliás** (**Q**) deveríamos ter cinquenta por cento/ temos trinta por cento/ [Alvaro Dias]

Porque essas ocorrências do *aliás* sinalizam uma autocorreção, é possível supor, numa primeira interpretação, que P e Q, em ambos os excertos, estariam antiorientados. Porém, um exame mais atento evidencia que P e Q são argumentos que sustentam a mesma conclusão, ainda que, na passagem de P para Q, o locutor indique que parte da proposição P está equivocada ou que Q anula parte de P.

No excerto (16), para sustentar a conclusão de que tem uma boa equipe, o candidato apresenta, em P, o nome de seu formulador de propostas (Pedro). Percebendo haver se equivocado no nome, ele se corrige em Q (Paulo Rabello) e atribui a essa instância características não atribuídas em P (“o meu vice-presidente/ grande formulador de propostas/ economista do ano/”). Sinalizando a autocorreção com o *aliás*, o locutor evidencia que, embora ambos os argumentos P e Q tenham a mesma finalidade (sustentar a tese de que ele tem uma boa equipe), a proposição correspondente a P traz um erro, que ele corrige em Q. Descrição semelhante pode ser feita do excerto (17). A fim de sustentar a tese de que conhece a realidade da educação, o candidato afirma: “e nós devíamos ter já até 2017 trinta por

8 Os segmentos entre colchetes correspondem às conclusões implícitas propostas no início deste item para esses excertos. Por se tratar de conclusões hipotéticas, estão entre parênteses e em itálico.

cento das crianças de zero a três anos/ nas creches\”. Percebendo ter-se equivocado na porcentagem, ele se corrige: “deveríamos ter cinquenta por cento/ temos trinta por cento/”. Tal como no excerto (16), o candidato produz argumentos que conduzem à conclusão r, mas, dado o erro identificado em P, o retifica em Q.

Assim como nas demais nove ocorrências do conector anteriormente analisadas, nessas duas, em que o *aliás* sinaliza uma autocorreção, observa-se uma ruptura enunciativa. O locutor constrói dois enunciadores para revelar que adere ao ponto de vista de somente um deles. A grande diferença está na seleção do enunciador a cujo ponto de vista o locutor adere. Se, nas demais ocorrências do *aliás*, o locutor se identifica com o enunciador de P, nas duas em análise, o locutor se identifica com o enunciador de Q. Por isso, nos usos autocorretivos do *aliás*, o argumento que o locutor apresenta como dispensável é P e não Q, e a atuação do conector se assemelha fortemente à de conectores reformulativos não-parafrásticos (ROSSARI, 1993; 2001), sendo comutável por *na verdade* ou *ou melhor* (LOPES, 2014).

E, assim como as demais ocorrências do conector, o *aliás* em seu emprego autocorretivo exerce papel importante na construção de imagens pelo locutor. Corrigindo-se, ele impede que um adversário, ao tomar a palavra, denuncie seu erro, o que, no contexto de um debate, seria bastante prejudicial para a face do locutor, enquanto candidato. Nas ocorrências em análise, Dias sairia do debate com a face fortemente atacada, se um adversário revelasse ao eleitorado que ele desconhece o nome do próprio vice-presidente (excerto 16) ou que ele, embora tenha sido relator do plano nacional de educação, desconhece a porcentagem exata de crianças de zero a três anos em creches (excerto 17). Em ambos os casos, a própria legitimidade de Dias para disputar o posto de presidente da República ficaria comprometida ou fragilizada. Nesse sentido, o uso autocorretivo do *aliás* possibilita ao candidato prevenir, bloqueando, possíveis objeções (ataques) que poderia receber de adversários.

Considerações finais

Neste trabalho, propusemos um estudo do *aliás*, descrevendo o funcionamento das onze ocorrências desse conector constantes no último debate eleitoral da campanha à Presidência da República do Brasil, ocorrida em 2018. Realizada à luz da caracterização proposta, no quadro da Semântica da Enunciação (DUCROT et al., 1980), para o conector do francês *d'ailleurs*, a descrição revelou que, no debate, o *aliás* exibe um funcionamento complexo. Empregando esse conector, o locutor instrui o alocutário a identificar dois argumentos coorientados que conduzem a uma mesma conclusão. Ao mesmo tempo, sinaliza que adere a um desses argumentos e que o outro deve ser entendido como desnecessário à sustentação da conclusão. A partir dessa caracterização geral, identificamos no debate dois usos do conector, um em que introduz um argumento suplementar e outro em que introduz uma correção ou retificação. No uso argumentativo do *aliás*, que correspondeu a nove ocorrências do conector, o locutor adere ao argumento situado à esquerda do conector. No uso (auto)corretivo, correspondente às outras duas ocorrências do *aliás*, o locutor adere ao argumento introduzido pelo conector.

Em ambos os usos, o locutor promove uma ruptura enunciativa na passagem do primeiro argumento para o segundo, o que significa que cada argumento é assumido por um enunciador e endereçado a um destinatário. No debate, a polifonia sinalizada pelo *aliás*, indicando rupturas enunciativas, pode ser usada estrategicamente pelos candidatos. Afinal, atribuindo os argumentos a diferentes instâncias, o locutor consegue atribuir diferentes graus de importância aos argumentos, graduar a maior ou menor amplitude de seu público-alvo, decidindo a quem endereçar propostas, críticas e elogios, bem como poupar-se de ataques, corrigindo-se, antes que adversários o corrijam.

Na perspectiva enunciativa em que se baseou este estudo, o conector *aliás* surge, assim, como um elemento importante que, em um debate eleitoral, possibilita ao locutor construir para si determinadas imagens (faces), proteger a imagem construída de ataques e mesmo atacar adversários. Nesse sentido,

verifica-se que o *aliás* constitui parte do arsenal linguístico e textual que os candidatos mobilizam no trabalho de construção de imagens favoráveis de si e desfavoráveis dos adversários, a fim de convencerem o eleitorado. Revelando a complexidade do *aliás* no último debate da campanha presidencial de 2018, este estudo buscou trazer contribuições para um entendimento semântica e enunciativamente orientado do papel dos conectores no gênero debate eleitoral.

Agradecimentos

Gustavo Ximenes Cunha agradece ao CNPq a concessão da bolsa de Produtividade em Pesquisa (nível 2). Processo: 304244/2019-8.

Referências

ALMEIDA, D. M. V. O marcador do discurso *aliás* e suas possibilidades para a língua espanhola. **Entretextos**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 344-362, 2013.

ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. **L'argumentation dans la langue**. Liège: Pierre Mardaga, 1983.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009.

CASTRO, M. C. L. A estratégia discursiva original do conector “*aliás*”. **Moara**, Belém, n. 8, p. 81-94, 1997.

CUNHA, G. X. A construção de imagens de si no discurso organizacional. In: TOMAZI, M. M.; ROCHA, L. H. P.; POMPEU, J. C. (orgs.). **Estudos discursivos em diferentes perspectivas: mídia, sociedade e direito**. São Paulo: Terracota Editora, 2016, p. 111-126.

CUNHA, G. X.; BRAGA, P. B.; BRITO, D. M. As funções figurativas do comentário metadiscursivo em debates eleitorais. **Cadernos de linguagem e sociedade**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 168-187, 2019.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

DUCROT, O.; BOURCIER, D.; BRUXELLES, S.; DILLER, A. M.; FOUQUIER, É.; GOUAZE, J.; SIRDAR-ISKANDAR, C. **Les mots du discours**. Paris: Minuit, 1980.

GOFFMAN, E. On face-work: an analysis of ritual elements in social interaction. In: GOFFMAN, E. **Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior**. New York: Pantheon Books, 1967. p. 5-45.

GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. L. (eds.). **Syntax and semantics: Speech Acts**, v. 3. New York: Academic Press, 1975. p. 41-48.

RAMOS, N. R. **Usos semântico-pragmáticos de aliás: uma análise centrada no uso**. 2019. 92f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Faculdade de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

RAMOS, N. R. A multifuncionalidade de aliás: valores semânticos em perspectiva funcional. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 220-240, 2020.

ROSÁRIO, I. C.; RAMOS, N. R. Aspectos morfossintáticos e usos semântico-pragmáticos de aliás - uma análise centrada no uso. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 58, p. 106-134, 2020.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. **Les débats de l'entre-deux-tours des élections présidentielles françaises: constantes et évolutions d'un genre**. Paris: L'Harmattan, 2017.

KOCH, I. G. V. **A inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Contexto, 1997.

KOCH, I. G. V. **Introdução à Linguística Textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 2008.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

LAROUSSE: francês-português/português-francês. São Paulo: Larousse do Brasil, 2008.

LOPES, A. C. M. Aliás: A contribution to the study of a Portuguese discourse marker. In: GHEZZI, C.; MOLINELLI, P. (eds.). **Discourse and Pragmatic Markers from Latin to the Romance Languages**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 211-221.

LOPES, A. C. M. Texto, relações discursivas e ensino. In: LOHÖFER, A.; SÜSELBECK, K. (eds.). **Streifzüge durch die Romania**. Festschrift für Gabriele Beck-Busse zum 60. Geburtstag. Stuttgart: Ibidem-Verlag, 2017. p. 1-14. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/47882>.

LUSCHER, J. M. Les marques de connexion: des guides pour l'interprétation. MOESCHLER, J. et al. **Langage et pertinence: référence temporelle, anaphore, connecteurs et métaphore**. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1994. p. 175-228.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MAROTE, J. T. O. (org.). **Minidicionário francês-português/português-francês**. São Paulo: Ática, 2002.

MICHAELIS. **D'ailleurs**. São Paulo: Melhoramentos, 2001. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/odQqo/d/E99%80%20ailleurs/>.

OLIVEIRA, H. F. Os conectores reformulativos. **SCRIPTA**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 229-233, 2001.

PORTOLÉS, J. Marcadores del discurso y traducción. In: PALACIOS, J. G.; FUENTES, M. T. (eds.). **Texto, terminología y traducción**. Salamanca: Almar, 2002. p. 145-167.

ROSSARI, C. **Les opérations de reformulation: analyse du processus et des marques dans une perspectiva contrastive français-italien**. Berne: Peter Lang, 1993.

ROSSARI, C. **Connecteurs et relations de discours**: des liens entre cognition et signification. Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 2001.

ROULET, E.; AUCLIN, A.; MOESCHLER, J.; RUBATTEL, C.; SCHELLING, M. **L'articulation du discours en français contemporain**. Berne: Peter Lang, 1985.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. **Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours**. Berne: Peter Lang, 2001.

Anexo⁹

Alvaro Dias:

(r) vocês é que são uma brincadeira governando\ (P = Ø) e aliás (Q) quando cê fala do seu desempenho no Ministério da Educação/ eu fico pensando que você estava na Dinamarca\ [2º bloco, tema 4: gastos públicos]

(r = Ø) (P) ali está o meu formulador/ um dos formuladores/ que é o Pedro o:/ aliás (Q) o Paulo Rabello o meu vice-presidente/ grande formulador de propostas/ economista do ano/ [4º bloco, tema 5: educação]

(r = Ø) (P) e nós devíamos ter já até 2017 trinta por cento das crianças de zero a três anos/ nas creches\ aliás (Q) deveríamos ter cinquenta por cento/ temos trinta por cento/ [4º bloco, tema 5: educação]

9 Neste anexo, os excertos com as onze ocorrências do conector aliás estão distribuídos pelos candidatos que as produziram. O debate de onde foram extraídas as ocorrências se compõe de quatro blocos, e cada bloco, de sete temas (saúde, gastos públicos, meio ambiente, etc.). Indicados pelo moderador do debate nos 1.º e 3.º blocos e escolhidos pelos candidatos nos 2.º e 4.º blocos, os temas deviam orientar a formulação da pergunta por um candidato a um adversário. Para uma localização aproximada do excerto no debate completo, indicamos, ao final de cada excerto, o bloco do debate onde o excerto ocorreu, bem como o tema a que se liga.

Geraldo Alckmin:

(r) a reforma trabalhista foi necessária\ ela foi importante pra acabar com cartórios\ **(P)** o país tinha dezessete\ ainda tem \V mil sindicatos/ mamando lá no imposto sindical\ na contribuição obrigatória\ **aliás (Q)** o mais absurdo/ cinco mil e setecentos patronal\ isso é um absurdo verdadeiro\ [1º bloco, tema 4: reforma trabalhista]

(r) o Temer é responsabilidade do PT\ **(P)** foi o PT que escolheu o Temer\ **aliás (Q)** escolheu duas vezes\ é reincidente\ escolheu em 2010 e escolheu em 2014\ eu não votei no: no Temer\ [1º bloco, tema 4: reforma trabalhista]

(r) habitação\ então nossa proposta são três milhões de moradias\ **(P)** a gente vai atender de um lado o emprego\ que a construção civil gera muito emprego\ e casa pra quem precisa\ **aliás (Q)** São Paulo foi um exemplo\ nós investimos um por cento do ICMS só pra habitação/ então quem ganha um salário mínimo tem acesso à casa própria\ [4º bloco, tema 3: políticas sociais]

Guilherme Boulos:

(r) você. junto com o Temer/ o Bolsonaro/ apoiou a reforma trabalhista que retirou direitos históricos dos trabalhadores\ **(P)** pra vocês/ pra o trabalhador ter emprego/ ele não pode ter direitos\ pra o trabalhador ter emprego ele não pode ter carteira assinada/ férias\ **aliás (Q)** o vice do Bolsonaro defendeu a mesma coisa\ [1º bloco, tema 4: reforma trabalhista]

(r) agora quero dizer o seguinte\ o sistema político brasileiro tá podre\ **(P)** a turma do PMDB do Meirelles essa turma toda/ **(Q)** que **aliás** o Bolsonaro faz parte\ que diz que é de fora do sistema mas é deputado há trinta anos/ recebeu auxílio-moradia tendo casa enriqueceu na política/ comprou mais imóveis do que aprovou projeto/ **(P)** essa turma toda não vai mudar\ [3º bloco, tema 3: corrupção]

(r) olha Marina/ primeiro você tem razão (P) quando diz que o trabalhador e a classe média já pagam impostos demais\ aliás (Q) quem quer aumentar imposto pra os mais pobres é o Jair Bolsonaro\ o economista dele propôs uma alíquota de vinte por cento pra o imposto de renda\ você que ganha dois mil reais e hoje tá isento/ teria que pagar quatrocentos reais de imposto\ [4º bloco, tema 6: Impostos]

Henrique Meirelles:

(r) mas eu tenho absoluta tranquilidade para lidar com o tema de uso de cargos e de corrupção e de tudo aquilo que preocupa hoje fortemente os brasileiros/ (P) porque. em trinta e três anos de trabalho em empresa em dez anos de serviço público/ eu nunca tive uma denúncia por corrupção\ não tenho nenhum processo\ aliás (Q) candidato eu estou pensando em criar o movimento dos sem processos. porque com isso nós vamos de fato fazer algo importante para a população brasileira hoje\ [1º bloco, tema 3: economia]

(r) candidato no Brasil nós temos muitas carências\ (P) e:: tem um programa de Bolsa Família/ (Q) que aliás existe/ porque o Brasil cresceu no período onde eu estava no Banco Central e isso permitiu a criação do Bolsa Família\ [4º bloco, tema 3: políticas sociais]

Ensinar português em Timor-Leste: relatos e reflexões

Teaching Portuguese in East Timor: testimonials and reflections

Regina Helena Pires de Brito*
Alexandre Marcelo Bueno**

RESUMO

Este trabalho apresenta, na primeira parte, duas experiências de ensino da língua portuguesa em Timor-Leste. Separadas pelo tempo, cada relato mostra diferentes problemas e distintas situações a partir das necessidades sociais, culturais e históricas da língua portuguesa em Timor-Leste. Na segunda parte, apresenta-se uma reflexão conjunta a respeito da formação de professores em Timor-Leste e, principalmente, uma defesa da necessidade de se conhecer as particularidades locais a partir de pesquisas de campo e de relatos das vivências dos profissionais que trabalham em projetos de cooperação internacional para se planejar adequadamente o ensino formativo e incentivar uma política de educação linguística mais efetiva.

Palavras-chave: Timor-Leste; Ensino de língua portuguesa; Contexto Multilinguístico.

Recebido em 26 de setembro de 2020.

Aceito em 12 de novembro de 2020.

DOI: <http://doi.org/10.18364/rc.2022n62.478>

* Universidade Presbiteriana Mackenzie, reginahelena.brito@mackenzie.br,
<http://orcid.org/0000-0002-0634-8572>

** Universidade Presbiteriana Mackenzie, alexandrebueno@gmail.com,
<http://orcid.org/0000-0002-0798-3615>

ABSTRACT

This work presents, in the first part, two experiences of Portuguese language teaching in Timor-Leste. Separated by time, each case shows different problems and different situations from the social, cultural, and historical necessities of the Portuguese language in Timor-Leste. In the second part, there is a reflection on the formation of teachers in East Timor and, mainly, a defence of the need to know the local particularities from field research and accounts of the experiences of professionals working in international cooperation projects in order to adequately plan formative teaching and encourage a more effective language education policy.

Keywords: East Timor Portuguese language teaching; Multilingualistic Context.

1. Breve histórico da presença portuguesa em Timor-Leste

A história da presença portuguesa em Timor-Leste é bastante longa¹. Pela historiografia oficial, os portugueses chegaram à ilha de Timor no ano de 1512. Desde então, Timor-Leste passou a fazer parte do império lusitano durante o período colonial, fornecendo sândalo (madeira aromática típica do sudeste asiático) entre outros produtos primários².

Não houve efetivamente grandes esforços portugueses, durante os quatro séculos de colonização, no sentido de desenvolver Timor-Leste em seus diferentes aspectos sociais, econômicos ou culturais (Durand, 2010, p. 94-95). A presença portuguesa só se efetivou no século XX e mesmo assim de modo bastante conflituoso, por meio de guerras contra os distintos reinos estabelecidos na ilha. Somente assim houve um processo de unificação administrativa e governamental que sustentou o esboço de um Estado nacional que não eliminou a diversidade étnica, cultural e linguística do país.

1 Um dos textos mais completos sobre a presença histórica da língua portuguesa em Timor-Leste até a ocupação indonésia está em Thomaz (2002).

2 Para um aprofundamento na história de Timor-Leste, recomenda-se a leitura de Durand (2010).

O processo de independência timorense ocorreu no mesmo período das ex-colônias portuguesas na África, na década de 1970. Assim como nos países africanos colonizados por Portugal, a manutenção da língua portuguesa já era considerada um consenso entre os diversos partidos políticos timorenses, como a UDT e a Fretilin (dois dos principais partidos timorenses) (Forganes, 2002 210). Contudo, apesar da independência, uma guerra civil entre os dois grandes partidos políticos timorenses fragilizou a organização social e política do país, o que facilitou a entrada e o domínio do exército indonésio um mês após a declaração da independência. Sem mais interesses econômicos, Portugal não fez grandes esforços para salvaguardar a população que até pouco tempo estava sob o seu domínio e cuidado. Assim, Timor-Leste passou a ser mais um dos territórios indonésios, durante um considerável período (1975-1999).

Desse modo, se a presença lusitana começava a ser apagada pelo novo colonizador, com a língua portuguesa não seria diferente. Quase que imediatamente, o governo central indonésio não apenas proibiu o uso da língua portuguesa (mantida somente em missas e ritos da igreja católica), como ainda impôs a língua oficial do país (a bahasa indonésia). Além de apagar quase toda a marca da presença portuguesa no país, a Indonésia foi também responsável pelo extermínio de parte considerável da população timorense durante a sua governança, marcada pela repressão e violência.

A língua portuguesa, no entanto, não se manteve apenas nas liturgias católicas espalhadas por Dili ou outras cidades timorenses. Um outro fator, considerado fundamental para a persistência do português no país, foi o fato de a língua portuguesa ter sido adotada pela Resistência timorense, cravada tanto nas montanhas do país, na comunicação entre os pares, quanto às denúncias e apelos à comunidade internacional. A língua portuguesa é, portanto, tratada como um dos símbolos da resistência ao domínio indonésio, uma das marcas identitárias do timorense (ao lado da fé cristã) – fundamentais para assinalar a sua singularidade no contexto geopolítico em que se encontra.

Mesmo com essa função renovada da língua portuguesa, os prejuízos causados durante o período indonésio foram bastante significativos. Dentre os absurdos provocados pelo regime militar indonésio durante a ocupação, podemos observar os riscos vividos constantemente pelos timorenses por meio do depoimento de D. Ana, professora timorense de língua portuguesa em 1975 (ano da invasão indonésia):

Muitos morreram porque eram professores de português, ou desapareceram depois da invasão indonésia. Eu mesma fiquei 24 anos sem lecionar. Tenho vergonha de falar um mau português, mas durante todos esses anos nós não tínhamos livros, revistas, rádio, televisão, nada para praticar a língua. Eu esqueci muita coisa, é uma pena... (D. Ana apud FORGANES, 2002, p. 432).

Somente após uma grande pressão da comunidade internacional – em decorrência de um vídeo divulgado pelo jornalista Max Stahl em que jovens estudantes timorenses foram mortos pelo exército indonésio no cemitério de Santa Cruz –, o invasor indonésio aceitou a realização de um plebiscito organizado pelas Nações Unidas para que os timorenses escolhessem entre a independência do país ou a manutenção do território como parte da Indonésia. Após uma eleição tensa, a opção pela independência foi vencedora. Apesar de aparentemente o governo militar indonésio aceitar o resultado, houve um apoio não-oficial a milícias formadas por timorenses contrários ao resultado da consulta que, então, aproveitaram o clima político do país para literalmente queimar diversas cidades, prejudicar fortemente a infraestrutura do país e matar centenas de timorenses. Por conta do massacre, a ONU enviou suas tropas para pacificar imediatamente o país e passou a administrá-lo durante 3 anos, acontecimento único que ficou a cargo do brasileiro Sérgio Vieira de Melo, responsável pela transição administrativa necessária para devolver a autonomia política aos timorenses.

Depois de retomar sua independência em 2002, as autoridades timorenses decidiram estabelecer a língua portuguesa como língua oficial,

ao lado do tétum³. Desde aquele momento, governo e sociedade timorenses têm buscado maneiras de difundir o uso da língua portuguesa em todas as esferas da vida social e nos diversos níveis de ensino escolar. Há, ainda, todo um esforço para registrar as inúmeras línguas timorenses e estabelecer uma gramática e um dicionário para cada uma delas.

Timor-Leste permanece com um mosaico linguístico composto, por um lado, pelas línguas locais (de dois ramos linguísticos distintos – austronésio e papua) e pelo tétum (língua franca, nacional e oficial) e, por outro, pelo português (enquanto língua oficial sendo reintroduzida), pelo inglês (língua global e também do vizinho Austrália) e pelo indonésio (língua de toda uma geração de timorenses - a chamada geração Tímtim)⁴. Com isso, é quase inevitável não haver uma tensão linguística que opõe diferentes gerações: as mais novas hoje falam tétum e aprendem o português nas escolas, enquanto outra geração fala tétum e indonésio e a geração da resistência timorense, com mais de 40 anos, fala (ou compreende) português ou pelo menos já passou pela experiência do contato com essa língua (BRITO, 2013, pp. 83-84).

É nesse contexto plurilinguístico que o ensino de língua portuguesa se tornou obrigatório nas escolas timorenses e, nos últimos anos, na única universidade pública do país: a Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL). Contudo, os esforços do Estado timorense não são suficientes, por si só, para fazer a língua portuguesa ser uma língua usada por todos os cidadãos em situações variadas. Os auxílios de Portugal e do Brasil foram, e continuam a ser, imprescindíveis para auxiliar no processo de ensino da

3 É preciso, ainda, lembrar do papel exercido pelo linguista australiano Geoffrey Hull, cujo discurso proferido às lideranças timorenses foi essencial para a decisão de manter a língua portuguesa e do tétum como línguas oficiais do país naquele momento (Forganes, 2002).

4 Outro aspecto que merece destaque é a relação que se estabelece entre o tétum e o português, tal como apresentam Corte-Real e Brito (2018), mostrando que a realidade secular da paridade tétum-português é um traço cultural indispensável para a afirmação identitária timorense.

língua portuguesa aos jovens timorenses, em todos os segmentos escolares do país.

O presente texto tem por objetivo refletir sobre como é possível ensinar em um contexto multilinguístico e multicultural como é Timor-Leste. Assim, este trabalho visa a mostrar uma perspectiva da inserção da língua portuguesa no país asiático. Mais do que refletir sobre a formação de professores, é preciso pensar em como reintroduzir uma língua que ficou proibida por quase 25 anos e só pode ser utilizada de modo “clandestino” e “ilegal” pelo ponto de vista do dominador indonésio. Por isso, este texto está dividido em duas partes: a primeira se refere a experiências sobre o ensino da língua portuguesa em Timor-Leste no ano de 2001 (pouco depois da saída dos indonésios, durante o período de Administração Transitória das Nações Unidas) com um processo de seleção, capacitação e acompanhamento de 170 timorenses para atuarem como alfabetizadores da língua portuguesa; a segunda experiência foi desenvolvida ao longo de 2012, na UNTL, com jovens recém ingressantes na vida universitária, como a primeira geração que teria sido educada em português no país independente.

Apesar do caráter técnico de todo texto que se insere na pesquisa acadêmica, é inevitável não transparecer igualmente traços da vivência de cada um dos participantes dessas experiências. Em outras palavras, a apresentação dos métodos e dos recursos utilizados para o ensino da língua portuguesa em território timorense se mesclará com impressões mais pessoais sobre as relações sociais praticadas.

2. Experiências de ensino de língua portuguesa em Timor-Leste: dois relatos

A primeira experiência relatada nesta seção ocorreu em 2001, quando houve seleção e preparação de timorenses para, naquele momento da reconstrução histórica, atuarem como alfabetizadores de jovens e adultos em língua portuguesa. Poucos dos participantes tinham exercido

funções ligadas ao ensino e muitos tinham pouco mais de quatro anos de escolaridade. A difusão da língua portuguesa em Timor-Leste revela-se tarefa hercúlea tendo em vista a precariedade material e de infraestrutura do país e da responsabilidade em relação à expectativa gerada, uma vez que, naquele momento pós-independência, a realidade timorense estava permeada por desafios, tais como: altas taxas de desemprego, condições habitacionais e de saúde precárias, formação profissional deficitária, entre outras questões. Do ponto de vista linguístico, parte significativa dos timorenses adultos trazia o português (língua oficial da nação independente) na memória e um forte comprometimento cidadão de estar presente nas transformações da vida social que recomeçava em Timor-Leste.

Antes de se trabalhar com a língua portuguesa em sala de aula, foi preciso uma compreensão do contexto e das condições efetivas da sociedade timorense. Assim, a primeira etapa (concomitante à necessária imersão na conjuntura sócio-histórico-cultural) consistiu no levantamento de dados relativos à fala e à escrita dos timorenses no contexto de uso do português. A partir dos dados, foi possível, então, observar quais elementos mereceriam maior atenção para tentar minimizar dificuldades dos timorenses no uso da língua portuguesa, tanto em sua modalidade oral como escrita. No momento de analisar as informações obtidas, procurou-se também utilizar o distrito de origem e a língua materna como variantes de influência para a produção linguística em português.

As análises realizadas nos mostraram, na produção oral, dificuldades de articulação de alguns fonemas. Por exemplo, a realização de consoante alveolar no lugar de palatal ('zanela', 'zesto', 'fuziu') e vice-versa ('faser', 'dizer'), além da desnasalização (como em 'dasar', 'laraza', 'apredemos').

Observou-se também como a língua materna interfere no uso de uma língua estrangeira escrita, como é o caso do português em Timor-Leste. Assim, viu-se fenômenos díspares como processos de monotongação ('maoria', 'desado'), desestruturação lexical ('clonisar', 'palavras') e o uso indevido de letras ('Indonezia', 'visavó'), que são presenças do tétum no momento

do uso da língua portuguesa. Houve também uma frequência constante de troca de letras que pode representar o mesmo fonema ('brazileiros', 'corajem', 'eleição'), supressão de letras e sílabas ('aprentar', 'granto') e processos de juntura ('aseguir', 'outravez') ou de segmentação ('a cima', 'em frentar', 'a onde') indevidas. Além disso, apareceram, com bastante frequência, ausências de reflexão verbal, concordância verbal, nominal e verbo-nominal, regência entre outros traços. A título de exemplo, alguns trechos recolhidos na ocasião são apresentados a seguir: "O povo Timor Leste fizeram uma eleição para ser independe (...)"; "Eu gosto muito aprender a ler a falar escrever a contar língua portuguesa"; "A língua portuguesa esquecime [esqueci-me] alguns partes uma parte ainda lembro uma parte não me lembra"; "A língua portuguesa quando Portugal governar Timor os rapazes e os povos maior usaram".

Depois da análise dos dados e da seleção dos alfabetizadores, foi realizada a etapa de preparação dos encontros de capacitação dos selecionados. Essa fase focalizou, basicamente, o desenvolvimento das habilidades orais e escritas do uso da língua portuguesa pelos timorenses. Além das conversas informais realizadas dentro e fora do horário dedicado à capacitação, foram feitas também atividades dirigidas para a expressão oral (como leituras, trava-línguas, canções, fala espontânea, entrevistas etc.) como forma de comprovar as dificuldades apontadas anteriormente, e principalmente como forma de conscientização das particularidades da fala produzida pelos professores timorenses (sempre tendo em vista que a norma do português utilizada é a europeia) e modos de adequação da pronúncia e da organização da fala.

Em relação à produção escrita, foram separados seis diferentes tipos textuais (dos mais cotidianos, como um relato do primeiro dia de aula e a tradução de um aviso em tétum, aos gêneros canônicos, como a narração, a descrição e a dissertação, passando, por fim, pelo poema) para mostrar as diferentes possibilidades de expressão escrita para os professores timorenses. Nesse sentido, a proposta se concilia com o que afirma Travaglia, quando reflete sobre gêneros (mas em outro contexto de ensino):

Parece que o que deve ser feito é o desenvolvimento de habilidades linguístico-discursivas básicas, utilizando, para tal, conjuntos de gêneros que permitem o desenvolvimento dessas habilidades. Na escolha desses gêneros, a proposta é que se trabalhe com gêneros de circulação mais geral ou necessária na sociedade, independentemente de atividades profissionais que se venha a ter. ou seja, trabalharíamos com gêneros de comunidades discursivas mais abrangentes ou gêneros de circulação ampla na sociedade, independentemente da comunidade discursiva que o criou (TRAVAGLIA, 2010, p. 151).

Com o pouco tempo para desenvolver essas atividades (cerca de mês e meio), seria impossível solucionar muitos aspectos levantados no contato com os timorenses. De qualquer forma, foi possível mostrar-lhes particularidades da língua portuguesa, a existência de diversos usos e variedades dessa mesma língua e as diferenças (e relações) em relação às línguas de Timor-Leste.

A experiência apontou que é imprescindível a preocupação com a expressão linguística e é preciso conscientizar os usuários de que cada sistema linguístico (língua local, tétum e português) se estrutura diferentemente. Deste modo, a estrutura da língua portuguesa é diferente da tétum ou da bahasa indonésia e que as interferências são naturais e enriquecedoras. Além disso, não há como ter um ensino de língua eficaz sem estabelecer uma relação com a realidade cultural que a utiliza e que desconsidera a visão de mundo que a língua revela. Vimos essa questão como crucial no contexto timorense, dado que o processo de ensino de língua portuguesa será bilíngue (melhor seria dizer multilíngue): muitas vezes, as explicações dadas pelo alfabetizador terão de ser em tétum, em língua indonésia ou em uma das línguas locais.

Cabe, por fim, destacar a vontade de aprender dos timorenses e a consciência de seu papel cidadão na reconstrução do país. Além disso, a atuação pautou-se na perspectiva freireana de educar para a autonomia, objetivo primordial no processo de ensino-aprendizagem. Autonomia compreendida como “[...] um processo gradativo de amadurecimento, que ocorre durante toda a vida, propiciando ao indivíduo a capacidade de decidir

e, ao mesmo tempo, de arcar com as consequências dessa decisão, assumindo, portanto, responsabilidades” (VASCONCELOS e BRITO, 2019, p. 49). A autonomia torna-se uma conquista construída a partir do desenvolvimento de outras habilidades, como a capacidade de interpretação do mundo e do outro e a capacidade de comunicação com o mundo e com o outro.

Pouco mais de dez anos separam uma experiência da outra. No decurso do tempo, seria preciso examinar quais as características linguísticas que permaneceram na língua portuguesa usada em Timor-Leste, quais seriam os novos fatos linguísticos que surgiram e quais se perderam no fio da história (além das motivações intrínsecas ao sistema linguístico ou às pressões sociais que muitas vezes levam às mudanças da forma).

Uma diferença fundamental entre as duas experiências deve ser destacada: foram dez meses de trabalho em solo timorense, no espaço institucional da Universidade, ao contrário da anterior que se desenvolver em pouco mais de um mês em meio. Contudo, mais tempo não significa melhores condições de trabalho, uma vez que as aulas de língua portuguesa se restringiam a um encontro semanal, de uma hora e meia, em turmas que ultrapassavam facilmente os sessenta estudantes em sala de aula.

Algumas dificuldades específicas parecem permanecer na variedade da língua portuguesa que se concretiza em Timor-Leste, quando temos por parâmetros as normas brasileira ou portuguesa. Por exemplo, a ausência de preposições e de marcas de concordância nominal, troca de letras, ausência de elementos coesivos, entre outros, foram algumas marcas diferenciais encontradas na escrita dos estudantes universitários timorenses. A título de exemplo, são mostrados abaixo trechos selecionados de redações produzidas a partir do tema “Meu distrito”:

A minha Distrito tão pequena e mais linda tem montanha de Paicau, e tem ilha do Jaco o turista vai para visitar na minha Distrito”;
“Timor-Leste têm muitas lugares na area turismo como; area branca, estatua de Cristo-Rei, Monumento de João Paulo II na Tasi-tolu e também outros lugares que antigamente os portugueses fazerem no Timor-Leste

como; Monumento de Lifau, Castelo de Maubara, eis prisão Antiga Balide e etc...”;

“O Distrito de Baucau cheiar também pisinha, pouzada, aeroporto de Baucau”; “A minha distrito Ermera que mencionado cada vez o distrito Ermera sempre alcanca objectivo o sistema politica para distribuição de proseso o produto de café na exportação de estrangeiro.

Defrontados com questões dessa natureza, revimos as expectativas em relação ao processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa pelos estudantes timorenses. O objetivo foi reformulado para, antes de tudo, sensibilizar o aluno para expressar-se em português, procurando minimizar o receio, a timidez e o medo de se comunicar em língua portuguesa. Desse modo, esperava-se despertar nos estudantes o prazer de usar a língua portuguesa e se fazer ser compreendido na comunicação diária. Por essa razão, foi necessário um conhecimento empírico do contexto social, linguístico e cultural timorense por meio de conversas com alunos e professores locais, momentos que produziam informações mais pessoais, como distrito de origem, língua materna, características familiares etc., mas também permitiam ter um contato mais próximo da realidade daquelas pessoas e, sobretudo, de suas histórias de vida.

Assim, o fundamento das aulas passou a ser o da língua em uso. Apesar da mescla entre as dificuldades de compreensão e da timidez, que prejudicava a expressão dos alunos, aos poucos, eles foram dominando a dinâmica dialogada das aulas, com perguntas e respostas, e perceberam que essa foi uma oportunidade de eles a utilizarem em sala de aula. Entendemos também que deixar o ambiente o mais confortável possível para o estudante timorense facilitou esse contato e a melhora no ritmo das aulas.

Munido dessa informação, o primeiro gesto foi discutir e desenvolver a noção linguística de tempo (passado, presente e futuro) com os estudantes timorenses para, em seguida, mostrar como são utilizados os tempos verbais em língua portuguesa (destacando os tempos mais utilizados). No final do primeiro semestre, foi elaborado um material específico sobre conjugação

verbal, a partir da morfologia dos verbos regulares em suas três bases (-ar, -er, -ir) e uma tabela com os principais verbos irregulares da língua portuguesa.

No entanto, as aulas não foram centradas em aspectos gramaticais do português, mesmo porque desde há muito não é possível confundir aulas de língua com aulas de gramática (Bechara, 2006; Possenti, 1996). Neste ponto, cabe retomar Evanildo Bechara, pois ele antecipava reflexões sobre o papel da gramática normativa, sua função na sala de aula e na conquista da cidadania e sobre a importância de uma aplicação consciente das teorias linguísticas no ensino de Língua Portuguesa. Para o autor:

[...] haverá opressão em “impor”, indistintamente, tanto a língua funcional da modalidade culta a todas as situações de uso da linguagem, como a língua funcional da modalidade familiar ou coloquial, nas mesmas circunstâncias, a todas as situações de uso da linguagem, pois que ambas as atitudes não recobrem a complexa e rica visão da língua como fator de manifestação da liberdade de expressão do homem. Por outro lado, haverá “liberdade” quando se entender que uma língua histórica não é um sistema homogêneo e unitário, mas um diassistema, que abarca diversas realidades diatópicas (isto é, a diversidade de dialetos regionais), diastráticas (isto é, a diversidade de nível social) e diafásicas (isto é, a diversidade de estilos de língua), e que cada porção da comunidade linguística realmente possui de direito sua língua funcional, que resulta de uma técnica histórica específica (BECHARA, 2006, p. 14-15).

Uma opção que se impôs foi a de partir de elementos básicos, tal como são ensinados nas aulas de língua estrangeira. Foram feitos exercícios que simulavam formas de se apresentar e de como conhecer alguém em língua portuguesa. Eram exercícios realizados em dupla ou em trio e os alunos pareciam se divertir bastante. Além disso, foram feitas apresentações em grupo, a partir de propostas como “contar uma história de seu distrito”, “o que gosto de fazer no final de semana”, “a história de minha família”, “meu melhor amigo” etc. Esses temas também foram usados para exercitar a escrita em português com a realização de redações como atividade extraclasse

(com as devidas orientações de organização textual). A título de exemplo, apresentamos duas redações com o tema “meu distrito”, que consideramos paradigmáticas do modo como uma parte considerável de estudantes timorenses escrevem:

(Redação 1) Composição sobre a minha de “ERMERA”

O Distrito de Ermera tem muitas riquezas como: café, cameli, Marmar, sandalo etc.

O Distrito de Ermera dividiu em cinco subdistritos como Hatolia, Ermera, Letefoho, Railaes, Atsobe em Timor Leste. O distrito de Ermera conhecido no mundo. porque tem varios de recursos humanos, e também produtos de Distrito de Ermera como Tais milho, arroz, larancas etc.

Até aqui uma composição sobre o meu distrito Ermera e muito Obrigado.

(AS)

(Redação 2) Redação sobre o meu distrito.

O meu distrito fica na parte leste da capital de Dili chama-se distrito Manatuto e tem seis (6) sub-distrito. Eu sintio que é bonita, porque tem várias áreas interessante como: Nossa Senhora de Aitara que localizada no sub-distrito de Soibada e outra é gruta de Santo Antonio, Be-heda Manatuto e outra.

Para mim eu quero estudar muito para desenvolve e servi a nossa nação e o mesmo distrito.

O minha redação última é se você quer visita para nossa distrito, sinto que você senti fica contente e feliz para sempre.

Obrigado!

(NS)

Se tomarmos emprestado o conceito de coerência, tal como propõe Koch e Travaglia (2006), podemos dizer que a coerência se baseia no sentido unitário global do texto, assim como pela continuidade de significações dos conhecimentos ativados pelas expressões do texto, em uma organização hierarquizada de uma determinada produção textual.

Apesar dos problemas de ordem gramatical que os fragmentos acima apresentam, os trechos mais longos apresentam uma coerência semântica (temática e figurativa) que se sustenta por meio da proposta de redação que fora realizada com alguns alunos. Desse modo, em nenhum momento houve um afastamento do tema proposto. Além disso, os alunos têm a oportunidade de, por meio de sua produção textual, apresentar o seu conhecimento de mundo veiculado pela língua portuguesa.

Ademais, como afirma Possenti (1996), mais importante do que se preocupar, em demasia, com elementos gramaticais, importa sim fazer o aluno aprender diferentes tipos de texto. Os recorrentes “equivocos” gramaticais podem ser trabalhados conforme a necessidade da turma e, em seu limite, com cada aluno individualmente. De qualquer forma, as redações dos alunos timorenses tinham como característica a falta de hierarquia dos subtemas desenvolvidos a partir do tema central proposto. Além disso, apresentavam também problemas em relação ao tipo textual proposto, que era mais voltado para uma descrição das características do distrito de onde viera, mas que resultou, muitas vezes, em um texto mais simples, muitas vezes feito com itens para apresentar as peculiaridades da região de origem de cada estudante.

Os exercícios de diálogo simulado e as aulas de uso do verbo foram usados também para se tentar criar uma individualidade entre os estudantes, que no começo do semestre estavam imbuídos ainda de um discurso coletivo de auxílio ao país. Assim, por exemplo, recorremos ao ensino e ao uso de verbos como “querer”, “gostar”, “pensar”, “crer”, pois serviram para iniciar um processo de individuação entre os estudantes, que vieram de um contexto escolar básico no qual a individualidade não era incentivada para que se ressaltasse a importância da coletividade para a nação.

Outro recurso com resultados bastante satisfatórios foi o uso de lendas timorenses (encontradas na internet) para exercitar a leitura e a compreensão dos textos. Esse ponto foi importante para conhecer um pouco mais a cultura timorense e tentar valorizá-la junto aos estudantes, uma vez que havia certo constrangimento quando lendas eram comentadas em sala de aula. Outro

material de apoio utilizado nas aulas foi a música brasileira, preferencialmente a música sertaneja. O sucesso desse estilo musical em Timor-Leste parece estar ligado, por um lado, à história narrada pelas músicas que geralmente falam de amor, de família ou ainda da relação campo-cidade e, por outro, pelo fato de elas serem cantadas em um ritmo mais lento, com vogais mais alongadas, que parece auxiliar na compreensão do aluno timorense.

Ao final de nossa experiência com estudantes da UNTL, foi perceptível a sensível melhora no uso da língua portuguesa por parte dos alunos. Evidentemente, essa melhora é ainda pequena diante do que é desejável para um falante autônomo e competente em língua portuguesa como língua estrangeira. De qualquer forma, com a continuidade do aprendizado e a dedicação que os alunos têm, é possível observar que estudantes timorenses já atingiram um patamar adequado de competência e de desempenho linguísticos ao final de sua graduação pelo contato que continuamos a manter por meio das redes sociais com alguns deles.

3. Ensinar português: uma reflexão a partir das vivências

Em anos mais recentes, uma discussão envolvendo grandes personalidades do mundo político timorense colocou em dúvida o ensino das línguas oficiais (português e tétum) para crianças em fase de alfabetização. Aqueles que questionavam tal política de educação linguística justificavam suas críticas no interesse pelo desenvolvimento do ensino das línguas locais existentes em Timor-Leste, o que faria com o ensino do português entrasse apenas em anos subsequentes, e não nos primeiros anos da vida escolar (do pré-escolar até o 3º ciclo).

Para além dos discursos conspiratórios (segundo os quais haveria uma intenção obscura de se enfraquecer o português para, assim, ser mais fácil implantar o inglês como língua oficial), gostaríamos de propor um outro caminho para o debate, que envolve a formação de professores, políticas

públicas e a experiência direta no campo de estudo: a sala de aula em Timor-Leste. Mesmo com todas as dificuldades de implementação e de condições de ensino e de uso, a língua portuguesa permanece entre as línguas utilizadas e necessárias em Timor-Leste.

Entendemos ser preciso não apenas discutir sobre o ensino das línguas locais, o que requer, antes de tudo, pesquisas de campo para se criar gramáticas e dicionários adequados a um processo de inclusão de tais línguas no plano da escrita. Além disso, qualquer tentativa de se estabelecer um padrão para o ensino da língua portuguesa deveria seguir também estudos que foram realizados por especialistas na área.

Por exemplo o trabalho de Guimarães (2018) chama a atenção para a necessidade de distinção entre a oralidade e a escrita. Dentro de cada um dos aspectos da língua, há ainda outras possibilidades de entendimento sobre o que ensinar. No caso da oralidade, o que se deve ensinar? Gêneros mais formais ou aqueles que podem ser funcionalmente mais apropriados para as atividades cotidianas? Nesse caso, como recortar o que é mais apropriado para o aluno? Entendemos que é preciso também compreender as condições de vida dos alunos timorenses em sua diversidade local, tanto de cada distrito como também em relação aos sukos⁵, para se planejar atividades para as quais a língua portuguesa pode ser útil aos alunos e à sua comunidade.

No caso da escrita, é preciso também refletir sobre os gêneros a serem transmitidos em sala de aula. Para isso, é preciso também observar o perfil do aluno. Na pesquisa feita por Guimarães (2018), o perfil era de jovens professores, o que envolve suprir uma certa falta de conhecimento em relação à atividade profissional que eles exercem. No caso dos relatos deste trabalho, o foco era, primeiramente, professores que ensinariam os elementos mais básicos da língua portuguesa, e na outra experiência, eram jovens alunos ingressantes em diferentes cursos da UNTL. Nesse sentido, pensar tanto no

5 Menor unidade administrativa em Timor-Leste. Seria algo próximo à nossa noção ocidental de aldeia.

perfil como no nível escolar a ser ensinado deve ser uma prerrogativa para antes de se entrar em sala de aula, pois assim se evita um impacto em relação à realidade do professor e também dos alunos em questão, diminuindo, assim, um dos problemas identificados a partir de uma de nossas experiências: a falta de contato e, sobretudo, de prática no uso da língua portuguesa, tanto em seu registro oral como na comunicação escrita (leitura e produção de textos).

Ademais, entendemos que também deve ser levado em consideração as condições econômicas e políticas vigentes no país no momento em que se cria um plano nacional de introdução e implementação da língua portuguesa. Um plano nacional de educação timorense, que reconhece o contexto multilinguístico do país leva a uma outra postura, distinta daquele que foca apenas nas línguas oficiais:

As diretrizes curriculares atuais de Timor-Leste reconhecem a multiplicidade linguística presente no país e apontam a importância da(s) língua(s) que o aluno domina no processo de aquisição/desenvolvimento de outras, como o português. Sendo assim, as línguas que integram o repertório linguístico dos alunos participam desse processo, em um plano progressivo – da pré-escola, com a utilização da língua tétum e das demais línguas maternas,³ ao 3º ciclo do ensino básico, quando a orientação é que o ensino seja realizado nas línguas oficiais do país, com a carga horária da disciplina de língua portuguesa superior à da disciplina da língua tétum. Entretanto, ainda há, em Timor-Leste, uma enorme distância entre aquilo que preconizam os documentos que prescrevem as atividades pedagógicas no ensino básico e a realidade em que atuam os docentes nos ambientes de ensino. Os motivos para tal distanciamento são vários: sobreposição de orientações, tendo em vista o caráter e a urgência de constantes mudanças visando à melhoria da educação timorense; desconhecimento dos docentes em relação a essas orientações (seja pela sobreposição de orientações ou por déficit na formação inicial e continuada); utilização de documentos criados em contextos sem, muitas vezes, considerar a realidade linguística timorense;⁴ e, além disso, fatores externos, que interferem sobremaneira no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem (infraestrutura inadequada, número elevado de alunos nas salas de aula etc.) (GUIMARÃES, 2018, p. 702).

A partir do reconhecimento e da discursivização legal da situação linguística do país, algumas perguntas devem ser feitas para orientarem as políticas linguísticas: que padrão do português deve ser ensinado? Devemos igualmente olhar para as especificidades de um português timorense ainda em formação (e não completamente estabelecido, como alguns estudos querem fazer parecer como algo já dado?). Assim, antes mesmo de se usar uma teoria, entendemos que é preciso conhecer diretamente as condições de trabalho e a realidade dos estudantes timorenses. Não há uma razão justificável que separe a teoria da realidade do aluno. No caso de Timor-Leste, esta questão nos parece ainda mais premente, na medida em que é preciso reconhecer as dificuldades que um projeto de reintrodução de uma língua já considerada oficial pode provocar, além dos conhecidos impedimentos e resistências que ocorrem em um país que é foco de interesse de potências globais e locais, seja pela sua localização geopolítica, seja por causa da exploração de petróleo.

Desse modo, é preciso reconhecer as dificuldades de escrita em língua portuguesa por parte dos timorenses. Mas não se deve limitar a abordagem a uma mera descrição de fatos linguísticos (como se fosse um almanaque de curiosidades). É preciso ainda saber as especificidades do conhecimento que estes alunos trazem (como o ensino do português baseado apenas na gramática, sem qualquer tipo de liberdade ou de respeito à autonomia do aluno no uso da língua), nas exigências culturais (como o medo de errar e da vergonha de errar) e das condições mais básicas de vida desses alunos (falta de moradia, dinheiro, má alimentação, entre tantos outros fatores que fogem do escopo do trabalho docente). Também devemos combater alguns mitos relacionados à relação entre língua portuguesa e os timorenses, assim como as dificuldades reais e materiais existentes no país:

São eles: a defasagem na alfabetização em língua portuguesa; o pouco acesso a livros (devido ao alto valor comercial, podemos considerá-los objetos de luxo); as crenças de que a língua portuguesa é difícil e de que timorense não sabe falar português; as raras livrarias; as escassas bibliotecas; o pouco contato dos estudantes com outras variantes da

língua portuguesa; a língua como forma de ascensão social e profissional (futura exclusão social); a limitada difusão da cultura escrita (que tem por consequência, entre outras, o insuficiente acesso a diversificados gêneros textuais; e a ausência de hábitos de leitura (DINIZ e SILVA 2013:18).

O estudo de Diniz e Silva (2013) tem o mérito de mostrar as crenças existentes em torno da língua portuguesa em Timor-Leste. De um modo geral, as autoras tratam da imagem que os timorenses têm em relação às dificuldades de aprendizagem. Contudo, precisamos também levar em consideração que as condições de aprendizagem das línguas locais para os timorenses são bastante diversas da aprendizagem da língua portuguesa em Timor-Leste. Assim, os timorenses falam, geralmente, mais de uma língua, mas ela é aprendida no cotidiano, de modo espontâneo, desde a infância. Não há um ensino formal das línguas, mas sim um aprendizado a partir do que as crianças têm contato, como os estudos de aquisição de linguagem nos mostram.

Talvez haja aí uma explicação para o sentimento de dificuldade para se aprender a língua portuguesa, além das conhecidas diferenças estruturais existentes entre tétum e português e que já foram mencionadas neste trabalho. Assim, as autoras mencionam três crenças recorrentes nos discursos de estudantes timorenses. A primeira é de que o português é difícil porque tem muitos verbos e preposições. A segunda crença é de que eles não sabem português e, por fim, há uma crença de que saber português é importante para o futuro.

É necessário observar também como os diferentes países presentes por meio de projetos de cooperação estão, efetivamente ou não, auxiliando na reintrodução da língua portuguesa em Timor-Leste. Como observa Carioca (2006):

Embora esteja em execução o Projeto de Reintrodução da Língua Portuguesa em Timor-Leste (PRLP), da responsabilidade do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), existem muitas dificuldades no que diz respeito ao ensino da língua, sendo a maior

delas a falta de preparação geral em relação ao ensino no país, pois não houve preocupação com o uso de estratégias específicas e adequadas ao contexto situacional timorense, ocorrendo praticamente apenas, nos primeiros anos, a utilização das metodologias, estratégias e materiais que eram usados em Portugal (CARIOCA, 2016, p. 433-434).

Carioca (2016) mostra a necessidade de se conhecer a função social das línguas em Timor-Leste. Seu estudo visa a compreender como os timorenses se relacionam com as diversas línguas e as utilizam de modo distinto, na medida em que os diferentes contextos e situações mobilizam diferentes saberes. Por isso, superar as barreiras entre a nossa cultura e a cultura timorense também deve ser um trabalho para reconhecermos nossos preconceitos e trabalharmos para superá-los. Além disso, podemos também pensar em contextos bilíngues e multilíngues, em que a(s) língua(s) materna(s) influenciam e interferem no aprendizado de uma nova língua, como é o caso da língua portuguesa no contexto timorense.

Por isso, seguimos o educador Paulo Freire (2011) em relação ao ensino da língua: “A leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Entender como o outro lê/percepção seu mundo é um ponto de partida para, então, se buscar meios teóricos e práticos para se chegar a um ensinamento efetivo, que respeita as especificidades locais, mas visa a um padrão global no qual a sociedade timorense pode, então, se beneficiar do uso da língua portuguesa como uma língua de contato internacional.

Com isso, não estamos renegando a importância da teoria, nem de temas educacionais ligados ao ensino da língua, como o gênero e o letramento. Contudo, questionamos a validade de tal abordagem em um momento inicial, na medida em que ela pode, de um lado, revelar um distanciamento em relação às especificidades locais (culturais, econômicas, sociais etc.) e, de outro, por resvalar em uma postura que não difere, em muito, de um colonialismo, se não linguístico, ao menos epistemológico.

Sem querer trazer respostas prontas e definitivas, nosso desejo é mostrar que a reintrodução de uma língua é um movimento que envolve diferentes

instâncias de poder, mobiliza distintos interesses econômicos, sociais e políticos, assim como saberes que não se limitam a poucas áreas do conhecimento. De qualquer forma, parece-nos que um primeiro passo é escutar aqueles que têm o maior interesse nisso tudo: os próprios cidadãos timorenses.

Conclusão

Apesar de todas as tensões presentes nas discussões sobre qual a língua que deve predominar em Timor-Leste no futuro, vale a pena ressaltar que, mesmo depois de grandes experiências violentas, o povo timorense apresenta provas de que a tolerância parece ser um dos traços que o caracteriza. Afinal, o português, o inglês, o tétum, a língua indonésia e as línguas locais coexistem no mesmo espaço geográfico e social em Timor-Leste, utilizados em diferentes contextos e situações. Sem dúvida, um dos fatores de unidade do país é a difusão de uma cultura luso-timorense – o que possibilita, como exposto aqui, a presença de docentes brasileiros auxiliando na alfabetização e na formação de jovens e adultos; de professores portugueses trabalhando com o ensino de língua portuguesa para a educação básica; de profissionais ligados às áreas social, técnica e educacional proveniente dos diferentes países lusófonos. Todos falantes do português, mas carregando consigo a diversidade dos usos que o sistema propicia, concretizando na vivência cotidiana a mistura de sotaques, vocábulos, construções do muito que nossa língua comum abarca.

Se a ideia de uma língua única não passa de uma utopia (criada pelo menos desde o século XVIII pelos românticos), o que se deve celebrar em Timor-Leste é a manutenção de um espaço de encontro com o diverso e com o estranho, com o mesmo, com o (re)conhecido e com o outro mais distante. Essa característica mostra, assim, que é possível viver sem eliminar o outro, ideia que atravessa o discurso de Geoffrey Hull, linguista australiano, defensor da oficialização da língua portuguesa no momento em que o seu país de origem realizava uma grande pressão pela adoção do inglês pelos timorenses:

Um programa linguístico inclusivo é o único remédio contra tendências políticas culturalmente contraproducentes que pretendem excluir uma ou outra língua. O que de verdade me parece importante é estabelecer as prioridades justas, baseadas em factos culturais, prioridades estas que estão voltadas para o futuro, mas que também não se esquecem do passado (HULL, 2001, p. 53).

Entendemos que o desafio timorense é articular passado e o presente, as tradições locais e a necessidade de dialogar com o exterior em um mundo globalizado (e permeado por diversas línguas) para que se respeite e valorize o que torna Timor-Leste um país único, mas sem desprezar o que ele pode aproveitar em termos linguísticos, econômicos e culturais para melhorar as condições de vida de sua população. Sem maniqueísmos, entendemos que a saída pela diversidade possui muito mais vantagens do que se buscar elementos que definam e, pior, solidifiquem uma identidade única da população timorense que, desde antes da chegada dos portugueses, já se mostrava bastante diversa em suas línguas e tradições.

Assim, o ensino da língua portuguesa passa pela articulação dessas distintas tensões. Cremos que elas não serão superadas, na medida em que um regime democrático não visa a suprimir divergências, mas administrá-las da melhor forma possível. No caso da língua portuguesa, sua reintrodução deve visar a uma manutenção estável em camada considerável da população timorense, sempre respeitando a diversidade linguística e as especificidades do português praticado em Timor-Leste.

Referências bibliográficas

BECHARA, Evanildo. **Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?.** São Paulo: Editora Ática, 2006.

BRITO, Regina Helena Pires de. **Língua e identidade no universo da Lusofonia** – aspectos de Timor-Leste e Moçambique. São Paulo: Terracota, 2013.

CARIOCA, Cláudia Ramos. As funções sociais da língua e as políticas de difusão do Português no Timor-Leste. **D.E.L.T.A.**, 32(2): 427-447, 2016. <https://doi.org/10.1590/0102-4450412561118873818>.

CORTE-REAL, Benjamim de Araújo; BRITO, Regina Helena Pires de. East Timor, Portuguese and Tetum: A Necessary Coexistence. In: Zanal, Sovon; Figueiredo, Arizangela; Cavalcante, Marcia (Eds.) **A Língua Portuguesa na Índia e em outras Terras**. New Delhi: Adroit Publishers, 2018.

DURAND, Frederic. **História de Timor-Leste – da pré-história à actualidade**. Lisboa: Lidel, 2010.

DINIZ, Izabel Cristina Silva; SILVA, Luana Fabrícia Correia. Língua Portuguesa em Timor Leste: contexto de ensino e crenças sobre aprendizagem. **Revista Multidisciplinar Acadêmica Vozes dos Vales**, 2(4): 1-20, 2013.

FORGANES, Roseli. **Queimado queimado, mas agora nosso! Timor: das cinzas à liberdade**. São Paulo: Labortexto Editorial, 2002.

FREIRE, Paulo. **A Importância do Ato de Ler - em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez Editora & Autores Associados, 2011.

GUIMARÃES, Joice Eloi. Formação docente em Timor-Leste: prática e reflexão sobre gêneros discursivos e ensino. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 99(253): 700-713, 2018. <http://dx.doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i252.3650>

HULL, Geoffrey. **Identidade, língua e política educacional**. Lisboa: Instituto Camões, 2001.

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

THOMAZ, L. F. F. R. **Babel Loro Sa'e – O problema linguístico de Timor-Leste**. Lisboa: Instituto Camões, 2002.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Comunidades discursivas, gêneros e ensino. *In*: N. B. BASTOS (org). **Língua Portuguesa: cultura e identidade nacional**. São Paulo: EDUC, 2010.

VASCONCELOS, Maria Lúcia; BRITO, Regina Helena Pires de. **Conceitos de educação em Paulo Freire**: glossário. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo, SP: Mack Pesquisa, 2019.

Investigando a categorização radial: o que nos ensinam os verbos de separação do português brasileiro?

Putting radial categorization to test: what can we learn from Brazilian Portuguese verbs of separation?

Diogo Pinheiro*
Jéssica Cassemiro Muniz**

RESUMO

A Linguística Cognitiva tem se caracterizado pela crítica ao ideal de definibilidade clássica das categorias linguísticas. Uma questão, no entanto, permanece pendente: é possível demonstrar empiricamente que as categorias definidas por itens linguísticos não apresentam estruturação clássica? Para ajudar a responder a essa pergunta, este estudo apresenta uma investigação da semântica de três verbos de separação do português brasileiro: “cortar”, “quebrar” e “rasgar”. Para isso, um experimento de produção induzida, no qual os participantes deveriam descrever oralmente eventos de separação representados em vídeos curtos, foi rodado com 49 falantes nativos do português brasileiro. Os resultados, ao mesmo tempo em que apontaram para a validade da crítica cognitivista ao ideal de definibilidade clássica, permitiram delinear a estrutura semântica dos verbos “cortar”, “quebrar” e “rasgar” em termos de categorias radiais.

Palavras-chave: Categorização. Verbos de separação. Estrutura semântica. Português brasileiro.

Recebido em 26 de maio de 2021.

Aceito em 4 de agosto de 2021.

DOI: <http://doi.org/10.18364/rc.2022n62.519>

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, diogopinheiro@letras.ufrj.br,

Orcid ID: 0000-0003-2403-5040

** Universidade Federal do Rio de Janeiro, cassemiromuniz@hotmail.com,

Orcid ID: 0000-0001-9619-4441

ABSTRACT

When it comes to categorization, Cognitive Linguistics is well known for rejecting the aristotelic ideal of classical definability. Such a rejection, however, still seems to lack empirical support. In this paper, we report an elicited production experiment aimed at investigating the semantics of three Brazilian Portuguese (BP) verbs of separation: “cortar” (‘to cut’), “quebrar” (‘to break’) and “rasgar” (‘to tear’). In this experiment, 49 native speakers of BP were asked to provide oral descriptions of video-recorded separation scenes. The results provide empirical support to the rejection of classical definability as well as allow for the description of the semantic structure of the three verbs at stake.

Keywords: Categorization. Verbs of separation. Semantic structure. Brazilian Portuguese.

Introdução

Quando se trata de semântica lexical, a semântica formal tem se caracterizado por duas tendências: o viés monossêmico e a crença na definibilidade clássica das categorias (GEERAERTS, 2006). A primeira tendência envolve a ideia de que os semanticistas devem buscar significados altamente abstratos, com o objetivo de reduzir (ou, de preferência, eliminar) a polissemia. A segunda tendência está ligada à crença de que é possível definir as categorias lexicais a partir de propriedades necessárias e suficientes (isto é, com base no chamado modelo clássico de categorização).

A Linguística Cognitiva (doravante, LC), por outro lado, tem se revelado contrária a esses dois princípios. No lugar do viés monossêmico, a LC tem investido em análises que buscam revelar a sistematicidade das redes polissêmicas que sustentam o significado de palavras, morfemas e mesmo estruturas sintáticas. Em relação à crença na definibilidade clássica, a LC tem se caracterizado pelo questionamento ao modelo aristotélico de categorização, sugerindo que as categoriais definidas por itens linguísticos não são definíveis em termos de propriedades necessárias e suficientes. Nesse sentido, é possível dizer que a semântica lexical em LC se caracteriza por dois pilares: o viés polissêmico e a crítica à definibilidade clássica.

Geeraerts (2006, cap. 6) observa que esses dois pilares estão associados a níveis de análise distintos: o primeiro está relacionado ao *nível semântico* e o segundo, ao *nível referencial*. O nível semântico diz respeito ao modo como as diferentes acepções de uma palavra se organizam. Assim, quando o analista procura dispor os diversos sentidos postulados para uma palavra em uma rede de acepções inter-conectadas, ele está atuando no nível semântico. O nível referencial, diferentemente, diz respeito ao conjunto de referentes que uma dada palavra pode recobrir. Desse modo, se o analista busca identificar o que há em comum, por exemplo, entre todos os tipos possíveis de cadeiras, a fim de identificar um conjunto de traços que capture o significado literal da palavra “cadeira”, ele está atuando no nível referencial.

Embora ambos os níveis de análise sejam relevantes, uma busca na literatura cognitivista em semântica lexical revela um grande descompasso entre eles. De um lado, conta-se com uma sólida tradição de trabalhos que focalizam o nível semântico, investigando a organização de categorias polissêmicas (BRUGMAN, 1981; LAKOFF, 1987; TAYLOR, 1995; TYLER; EVANS, 2001; RADDEN; DIRVEN, 2007). De outro lado, pouquíssimos estudos se detêm sobre o nível referencial – aqui, uma exceção digna de nota é Geeraerts (2006), que se ocupou de termos que designam peças de vestuário no holandês. Como resultado, o primeiro pilar da semântica lexical cognitiva (o viés polissêmico) está hoje mais bem estabelecido que o segundo (o questionamento da definibilidade clássica).

Partindo dessa observação, este trabalho se volta precisamente para o nível referencial, buscando investigar empiricamente a estrutura das categorias linguísticas. Especificamente, partimos aqui da seguinte pergunta de pesquisa: é possível demonstrar empiricamente que as categorias linguísticas de fato apresentam estruturação radial, e não estruturação clássica? A fim de responder a essa pergunta, desenvolvemos um experimento de produção induzida voltado para a investigação da semântica de três verbos do português brasileiro (PB) que expressam

os chamados “eventos de separação” (BOHNEMEYER *et alii*, 2001): “cortar”, “quebrar” e “rasgar”. Nesse experimento, os participantes deveriam assistir a um conjunto de vídeos curtos e descrever oralmente as cenas representadas. Nossa aposta era a de que, por meio da análise dessas descrições, poderíamos identificar os traços semânticos associados pelos falantes a cada verbo, e com isso cumprir, simultaneamente, dois objetivos: (i) avaliar empiricamente a validade da crítica cognitivista ao ideal de definibilidade clássica e (ii) descrever a estrutura semântica dos verbos “cortar”, “quebrar” e “rasgar” do PB.

O artigo está organizado como segue. Na próxima seção, apresentamos brevemente o contraste entre os modelo clássico de categorização e o modelo advogado pela LC, baseado nas noções de protótipos e radicalidade (seção 1). Em seguida, descrevemos os detalhes o experimento desenvolvido (seção 2). Na sequência, reportamos os resultados (seção 3), o que permite cumprir o objetivo (i) apontado acima, e interpretamos esses resultados à luz do modelo cognitivista de categorização (seção 4), o que permite cumprir o objetivo (i) apontado acima. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais achados e apontam para desdobramentos futuros.

1. Da categorização clássica à categorização radial

Tratada por diversos autores como a operação cognitiva mais fundamental para a estruturação do conhecimento de mundo (LANGACKER, 1987; LAKOFF, 1987) COHEN; LEFEBVRE, 2005), a categorização pode ser definida como o mecanismo por meio do qual é realizada a classificação mental de objetos e eventos. Segundo Lakoff (1987, p. 5),

A categorização não é algo que possa ser tratado de forma superficial. Não há nada mais básico do que categorização em nosso pensamento, percepção, ação e fala. Toda vez que vemos algo como um tipo de coisa, por exemplo, uma árvore, nós estamos categorizando. Sempre que raciocinamos sobre tipos de coisas

– cadeiras, nações, doenças, emoções, qualquer tipo de coisa – estamos empregando categorias.¹

O modelo de categorização mais conhecido é o aristotélico (ou modelo clássico), cuja fundamentação mais expressiva se encontra em *Categorias*, texto que compõe o *Organon* do filósofo grego. Segundo Taylor (1995), as quatro premissas básicas desse modelo são as seguintes: (i) as categorias são definidas por meio de um conjunto de propriedades necessárias e suficientes; (ii) as propriedades que definem as categorias são binárias; (iii) as categorias apresentam fronteiras bem demarcadas; e (iv) todos os membros da categoria têm o mesmo *status*.

De acordo com a primeira premissa, deve haver um conjunto de propriedades comuns a todos os membros de uma dada categoria (ou seja, nenhum membro da categoria pode deixar de apresentá-las), ao mesmo tempo em que essas propriedades só podem estar presentes nos membros da categoria em questão (isto é, nenhum membro de outra categoria pode apresentá-las). Por sua vez, a segunda premissa implica a ideia de que, para cada item, as únicas alternativas são *apresentar* ou *não apresentar* uma determinada propriedade: não existe a possibilidade de *atender parcialmente* a um determinado critério de pertencimento categorial. De acordo com a terceira premissa, fortemente relacionada à segunda, não pode existir qualquer tipo de ambiguidade ou relativização no que tange ao pertencimento categorial: um determinado elemento só pode ser membro de uma única categoria e seu pertencimento a ela deve ser pleno, isto é, esse elemento não pode pertencer à categoria “em certa medida”. Por fim, a quarta premissa sugere que não existem diferentes graus de pertencimento categorial: dentre todos os membros de uma dada

1 Tradução própria. No original: “Categorization is not a matter to be taken lightly. There is nothing more basic than categorization to our thought, perception, action, and speech. Every time we see something as a kind of thing, for example, a tree, we are categorizing. Whenever we reason about kinds of things - chairs, nations, illnesses, emotions, any kind of thing at all - we are employing categories.”

categoria, nenhum deles goza de algum tipo de condição privilegiada, isto é, todos têm o mesmo *status* como membros da categoria em questão.

Um ponto bastante importante é destacado por Lakoff (1987). O autor observa que o modelo clássico de categorização não foi apresentado como resultado de estudos empíricos nem de grandes debates. Ao longo de séculos, esse modelo foi tido por estudiosos de diversas áreas como uma verdade indiscutível. Entretanto, ao longo do século XX, suas premissas foram desafiadas por pensadores e pesquisadores oriundos de diferentes disciplinas (WITTGENSTEIN, 1949 [2009]; LABOV, 1973; ROSCH, 1975).

Como resultado desses questionamentos, emergiu um modelo alternativo de categorização, que foi abraçado e aprimorado por pesquisadores alinhados à Linguística Cognitiva. Esse modelo se caracteriza por questionar cada um dos quatro pontos que caracterizam o modelo clássico. Sendo assim, o modelo cognitivista de categorização pode ser caracterizado a partir das seguintes premissas: (i') não é possível definir um conjunto de características que agrupe todos os membros de uma dada categoria e ao mesmo tempo exclua tudo o que não pertence a ela; (ii') as propriedades de uma categoria não são (necessariamente) binárias; (iii') as categorias não apresentam fronteiras rigidamente demarcadas e (iv') existem membros mais e menos prototípicos dentro de uma categoria. O primeiro ponto questiona a possibilidade e a validade da ideia de delimitar uma categoria em termos de propriedades necessárias e suficientes. O segundo ponto sugere que dimensões gradientes – e não apenas propriedades binárias – também contribuem para definir a inserção de um dado elemento em uma categoria. O terceiro ponto, que pode ser lido como um desdobramento do segundo, especifica que, se as propriedades que definem o pertencimento categorial podem não ser binárias, em alguns casos será impossível demarcar um limite rígido entre duas categorias. O quarto ponto, por fim, sugere que alguns elementos de uma categoria podem apresentar mais propriedades definidoras de pertencimento categorial do que outros, o que produz efeitos de prototipicidade na organização categorial.

Historicamente, o ponto (i') acima é fortemente tributário das reflexões de Wittgenstein (2009 [1949]) no campo da filosofia da linguagem. A esse respeito, é conhecida a observação do filósofo quanto à dificuldade de se definir a palavra *jogo*. O autor destaca que não é possível encontrar um conjunto de propriedades comuns a todos os jogos: alguns envolvem sorte, como a roleta russa, ao passo que outros envolvem estratégia, como o xadrez; há jogos que envolvem competição e outros que envolvem apenas diversão; há jogos dos quais participa mais de um jogador, mas também há jogos solitários. Esse tipo de observação dá margem à noção de *semelhanças de família*, isto é, uma teia de relações e semelhanças parciais entre os membros de uma categoria, sem qualquer tipo de propriedade comum a todos.

Ainda no que diz respeito aos precursores históricos do modelo cognitivista de categorização, o estudo experimental de Labov (1973) contribuiu diretamente para a consolidação dos pontos (ii') e (iii') citados acima. Nesse experimento, os participantes foram apresentados a desenhos de receptáculos (imagens que evocavam objetos como xícaras, tigelas, copos, etc.) e receberam a tarefa de nomear os objetos representados. O pesquisador observou que um fator fundamental na nomeação era a razão entre a altura e a largura do receptáculo: quanto mais a largura se aproximava da altura do objeto, maior a tendência a tratá-lo como “cup”; ao mesmo tempo, conforme a largura aumentava em relação à altura, maior a tendência a optar pelo termo “bowl”. Como nota Taylor (1995), o critério *razão entre altura e largura* é uma medida contínua, isto é, um valor quantitativo que cresce e decresce de forma gradativa. Em outras palavras, não se trata de um traço que possa ser tratado em termos binários, isto é, com base na presença ([+]) ou ausência ([–]) de um dado atributo. Como uma consequência natural desses fatos, os mesmos resultados sugerem ainda a inexistência de fronteiras categoriais rígidas.

Por fim, é fundamental citar ainda o trabalho de Rosch (1975), que foi importante para a consolidação do ponto (iv') acima, isto é, a ideia de que uma categoria pode comportar membros mais e menos prototípicos.

Nesse estudo, uma das categorias cuja estrutura foi investigada foi a de *mobília* (“furniture”). Em um dos experimentos desenvolvidos, apresentou-se a duzentos estudantes norte-americanos um conjunto de 60 itens de casa (*household items*), que deveriam ser classificados em uma escala de 1 a 7, considerando o quanto cada um destes poderia ser considerado um bom exemplo de *mobília*. Na escala adotada, 1 correspondia a um bom exemplo da categoria e 7, a um exemplo ruim. Verificou-se que elementos como cadeira ou sofá foram classificados como bons exemplos da categoria *mobília*, enquanto objetos como telefone, ventilador e cinzeiro, também assim categorizados, receberam notas mais próximas de 7. Conforme observa Taylor (1995), não apenas esses resultados demonstram a existência de diferentes graus de pertencimento categorial – com alguns elementos sendo considerados exemplares mais representativos da categoria do que outros –, como, na verdade, a própria tarefa experimental já pressupõe uma concepção não-clássica acerca da organização das categorias. Nesse sentido, Taylor (1995, p. 43) observa que, se os sujeitos participantes operassem com categorias clássicas, eles deveriam rejeitar a própria tarefa requerida ou considerá-la simplesmente incompreensível, fato que não se verificou.

Em suma, a partir dos anos 1970 do século passado (com Wittgenstein sendo uma espécie de precursor), emergiu e se consolidou um modelo de categorização que se opõe fortemente ao modelo clássico, ou aristotélico. Nesse modelo, têm lugar central as noções de prototipicidade e radialidade, de maneira que a ideia de categorias baseadas em um conjunto rígido de propriedades necessárias e suficientes dá espaço a um modelo em que categorias são estruturadas em torno de protótipos (os *melhores exemplos* da categoria), admitido assim que seus membros apresentem diferentes graus de pertencimento categorial.

2. Metodologia

A fim de testar empiricamente a hipótese, cara à tradição da LC, de que categorias linguísticas exibem estruturação radial, foi desenvolvido

um experimento de produção induzida no qual os participantes deveriam descrever oralmente eventos de separação representados em vídeos curtos. Nesta seção, apresentamos em detalhes os estímulos utilizados e a tarefa experimental requerida (2.1), o perfil dos participantes (2.2), as opções referentes à transcrição e arquivamento dos dados (2.3) e os critérios utilizados para descarte e classificação dos vídeos (2.4)

2.1 Estímulos e tarefa experimental

Os estímulos experimentais consistem em um conjunto de 61 vídeos curtos (cinco a 30 segundos) desenvolvidos pelo Departamento de Linguagem e Cognição do *Max Planck Institute for Psycholinguistics* (Nijmegen, Holanda) no âmbito do Projeto Cut & Break². Nesse vídeos, são encenados eventos de separação ou afastamento usuais (como rasgar um tecido utilizando apenas as mãos ou uma tesoura) e não usuais (como partir um tecido martelando-o ou fatiar uma cenoura com um facão).³

Os vídeos foram concebidos de maneira que diversos parâmetros de diferenciação semântica no campo dos eventos de separação pudessem ser reconhecidos e discriminados de forma sistemática. Especificamente, os parâmetros semânticos controlados foram os seguintes: modo de realização da atividade (calmamente ou furiosamente); tipo de mudança sofrida pelo objeto (de um estado de integridade para um estado de separação ou destruição do material); tipo de objeto utilizado (rígido como uma cenoura ou um vaso de barro ou flexível como uma corda ou um tecido); tipo de instrumento utilizado (martelos, machados, facas, serras, tesouras e até mesmo as mãos); e presença ou ausência de agente (ação provocada diretamente por um agente humano ou ação espontânea, sem agente identificável).

2 Mais sobre o projeto aqui: <https://www.mpi.nl/departments/other-research/research-projects/categories/subprojects/cut-and-break>. Acesso em: 25/11/2018

3 Vídeos disponíveis em: <http://fieldmanuals.mpi.nl/volumes/2001/cut-and-break-clips>. Acesso em: 25/11/2018

A tarefa requerida dos participantes foi uma descrição oral das cenas representadas. Para isso, cada sujeito foi exposto, individualmente, aos 61 vídeos, sempre na mesma sequência. A lógica do experimento é a de que, por meio das respostas dos participantes, é possível inferir como se estruturam, para cada um deles, as categorias semânticas associadas aos verbos “cortar”, “rasgar” e “quebrar”. A previsão era a de que não seria encontrado um conjunto de propriedades semânticas que fossem, ao mesmo tempo, necessárias e suficientes para definir cada uma das três categorias verbais.

Vale destacar que a opção pelo campo semântico dos eventos de separação é motivada pelo fato de se tratar de situações concretas, que podem ser facilmente encenadas ou representadas, o que as torna propícias para um estudo experimental baseado na descrição de eventos encenados (ao contrário, por exemplo, dos eventos expressos por verbos como “amar” ou “evidenciar”). Além disso, em meio aos diversos verbos que expressam eventos de separação, nosso recorte recaiu sobre três verbos que se situam em um mesmo nível semântico de especificidade, isto é, verbos que não estabelecem entre si relações de hiperonímia/hiponímia.

2.2. Participantes

O experimento contou com 49 participantes voluntários (32 mulheres e 17 homens), todos falantes nativos do português brasileiro, necessariamente naturais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (incluindo o município do Rio de Janeiro, Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo). No momento em que o experimento foi rodado, todos os sujeitos estavam cursando a primeira graduação e tinham no mínimo 18 anos.

2.3 Transcrição e arquivamento dos dados

As descrições orais dos participantes foram gravadas e posteriormente transcritas. Dada a natureza deste estudo, que não se propõe a analisar o

intercâmbio conversacional, muitos aspectos não foram contemplados – por exemplo, a sobreposição de termos ou a aceleração/desaceleração do ritmo da fala. Nos casos de respostas inaudíveis ou não gravadas devido a erro experimental, bem como nos casos em que nenhum verbo de separação ou de ação prototípica foi pronunciado pelo participante, optamos por descartar apenas essa descrição, mantendo todas as outras descrições advindas do mesmo sujeito.

Ao final das transcrições, dois arquivos foram gerados: o primeiro, contendo 49 planilhas, trazia as transcrições das respostas completas de todos os participantes (uma planilha para cada participante, cada qual englobando os 61 vídeos); o segundo, contendo apenas os verbos escolhidos pelos participantes (e não a sentença completa), reunia todas as 2929 respostas (49 participantes vezes 61 vídeos, subtraídas as respostas “em branco”) em planilha única.

2.4 Descarte e classificação dos vídeos

Para a formação do banco de dados, foram excluídos todos os vídeos que não continham, em nenhuma das descrições fornecidas pelos participantes, pelo menos um dos três verbos selecionados para este estudo (“cortar”, “quebrar” e “rasgar”).

Após a exclusão dos vídeos não pertinentes, os vídeos restantes foram classificados de acordo com três dos parâmetros semânticos que foram identificados na literatura derivada do projeto original (BOHNEMEYER; BOWERMAN; BROWN, 2001; MAJID, BOSTER, BOWERMAN, 2008), a saber: grau de flexibilidade do objeto (*rígido* ou *flexível*); instrumento cortante (*presença* ou *ausência*); e tipo de separação (*precisa* ou *imprecisa*). Esses parâmetros foram selecionados porque, dentre os parâmetros manipulados nos 61 vídeos originais, são eles que apresentam potencial para distinguir entre os eventos designados pelos verbos “cortar”, “quebrar” e “rasgar”, enquadrando-as em categorias disjuntas (isto é, definidas a partir de propriedades necessárias e suficientes).

O quadro 1 é um recorte da primeira tabela montada com os vídeos selecionados já classificados:

Quadro 1. Classificação dos vídeos

	Vídeo 1 Flexível Impreciso Ausência	Vídeo 3 Rígido Impreciso Presença	Vídeo 4 Flexível Impreciso Presença	Vídeo 5 Rígido Impreciso Ausência	Vídeo 6 Rígido Preciso Presença	Vídeo 8 Flexível Impreciso Ausência
Part. 1						
Part. 2						

Na primeira linha dessa tabela (a parte cinza), podemos observar que a cena representada em cada vídeo foi classificada segundo as três propriedades semânticas selecionadas para este estudo. Por exemplo, o primeiro vídeo apresentava uma mulher separando um tecido utilizando apenas as mãos e obtendo assim, um resultado impreciso. Essa cena foi, então, classificada da seguinte maneira: *Flexível + Impreciso + Ausência*. O mesmo procedimento foi adotado para todos os outros vídeos do experimento.

Em seguida, a tabela foi preenchida com os dados coletados de todos os 49 participantes. Um exemplo desse tabelamento pode ser visto no recorte de planilha abaixo:

Quadro 2. Classificação dos vídeos com verbo empregado por participante

Classificação dos vídeos de acordo com os parâmetros	Vídeo 1 Flexível Impreciso Ausência	Vídeo 3 Rígido Impreciso Presença	Vídeo 4 Flexível Impreciso Presença	Vídeo 5 Rígido Impreciso Ausência	Vídeo 6 Rígido Preciso Presença
Participante 1	RASGAR	CORTAR	RASGAR	QUEBRAR	CORTAR
Participante 2	RASGAR	QUEBRAR	RASGAR	XXXXXX	CORTAR

Para o preenchimento dessa tabela, adotamos os seguintes critérios: (1) não se fez distinção quanto ao tempo ou modo verbal escolhido pelo participante (nenhum tempo ou modo foi excluído e, em todos os casos, o verbo foi registrado na forma infinitiva); (2) verbos com partícula “se” foram descartados; e (3) nos casos em que o participante usou dois verbos distintos, o dado não foi computado (“A mulher foi rasgando o tecido até cortar ele todo”); (4) respostas inaudíveis ou não gravadas por erro experimental foram descartadas, preservando-se as outras respostas do mesmo participante.

2.5 Procedimentos de análise

Após o tabelamento de todas as respostas, procedemos à análise das escolhas verbais de todos os participantes, com o objetivo de verificar se, para cada um deles, a categoria semântica associada a cada verbo apresentava propriedades necessárias e/ou suficientes. Para isso, elaboramos 49 tabelas – uma pra cada participante – como a que segue abaixo:

Quadro 3. Modelo de contagem por participante

	RASGAR	CORTAR	QUEBRAR
Rígido + Preciso + Presença			
Flexível + Impreciso + Presença			
Flexível + Impreciso + Ausência			
Flexível + Preciso + Presença			
Rígido + Impreciso + Presença			
Rígido + Impreciso + Ausência			

A tabela acima foi estruturada com base em seis conjuntos de propriedades semânticas. Esses seis conjuntos correspondem a todas as combinações existentes para as possibilidades de marcação de cada parâmetro

semântico selecionado para este estudo (três parâmetros – *flexibilidade do objeto*, *instrumento cortante* e *tipo de separação* – vezes duas marcações possíveis para cada um deles).

Em cada uma das tabelas, indicamos o número de vezes que cada verbo foi utilizado com cada um dos seis conjuntos de propriedades. Para uma melhor compreensão, e apenas a título de ilustração, apresentaremos a seguir uma tabela preenchida com as respostas do participante 3.

Quadro 4. Respostas do participante 3

	RASGAR	CORTAR	QUEBRAR
Rígido + Preciso + Presença		8/23	
Flexível + Impreciso + Presença		5/23	
Flexível + Impreciso + Ausência	4/4	3/23	
Flexível + Preciso + Presença		3/23	
Rígido + Impreciso + Presença		4/23	
Rígido + Impreciso + Ausência			7/7
Propriedades necessárias			
Propriedades suficientes			

A partir do preenchimento dessas tabelas, foi possível avaliar a existência de propriedades necessárias para cada categoria verbal (por participante). Para que um parâmetro fosse considerado uma propriedade necessária para uma determinada categoria, ele deveria estar presente em todas as ocorrências do verbo que designa a categoria, para o mesmo sujeito. Além disso, para um parâmetro ser considerado uma propriedade suficiente, ele deveria estar presente apenas naquela categoria, de maneira que a presença do parâmetro fosse suficiente para definir a categoria correspondente, individualizando-a em relação às demais categorias investigadas. Essa análise é exemplificada na tabela abaixo, novamente correspondente ao participante 3:

Quadro 5. Respostas do participante 3 e resultado referente a cada categoria

	RASGAR	CORTAR	QUEBRAR
Rígido + Preciso + Presença		8/23	
Flexível + Impreciso + Presença		5/23	
Flexível + Impreciso + Ausência	4/4	3/23	
Flexível + Preciso + Presença		3/23	
Rígido + Impreciso + Presença		4/23	
Rígido + Impreciso + Ausência			7/7
Propriedades necessárias	Flexível + Impreciso + Ausência	NÃO HÁ	Rígido + Impreciso + Ausência
Propriedades suficientes	NÃO HÁ	NÃO HÁ	Rígido + Impreciso + Ausência

A título de exemplo, observe-se que, como podemos verificar no quadro 4, para o participante 3, os parâmetros *Flexível+Impreciso+Ausência* são propriedades necessárias para a categoria definida pelo verbo “rasgar”, dado que essas três propriedades estavam presentes nas cenas descritas em todas as vezes que esse participante utilizou o verbo “rasgar”. Ao mesmo tempo, observe-se que, para o mesmo participante, é possível identificar um conjunto de propriedades suficientes para a categoria definida pelo verbo “quebrar”. Isso porque, analisando-se as respostas desse sujeito, verifica-se que o conjunto de propriedades *Rígido + Impreciso + Ausência* só foi identificado nas cenas em que ele optou pelo verbo “quebrar”.

Deste modo, a fim de encontrarmos as propriedades necessárias, contabilizamos a incidência de cada verbo individualmente para verificarmos qual ou quais propriedades apareceriam em todas as ocorrências daquele mesmo verbo, para cada participante. Já as propriedades suficientes foram identificadas através de um cruzamento de dados, isto é, em vez de analisarmos os verbos isoladamente, procedemos a uma comparação entre eles, para verificarmos se seria possível identificar, para cada um dos participantes, propriedades suficientes para a delimitação da categoria associada a cada item verbal.

3. Resultados

Passamos agora para a apresentação dos resultados da análise. Neste momento, apresentaremos uma tabela resumida para cada uma das três categorias verbais investigadas. Essas tabelas especificam, para cada participante, se foram encontradas propriedades necessárias e/ou suficientes para cada uma das três categorias verbais – e, em caso positivo, quais foram essas propriedades. A apresentação dos resultados está organizada por verbo, começando por “rasgar” (seção 3.1), passando por “cortar” (3.2) e terminando com “quebrar” (3.3). Na sequência (3.4), apresentamos uma síntese dos resultados.

3.1 O verbo “rasgar”

A análise das respostas demonstrou que 12,25% dos sujeitos atribuíram estrutura clássica à categoria de “rasgar”. Em outras palavras, seis dos 49 participantes parecem associar o verbo “rasgar” a um conjunto fixo de propriedades necessárias e suficientes, a saber: *flexível*, *impreciso* e *ausência*. Para esses falantes, portanto, esses três atributos semânticos parecem ser obrigatórios para o emprego de “rasgar” (isto é, são propriedades necessárias). Ao mesmo tempo, para esses sujeitos, apenas o verbo “rasgar” (dentre aqueles investigados aqui) é utilizado quando esses três atributos estão simultaneamente presentes na cena (isto é, são propriedades suficientes).

Para os demais 43 participantes (87,75%), contudo, isso não se mostrou verdadeiro. Em outras palavras, os resultados sugerem que esses participantes não atribuem estrutura clássica para a categoria definida pelo verbo “rasgar”. Isso porque embora, para todos eles, essa categoria esteja vinculada a propriedades necessárias, não é possível, por outro lado, identificar um conjunto de propriedades suficientes. As respostas completas podem ser vistas na tabela abaixo:

Quadro 6. Propriedades associadas à categoria rasgar, por participante

Participante	Propriedades necessárias	Propriedades suficientes
1	Flexível/Impreciso	Não há
2	Flexível/Impreciso	Não há
3	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
4	Flexível/Impreciso/Ausência	Flexível+Impreciso+Ausência
5	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
6	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
7	Flexível/Impreciso	Não há
8	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
9	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
10	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
11	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
12	Flexível/Impreciso/Ausência	Flexível+Impreciso+Ausência
13	Flexível/Impreciso/Ausência	Flexível+Impreciso+Ausência
14	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
15	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
16	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
17	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
18	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
19	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
20	Flexível/Impreciso	Não há
21	Flexível/Impreciso/Ausência	Flexível+Impreciso+Ausência
22	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
23	Flexível/Impreciso	Não há
24	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
25	Flexível/Impreciso/Ausência	Flexível+Impreciso+Ausência
26	Flexível/Impreciso	Não há
27	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
28	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
29	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
30	Flexível/Impreciso	Não há
31	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
32	Flexível/Impreciso	Não há

continua

33	Flexível/Impreciso	Não há
34	Flexível/Impreciso	Não há
35	Flexível/Impreciso	Não há
36	Flexível/Impreciso	Não há
37	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
38	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
39	Flexível/Impreciso	Não há
40	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
41	Flexível/Impreciso	Não há
42	Flexível/Impreciso	Não há
43	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
44	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
45	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
46	Flexível/Impreciso	Não há
47	Flexível/Impreciso/Ausência	Flexível+Impreciso+Ausência
48	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há
49	Flexível/Impreciso/Ausência	Não há

Um primeiro fato revelado pela tabela acima é o de que a categoria definida pelo verbo “rasgar” não é idêntica para todos os falantes. Em particular, se a maioria dos participantes analisados (33 de um total de 49) tratou a propriedade AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO CORTANTE como obrigatória para o emprego desse verbo – devendo ser considerada, portanto, como propriedade necessária da categoria –, o mesmo não vale para os participantes 1, 2, 7, 20, 23, 26, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 39, 41, 42 e 46. Para estes, em outras palavras, a categoria RASGAR pode englobar eventos em que um instrumento cortante está presente. Ao mesmo tempo, todos os 49 participantes trataram como necessárias as propriedades OBJETO FLEXÍVEL e SEPARAÇÃO IMPRECISA.

A título de exemplo, o sujeito 1 opta pelo verbo “rasgar” para descrever a cena do vídeo 4, em que uma pessoa danifica uma peça de roupa com golpes de faca. Nessa cena temos um objeto flexível sofrendo a ação e um resultado impreciso, duas propriedades tratadas como necessárias por todos os participantes.

Esse mesmo vídeo, porém, cena conta com um instrumento cortante: uma faca. Isso mostra que, para o sujeito 1, o traço AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO CORTANTE não é uma propriedade necessária da categoria de “rasgar”.

Mais importante, o quadro 5 mostra ainda que a grande maioria dos participantes não toma a categoria RASGAR como categoria aristotélica. Isso, no entanto, não se deve à ausência de propriedades necessárias. Pelo contrário: como se observa na tabela, propriedades necessárias foram identificadas para todos os participantes, ainda que com a variação notada acima (três propriedades necessárias na maior parte dos casos e apenas duas propriedades em 16 casos).

Sendo assim, o que efetivamente torna a categoria RASGAR não-aristotélica para a grande maioria dos participantes (43 / 49) é a inexistência de propriedades *suficientes*. Tome-se, a título de exemplo, mais uma vez, o sujeito 1. Embora esse participante só tenha empregado o verbo “rasgar” em referência a cenas com objetos flexíveis e com separação imprecisa, outros verbos também foram utilizados para cenas com as mesmas características. Por exemplo, o vídeo 34, que mostra um pedaço de tecido sendo destruído com um golpe de caratê, foi descrito por meio de uma sentença com “cortar”. Isso mostra que, para esse participante, as propriedades OBJETO FLEXÍVEL e SEPARAÇÃO IMPRECISA não individualizam a categoria RASGAR em relação às demais categorias investigadas – razão pela qual não podem ser tomadas como propriedades suficientes.

Quanto aos seis participantes que parecem atribuir estrutura clássica à categoria RASGAR, vale notar que as propriedades suficientes só se tornam identificáveis quando consideradas de forma conjunta. Isso significa que nenhum dos três atributos indicados na tabela acima – OBJETO FLEXÍVEL, SEPARAÇÃO IMPRECISA e AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO CORTANTE – é *individualmente suficiente* para particularizar a categoria RASGAR em oposição às outras duas categorias investigadas.

Por exemplo, o participante 4 emprega o verbo “cortar” para descrever a cena do vídeo 4, em que uma faixa de tecido é cortada com uma faca. Isso

significa que a propriedade OBJETO FLEXÍVEL não é, para esse participante, específica ao verbo “rasgar”. Ao mesmo tempo, ele emprega o verbo “quebrar” para descrever uma cena em que um galho de árvore é destruído por meio de movimentos fortes contra o joelho do ator – o que evidencia que nem a propriedade SEPARAÇÃO IMPRECISA nem a propriedade AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO CORTANTE são capazes, em si mesmas, de individualizar a categoria de “rasgar”. Por outro lado, em todos os vídeos em que as três propriedades estão combinadas, esse participante recorre ao verbo “rasgar” – o que evidencia que tais propriedades são *conjuntamente suficientes* (por isso, são representadas na tabela com um sinal de soma entre elas) para distinguir essa categoria das demais categorias aqui investigadas (para o participante 4).

Em resumo, a situação que se observa para o verbo “rasgar” é a seguinte: para a maioria dos participantes, esse verbo não define uma categoria com estrutura clássica (87,75%, ou 43/49), porque, embora seja possível identificar propriedades necessárias para todos eles, propriedades suficientes só emergem em uma minoria dos casos (12,25% dos participantes, ou 6/49).

Essa situação pode ser representada visualmente por meio do seguinte gráfico:

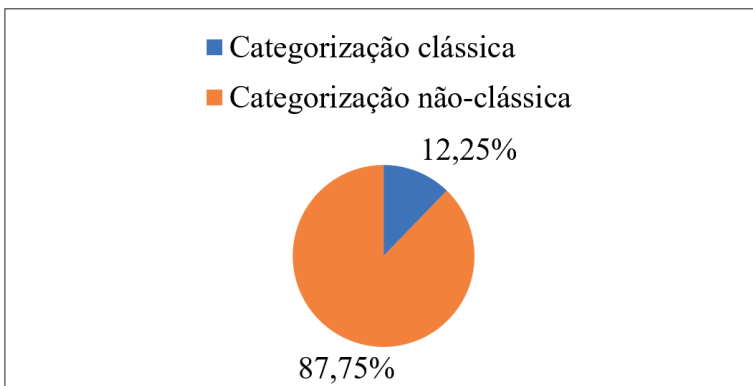


Figura 1. Estratégias clássica e não-clássica de categorização com “rasgar”

3.2 O verbo “cortar”

A análise das respostas demonstrou que 12,25% dos sujeitos atribuíram estrutura clássica à categoria de “cortar”. Em outras palavras, seis dos 49 participantes parecem associar o verbo “cortar” a uma propriedade simultaneamente necessária e suficiente, a saber: *presença de instrumento cortante*. Isto é, para esses falantes, esse atributo semântico parece ser obrigatório para o emprego de “cortar” (ou seja, trata-se de uma propriedade necessária), ao mesmo tempo em que apenas o verbo “cortar” (dentre aqueles investigados aqui) é utilizado quando esse atributo está presente na cena (ou seja, trata-se de uma propriedade suficiente).

Para os demais 43 participantes (87,75%), contudo, isso não se mostrou verdadeiro. Em outras palavras, os resultados sugerem que esses participantes não atribuem estrutura clássica para a categoria definida pelo verbo “cortar”. Os resultados referentes a esse verbo, contudo, são um pouco diferentes daqueles relativos a “rasgar”. As diferenças dizem respeito ao fato de que, para “cortar”, só foi possível encontrar *uma* propriedade necessária – e não três, como em “rasgar” –, e de que isso só aconteceu com 14,28% dos participantes (7 dos 49), contra 100% no caso de “rasgar”. As respostas completas podem ser vistas na tabela abaixo:

Quadro 7. Propriedades associadas à categoria CORTAR, por participante

Participante	Propriedades necessárias	Propriedades suficientes
1	Não há	Não há
2	Não há	Não há
3	Não há	Não há
4	Presença	Não há
5	Não há	Não há
6	Não há	Não há
7	Não há	Não há
8	Não há	Não há
9	Não há	Não há
10	Não há	Não há

continua

Participante	Propriedades necessárias	Propriedades suficientes
11	Não há	Não há
12	Presença	Presença
13	Presença	Presença
14	Não há	Não há
15	Não há	Não há
16	Não há	Não há
17	Não há	Não há
18	Não há	Não há
19	Não há	Não há
20	Não há	Não há
21	Presença	Presença
22	Não há	Não há
23	Não há	Não há
24	Não há	Não há
25	Presença	Presença
26	Não há	Não há
27	Não há	Não há
28	Presença	Presença
29	Não há	Não há
30	Não há	Não há
31	Não há	Não há
32	Não há	Não há
33	Não há	Não há
34	Não há	Não há
35	Não há	Não há
36	Não há	Não há
37	Não há	Não há
38	Não há	Não há
39	Não há	Não há
40	Não há	Não há
41	Não há	Não há
42	Não há	Não há
43	Não há	Não há

continua

Participante	Propriedades necessárias	Propriedades suficientes
44	Não há	Não há
45	Não há	Não há
46	Não há	Não há
47	Presença	Presença
48	Não há	Não há
49	Não há	Não há

Se a intuição do falante nativo parece sugerir que uma ação só se qualifica como “ato de cortar” caso inclua algum instrumento com lâmina, os dados da tabela acima demonstram que essa intuição não se sustenta. Apresentamos aqui dois exemplos bastante ilustrativos a esse respeito. O primeiro caso é o do participante 3, que recorre ao verbo “cortar” para descrever uma cena na qual um galho de árvore é separado em duas partes com as mãos (vídeo 25). Outro exemplo é o do participante 2, que recorre ao mesmo verbo para descrever uma cena em que um galho de árvore se parte espontaneamente, sem a presença de agente causal ou de qualquer instrumento (vídeo 16). Na verdade, como mostra a tabela 2, esta é a situação normal – conforme já observamos, apenas 14,28% dos participantes (7/49) exigem a presença de um instrumento cortante para empregar o verbo “cortar”.

Uma segunda diferença em relação ao verbo “rasgar” diz respeito à presença de *propriedades suficientes*. Se, naquele caso, não emergiu nenhuma propriedade suficiente individual – apenas “grupos” de propriedades semânticas que, em uma minoria dos casos, serviam conjuntamente para individualizar a categoria –, aqui o que se observa é que seis sujeitos (os participantes 12, 13, 21, 25, 28 e 47) empregam exclusivamente o verbo “cortar” (e nunca os verbos “quebrar” ou “rasgar”) nos casos em que se verifica presença de um instrumento cortante. Em outras palavras, para esses participantes, a propriedade PRESENÇA DE INSTRUMENTO CORTANTE é capaz de individualizar a categoria, caracterizando-se assim como propriedade suficiente.

Por fim, o mais importante é registrar que, para apenas seis sujeitos (12,25%), foi possível identificar uma categoria com *estrutura clássica* – isto é, uma categoria que inclua tanto propriedades necessárias quanto propriedades suficientes. Para todos eles, o atributo PRESENÇA DE INSTRUMENTO CORTANTE conta tanto como propriedade necessária (todos os usos de “cortar” descrevem cenas com instrumento cortante) quanto como propriedade suficiente (apenas os usos de “cortar” – e, portanto, nenhum uso de “rasgar” e “quebrar” – descrevem cenas com instrumentos cortantes). Apesar das diferenças entre os resultados de “rasgar” e “cortar”, também aqui se observa uma ampla vantagem das categorias não-clássicas, com 87,75%, contra 12,25% de categorias clássicas. Essa situação pode ser representada visualmente por meio do seguinte gráfico:

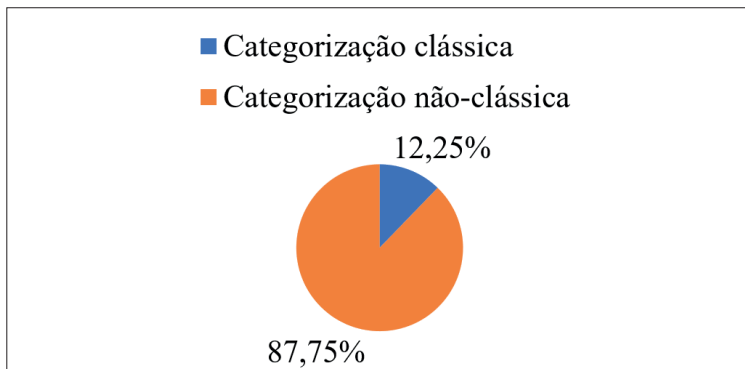


Figura 2. Estratégias clássica e não-clássica de categorização com “cortar”

3.3 O verbo “quebrar”

A análise dos resultados demonstrou que 40,81% dos sujeitos atribuíram estrutura clássica à categoria de “quebrar”. Em outras palavras, 20 dos 49 participantes parecem associar o verbo “quebrar” a um conjunto de propriedades necessárias e suficientes. Para esses falantes, portanto, algum grupo de atributos semânticos é tomado como obrigatório para o emprego de “quebrar” (isto é, são propriedades necessárias), ao mesmo tempo em que apenas o verbo “quebrar”

(dentre aqueles investigados aqui) é utilizado quando esses atributos estão simultaneamente presentes na cena (isto é, são propriedades suficientes).

Dentre os 49 participantes, 46 deles (93,87%) parecem considerar que a categoria de “quebrar” apresenta propriedades necessárias (embora a quantidade – uma, duas ou três – e a natureza dessas propriedades variem entre os sujeitos, como veremos abaixo). Além disso, 20 participantes (40,81%) consideram, adicionalmente, que a categoria de “quebrar” apresenta propriedades suficientes. Como todos esses sujeitos estão entre os que atribuem à categoria também propriedades necessárias, resulta daí o total de 20 sujeitos (ou 40,81%) que concebem QUEBRAR como uma categoria com estrutura clássica. As respostas completas podem ser vistas na tabela abaixo:

Quadro 8. Propriedades associadas à categoria QUEBRAR, por participante

Participante	Propriedades necessárias	Propriedades suficientes
1	Rígido	Não há
2	Rígido/Impreciso	Não há
3	Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
4	Rígido/Impreciso	Rígido+Impreciso+Ausência
5	Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
6	Rígido/Impreciso/Ausência	Não há
7	Rígido/Impreciso/Ausência	Não há
8	Rígido/Impreciso	Não há
9	Rígido/Impreciso	Não há
10	Impreciso	Não há
11	Rígido/Impreciso/Ausência	Não há
12	Rígido/Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
13	Rígido/Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
14	Rígido/Impreciso/Ausência	Não há
15	Impreciso	Rígido+Impreciso+Ausência
16	Rígido/Impreciso/Ausência	Não há
17	Rígido/Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência

continua

Participante	Propriedades necessárias	Propriedades suficientes
18	Rígido/Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
19	Rígido/Impreciso	Rígido+Impreciso+Ausência
20	Não há	Não há
21	Rígido/Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
22	Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
23	Rígido/Impreciso/Ausência	Não há
24	Rígido/Impreciso	Não há
25	Rígido/Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
26	Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
27	Rígido/Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
28	Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
29	Não há	Não há
30	Não há	Não há
31	Rígido/Impreciso/Ausência	Não há
32	Rígido/Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
33	Impreciso/Ausência	Não há
34	Rígido/Impreciso	Não há
35	Rígido/Impreciso/Ausência	Não há
36	Rígido/Impreciso/Ausência	Não há
37	Rígido/Impreciso/Ausência	Não há
38	Rígido/Impreciso/Ausência	Não há
39	Rígido/Impreciso/Ausência	Não há
40	Rígido/Impreciso	Não há
41	Rígido/Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
42	Rígido/Impreciso/Ausência	Não há
43	Rígido/Impreciso/Ausência	Não há
44	Rígido/Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
45	Rígido/Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
46	Impreciso/Ausência	Não há
47	Rígido/Impreciso/Ausência	Rígido+Impreciso+Ausência
48	Rígido/Impreciso	Não há
49	Rígido/Impreciso	Não há

Nessa tabela, podemos ver que, dos 49 participantes, apenas os informantes 20, 29 e 30 não trataram nenhuma propriedade como necessária para esta categoria. Além disso, dentre os 46 participantes, apenas três atribuíram a “quebrar” uma única propriedade necessária: para o participante 1, trata-se da propriedade *rigidez do objeto*; para os participantes 10 e 15, trata-se da propriedade *separação imprecisa*. De resto, todos os demais parecem associar duas (17 participantes) ou três (26 participantes) propriedades necessárias à categoria definida pelo verbo “quebrar”.

Diferentemente, contudo, do que ocorre com o verbo “rasgar”, aqui foi possível identificar não apenas propriedades necessárias, mas também propriedades suficientes. E, mais importante, essa situação não se mostrou particularmente rara, tendo se aplicado a quase metade dos participantes (40,81%, ou 20 em 49). Para esses falantes, o trio de atributos OBJETO RÍGIDO, SEPARAÇÃO IMPRECISA e AUSÊNCIA DE INSTRUMENTO CORTANTE parece exigir, obrigatoriamente, o emprego do verbo “quebrar”, tornando essa categoria perfeitamente disjunta em relação às categorias semânticas definidas por “rasgar” e “cortar”.

Esses resultados sugerem que o verbo “quebrar” é percebido como mais restritivo que os verbos “rasgar” e “cortar”, no sentido de que seu leque extensional – isto é, o conjunto de situações que ele é capaz de abranger – parece particularmente limitado. Como resultado, a categoria semântica definida pelo item “quebrar” parece apresentar estrutura clássica para grande parte dos falantes (40,81%), ao contrário do que ocorre com “rasgar” e “cortar” (12,25% dos participantes para cada um dos verbos).

Essa situação pode ser representada visualmente por meio do seguinte gráfico:

■ Categorização clássica ■ Categorização não-clássica

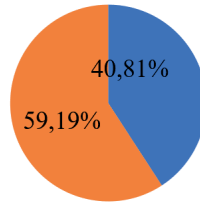


Figura 3. Estratégias clássica e não-clássica de categorização com “quebrar”

3.4 Síntese

Computadas todas as respostas, verifica-se, no conjunto total de dados disponíveis, uma predominância significativa das categorias não-clássicas. A tabela abaixo sintetiza, em números gerais, o tipo de estrutura categorial atribuída para cada verbo, considerados os 49 participantes:

Quadro 9. Tipos de categorias para todos os verbos, com todos os participantes somados

	RASGAR	CORTAR	QUEBRAR
CATEGORIA CLÁSSICA	6	6	20
CATEGORIA NÃO-CLÁSSICA	43	43	29

Especificamente, constatou-se que, dentre as 147 categorias identificadas por meio do experimento (3 verbos X 49 participantes = 147 categorias), não menos que 115 (78,23%) apresentam estrutura não-aristotélica, seja porque lhes faltam propriedades necessárias, propriedades suficientes ou ambos os tipos de propriedades. De maneira geral, portanto, esse resultado oferece confirmação empírica em favor da premissa cognitivista de rejeição

ao ideal de definibilidade clássica (isto é, rejeição às categorias aristotélicas na língua).

Ao mesmo tempo, contudo, é preciso registrar que um número expressivo de categorias (21,76%, ou 32 de 147) apresenta estrutura clássica, isto é, exibe tanto propriedades necessárias quanto propriedades suficientes. Isso nos permite, com base em evidências empíricas, relativizar em alguma medida a crítica cognitivista: se é verdade que a categorização aristotélica não parece ser particularmente produtiva quando se trata de categorias lexicais, tampouco é verdade que ela seja inexistente. Com efeito, ao menos para alguns falantes, certos itens lexicais parecem definir categorias com estrutura clássica.

O gráfico abaixo sintetiza os resultados finais em termos de categorias clássicas e não-clássicas:

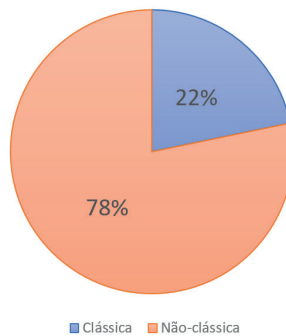


Figura 4. Estratégias clássica e não-clássica de categorização para todos os verbos e participantes

4. Interpretação dos resultados: a estrutura semântica dos verbos “cortar”, “rasgar” e “quebrar”

Computadas as respostas dos 49 participantes, dois pontos se destacam: (i) se considerados todos os participantes em conjunto, nenhum dos

três verbos está vinculado exclusivamente a um único grupo de propriedades e (ii) apesar disso, há preferências claras de cada verbo por certos grupos de propriedades, de maneira que, em alguma medida, eles se distribuem de modo complementar. A tabela abaixo evidencia essas conclusões:

Quadro 10. Distribuição dos verbos por grupo de propriedades, com todos os participantes somados

	RASGAR	CORTAR	QUEBRAR
Rígido + Preciso + Presença	0	275	6
Flexível + Impreciso + Presença	21	200	4
Flexível + Impreciso + Ausência	128	145	0
Flexível + Preciso + Presença	0	131	0
Rígido + Impreciso + Presença	0	128	261
Rígido + Impreciso + Ausência	0	60	23

Diante dos resultados acima, buscamos compreender melhor a estrutura das categorias lexicais investigadas. Para isso, procuramos responder a seguinte pergunta: dentre os grupos de atributos semânticos identificados nos vídeos, quais deles motivaram mais – e menos – o uso de cada um dos três verbos em análise? Para chegar a uma resposta, elaboramos, para cada verbo, um ranqueamento, em ordem decrescente de frequência, dos grupos de propriedades associados a cada categoria verbal. Os resultados, calculados em termos de porcentagem de incidência de cada grupo no emprego de cada verbo, estão divididos nas seguintes seções: *ranking* do verbo “cortar” (seção 4.1), *ranking* do verbo “quebrar” (4.2) e o *ranking* do verbo “rasgar” (4.3). Por fim, discutiremos os efeitos de prototipicidade identificados através do experimento (4.4).

4.1 Ranking do verbo “cortar”

Na tabela abaixo, podemos observar que o conjunto *Flexível + Preciso + Presença*, com 89,11% de incidência, foi o mais frequentemente associado ao uso do verbo “cortar”. Já o conjunto *Rígido + Impreciso + Ausência* foi o que menos motivou o uso desse verbo, com apenas 10,20% de incidência.

Quadro 11. Incidência de conjuntos de traços do verbo “cortar”

1º	<i>Flexível</i> <i>Preciso</i> <i>Presença</i>	89,11%
2º	<i>Flexível</i> <i>Impreciso</i> <i>Presença</i>	81,63%
3º	<i>Rígido</i> <i>Preciso</i> <i>Presença</i>	62,36%
4º	<i>Rígido</i> <i>Impreciso</i> <i>Presença</i>	52,24%
5º	<i>Flexível</i> <i>Impreciso</i> <i>Ausência</i>	26,76%
6º	<i>Rígido</i> <i>Impreciso</i> <i>Ausência</i>	10,20%

4.2 Ranking do verbo “quebrar”

Na tabela abaixo, podemos observar que apenas quatro dos seis conjuntos possíveis de propriedades semânticas motivaram o emprego do verbo “quebrar”. O conjunto *Rígido + Impreciso + Ausência* (último colocado no *ranking* da categoria de “cortar”) foi o mais frequentemente associado ao uso do verbo “quebrar”, tendo motivado 44,39% dos seus usos. Já o conjunto que se encontra no final da tabela *-Flexível + Impreciso + Presença* – foi o que menos motivou o uso desse verbo.

Quadro 12. Incidência de conjuntos de traços do verbo “quebrar”

1°	<i>Rígido</i> <i>Impreciso</i> <i>Ausência</i>	44,39%
2°	<i>Rígido</i> <i>Impreciso</i> <i>Presença</i>	9,36%
3°	<i>Rígido</i> <i>Preciso</i> <i>Presença</i>	1,36%
4°	<i>Flexível</i> <i>Impreciso</i> <i>Presença</i>	0,74%

4.3 Ranking do verbo “rasgar”

Na terceira tabela, podemos observar que apenas dois dos seis conjuntos de propriedades motivaram, no experimento, verbo “rasgar”. O conjunto *Flexível + Impreciso + Ausência*, com 23,76% de incidência, foi o mais frequentemente associado ao uso desse verbo. O outro conjunto de

propriedades que motivou o uso do verbo “rasgar” foi *Flexível + Impreciso + Presença*, com 8,57%.

Quadro 13. Incidência de conjuntos de traços do verbo “rasgar”

1º	<i>Flexível</i>	23,76%
	<i>Impreciso</i>	
	<i>Ausência</i>	
2º	<i>Flexível</i>	8,57%
	<i>Impreciso</i>	
	<i>Presença</i>	

4.4 Efeitos de prototipicidade

Como observamos nas tabelas acima, nossa análise nos levou a identificar os grupos de atributos semânticos que foram associados a cada categoria verbal e também a quantificar a incidência de cada grupo no emprego de cada um dos três verbos.

A partir de agora, interpretamos os dados apresentados nas seções 3.4.1 a 3.4.3 em termos de efeitos de prototipicidade. Isto é, assumimos que o tipo de situação que mais frequentemente motiva o uso de um dado verbo corresponde ao seu significado prototípico, o segundo tipo de situação que mais frequentemente motiva o uso desse mesmo verbo corresponde a um significado um pouco menos prototípico, e assim sucessivamente. Aplicando-se essa lógica ao verbo “cortar”, chega-se à seguinte categoria radial para os possíveis usos desse item:

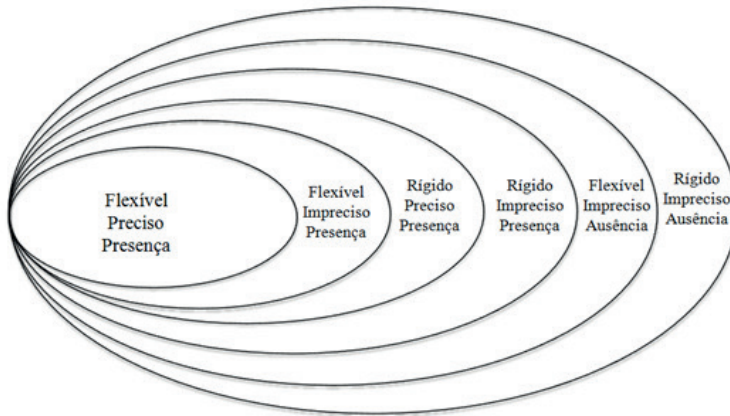


Figura 5. Categoria radial associada ao verbo “cortar”

Em termos práticos, o que foi possível verificar é que o evento que mais comumente dispara, para o falante, o emprego do verbo “cortar” é aquele em que um objeto flexível é separado com a utilização de um instrumento cortante, resultando em uma separação precisa. É por isso que encontramos o conjunto *Flexível + Preciso + Presença* no centro do diagrama, representando o fato de que o uso mais prototípico do verbo “cortar” está associado a ele. No entanto, como vimos, essas propriedades não são todas obrigatórias: o verbo também admite, por exemplo, um uso, aqui tomado como ligeiramente menos prototípico (considerando-se os dados apresentados em 3.2), em que um objeto rígido está sendo separado com a utilização de um instrumento cortante e o resultado final é preciso.

Aplicando-se o mesmo princípio ao ranking do verbo “quebrar”, obtivemos a seguinte categoria radial:

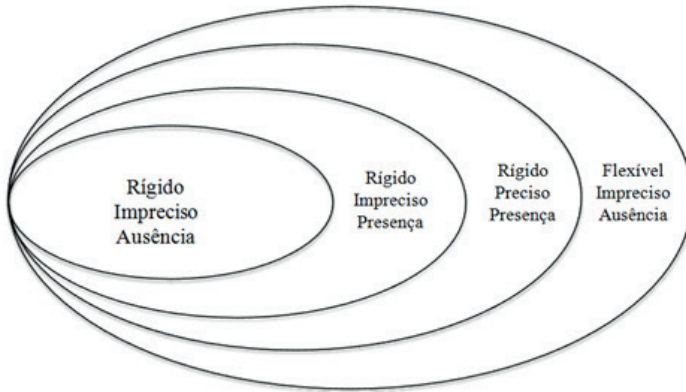


Figura 6. Categoria radial associada ao verbo “cortar”

Nesse segundo diagrama, podemos observar que o tipo de evento que mais comumente dispara, para o falante, o emprego do verbo “quebrar” pode ser genericamente descrito da seguinte forma: um objeto rígido é separado sem a utilização de instrumento cortante e o resultado final é uma separação imprecisa. Isso decorre do fato de que, como vimos, o conjunto “Rígido + Impreciso + Ausência” foi o que apresentou uma maior porcentagem de uso dentre os usos do verbo “quebrar”. No entanto, assim como no primeiro diagrama, essas propriedades não são todas obrigatórias. Por exemplo, um uso bem menos prototípico (considerando-se os dados apresentados em 3.3) desse item verbal está associado ao conjunto “Flexível + Impreciso + Ausência”. Isto é, nesses casos, a rigidez do objeto não foi levada em conta pelos participantes.

Por fim, o *ranking* referente ao verbo rasgar permite construir a seguinte categoria radial:



Figura 7. Categoria radial associada ao verbo “cortar”

Como se observa, esse terceiro diagrama só apresenta usos associados a dois conjuntos de propriedades. No caso de “rasgar”, o conjunto de propriedades “Flexível + Impreciso + Ausência” corresponde ao núcleo prototípico da categoria, enquanto o conjunto “Flexível + Impreciso + Presença” corresponde ao uso mais periférico. Isto é, o evento que mais comumente dispara, para o falante, o emprego do verbo “rasgar” pode ser genericamente descrito como: um objeto flexível é separado sem a utilização de instrumento cortante e o resultado final é impreciso. No entanto, como se vê, essa cena não é obrigatória, já que também é possível utilizar o verbo “rasgar” para descrever eventos de separação com instrumentos cortantes, ainda que isso seja menos frequente (e, portanto, corresponda a um uso menos prototípico).

Em resumo, foi possível flagrar, a partir do uso linguístico dos participantes do experimento, efeitos de prototipicidade – isto é, usos mais prototípicos e mais periféricos de cada um dos três verbos analisados. Quando se consideram todos os participantes em conjunto (como fizemos nesta seção), e não individualmente (como fizemos na seção anterior), observa-se, ao mesmo tempo, que (i) todos os três verbos analisados estão associados a mais de um conjunto de propriedades e (ii) a distribuição desses conjunto de propriedades nos dados tende a ser bastante desigual, como mostramos em 4.1 a 4.3. Dito de outro modo, foi possível constatar que os verbos aqui

analisados exibem propriedades *preferenciais*, mas não *obrigatórias*. Essa constatação é fortemente compatível com o modelo radial de categorização, conforme procuramos evidenciar.

Considerações finais

Este artigo pretendeu verificar empiricamente a validade do questionamento cognitivista ao ideal de definibilidade clássica. Para isso, voltamo-nos para o estudo da semântica de três verbos de separação do PB: “cortar”, “quebrar” e “rasgar”. Nossos resultados sugeriram que a crítica cognitivista está essencialmente correta, na medida em que não foi possível identificar um conjunto de propriedades necessárias e suficientes para nenhum dos três verbos, considerados todos os participantes. Ao mesmo tempo, eles sugerem essa crítica deve ser modalizada; isso porque, embora estruturas categorias aristotélicas não pareçam particularmente produtivas quando se trata de categorias lexicais, elas também não são inexistentes (neste estudo, corresponderam a cerca de 20% das categorias identificadas).

Para além disso, as respostas oferecidas pelos participantes do experimento permitiram, ainda, identificar os usos mais ou menos prototípicos dos três verbos investigados, delineando assim suas categorias radiais. Em outras palavras, foi possível constatar que diferentes verbos de separação exibem *preferências* por determinados tipos de eventos – definidos em termos de trios de propriedade semânticas – mas nunca vinculação exclusiva a um único tipo de evento (ao menos se considerada a totalidade dos participantes).

Embora estes sejam resultados interessantes, na medida em que parecem confirmar a crítica cognitivista à teoria clássica de categorização, eles também levantam um questionamento, que pode ser formulado da seguinte maneira: dado que, em muitos casos, o falante poderia recorrer ao uso prototípico de um dado verbo para descrever uma determinada cena, o que o levou a optar pelo uso não-prototípico de um *outro* verbo? A título de exemplo: no vídeo em que um ator cortava uma cenoura com as mãos, parte dos

participantes optou por descrever a cena representada com o verbo “cortar”. À luz dos os resultados apresentados aqui, isso significa que esses sujeitos preferiram o uso *prototípico* de “quebrar” em favor do uso *não-prototípico* de “cortar”. Diante dessa opção, a pergunta que se coloca só poderia ser uma: por que isso?

A busca por uma resposta a essa pergunta está, naturalmente, além dos objetivos originais deste estudo – e constituiria, é claro, um bem-vindo desdobramento dos resultados que apresentamos aqui.

Referências

BOHNEMEYER, J., BOWERMAN, M., & BROWN, P. **Cut and break clips**. In: LEVINSON, S. C.; ENFIELD, N. J. (Eds.), *Manual for the field season 2001*. Nijmegen: Max Planck Institute for Psycholinguistics, 2001. p. 90-96.

BRUGMAN, C. M. **The story of over**: polysemy, semantics, and the structure of the lexicon. University of California, Berkeley, M.A. Thesis, 1981.

COHEN, H.; LEFEBVRE, C. (Eds.). **Handbook of categorization in cognitive science**. Amsterdam, Boston: Elsevier, 2005.

GEERAERTS, D. **Words and other wonders**: papers on lexical and semantic topics. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2006.

LABOV, W. The boundaries of words and their meaning. In. BAILEY, C.; SHUY, R. (Eds.). **New ways of analysing variation in English**. Washington DC: Georgetown University Press, 1973, p. 340-373.

LAKOFF, G. **Women, fire and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LANGACKER, R.W. **Foundations of Cognitive Grammar**: theoretical prerequisites. Stanford: University Press, 1987.

MAJID, A.; BOSTER, J. S.; BOWERMAN, M. The cross-linguistic categorization of everyday events: A study of cutting and breaking. **Cognition**, v; 109, n. 2, 2008. p. 235-250.

RADDEN, G.; DIRVEN, R. **Cognitive English Grammar**. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins, 2007.

ROSCH, E. Cognitive representations of semantic categories. **Journal of Experimental Psychology**, v. 104, n. 3, 1975. p. 192-233.

TAYLOR, J. R. **Linguistic categorization: Prototypes in linguistic theory**. London, New York: Clarendon Press, Oxford University Press, 1995.

TYLER, A.; EVANS, V. Reconsidering prepositional polysemy networks: The case of over. **Language**, v. 77, n. 4, 2001. p.724-765

WITTGENSTEIN, L. **Investigações filosóficas**. Trad. Marcos G. Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 2009.

A perífrase verbal *trabalhar* + *de* + infinitivo na língua portuguesa: de finais do século XIII a meados do século XVII

Verbal periphrasis *trabalhar* + *de* + infinitive in the Portuguese language: from the end of the 13th century to the middle of the 17th century

José Barbosa Machado *

RESUMO

Pretendemos com este estudo identificar as ocorrências da perífrase *trabalhar* + *de* + infinitivo em obras que vão do português antigo (finais do século XIII) até ao português clássico (meados do século XVII), constatando a sua permanência no tempo e analisando o seu comportamento sintático e o seu valor semântico. Desenvolveremos os seguintes itens no nosso estudo: a presença da perífrase verbal no *corpus* selecionado; os tempos e modos do verbo semiauxiliar; os verbos principais presentes no segundo termo da perífrase; os pronomes pessoais clíticos dependentes quer do verbo semiauxiliar, quer dos verbos principais; alguns casos particulares, como o reforço do verbo semiauxiliar com outro verbo ou expressão verbal, o uso da perífrase sem a preposição *de* e o testemunho da sua presença no castelhano do século XV.

Palavras-chave: perífrase; conjugação perifrástica; verbo semiauxiliar; verbo trabalhar.

Recebido em 12 de maio de 2020.

Aceito em 21 de janeiro de 2021.

DOI: <http://doi.org/10.18364/rc.2022n62.483>

* Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, jleon@utad.pt,
<https://orcid.org/0000-0002-6517-8948>

ABSTRACT

With this study we intend to identify all occurrences of *traballar* + *de* + infinitive periphrasis in works ranging from the ancient Portuguese language (late 13th century) to the classical Portuguese language (mid 17th century), verifying its permanence in time and analyzing its syntactic behavior and semantic value. The following items will be developed in our study: the presence of verbal periphrasis in the selected corpus; the tenses and modes of the semi-auxiliary verb; the main verbs present in the second term of the periphrasis; the personal clitic pronouns dependent on both the semi-auxiliary verb and the main verbs; some particular cases, such as the reinforcement of the semi-auxiliary verb with another verb or verbal expression, the use of the periphrasis without the preposition *de* and the testimony of its presence in the 15th century Castilian language.

Keywords: periphrasis; periphrastic conjugation; semi-auxiliary verb; verb *traballar*.

Introdução

A sintaxe e a semântica do verbo *traballar* no português antigo e no português médio não têm sido convenientemente estudadas, em especial as perífrases formadas por este verbo, como *traballar* + *de* + infinitivo, *traballar* + *em* + infinitivo e *traballar* + *por* + infinitivo. Nenhum dos estudos por nós consultados acerca das perífrases verbais em português as refere (VÁZQUEZ CUESTA 1989; SQUARTINI 1998; BARROSO 2000; ALZAMORA 2018; etc.). Partiremos, tanto quanto sabemos, do zero.

Será objeto deste estudo a primeira perífrase referida, ou seja, *traballar* + *de* + infinitivo, que tem como significado *esforçar-se por*, *empenhar-se em*, *tratar de*.

Esta perífrase não é exclusiva da língua portuguesa. Existe no castelhano, como o comprovam, por exemplo, o texto nessa língua do *Sacramental*, redigido em 1423 por Clemente Sánchez de Vercial, cónego da catedral de León, e os *Euangelios e Epistolas con sus Exposiciones en Romãce*, traduzidos do latim por Gonzalo García de Santa María em 1484, ambas as obras publicadas em português em finais do século XV.

O *corpus* que nos serviu de base a este estudo baseia-se em três fontes digitais: o programa *Phrasis* (uma base de dados de concordâncias de textos antigos); as obras digitalizadas e publicadas pelas Edições Vercial (sobretudo os primeiros livros impressos em língua portuguesa); e o Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM) do Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa. Tendo algumas das obras sido editadas com critérios que não respeitam os documentos originais ou as cópias mais antigas conhecidas (é o caso, por exemplo, de algumas das crónicas de Gomes Eanes de Zurara), notar-se-á nos exemplos por nós apresentados neste estudo alguma disparidade de grafias. Na falta de edições mais rigorosas, utilizámos as que de momento estavam informaticamente disponíveis.

Analisaremos a perífrase de acordo com os seguintes temas: a sua presença no *corpus* selecionado; os tempos e modos do verbo semiauxiliar; os verbos principais presentes no segundo termo da perífrase; os pronomes pessoais clíticos dependentes quer do verbo semiauxiliar, quer dos verbos principais; alguns casos particulares, como o reforço do verbo semiauxiliar com outro verbo ou expressão verbal, o uso anómalo da perífrase sem a preposição *de* e o testemunho da sua presença no castelhano do século XV.

1. A presença da perífrase no *corpus*

O *corpus* selecionado vai de finais do século XIII, com a *Vida de Santos*, até à *Corte na Aldeia* de Francisco Rodrigues Lobo, obra publicada em 1619. Tendo feito uma busca minuciosa em textos anteriores, a *Vida de Santos*, baseada num manuscrito alcobacense, foi a primeira obra em que identificámos a perífrase verbal. Não significa, porém, que ela não possa ocorrer noutros textos antigos. É de crer que possa aparecer em coleções de forais e documentos notariais. O importante, porém, foi termos conseguido perceber que a perífrase já era utilizada em finais do século XIII.

A última obra do *corpus* é a *Corte na Aldeia* de Francisco Rodrigues Lobo. A partir da data em que foi publicada (1619), até 1651, ano em que foi

impresa a *Carta de Guia de Casados* de D. Francisco Manuel de Melo, que não a contém, não encontramos vestígios da perífrase em qualquer outra obra consultada.

As obras de finais do século XV e início do século XVI, excetuando a *Vita Christi* (1495), contém já poucos vestígios da perífrase, o que significa que esta estava nessa época a cair em desuso. As *Constituições* de D. Diogo de Sousa (1497), o *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama à Índia* de Álvaro Velho (início do séc. XVI) e as compilações das obras de Gil Vicente (1562 e 1586), por exemplo, não contém qualquer ocorrência. A presença significativa da perífrase na *Vita Christi* deve-se ao facto, sem dúvida, de a obra ter sido traduzida no tempo do rei D. Duarte (NASCIMENTO 1999: 578; 2001: 141), altura em que a perífrase apresenta um maior número de ocorrências, como se pode verificar quer pelas obras do próprio rei, quer pelas crónicas de Fernão Lopes.

Diríamos que a perífrase *trabalhar + de + infinitivo* teve o seu período de utilização mais intenso entre a *Crónica Geral de Espanha de 1344* e 1468, o ano em que Gomes Eanes de Zurara terminou a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. A partir desta data, o número de ocorrências começa a diminuir significativamente até desaparecer em meados do século XVII.

Na segunda metade do século XVI, Damião de Góis ainda a utiliza sete vezes na sua extensíssima *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, e Luís de Camões utiliza-a uma vez em *Os Lusíadas* e outra na “Cantiga velha” das *Rimas*.

No século XVII, tirando a *Corte na Aldeia* de Francisco Rodrigues Lobo, em que ocorre uma vez, não aparece em obras tão importantes como o *Discurso da Vida de El-Rei D. Sebastião* de D. João de Castro (1602), o *Casamento Perfeito* de Diogo de Paiva de Andrade (1630) ou a *Carta de Guia de Casados* de D. Francisco Manuel de Melo (1651), já referida. Também não identificamos nenhuma ocorrência nas coleções de sermões do Padre António Vieira.

De todas as obras consultadas, encontramos a perífrase verbal em 35, que passamos a elencar, da mais antiga para a mais recente. Utilizaremos a

sigla que vem entre parênteses para designar as diferentes obras nas citações que fizemos ao longo deste estudo.

Vidas de Santos de um manuscrito alcobacense (VS) – finais do séc. XIII: 3 ocorr.

Crónica Geral de Espanha de 1344 (CGE) – 1344: 82 ocorr.

Livro das Confissões de Martín Pérez (LC) – 1399: 3 ocorr.

A Demanda do Santo Graal (DSG) – séc. XV: 20 ocorr.

Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal (CSP) – c. 1419: 36 ocorr.

Crónica de D. Pedro I de Fernão Lopes (FLP) – séc. XV: 4 ocorr.

Crónica de D. Fernando de Fernão Lopes (FLF) – séc. XV: 40 ocorr.

Crónica de D. João I (Parte I) de Fernão Lopes (FLJ1) – séc. XV: 34 ocorr.

Crónica de D. João I (Parte II) de Fernão Lopes (FLJ2) – séc. XV: 40 ocorr.

Vida de S. Teotónio (VST) – séc. XV: 2 ocorr.

Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela de D. Duarte (DLE) – c. 1438: 5 ocorr.

Leal Conselheiro de D. Duarte (DLC) – c. 1438: 26 ocorr.

Crónica da Tomada de Ceuta de Gomes Eanes de Zurara (ZCC) – 1450: 23 ocorr.

Crónica do Descobrimento e Conquista de Guiné de Gomes Eanes de Zurara (ZCG) – 1453: 25 ocorr.

Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara (ZCP) – 1463: 19 ocorr.

Crónica do Conde D. Duarte de Meneses de Gomes Eanes de Zurara (ZCD) – 1468: 14 ocorr.

Livro das Histórias da Bíblia (LHB) – séc. XV: 12 ocorr.

Horto do Esposo (HE) – séc. XV: 30 ocorr.

Castelo Perigoso (CP) – séc. XV: 9 ocorr.

Sacramental de Clemente Sánchez de Vercial (S) – 1488: 6 ocorr.

Tratado de Confissom (TC) – 1489: 2 ocorr.

Vita Christi de Ludolfo de Saxónia (VC, I); (VC, II); (VC, III) – 1495: 95 ocorr.

História do mui Nobre Vespasiano (V) – 1496: 1 ocorr.

Evangelhos e Epístolas (EE) – 1497: 9 ocorr.

Livro de Marco Polo (LMP) – 1502: 3 ocorr.

Crónica de El-Rei D. Afonso Henriques de Duarte Galvão (CAH) – c. 1500-1550: 3 ocorr.

Crónica do Condestabre de Portugal (CCP) – 1526: 9 ocorr.

Tratado da Amizade de Duarte de Resende (TA) – 1531: 1 ocorr.

Crónica Troiana (CT) – séc. XVI: 2 ocorr.

Vida e Feitos delRei Dom João Segundo de Garcia de Resende (VFJ) – 1545: 3 ocorr.

História da Antiguidade da Cidade de Évora de André de Resende (HAE) – 1553: 1 ocorr.

Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel de Damião de Góis (CDM) – 1566-1567: 7 ocorr.

Os Lusíadas de Luís de Camões (LCL) – 1572: 1 ocorr.

Rimas de Luís de Camões (LCR) – 1595: 1 ocorr.

Corte na Aldeia de Francisco Rodrigues Lobo (CA) – 1619: 1 ocorr.

O número total de ocorrências da perífrase verbal em todas estas obras é de 572. O número de formas diferentes, ou seja, não repetidas, é de 540.

Não há uma diferença significativa entre o número de ocorrências e o número de formas diferentes. Há apenas 20 formas que se repetem no *corpus*, ou na mesma obra, ou em várias: *trabalhou de seer* (CCP, 2)¹; *trabalhousesse... de poer* (CGE, 2); *trabalhava... de tomar* (CGE; LHB); *trabalhou de tomar* (CGE; TA); *trabalhassem de fazer* (CGE; ZCC); *trabalhou de poer* (CSP; FLJ2); *trabalharom... de sse armar* (FLF; FLJ1); *trabalhou... darmar* (FLF;

1 As referências às obras do *corpus* não contêm número de página, uma vez que a fonte é digital. Sempre que à frente da sigla que identifica a obra aparecer o número 2 ou outro número superior, significa que a forma ocorre mais do que uma vez. Se a sigla não contiver qualquer número, a forma ocorre apenas uma vez.

FLJ2); *trabalhasse de fazer* (FLF; ZCG); *trabalhar de tomar* (FLJ2; CCP); *trabalhar de fazer* (S; EE); *trabalhar de saber* (ZCC; ZCG); *trabalharem de fazer* (ZCG, 2); *trabalhava... de buscar* (ZCP; VFJ); *trabalhou de aver* (CGE, 2; FLF); *trabalhou de fazer* (CGE, 3); *trabalhasse daver* (CGE; FLJ1; FLJ2); *trabalha de fazer* (CGE; DSG; HE; VC, II); *trabalhou de saber* (CSP, 2; FLJ2; HE); *trabalhou de fazer* (CCP; CGE, 3; FLF; FLJ1; HE).

As obras com o maior número de ocorrências são a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, com 82, e a *Vita Christi*, com 95. Estes valores elevados em relação aos das restantes obras do *corpus* devem-se ao facto de as duas obras referidas serem mais extensas. No entanto, a extensão do texto nem sempre explica o número de ocorrências. De facto, no *Livro das Confissões* de Martín Pérez, traduzido em finais do século XIV e em pleno período áureo do uso da perífrase, apenas identificámos 3 ocorrências. Ora a obra é a quarta mais extensa do *corpus*, depois da *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* de Damião de Góis. Os tradutores do *Livro das Confissões*, ou serviram-se de outros recursos da língua para designar a ideia de *esforçar-se por* e *empenhar-se em*, ou o texto do autor, devido ao seu conteúdo, não permitiu a sua utilização.

2. Tempos e modos do verbo semiauxiliar:

Os tempos e modos do verbo semiauxiliar *trabalhar* encontram-se assim distribuídos no *corpus* selecionado:

Tempos, modos e formas nominais	Ocorr.	Percent.	Formas dif.	Percent.
Presente do indicativo	91	15,91%	88	16,30%
Presente do conjuntivo	37	6,47%	37	6,85%
Pretérito imperfeito do indicativo	90	15,73%	88	16,30%
Pretérito imperfeito do conjuntivo	55	9,62%	51	9,44%

continua

Pretérito perfeito	181	31,64%	162	30,00%
Pretérito mais-que-perfeito	3	0,52%	3	0,56%
Futuro imperfeito	10	1,75%	10	1,85%
Condicional	19	3,32%	19	3,52%
Imperativo	13	2,27%	13	2,41%
Infinitivo pessoal	17	2,97%	16	2,96%
Infinitivo impessoal	35	6,12%	32	5,93%
Gerúndio	20	3,50%	20	3,70%
Particípio passado	1	0,17%	1	0,19%
Totais	572	100%	540	100%

O pretérito perfeito é o tempo que tem uma presença mais significativa, seguido do presente do indicativo e do pretérito imperfeito do indicativo. Os três contabilizam mais de 63% do total das ocorrências. Os restantes tempos e modos têm uma presença bastante modesta em relação aos anteriores.

Passaremos a apresentar as perífrases distribuídas de acordo com o tempo e o modo. Nos casos em que o número de perífrases é muito extenso, daremos apenas alguns exemplos.

Presente do indicativo (88 formas diferentes): *trabalha dajuntar* (DLC); *trabalha de ajudar* (VC, I); *trabalha de apanhar* (VC, II); *trabalha de arremedar* (VC, II); *trabalha de auer* (HE); *trabalha de cobrir* (DLC); *trabalha de cõprir* (VC, II); *trabalha de correger* (VC, I); *trabalha de embargar* (VC, I); *trabalha de fazer* (CGE; DSG; HE; VC, II); *trabalha de ferir* (VC, III); *trabalha de ir* (ZCC); *trabalha de o arrebatat* (VC, II); *trabalha de o auer* (VC, I); *trabalha de os derribat* (VC, II); *trabalhas de por* (CSP); *trabalhas de tomar* (CT); *trabalhase de andar* (HE); *trabalhom de teer* (DLC); *trabalhom de tomar* (DLC); etc.

Presente do conjuntivo (37): *trabalhe de buscar* (CP); *trabalhe de escoldrinhar* (ZCG); *trabalhe de fazer* (VC, I); *trabalhe de ho tomar* (FLJ2); *trabalhe de os acabar* (CSP); *trabalhe de se guardar* (DLC); *trabalhe de vingat* (CGE); *trabalhe... dhaver* (DLC); *trabalhẽ de aproueitar* (VC, I); *trabalhẽ*

de curar (VC, I); *trabalhẽ de seer* (VC, I); *trabalheis de receber* (CSP); *trabalhem de honrrar* (VC, I); *trabalhem de ssaberem* (DLE); *trabalhemonos de empetrar* (VC, III); *trabalhes de acorer* (CSP); *trabalhes de lhe fazeres* (CGE); *trabalhese de as conprir* (HE); *trabalhesse de soltar* (DLE); etc.

Pretérito imperfeito do indicativo (88): *trabalhaua de auer* (VC, I); *trabalhaua de serem* (VST); *trabalhaua de sse chegar* (VC, I); *trabalhaua de tocarlhe* (EE); *trabalhaua de veer* (EE); *trabalhauam de o derribar* (VC, II); *trabalhauam de o tirar* (VC, III); *trabalhava de lhe fazer* (CGE); *trabalhava de mandar* (ZCG); *trabalhava de o bem rreger* (FLF); *trabalhava de os esforçar* (FLF); *trabalhava de os fazer* (CSP); *trabalhava de os requerer* (FLJ2); *trabalhava de os ver* (ZCC); *trabalhavase de aver* (LHB); *trabalhavom de buscar* (FLF); *trabalhavom de os embargar* (FLJ1); etc.

Pretérito imperfeito do conjuntivo (51): *trabalhase de ser* (CSP); *trabalhasem de enquererem* (CSP); *trabalhasem de fazer* (CSP); *trabalhasem de ir* (CSP); *trabalhasem de tirar* (LHB); *trabalhasem de vir* (FLJ2); *trabalhasse dauer* (CCP); *trabalhasse daver* (CGE; FLJ1; FLJ2); *trabalhasse de a veer* (DSG); *trabalhasse de o seer* (VC, II); *trabalhasse de passar* (ZCG); *trabalhasse de se defẽder* (CGE); *trabalhasse de sse tornar* (FLJ1); *trabalhasse de viinr* (FLJ1); *trabalhassem de fazer* (CGE; ZCC); *trabalhassem de hauer* (CDM); etc.

Pretérito perfeito (162): *trabalhamos de o fazer* (CGE); *trabalhamos de saber* (CSP); *trabalhamos de vos servyr* (CGE); *trabalharaõ de lhe levar* (FLJ2); *trabalharaõ de quebrar* (FLJ2); *trabalharaõ descrever* (FLJ2); *trabalheime de entrar* (VS); *trabalhou de conquistar* (ZCG); *trabalhou de fazer* (CCP; CGE, 3; FLF; FLJ1; HE); *trabalhou de poer* (CSP; FLJ2); *trabalhou de prouer* (CDM); *trabalhou de saber* (FLJ2); *trabalhousse de embargar* (CGE); *trabalhousse de fazer* (CGE, 3); *trabalhousse de saber* (HE); etc.

Pretérito mais-que-perfeito (3): *trabalhara de combater* (FLJ2); *trabalhara de saber* (DLE); *trabalhara... de conprir* (CGE).

Futuro imperfeito do indicativo (10): *trabalharees de a cobrar* (ZCD); *trabalharees... de as trazer* (FLJ2); *trabalharei de dar* (CDM); *trabalharei de perguntar* (DSG); *trabalharei de servir* (DSG); *trabalharemos de fazer* (ZCC); *trabalharemos de... comprir* (CSP); *trabalharey... de me defender* (CGE); *trabalharmey... de ser* (VC, III); *trabalharsseham de a buscar* (CP).

Condicional (19): *trabalharia daver* (DSG); *trabalharia de a aver* (FLF); *trabalharia de a posoyr* (CSP); *trabalharia de despachar* (CDM); *trabalharia de hir* (FLF); *trabalharia de lhe daar* (FLJ2); *trabalharia de o partir* (CGE); *trabalharia de partir* (FLJ1); *trabalharia de tomar* (CGE); *trabalharia... de vingar* (FLF); *trabalhariã de matar* (CGE); *trabalhariam de fazer* (ZCC); *trabalhariam de tomar* (FLJ1); *trabalharies de o poer* (FLJ2); *trabalharya de o desservyr* (CGE); *trabalharyã... de aproueitar* (ZCD); etc.

Imperativo (13): *trabalhaae vos de leuardes* (VC, II); *trabalhaaevos daproveitar* (CP); *trabalhade de vos defender* (CGE); *trabalhades de demandades* (DSG); *trabalhadevos de irdes* (DSG); *trabalhae de os conhecer* (DLC); *trabalhae... de conhecerdes* (DLC); *trabalhai de os esconderdes* (LCR); *trabalhate de te esforçares* (VC, III); *trabalhate de te prouares* (VC, III); *trabalhate... de guardar* (VC, I); *trabalhate... de saberes* (CSP); *trabalhay de me aver* (ZCP).

Infinitivo pessoal (16): *trabalharem de... trazer* (DLE); *trabalharem de contentar* (LCL); *trabalharem de fazer* (ZCG, 2); *trabalhares de comprir* (VC, I); *trabalhares de resistir* (VC, I); *trabalharme de sentir* (DLC); *trabalharmos de as saber* (DLC); *trabalharmos de curar* (HE); *trabalharmos de guaançar* (VC, I); *trabalharmos de ressurgir* (CP); *trabalharmos de seer* (VC, III); *trabalharse de o quitar* (S); *trabalharse de saber* (DSG); *trabalharsse de veer* (FLF); etc.

Infinitivo impessoal (32): *trabalhar daver* (FLJ1); *trabalhar de a saber* (LC); *trabalhar de ajudar* (FLJ2); *trabalhar de aprender* (LC); *trabalhar de chegar* (CP); *trabalhar de conhecer* (DLC); *trabalhar de cõprehender* (VC, III); *trabalhar de fazer* (S; EE); *trabalhar de guardar* (VC, II); *trabalhar de ho defemder* (FLJ2); *trabalhar de hyr* (EE); *trabalhar de lhe fazer* (DSG);

trabalhar de lho poer (FLJ2); *trabalhar de o aver* (CP); *trabalhar de o poer* (FLJ1); *trabalhar de os ausentar* (CA); *trabalhar de poer* (FLF); *trabalhar de saber* (ZCC; ZCG); etc.

Gerúndio (20): *trabalhãdorse de acabar* (VC, III); *trabalhamdo de fugir* (FLJ1); *trabalhamdo... de poer* (FLJ1); *trabalhamdose... de aver* (ZCP); *trabalhamdose... de o deffemder* (FLJ2); *trabalhamdosse... de o querer* (FLJ1); *trabalhando de defender* (CGE); *trabalhando de viver* (DLC); *trabalhando se de o buscar* (ZCG); *trabalhando se de vir* (ZCG); *trabalhandonos de conhecer* (DLC); *trabalhandosse de servir* (CGE); *trabalhandosse... daver* (FLF); etc.

Particípio passado (1): *trabalhada de andar e perder* (ZCD).

No caso das obras de cariz religioso, o conjuntivo e o imperativo ocorrem sobretudo em contextos em que há exortações aos crentes para se esforçarem por serem bons cristãos, imitarem os santos e cumprirem os ensinamentos de Cristo e as diretrizes morais da Igreja. Nas obras de cariz histórico, como as crônicas, esses modos verbais ocorrem geralmente em contextos de exortação para tomar determinado partido ou decisão, ou esforçar-se por agradar a determinado senhor ou cumprir as suas ordens.

3. Verbos principais no segundo termo da perífrase

Os verbos do segundo termo da perífrase e a que chamamos principais vêm, na sua grande maioria, no infinitivo impessoal. Apresentamos na tabela seguinte aqueles que têm 10 ou mais formas diferentes:

Verbo	Formas dif.	Ocorrências
fazer	44	58
haver	30	34
pôr	24	26
defender	24	24

continua

saber	19	23
ser	16	17
buscar	16	17
tomar	14	17
ajuntar	11	11
ir	11	11
tirar	10	10

Na posição de verbo principal, no segundo termo da perífrase, o verbo *fazer* é o mais frequente, seguido do verbo *haver*. A presença significativa destes dois verbos deve-se à significação da própria perífrase: o esforço de fazer algo ou conseguir alguma coisa.

Passamos a apresentar as perífrases de acordo com o verbo principal:

Com o verbo *fazer* (44): *trabalha de fazer* (CGE; DSG; HE; VC, II); *trabalhã de fazer* (VC, I); *trabalha de fazer e mostrar* (CSP); *trabalha de se fazer* (VC, III); *trabalhamos de o fazer* (CGE); *trabalhandosse... de fazerem* (FLF); *trabalhar de fazer* (S; EE); *trabalhar de lhe fazer* (DSG); *trabalhar... de fazer* (VC, II); *trabalharam de fazer* (ZCC); *trabalharem de fazer* (ZCG, 2); *trabalharonsse... de lhe fazer* (CGE); *trabalharse... de fazer* (VC, II); *trabalhasem de fazer* (CSP); *trabalhasse de fazer* (FLF; ZCG); *trabalhou de se fazer* (HAE); *trabalhouse de fazer* (CGE, 3); *trabalhouse de ffazer* (VS); etc.

Com o verbo *haver* (30): *trabalha de auer* (HE); *trabalha de o auer* (VC, I); *trabalha... de auer* (HE); *trabalha... de o auer* (VC, I); *trabalhar daver* (FLJ1); *trabalhar de o aver* (CP); *trabalhar de os aver* (CSP); *trabalharia daver* (DSG); *trabalharia de a aver* (FLF); *trabalharia de aver* (CGE); *trabalhasse daver* (CCP); *trabalhasse daver* (CGE; FLJ1; FLJ2); *trabalhou daver* (CCP); *trabalhou de aver* (CGE); *trabalhou de aver treladada* (LHB); *trabalhouse de aver* (CGE, 2; FLF); etc. Numa perífrase, o verbo *haver* é seguido do particípio passado de outro verbo, e neste caso é esse o principal: *trabalhou de aver treladada* (LHB).

Com o verbo *pôr* (24): *trabalhamdo... de poer* (FLJ1); *trabalhar de lho poer* (FLJ2); *trabalhar de o poer* (FLJ1); *trabalhar de poer* (FLF); *trabalhar... de poer* (DLC); *trabalharies de o poer* (FLJ2); *trabalharon de os poer* (CGE); *trabalhas de por* (CSP); *trabalhase de ho poer* (CSP); *trabalhase de o poer* (FLJ2); *trabalhasse de o poer* (FLJ1); *trabalhassem de o poer* (FLJ2); *trabalhassem de o por* (ZCC); *trabalhava de poer* (FLF); *trabalhees de poer* (FLJ1); *trabalhou de poer* (CSP; FLJ2); *trabalhou de sse poer* (FLJ1); *trabalhou... de o poer* (FLJ1); *trabalhouse de ho por* (CSP); etc.

Com o verbo *defender* (24): *trabalhade de vos defender* (CGE); *trabalhamdose... de o deffemder* (FLJ2); *trabalhando de defender* (CGE); *trabalhar de deffemder* (FLJ1); *trabalhar de ho defemder* (FLJ2); *trabalhar de se defemder* (FLJ2); *trabalharã de se defemder* (ZCP); *trabalharonssse de o defender* (CGE); *trabalharonssse... de defender* (CGE); *trabalhasse de defender* (FLF); *trabalhasse de se defēder* (CGE); *trabalhava de deffender* (CGE); *trabalhavom de a deffēder* (FLF); *trabalhavom... de sse defender* (FLF); *trabalhou de sse deffemder* (FLJ1); *trabalhou... de se defender* (CGE); etc.

Com o verbo *saber* (19): *trabalham de saber* (VC, II); *trabalhamos de saber* (CSP); *trabalhar de a saber* (LC); *trabalhar de saber* (ZCC; ZCG); *trabalhar de saber e entēder* (VC, III); *trabalhara de saber* (DLE); *trabalharmos de as saber* (DLC); *trabalharse de saber* (DSG); *trabalhasse de o saber* (ZCG); *trabalhassē de saber* (CGE); *trabalhasse... de saber* (ZCD); *trabalhate... de saberes* (CSP); *trabalhava de saber* (DLC); *trabalhavam se de saber* (ZCC); *trabalhem de ssaberem* (DLE); *trabalhey de saber* (ZCD); *trabalhou de saber* (FLJ2); *trabalhouse de saber* (CSP, 2; FLJ2; HE); *trabalhousse de saber* (HE).

Com o verbo *ser* (16): *trabalham de ser* (ZCG); *trabalhar de seerē* (HE); *trabalhar de ser* (FLJ2); *trabalharmey... de ser* (VC, III); *trabalharmos de seer* (VC, III); *trabalhase de ser* (CSP); *trabalhasse de o seer* (VC, II); *trabalhaua de serem* (VST); *trabalhavam de ho ser* (VFJ); *trabalhavamos de seer* (DLC); *trabalhavasde de ser* (LHB); *trabalhē de seer* (VC, I); *trabalhou*

de seer (CCP, 2). Em três perífrases, o verbo *ser* é seguido do participio passado de outro verbo, e neste caso é esse o principal: *trabalhar de seer amado* (CP); *trabalhavassee... de... seerem gastadas* (FLP); *trabelhemos de seer coroados* (VC, III).

Com o verbo *buscar* (16): *trabalham de a buscar* (DSG); *trabalhando se de o buscar* (ZCG); *trabalharam... de buscar* (ZCC); *trabalharãse de buscar* (V); *trabalharom de buscar e achar* (VC, II); *trabalharsseham de a buscar* (CP); *trabalhaua... de buscar* (ZCD); *trabalhavã de buscar* (ZCP); *trabalhava... de buscar* (ZCP; VFJ); *trabalhava... de lhes buscar* (CGE); *trabalhavassee de buscar* (CGE); *trabalhavom de buscar* (FLF); *trabalhe de buscar* (CP); *trabalheime de buscar* (DSG); *trabalhou de buscar* (FLF); *trabalhou de lhe buscar* (CGE).

Com o verbo *tomar* (14): *trabalha de tomar* (VC, III); *trabalham de o tomar* (ZCG); *trabalhar de tomar* (FLJ2; CCP); *trabalharia de tomar* (CGE); *trabalhariam de tomar* (FLJ1); *trabalhas de tomar* (CT); *trabalhassee... de o tomarê* (FLJ1); *trabalhauassee de tomar* (HE); *trabalhava... de tomar* (CGE; LHB); *trabalhe de ho tomar* (FLJ2); *trabalhei de tomar* (ZCC); *trabalhey de tomar* (EE); *trabalhom de tomar* (DLC); *trabalhou de tomar* (CGE; TA).

Com o verbo *ajuntar* (11): *trabalha dajuntar* (DLC); *trabalharão de ajuntar* (ZCP); *trabalhassee dajuntar e escrever* (ZCP); *trabalhassee de as ajuntar* (ZCG); *trabalhassee de as ajuntar e escrever* (ZCC); *trabalhassee... de ajuntar e screuer* (ZCD); *trabalhassee... de se ajuntar* (ZCC); *trabalhom dajuntar* (DLC); *trabalhou dajuntar* (CGE); *trabalhou... dajuntar* (FLJ2); *trabalhou... de ajuntar* (CGE).

Com o verbo *ir* (11): *trabalha de ir* (ZCC); *trabalhadevos de irdes* (DSG); *trabalhar de hyr* (EE); *trabalharia de hir* (FLF); *trabalhasem de ir* (CSP); *trabalhassee de hir* (FLF); *trabalhasseemos... de hir* (VC, I); *trabalhou de hyr* (ZCP); *trabalhou se de o ir* (ZCC); *trabalhousse de hyr* (CGE); *trabalhousse de se yr* (CGE).

Com o verbo *tirar* (10): *trabalha de thirar* (CP); *trabalhasem de tirar* (LHB); *trabalhassee de ho tirar* (CDM); *trabalhauam de o tirar* (VC,

III); *trabalhava de tirar* (LHB); *trabalhavam de tirar* (FLJ2); *trabalhavõ de lho tirar* (CGE); *trabalhemos de a tirar* (DLC); *trabalhou de tyrar* (CGE); *trabalhousse de as tirar* (CGE).

Os verbos *comprir*, *servir* e *ver* ocorrem em 9 perífrases diferentes cada um; os verbos *guardar*, *ajudar* e *trazer* em 7; o verbo *dar* em 6; os verbos *acabar*, *andar*, *embargar* e *fugir* em 5; os verbos *chegar*, *conhecer*, *filhar*, *mandar*, *mover*, *partir*, *seguir* e *vir* em 4; os verbos *acorrer*, *aproveitar*, *armar*, *bastecer*, *correger*, *derribar*, *levar*, *matar*, *sair*, *subir* e *vingar* em 3; os verbos *alçar*, *apanhar*, *apartar*, *arremedar*, *criar*, *curar*, *desviar*, *emendar*, *entrar*, *enviar*, *escoldrinhar*, *escrever*, *esforçar*, *estorvar*, *ferir*, *livrar*, *meter*, *passar*, *perguntar*, *preeguar*, *provar*, *receber*, *requerer*, *roubar*, *salvar*, *soltar*, *ter*, *tocar*, *tolher*, *tornar* e *viver* em 2. Os restantes verbos, num total de 120 perífrases, ocorrem apenas uma vez cada um.

O segundo termo da perífrase pode conter dois ou mais verbos no infinitivo, ligados por uma conjunção coordenativa (*e*, *ou*): *trabalha de fazer e mostrar* (CSP); *trabalharomsse... de fazer tirar* (CGE); *trabalhousse... de fazer e renovar* (CGE); *trabalhar de saber e entêder* (VC, III); *trabalhasse de as ajuntar e escrever* (ZCC); *trabalhada de andar e perder* (ZCD); *trabalha te... de seguir e aremedar* (VC, II); *trabalhemonos de nos apartar e legar* (VC, I); *trabalhauã se ou de as neguar ou de as enffamar* (VC, II); etc.

Alguns verbos principais surgem flexionados no infinitivo pessoal: *trabalhae vos de leuardes* (VC, II); *trabalhadevos de irdes* (DSG); *trabalhae... de conhecerdes* (DLC); *trabalhandosse... de fazerem* (FLF); *trabalhar de seerẽ* (HE); *trabalharomsse... de guardarem* (FLF); *trabalhate de te prouares* (VC, III); *trabalhate... de saberes* (CSP); *trabalhaua de serem* (VST); *trabalhavãse... de se alçarem* (CGE); ; *trabalhavomse do defenderem* (CSP); *trabalhem de ssaberem* (DLE); *trabalhem... de fazerem* (ZCC); *trabalhes de lhe fazeres* (CGE); *trabalhades de demandardes* (DSG); *trabalhai de os esconderdes* (LCR); etc.

4. Pronomes pessoais clíticos na perífrase

Em mais de metade das perífrases (375), o verbo *trabalhar* vem conjugado com os pronomes pessoais clíticos *me*, *te*, *se*, *nos* *vos*. O número de casos de próclise (o pronome antes do verbo) é superior ao número de casos de ênclise, o que é normal para este período da língua portuguesa.

Os pronomes pessoais dependentes do verbo semiauxiliar encontram-se assim representados no *corpus*:

Pronomes	Próclise	Ênclise	Totais de cada pron.
me	15	6	21
te	6	5	11
se	211	106	317
nos	12	8	20
vos	3	3	6
Totais gerais:	247	128	375

Em todos os casos, estamos perante a conjugação pronominal reflexa: *trabalheime*, *trabalhate*, *trabalhousse*, *trabalhense*, *trabalhemos nos*, *trabalhaaevos*, etc.

O pronome encontra-se em posição proclítica quando, regra geral, o verbo *trabalhar* é antecedido de preposições (*de*, *em*), advérbios ou locuções adverbiais (*a meude*, *ante*, *assi*, *em vão*, *nom*, *nem*, *nunca*, *sempre*, *soo*, *tanto*, advérbios em *-mente*, etc.), conjunções ou locuções conjuncionais (*ainda que*, *ca*, *como*, *porque*, *por esto*, *quando*, *que*, *salvo se*, etc.), pronomes relativos (*que*, *quem*, *qual*, *quantos*), o pronome *cada huũ* e orações gerundivas.

No entanto, há casos em que a posição proclítica do pronome reflexo é aleatória: «*e se trabalha com Herodes de matar o salvador.*» (VC, I); «*e por tanto pensam estes autiuos e se trabalhã de trazer aaquello todollos que per contemplaçom querẽ seer deuotos a deus*» (VC, I); *mas ygrejas nõ sem perijgo das almas se trabalhã afficadamẽte de encorporar e multiplicar*»

(VC, II); «E muitos homens bõos *se trabalharam de a guarecer se podessem.*» (DSG); etc.

O pronome *me* em posição proclítica ocorre 15 vezes: «Outrosy nõ *me trabalhey de syguir* o caminho dos sãctos e de aqueles que dereytamente seruem a Deus» (TC); «Ja mais nom *me trabalharei de servir* Deos pois vejo que o gualardom é tal» (DSG); «en vão *me trabalharei de perguntar* como rei Artur morreu» (DSG); «mas que sempre *me trabalhei de o servir* o melhor que eu puide (FLF); «Os martires que o acompanharom forom de duas maneiras: huñs veemdo a boa emteemçom e justa querella que eu tiinha em *me trabalhar de deffemder* o rreino de seus tam mortaaes emmiigos (FLJ1); «porem me mandou sua Senhoria que *me trabalhasse de as ajuntar* e ordenar em este volume» (ZCG); etc.

O pronome *me* em posição enclítica ocorre 6 vezes: «E eu cuidey qui esto que era por rrazom da minha fraqueza porque era molher e *trabalheime de entrar* com outras molheres per muitas uezes mais todo era em uaa.» (VS); «E assi o fiz, ca eu vim ca o mais toste que pude e *trabalheime de buscar* as aventuras.» (DSG); «fuy favoravel ao dito conde por amor do iffante meu filho, com que ele andava, e *trabalheyme de os concordar*» (CSP); «*trabalhei me de lhe dar* fim o melhor que pude» (ZCG).

O pronome *te* em posição proclítica ocorre também 6 vezes: «Tãto ergo quer dizer que se nom mesture a entençom dalgũa malicia quãdo *te trabalhares de comprir* o precepto de deus.» (VC, I); «saluo se *te trabalhares de resistir* de todo aaquellas consolaçoões carnaaes que tees.» (VC, I); «tu que aa primeyra *te esforçauas e trabalhauas de o liurar* per dereyto com.» (VC, III); «e desprezando em todas as cousas, *te trabalhas de pubricamente revelar* contra ele» (CSP); «a sua muy Santa Igreja, remida pelo sangue de Christo, *te trabalhas de por* em sogeição em teus reynos» (CSP).

O pronome *te* em posição enclítica ocorre 5 vezes: «*Trabalha te* quanto podes *de seguir e aremedar* os moços paruoos:» (VC, II); «E porque tu ergo possas vencer o demo e o mûdo *trabalhate* cõ todas forças *de guardar* a virtude da humildade e da paciencia de Christo per seu exenplo.» (VC, I);

«E tu *trabalhate de te prouares* se a poderas consollar ou se saberas.» (VC, III); «faze oraçõ e *trabalhate de te esforçares* e trabalhares que o teu spiritu sea enuolto em lenço limpo de pureza e ignoscência.» (VC, III); «E *trabalhate muyto de saberes* se fazem justiça e dereyto compridamente os que estiverem em teu lugar» (CSP).

O pronome *se* em posição proclítica ocorre 211 vezes: «Entom disse a suas companhas que *se trabalhassen de andar* pera lhes passar deante se podessẽ» (CGE); «E os clerigos que *se trabalhavam de catar* as seedas da Tavola Redonda» (DSG); «e nõ *se trabalharian de guaanhar* o perdon.» (LC); «porque nom cuidou que assi trigosamente *se trabalhasse de fazer* tall entrada» (FLF); «Se por conselho ou per palaura ou per obra ou per ajuda ou per outro qualquer modo *se trabalhou de conronper* a boa fama doutrem.» (TC); «mas agora huũ soo *se trabalha de apanhar* o que Christo parte.» (VC, II); etc.

O pronome *se* em posição enclítica ocorre 106 vezes: «E aleuãtou sobre elle os couçes *trabalhandose de o abayxar* aa morte.» (VC, I); «porque os saiba e *trabalhasse de ssossacar e saber* os desejos.» (VC, I); «quando nom podem reprehêder dereitamête os dictos ou feitos dos outros *trabalthamse de enfamar* a emtençom com que fazem aquellas boas obras.» (VC, II); «e os escudeiros *trabalharãse de buscar* dôde saya tã boõ cheiro.» (V); «foron muy sanhudos poren e *trabaltharonssse de tolher* o reyno ao padre (CGE); etc.

O pronome *nos* em posição proclítica ocorre 12 vezes: Em vaão pois *nos trabalhamos de cõtar e de terminar* os ãnos que ajnda som por vijnr aaqueste mũdo» (VC, II); «nõ penssemos ã estas tẽporallidades quando millitarmos e *nos trabaltharmos de guaançar* o regno de deus.» (VC, I); «e por tal que veendo o o conhoçessemos e conhoçendoo ho amassemos e amãdo *nos trabalhassemos* cõ toda diligência *de hir* aa sua gloria.» (VC, I); «ca muyto *nos trabalhamos de o fazer rey.*» (CGE); «Muyto cõpre a nos de *nos trabaltharmos de curar* da nosa alma» (HE); etc.

O pronome *nos* em posição enclítica ocorre 8 vezes: «e nos segũdo nosso modizinho *trabalthemonos* quanto podermos *de nos conformar* a elle.»

(VC, I); «E porẽ studemonos e *trabalhemonos de nos apartar e legar* com elle tã rijamẽte que nõ possamos de ligeiro desatarmos nõ stremar delle.» (VC, I); «O primeiro nosso fundamento, comendarmos todos nossos feitos ao Senhor Deos, *trabalhandonos de seguir* sua sancta voontade» (DLC); etc.

O pronome *vos* em posição proclítica ocorre 3 vezes: «vos amoestamos per estes presentes escritos de todo em todo em remissão de vossos peccados que *vos trabalheis de receber* o nosso nobre filho» (CSP); «*vos trabalharies de o poer* em obra» (FLJ2); «e que *vos trabalheis de haver* lingua dessa gente» (ZCG).

O pronome *vos* em posição enclítica ocorre também 3 vezes: «Em quanto pẽssaaes de aproueitar *trabalhaae vos de leuardes* outros cõ vosco ã o caminho de deus e desejaae auer companha.» (VC, II); «Senhor, eu me parto de vos e vos filhade de manhã vosso caminho e *trabalhadevos de irdes* u nos avemos todos tres a ajuntar em casa do rei Pescador». (DSG); «bem vos pareçera que todos vallem mais que vos, e assi guardarees humilldade, e *trabalhaaevos daproveitar.*» (CP).

Muitos dos verbos principais são também conjugados com os pronomes pessoais *me, te, se, nos vos*, ou vêm acompanhados dos pronomes *o, a, os, as* e *lhe, lho, lha, lhos, lhas*, todos eles, exceto em dois casos, em posição proclítica, uma vez que são antecidos da preposição *de*. A distribuição é a seguinte:

Pronomes	Próclise	Ênclise
me	2	-
te	1	-
se	33	-
nos	3	-
vos	2	-
lhe(s), lha(s), lho(s)	20	1
o, a, os, as	93	1
Totais	154	2

Os pronomes *o*, *a*, *os*, *as* são os mais frequentes, com mais de metade das ocorrências.

O pronome *me* ocorre 2 vezes: «E quãdo el al quiser fazer, eu *trabalharey* a todo meu poder *de me defender*.» (CGE); «chamae Allvaro Guisado e *trabalhay de me aver* outro mouro, caa este no me parecee que diz cousa que me faça proveito.» (ZCP).

O pronome *te* ocorre 1 vez: «*Trabalha de te vingar* destes outros, ca eu te ajudarey.» (CGE).

O pronome *se* ocorre 33 vezes: dizendolhe que per si, cõ suas gentes, *se trabalhasse de se defêder*» (CGE); «*trabalhavãse* quanto podiam con seus amigos e conselheiros *de se alçarem* con o reyno e de o defender a el rey dõ Fernando.» (CGE); «E atalharõna logo e *trabalharõ de se guardar* dally en deante da cava o melhor que poderõ.» (CGE); «mas ante *trabalhou* quanto pode *de se defender* con aquelles que com elle tiinham» («e cadahuũ segundo melhor podia e auia ousança *se trabalhaua de sse chegar* mais a elle.» (VC, I); «*Trabalhense de se defender* aquelles que temẽ seer vençidos.» (VC, III); etc.

O pronome *nos* ocorre 3 vezes: «Onde Theophilo diz que quãdo o maaõ spiritu e os homẽs *se trabalhã de nos mouer* a temor ouçamos entom Christo dizête.» (VC, II); «E porẽ studemonos e *trabalhemonos de nos apartar e legar* com elle tã rijamẽte que nõ possamos de ligeiro desatarmos nẽ stremar delle.» (VC, I); «e as fõtes per que sooe de seer morta a caridade *trabalha e studa de nos legar* com remudados atilhos de caridade os quaaes ay que pouco curamos de consirar.» (VC, I).

O pronome *vos* ocorre 2 vezes: «E desque casamos cõ vossas filhas, sempre nos *trabalhamos de vos servyr* e ficamos sêpre cõvosco.» (CGE); «E vos *trabalhade de vos defender* com dereito.» (CGE).

Os pronomes *lhe*, *lhes*, *lho*, *lha*, *lhos*, *lhas* ocorrem 20 vezes: «E os frades filharom rei Bam de Maguz e levaromno a ãa camara e *trabalharomse de lhe guardar* a chaga que era mui grande.» (DSG); «Certas todo o mundo se deveria a seu poder *trabalhar de lhe fazer* onra» (DSG); «ficaron com elle e *trabalharõ de lhe fazer* serviço ben e dereitamente.»

(CGE); «e que se *trabalhava* quanto ella podya *de lhes buscar* todo mal e toda desonrra que podesse» (CGE); «*trabalhei me de lhe dar* fim o melhor que pude» (ZCG); etc.

Os pronomes *o, a, os, as* ocorrem 93 vezes: «E como quer que *trabalhou* muito *de os mudar* daquela emtemção mas nunca pode.» (CT); «e não se quer *trabalhar de a saber*» (LC); «E muitos homens bõos se *trabalharom de a guarecer* se podessem.» (DSG); «E por esto se *trabalhou de os sacar* da çidade per arte.» (CGE); «e assy se *trabalha de os derribar*» (VC, II); «e aaquelle o da o demo que se *trabalha de o auer* com pecado.» (VC, I); «E toda a gête *trabalhaua de ho tocar* por que saya delle virtude e saaraua a todos.» (EE); «tu que aa primeyra te *esforçauas e trabalhauas de o liurar* per dereyto.» (VC, III); «Quando o arcebispo vyo aquele recado do papa, *trabalhouse de ho por* em obra» (CSP); etc.

Os dois casos se ênclise no verbo principal são anómalos: «mas agora o principe deste mundo he deitado de fora: como se mostra aos xij. cap. de Johã (*trabalhaua de tocarlhe.*)» (EE); «porque elles nũca se *trabalharõ de crucificallo* se conhecerõ que era senhor da gloria» (VC, I).

Há 102 contextos em que a perífrase não vem acompanhada de qualquer pronome pessoal clítico, quer dependente do verbo semiauxiliar, quer dependente do verbo principal. Transcrevemos alguns exemplos: «propuse *de trabalhar de fazer* hũa breue copilaçom das coussas que neçesarias som aos saçerdotes que han curas de almas» (S); «O dinheiro he meu Deus e ssenpre *trabalho de enganar* pello auer.» (S); «e leixando por alimpar a fonte *trabalhamos de alimpar* os reguatos.» (VC, I); «e que não senta que escusado he *de trabalhar de cõprender* tã grãde cousa.» (VC, III); «e dally adiãte *trabalhẽ de curar:*» (VC, I); «E quanto *trabalhou* aquel phariseu *de não roubar* algũa cousa do alheo e por não seer injusto.» (VC, II); «e como qual quer peccador deue *trabalhar de fazer* pẽdẽça ã a uida presente por çiquo respeitos.» (EE); «e era ryco e *trabalhaua de veer* a Jhesu quẽ fosse» (EE); etc.

5. Casos particulares

O verbo semiauxiliar *trabalhar* surge nalguns contextos reforçado com outro verbo ou com uma expressão verbal de significado contíguo.

Identificámos cinco casos com o verbo *esforçar*, antes ou depois do verbo *trabalhar*, no mesmo tempo, modo e pessoa: *esforça e trabalha de cõprir* (VC, II); *esforçauas e trabalhauas de o liurar* (VC, III); *trabalha e esforça de subir* (HE); *trabalhaua e esforçaua de affear* (VC, II); *trabalhemos nos e esforçemos nos de vençermos* (VC, I)

Identificámos quatro casos com o verbo *estudar*, antes ou depois do verbo *trabalhar*, também no mesmo tempo, modo e pessoa: *studã e trabalhã de fazer* (VC, I); *studarmos e trabalharmos de seer* (VC, III); *trabalha e studia de nos legar* (VC, I); *trabalharmey e studarey de ser* (VC, III).

As expressões verbais que identificámos são três, todas elas diferentes, mas semanticamente próximas: *trabalha e faz prestes de o auer* (VC, I); *trabalha e toma grande cuydado de auer* (HE); *trabalhassemos e ouuessemos cuydado de fazer* (VC, I).

O verbo semiauxiliar surge nalguns contextos reforçado pelo verbo *dever*. Nestes casos, o significado não é contíguo. À ideia de esforço e de trabalho é acrescentada a ideia de dever ou obrigação. O verbo semiauxiliar vem no infinitivo. Os contextos são os seguintes: «Empero de liçêça e consentimêto do que sse confesou pode descobrir, mas *deue trabalhar de non usar* desta lyçêça» (S); «e nõ deue escarneçer delle nen gozarse de [sua] tribulaçon e afliçõ, âte *deue trabalharse de o quitar* de tristeza e cuyta que tem (S); «e como qual quer peccador *deue trabalhar de fazer* pêdêça ã a uida presente por çiquo respeitos. (EE); «E *deuêse trabalhar de seer* ã liures ãna mête e ena alma (HE).

O verbo semiauxiliar nalguns casos surge ainda reforçado pelo verbo *querer*. À ideia de esforço e de trabalho é acrescentada a ideia de volição ou intenção. O verbo semiauxiliar vem também no infinitivo. Os contextos são os seguintes: «e nõ se *quer trabalhar de a saber*» (LC);

«Elrey de Castela, depois que foy em idade comprida, *queria trabalhar de os aver*» (CSP); «*e queredosse* o meestre *trabalhar de o poer* em obra, ouve depois comsselho de o nom fazer» (FLJ1); «ao quall fallou da maginaçõ que cuidada tiinha, e como sse *queria trabalhar daver* chaves feitiças pera abrir as portas de noite» (FLJ1); «*e queredose trabalhar de lho poer* mamdou Lopo Guomez mover preitesia a el Rey per Guonçalo Lopez de Guoiãis» (FLJ2); «Outros se *queriam trabalhar de saber* o numero da frota» (ZCC); «aquelles que nõ *querem trabalhar de saber e entêder*» (VC, III).

Há 38 casos no *corpus* selecionado em que a perífrase surge de forma anómala sem a preposição *de* entre o verbo semiauxiliar e o verbo principal (*trabalhar + infinitivo*, em vez de *trabalhar + de + infinitivo*). Transcrevemos alguns exemplos: *trabalha chegar* (VC, I); *trabalha combater* (CP); *trabalha correger* (VC, I); *trabalha fazer* (VC, II; VC, III); *trabalhã gaanhar* (HE); *trabalhã seer* (VC, I); *trabalha toruar* (VC, I); *trabalham buscar* (VC, II); *trabalhar trazer* (DLC); *trabalharam poer* (ZCG); *trabalharam trazer* (ZCC); *trabalharia remedear* (VFJ); *trabalharom escusarsse* (CGE); *trabalhase saber* (CSP); *trabalhasse chegar* (ZCD); *trabalhemos aver* (CGE); *trabalhemos... requerer* (CP); *trabalhese fazer* (DLC); *trabalhou reformar e ensinar* (VC, II).

Nos contextos em que o verbo principal vem imediatamente depois do verbo semiauxiliar, não há explicação sintática ou fonética para a ausência da preposição. Nos restantes, talvez a interpolação de palavras e expressões entre os dois verbos possa causar o fenómeno: *trabalhasse* mui verdadeiramente *saber* (ZCG); *trabalhassem* com maduro consselho *saber* (FLF); *trabalhaua* muyto *falar* (ZCD); *trabalhava*, com sua prudência, me *fazer* (TA); *trabalhe* primeiro *auer* (VC, I); *trabalhem* cada dia *hordenar* (CP); *trabalhemonos* ajnda ainda em todas cousas *dar* (DLC); *trabalhemonos* ajnda ã todas cousas *dar* (VC, I); *trabalhemos* devotamente e cõ viveza *requerer* (CP); *trabalho* sempre *viver* (DLC).

A sintaxe destas perífrases é semelhante à que que descrevemos nas perífrases com preposição, exceto no facto de o verbo principal não vir acompanhado de pronomes clíticos. Há apenas um caso que foge a este uso e que ocorre no *Tratado da Amizade*: «porque *trabalhava*, com sua prudência, *me fazer* mais prudente.» (TA).

Como referimos na introdução, a perífrase verbal *traballar* + *de* + infinitivo não era exclusiva do português. Ocorria também no castelhano. Um dos testemunhos do seu uso nessa língua é o *Sacramental* (1423) de Clemente Sánchez de Vercial. Esta obra foi traduzida para português e impressa em finais do século XV. No texto português, a perífrase ocorre seis vezes. Comparando as passagens correspondentes do texto castelhano com as passagens da versão portuguesa, verificamos que as desta são a tradução à letra das primeiras. Na tabela seguinte colocamos em confronto as passagens da edição de Sevilha de 1477 e as da edição de Chaves de 1488:

<i>Sacramental</i> (Sevilha, 1477)	<i>Sacramental</i> (Chaves, 1488)
propuse de <i>traballar de fazer</i> hũa breue copilaçom das coussas que neçesarias som aos saçerdotes (Prólogo)	propuse de <i>traballar de fazer</i> hũa breue copilaçom das coussas que neçesarias som aos saçerdotes (Prólogo)
El dinero es my dios e sienpre <i>trabajo de enganar</i> por lo auer (Livro I, tit. xxxij)	O dinheiro he meu Deus e ssenpre <i>trabalho de enganar</i> pello auer (Livro I, tit. xxxij)
ante deue <i>trabajarse dele tirar</i> de tristeza e cuyta que tiene (Livro I, tit. lxxv)	ãte deue <i>trabalharse de o quitar</i> de tristeza e cuyta que tem (Livro I, tit. lxxv)
el qual se <i>trabaja de perder e destruyr</i> aquellos (Livro II, tit. lxxij)	o qual se <i>trabalha de perder e destroyr</i> aaquelles (Livro II, tit. lxxij)
por pobreza <i>trabaje de non poder</i> criar los fijos (Livro III, tit. xlviij)	por pobreza <i>trabalhey de ão poder</i> criar os filhos (Livro III, tit. xlviij)
deue <i>trabajar de ão vsar</i> desta licencia (Livro III, tit. cxij)	deue <i>traballar de non usar</i> desta lyçẽça (Livro III, tit. cxij)

Estas são provas de que a perífrase era também um recurso linguístico do castelhano no século XV. Desconhecemos a extensão do seu uso noutras obras e a sua permanência ao longo do tempo.²

Conclusão

A perífrase verbal *traballar* + *de* + infinitivo é uma das muitas manifestações linguísticas ainda não suficientemente estudadas do português antigo. Sempre que a lemos nalgum texto, soa-nos a algo antiquado e desusado. No entanto, entre finais do século XIII e finais do século XV, era um dos recursos linguísticos que os portugueses tinham ao seu dispor quando pretendiam sublinhar a necessidade de se esforçarem ou empenharem a fazer ou a conseguir algo.

Embora permaneçam vestígios nalgumas obras ao longo do século XVI e início do século XVII, a perífrase foi certamente relegada como um arcaísmo, não tendo sido possível da nossa parte possível encontrar testemunhos escritos a partir de meados do século XVII que comprovem a sua permanência na língua portuguesa.

Pudemos constatar, através da análise comparativa de duas obras do *corpus* publicadas em português e castelhano, que a perífrase era também utilizada no castelhano, com a mesma estrutura sintática e o mesmo valor semântico que tem na língua portuguesa.

Ficaram de fora deste estudo as perífrases *traballar* + *em* + infinitivo e *traballar* + *por* + infinitivo, que merecerão tratamento à parte.

2 Encontrámos testemunhos da sua presença, por exemplo, em *Las Quatro Partes Enteras de la Cronica de España* de Afonso X: «por la bôdad del Imperador que se *trabajaua de mejorar* el estado del Imperio» (1604: 147); e no *Memorial de la Vida Cristiana* (1565) de Frei Luis de Granada: «para que vea el que *trabaja de hacer* la voluntad de Dios» (1818: 509).

Referências bibliográficas

Obras do corpus:

Corpus Informatizado do Português Medieval (CIPM)

Phrasis, versão 2.2. Projecto Vercial, 2009.

Obras Integrais de Autores Portugueses, Edições Vercial, 2020.

Outras referências:

ALZAMORA, Helena Isabel. **As Perífrases Verbais no Português Europeu Contemporâneo**. Universidade Nova de Lisboa / Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Tese de doutoramento, 2018.

BARROSO, Henrique. Das perífrases verbais como instrumento expressivo privilegiado das categorias de natureza temporo-aspectual e simplesmente aspectual no sistema verbal do português de hoje. In: Gärtner, Eberhard, Hundt, Christine, Schönberger, Axel (Eds.). **Estudos de Gramática Portuguesa (III)**. Frankfurt am Main: TFM, p. 91-103, 2000.

Euangelios e Epistolas con sus Exposiciones en Romãce. Salamanca. Incunábulo 31:278 existente na Biblioteca da Universidade de Upsala, Suécia, 1493.

GRANADA, Frei Luis de. Memorial de la vida cristiana. In: **Obras del V.P.M. fray Luis de Granada**. Madrid: Imprenta de la Publicidad, 1818.

Las quatro partes enteras de la cronica de España. Valladolid: Sebastian de Cañas, 1604.

NASCIMENTO, Aires Augusto. A tradução portuguesa da *Vita Christi* de Ludolfo da Saxonia: obra de príncipes em “serviço de Nosso Senhor e proveito comum”. **Didaskalia**, n. XXIX, p. 563-587, 1999.

_____. *A Vita Christi* de Ludolfo de Saxónia, em português: percursos da tradução e seu presumível responsável. **Euphrosyne**, n. 29, p. 125-142, 2001.

SQUARTINI, M. Motion periphrases in the other romance languages. In: **Verbal Periphrases in Romance: Aspect, Actionality, and Grammaticalization**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, p. 249-289, 1998.

VÁZQUEZ CUESTA, Pilar e Maria Albertina Mendes da Luz. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Edições 70, 1989.

VERCIAL, Clemente Sánchez de. **Sacramental**. Incunábulo impresso em Sevilha por Anton Martinez, Bartolomé Segura e Alfonso del Puerto. Cópia existente na Real Biblioteca del Monasterio de San Lorenzo de El Escorial, Madrid (Inc. 71-VII-27), 1477.

Propriedades coesivas e semânticas da construção complexa [com isso]_{conector} à luz da linguística funcional centrada no uso

Cohesive and semantic properties of the complex construction [com isso]_{conector} in the light of cognitive-functional linguistics

Monclar Guimarães Lopes*

Simone Josefa da Silva**

RESUMO

[com isso]_{conector} é uma construção complexa que atua na articulação de orações, períodos e parágrafos. Apresenta uma dupla função coesiva, já que é um mecanismo de sequenciação e referenciação. De um lado, a preposição com estabelece uma relação temporal, lógico-semântica ou discursivo-argumentativa entre diferentes unidades discursivas; de outro, o pronomes demonstrativo isso encapsula porções precedentes de texto. Além disso, [com isso]conector é polifuncional – uma vez que pode exercer a função de sequenciador ou conector – e polissêmico – já que pode assumir valores semânticos de tempo, consequência, conclusão e elaboração. Os dados apresentados são descritos qualitativamente à luz da Linguística Funcional Centrada no Uso (cf. CUNHA et al., 2013; OLIVEIRA e ROSÁRIO, 2016, entre outros), em diálogo com estudos da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 2004), da Pragmática (SWEETSER, 1990) e da Linguística de Texto (cf. KOCH, 2003; FÁVERO, 2004).

Palavras-chave: Construção complexa [com isso]. Relações coesivas. Linguística Funcional Centrada no Uso.

Recebido em 30 de junho de 2021.

Aceito em 4 de agosto de 2021.

DOI: <http://doi.org/10.18364/rc.2022n62.521>

* Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense, monclarlopes@id.uff.br, Orcid: 0000-0002-6238-958X.

** Mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, simone.irmaos@gmail.com, Orcid: 0000-0001-9574-9951.

ABSTRACT

[com isso]_{connector} is a complex construction that acts in the articulation of clauses, periods and paragraphs. It has a double cohesive function, since it is a sequencing and referencing mechanism. On the one hand, the preposition *com* establishes a temporal, logical-semantic or discursive-argumentative relationship between different discursive units; on the other, the demonstrative pronoun *isso* encapsulates preceding portions of text. In addition, it is a polyfunctional construction – since it can act as a sequencer or a connector – and polysemic – since it can assume semantic values of *time*, *consequence*, *conclusion* and *elaboration*. The tokens are described qualitatively in the light of Cognitive-Functional Linguistics (cf. CUNHA *et al.*, 2013; OLIVEIRA and ROSÁRIO, 2016, among other), in dialogue with studies of Systemic Functional Linguistics (HALLIDAY, 2004), Pragmatics (SWEETSER, 1990) and Text Linguistics (cf. KOCH, 2003; FÁVERO, 2004).

Keywords: The complex construction [com isso]. Cohesive relations. Cognitive-Functional Linguistics.

Considerações iniciais

A base de dados *Now*, disponível no site *O Corpus do Português* (www.corpusdoportugues.org), é um extenso banco de dados linguísticos de uso do século XXI, que conta com mais de 1 bilhão de palavras. Nele, a sequência *com isso* apresenta 94.911 ocorrências, dentre as quais 59.430 aparecem no contexto da conexão, assim distribuídas: 16.068 na articulação oracional; 33.793 na articulação interperíodo; 9.569 na articulação interparágrafo¹. Com base nessas informações iniciais, podemos observar que *com isso* é uma construção produtiva e convencional na conexão (supra)oracional do português, muito embora ainda haja pouca descrição a seu respeito na literatura linguística. Vale ressaltar que *com isso* também é empregado como complemento oblíquo ou adjunto adverbial em orações. Por esse motivo, para fazermos referência genérica a *com isso* no contexto da conexão, daqui por

1 Análise feita eletronicamente no *corpus*, com base nas propriedades morfossintáticas de cada tipo de conexão.

diante, empregaremos o termo “conector”, subscrito, como ocorre na notação [com isso]_{conector}. Por sua vez, para fazermos referência a uma ocorrência específica da construção, empregaremos a expressão em itálico e sem colchetes – *com isso*. Como ilustração, seguem alguns dados:

(01) A primeira prova do fim de semana foi disputada no fim da tarde de sábado. Sérgio, após uma largada, pulou para o sexto lugar, mas, ainda, na primeira curva, voltou ao sétimo posto, ao evitar um toque no concorrente à sua frente. Em uma prova muito bem planejada, o piloto foi rápido nos primeiros giros e, **com isso**, não demorou a atacar seus adversários. (Disponível em: http://www.jornaldasavassi.com.br/ver_noticia/7211-Sergio_Sette_leva_Brasil_ao_alto_do_podio_na_Austria.html - Acesso em 10 de outubro de 2020).

(02) Em parte, isso acontece graças à taxa de atualização da imagem de 120Hz. Isso, aliás, é positivo também para quem joga games, que terá mais velocidade de imagem do que em modelos de 60 Hz.

Se a sua reclamação em relação a TVs 4K é a ausência de conteúdos compatíveis, as fabricantes desenvolvem há anos uma tecnologia chamada upscaling. Ela faz uma melhoria automática da imagem, que a torna superior ao padrão Full HD. **Com isso**, a experiência de ver até mesmo TV aberta em um modelo 4K é melhor do que em um Full HD e isso pode ser notado com facilidade pelos consumidores. (Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/review-qlcd-tv-q80-reune-melhores-recursos-de-imagem-em-app-da-apple/> - Acesso em 10 de outubro de 2020).

(03) E para integrar os intérpretes de Libras no vídeo foi necessário um trabalho de um mês e meio, pois tudo foi analisado pela instrutora de Libras, Maria Elisa Galvão, para o direcionamento correto do vídeo produzido.

Com isso, os alunos assistiram a um material que traz curiosidade sobre o campeonato mundial, como a criação da logomarca oficial para o Brasil e também a produção de vídeo da Fuleco, mascote oficial da Copa do Mundo 2014. (Disponível em: <https://www.vidamaislivre.com.br/2014/06/17/prefeitura-de-guaruja-sp-adapta-material-sobre-a-copa-para-alunos-surdos-do-municipio/> - Acesso em 10 de outubro de 2020).

Nas ocorrências (01) a (03), temos, respectivamente, exemplos em que [com isso]_{conector} atua na articulação de orações, períodos e parágrafos. Além dos diferentes níveis de conexão, há outros aspectos particulares sobre essa construção que destacamos neste estudo:

a. é um mecanismo híbrido de coesão, pois atua tanto na coesão sequencial quanto na referencial. Isso ocorre porque a preposição “com” é um elemento que promove a progressão textual por meio do encadeamento temporal, lógico-semântico ou discursivo-argumentativo; o pronome demonstrativo “isso”, por sua vez, encapsula porção precedente de texto. Como podemos notar, “isso” encapsula uma oração em (01) – *o piloto foi rápido nos primeiros giros* –, um período em (02) – *Ela faz uma melhoria ... ao padrão Full HD* –, e um parágrafo em (03) – *E para integrar... do video produzido*.

b. é polifuncional. Pode exercer a função de sequenciador, como em (03), quando apenas relaciona fatos temporalmente em sequência. Também pode exercer a função de conector, quando estabelece, entre unidades discursivas², relações lógico-semânticas, como consequência em (01), ou discursivo-argumentativas, como conclusão em (02).

c. é polissêmica. Na função de conector, encadeia relações de consequência (01), conclusão (02) e elaboração³ – veremos um exemplo deste último tipo em (04). Tais propriedades semânticas correspondem aos três domínios em que se manifesta a noção da causalidade, segundo Sweetser (1990): a) domínio do conteúdo, como a relação de consequência em (01); b) domínio epistêmico, como a relação de conclusão em (02); c) domínio do ato de fala, como a relação estabelecida em (04), abaixo, em que [com isso]_{conector} inicia um período que serve de justificativa a um ato ilocucionário assertivo.

2 Empregamos a expressão “unidade discursiva” para fazer referência às diferentes porções textuais que podem ser encadeadas pelo sequenciador/conector: orações, períodos ou parágrafos.

3 O termo “elaboração” é baseado em Halliday (2004) e será explorado com mais profundidade na próxima seção deste artigo.

(04) Há já alguns anos que nos dedicamos a reabilitar imóveis históricos que estavam degradados, dando-lhes uma nova utilização e uma nova vida. **Com isso**, queremos contribuir para manter a nossa história e valorizar o nosso patrimônio, porque o futuro do turismo e do país dependem disso, do que nos diferencia. (Disponível em: <http://www.mundolusiada.com.br/turismo/grupo-portugues-abre-hotel-em-predio-historico-de-elvas/> - Acesso em 10 de outubro de 2020).

No intuito de descrever mais detidamente as propriedades coesivas e semânticas de [com isso]_{conector}, dividimos este artigo em seis seções. Além destas considerações iniciais, há: pressupostos teóricos, procedimentos metodológicos, análise de dados, considerações finais e referências.

1. Pressupostos teóricos

A Linguística Funcional Centrada no Uso – LFCU – (cf. BYBEE, 2010; CUNHA et al., 2013; TRAUGOTT e TROUSDALE, 2013; HILPERT, 2014; OLIVEIRA e ROSÁRIO, 2016; DIESSEL, 2019; entre outros) é um modelo que busca descrever a gramática das línguas naturais com base em dados empíricos do uso linguístico. Concebe a gramática como uma estrutura emergente, constantemente suscetível à variação e mudança e, por isso, adota uma metodologia de análise que nos possibilita, dentre outras coisas, descrever a polissemia e a polifuncionalidade das construções linguísticas.

Por trabalhar com a perspectiva construcional da gramática – em que se buscam descrever as construções de maneira holística, dando conta das propriedades tanto formais (fonologia e morfossintaxe) quanto funcionais (semântica, pragmática e discurso) – e por empregar o método misto em suas análises (cf. LACERDA, 2016) – em que se busca uma generalização dos usos linguísticos por meio de uma extensiva análise de dados –, é um modelo adequado à descrição dos usos de [com isso]_{conector} no português brasileiro.

Como vimos anteriormente, no domínio da conexão, [com isso]_{conector} pode ser um sequenciador – quando apenas promove o encadeamento

temporal de unidades discursivas – ou um conector – quando estabelece relações lógico-semânticas ou discursivo-argumentativas. A categorização adotada para suas funções advém tanto dos estudos do Funcionalismo Norte-Americano (cf. HEINE, CLAUDI e HÜNNEMEYER, 1991) quanto da descrição dos tipos de sequenciação por conexão na Linguística de Texto (cf. KOCH, 2003; FÁVERO, 2004).

De um lado, a opção pelo termo sequenciador se deve à escala de abstratização da gramaticalização proposto por Heine, Claudi e Hünнемeyer (1991). Os autores, com base em diversos estudos diacrônicos em gramaticalização, observam uma trajetória unidirecional da mudança – o *cline* espaço → tempo → texto –, que prevê que elementos temporais surgem da reconfiguração de termos anteriormente pertencentes ao domínio espacial e, por sua vez, relações textuais (como causa, conclusão, consequência, etc.) advêm da abstratização de elementos temporais. Sendo assim, no intuito de manter a diferença conceptual entre tempo e as outras relações textuais, optamos por categorizar [com isso]_{conector} como *sequenciador* quando ele estabelece somente uma relação temporal entre unidades discursivas. Inclusive, há estudos funcionalistas que reservam o termo *sequenciador* (cf. BARRETO e FREITAG, 2009) ou *conector sequenciador* (cf. ANDRADE, 2011; SILVA, 2013) especificamente a elementos que promovem a progressão temporal entre unidades discursivas. Não obstante, não buscamos negar com isso, em absoluto, que o sequenciador seja um tipo de conector, uma vez que, assim como as outras relações textuais, há também um encadeamento entre unidades discursivas nesse caso. Apenas optamos por resguardar o termo “conector” a relações textuais mais abstratas, como as lógico-semânticas e as discursivo-argumentativas. Vale ressaltar que Fávero (2004), sob a perspectiva da Linguística do Texto, também propõe uma divisão entre a sequenciação temporal e a sequenciação por conexão.

De outro, a divisão dos conectores em lógico-semânticos e discursivo-argumentativos é tratada em Koch (2002, 2003), com base nas pesquisas de Ducrot (1980). Nessa perspectiva, as relações discursivo-argumentativas

se diferenciam das lógico-semânticas porque encadeiam atos de fala. Têm o objetivo de orientar a interpretação do ouvinte/leitor para determinadas conclusões, de acordo com a intenção comunicativa do falante/escritor.

O valor consecutivo pode ser considerado um valor lógico-semântico em virtude de sua natureza factual. Segundo Sweetser (1990), esse tipo de relação pertence ao domínio do conteúdo, em que a relação entre unidades discursivas independe do ponto de vista do falante. Trata-se, portanto, de uma relação implicativa lógica. Por isso que, na ocorrência (01), apresentada nas considerações iniciais deste texto, identificamos uma relação de consequência: o aumento da aceleração do carro do piloto, em velocidade superior à de seus adversários, leva à ultrapassagem. Não se trata, no caso, de uma inferência ou da opinião do enunciador.

Já a relação conclusiva é menos factual. De acordo com Marques e Pezzatti (2015), em tal valor semântico, há um raciocínio inferencial lógico, em que uma conclusão (Q) é derivada de duas premissas, uma explícita (P1) e outra implícita (P2). Essa noção de inferência também é tratada por Sweetser (1990), para quem a essa categoria pertence ao domínio epistêmico. Na ocorrência (02), podemos identificar uma premissa explícita (*ela faz uma melhoria automática da imagem, que a torna superior ao padrão Full HD*), inferir uma premissa implícita (o consumidor busca uma TV que tenha a melhor qualidade de imagem) e reconhecer a conclusão (*os consumidores notam facilmente a superioridade das TVs 4K em relação ao modelo Full HD*).

Por sua vez, a última relação está associada ao domínio do ato de fala. Segundo Sweetser (1990), nesse tipo de conexão, um enunciado se liga a outro no nível do ato de fala. Sob essa ótica, em (04), temos um ato ilocucionário assertivo, isto é, um ato de fala que o locutor realiza pela pronúncia de um enunciado que implica um certo comprometimento com o valor relativo de verdade/falsidade. Pode ser assim considerado porque, numa situação de comunicação, tendemos a pressupor que as declarações feitas pelo falante são verídicas. A unidade discursiva iniciada por [com isso]_{conector}, nesse caso,

é uma elaboração porque traz informações adicionais sobre a asseveração apresentada.

O termo elaboração foi escolhido porque, no domínio de ato de fala, observamos que o conector complexo em estudo corresponde ao nível de articulação a que Halliday (2004) chama de expansão por elaboração. Segundo o autor, a elaboração está relacionada a uma relação de igualdade, no plano do conteúdo, entre as duas unidades de informação. Por isso, adota a notação $1=2$ em sua representação. Além disso, a elaboração é uma macrocategoria semântica que comporta outras três mais específicas, a saber: a exposição, a exemplificação e o esclarecimento. Em (04), observamos uma estratégia de esclarecimento, na medida em que o objetivo do período iniciado por [com isso] é de apresentar uma paráfrase e uma justificativa para a asserção do primeiro período.

É importante frisar que as categorias da Linguística de Texto são empregadas nesta pesquisa não somente na classificação dos conectores lógico-semânticos e discursivo-argumentativos. Também nos interessa observar os diferentes níveis de articulação (supra)oracional, sobretudo porque temos notado uma relação entre a posição do conector e a porção de texto encapsulada pelo pronome demonstrativo *isso*. A conexão oracional tem um escopo remissivo menor que a conexão supraoracional. Nesta última, ainda, a conexão interperíodo tem escopo menor que a interparágrafo. Ilustraremos esse aspecto melhor na seção dedicada à análise dos dados.

2. Procedimentos metodológicos

Para o levantamento de nossos dados, escolhemos a base de dados *Now do Corpus do Português*. Trata-se de um *corpus* bastante extenso – com mais de 1 bilhão de palavras –, constituído por gêneros midiáticos em seqüências predominantemente narrativas, expositivas e argumentativas.

Segundo Berber-Sardinha (2004), quanto mais extenso é um *corpus*, mais representativo ele é da língua e da variedade que ele busca descrever.

Sendo assim, a elevada frequência de ocorrência de [com isso]_{conector} em uma extensa quantidade de dados deve servir de indicio plausível de sua convencionalidade linguística. Conforme afirmamos previamente, das 94.911 ocorrências da sequência de palavras *com isso* na base de dados *Now*, 59.430 são conectores.

Para este trabalho, analisamos 181 ocorrências da sequência *com isso*, dentre as quais descartamos 81 dados – 08 porque eram dados em duplicidade; 22 porque eram dados ambíguos, sobre os quais falaremos na análise dos dados; 51 porque não pertenciam ao domínio da conexão. Nesses últimos casos, *com isso* era um complemento oblíquo ou adjunto adverbial. Cada ocorrência foi submetida a uma série de fatores de análise, distribuídos pelas propriedades construcionais, a saber:

2.1 Plano da forma:

a) Propriedades fonológicas: [com isso]_{conector} está sempre margeado por pausa (ponto, vírgula ou ponto-e-vírgula), o que pode pressupor saliência entoacional? [com isso]_{conector} é uma estrutura altamente vinculada e, por isso, constitui um vocábulo fonológico?

b) Propriedades morfológicas: a que categoria pertence a sequência *com isso*? É complemento oblíquo, adjunto adverbial, sequenciador ou conector?

c) Propriedades sintáticas: em que posições o conector se apresenta no texto? Que unidades discursivas conecta (orações, períodos ou parágrafos)? Há alguma relação entre a posição do conector e a porção do texto encapsulada pelo pronome demonstrativo *isso*?

2.2 Plano da função:

d) Propriedades semânticas: quais são as funções semânticas de [com isso]_{conector}: tempo, conclusão, consequência ou elaboração? Ou algum outro?

e) Propriedades pragmáticas: de que forma os elementos co(n)textuais colaboram para a identificação da polifuncionalidade e da polissemia de [com isso]_{conector}? Há compatibilidade entre os usos consecutivos, conclusivos e elaborativos com as noções de domínio de conteúdo, domínio epistêmico e domínio de ato de fala, conforme aponta Sweetser (1990) para o tratamento das relações causais?

f) Propriedades discursivo-funcionais: em todas as ocorrências de [com isso]_{conector}, observamos a presença de uma coesão híbrida – tanto referencial quanto sequencial? Quais as sequências tipológicas predominantes em que a construção se apresenta?

3. Análise dos dados

Dos 181 dados analisados da sequência *com isso*, 100 são conectores. Abaixo segue a distribuição das ocorrências por função e valor semântico:

Quadro 1. Distribuição funcional e semântica de [com isso]_{conector}.

FUNÇÃO	VALOR SEMÂNTICO			
	Tempo	Consequência	Conclusão	Elaboração
Sequenciador	13			
Conector lógico-semântico		50		
Conector discursivo-argumentativo			27	10 ⁴
TOTAL	100 ocorrências			

Fonte: Autoria própria.

4 Halliday (2004) considera que a expansão por elaboração é uma propriedade do tipo lógico-semântico. Isso ocorre porque, em sua teoria, todas as relações textuais estão neste nível (não há divisão entre tipo lógico-semântico e discursivo-argumentativo, como na Linguística do Texto). Aqui, optamos por incluir essa categoria no tipo discursivo-argumentativo porque encadeia um ato de fala, um aspecto essencial dos conectores discursivo-argumentativos.

Como é possível verificar nos dados analisados, o valor consecutivo é bem mais frequente que os demais, equivalendo a 50% de todas as ocorrências. Vale ressaltar que o Autor (2019), ao investigar 100 ocorrências de [por isso]_{conector} na mesma base de dados – uma construção que também estabelece relações de conclusão e consequência –, identificou a seguinte distribuição: 13 ocorrências de valor consecutivo; 40 de valor conclusivo e 47 apresentando outras noções semânticas. Defendemos que esses dados evidenciam que, embora [com isso]_{conector} e [por isso]_{conector} possam ser consideradas construções alternantes⁵ em certos contextos, cada uma se especializa em um tipo de relação: [com isso]_{conector} é mais frequente em sequências narrativas e expositivas e promove prioritariamente relações de consequência; [por isso]_{conector} é mais frequente em sequências argumentativas e promove prioritariamente relações de conclusão.

No intuito de organizar melhor esta seção, dividimo-la em seis partes. Nas quatro primeiras, tratamos mais detidamente das funções e dos valores semânticos expressos no quadro 1. Na penúltima, exploramos o processo coesivo híbrido estabelecido por [com isso]_{conector} e, na última, apresentamos as generalizações das propriedades construcionais a que chegamos por meio de nossa investigação.

3.1. A função *sequenciador*

Apoiados em Barreto e Freitag (2009) e em outros estudos relacionados, optamos por empregar o termo *sequenciador* para fazer referência às situações em que [com isso]_{conector} promove a progressão temporal entre unidades discursivas. De acordo com Barreto e Freitag (2009, p. 1), “as estratégias de sequenciação são responsáveis por indicar que uma nova informação será introduzida em continuidade com informações já dadas, estabelecendo uma

5 A noção de alternância ou variação construcional – em que duas ou mais construções são vistas como intercambiáveis em determinados contextos de uso – é tratada por alguns autores construcionistas, como Cappelle (2006), Hilpert (2014) e Perek (2015).

relação entre um enunciado passado e um futuro.” Vejamos, como ilustração, duas ocorrências:

(05) A equipe fazia fiscalização de rotina pelo local, quando abordou o homem, que guiava uma motocicleta. Os policiais notaram que ele aparentava estar embriagado e o convidaram a fazer o teste do bafômetro, que teve como resultado a presença de 0,41 miligrama de álcool por litro de ar alveolar.

Levado ao plantão policial, o tratorista confessou que havia ingerido uma lata de cerveja e que não era habilitado para conduzir veículos. Ele concordou em fornecer sangue para exame de dosagem alcoólica. Com isso, após ser ouvido, o homem foi liberado. A moto foi entregue a uma pessoa indicada pelo acusado. (Disponível em: www.folhadaregiao.com.br/regi%C3%A3o/tratorista-sem-cnh-%C3%A90-detido-em-pra%C3%A7a-de-ped%C3%A1gio-por-embriaguez-1.379919 – Acesso em 10 de outubro de 2020.

(06) A primeira cobrança do Chile é de Vidal, que bate com violência no ângulo para empatar. Cardona cobra colocado para colocar novamente a seleção colombiana em vantagem. Pelo Chile, Vargas chuta com força para vencer Ospina. O terceiro colombiano é Cuadrado, que chuta colocado para fazer o seu. O volante Pulgar bate no centro e empata para o Chile. Na quarta cobrança da Colômbia, Mina faz o seu. Chega então Aránguiz, que não desperdiça. Na quinta cobrança da Colômbia Tesillo bate para fora. **Com isso**, Alexis Sánchez sobra com muita categoria para classificar o Chile para a semifinal da Copa América.

Em (05), temos uma notícia em que predomina a sequência narrativa. Como sabemos, os textos predominantemente narrativos se caracterizam, dentre outras coisas, pela progressão de ações no tempo. É exatamente o que observamos no encadeamento das ações: primeiro, os policiais pararam o motociclista; depois, convidaram-no para fazer o teste do bafômetro e constataram o teor alcoólico no sangue; por fim, liberaram-no. Observamos que *com isso*, nessa ocorrência, apenas promove a sequenciação de ações, que caminha para seu desfecho. Sob esse ponto de vista, o sequenciador indica

que há uma relação entre os elementos temporalmente encadeados: “o que vem depois no discurso tem a ver com o que vem antes”⁶

Em (06), temos outra sequência narrativa, em que se conta no presente do indicativo uma partida de futebol. De acordo com Platão e Fiorin (2001), narrar o passado por meio de estruturas do presente é uma estratégia que visa a construir a história de um modo impressionístico, como se a ação se desenvolvesse à medida que lemos o texto. Nesse trecho, observamos que *com isso* também promove o encadeamento temporal, mais especificamente, o desfecho da narrativa.

Nas 13 ocorrências a que atribuímos inequivocamente a [com isso] _{conector} a função de sequenciador, tivemos contextos análogos aos apresentados em (05) e (06), isto é, sequências narrativas em que *com isso* encaminha temporalmente o fim da narrativa. Segundo Fávero (2004), a sequenciação temporal pode ser estabelecida entre unidades discursivas de diferentes maneiras. Como a linearidade do tempo normalmente expressa nos textos corresponde à realidade extralinguística, nem sempre são necessários conectores temporais para estabelecer essa relação. Na frase *vim, vi e venci* (FÁVERO, 2004, p. 34), por exemplo, a progressão temporal é estabelecida tão somente pela coordenação dos verbos. No entanto, os sequenciadores podem servir para marcar certas fases do enredo. Nos dados, observamos que [com isso] _{conector}, na função de sequenciador, ocorre no desfecho das sequências narrativas.

Conforme dissemos na seção dos pressupostos teóricos, a teoria funcionalista concebe que as relações textuais mais abstratas (como causa, consequência, conclusão, etc.) advêm de relações mais concretas, como espaço e tempo. Essa mudança é o resultado diacrônico da metaforização, um mecanismo cognitivo que impulsiona a transferência entre um domínio mais concreto para um outro mais abstrato. É importante ressaltar que, nessa trajetória de mudança, há casos de sobreposição categorial, em que o dado

6 *Ibidem*, p. 01.

parece conter mais de uma relação semântica. Como ilustração, vejamos o dado (07):

(07) O cineasta, que morreu em 2009, foi um dos principais disseminadores do gênero e, na década em que mais produziu filmes, fez ainda outros dois clássicos teen: “Gatinhas e Gatões” e “Curtindo a Vida Adoidado”. Até essa época, eram poucos os retratos adolescentes, como no musical “Grease”, mas foi no período, e com intensa participação de Hughes que o gênero se consolidou.

Com isso, o diretor se tornou o padrinho não oficial dos filmes adolescentes, que ao longo das décadas seguintes foram se transformando e se adaptando, sem nunca perder sua essência, que é retratar o mundo pelo ponto de vista dos jovens. (Disponível em: www.24horasnews.com.br/entretenimento/decada-apos-decada-filmes-adolescentes-deixam-marca-na-memoria.html - Acesso em 10 de outubro de 2020).

Acima, temos uma sequência expositiva, em que um crítico de cinema fala sobre a vida e obra de John Hughes, um cineasta estadunidense. Como a exposição pode conter traços análogos à narrativa, como a progressão temporal, por exemplo, podemos observar, em alguns casos, a sobreposição entre tempo e uma outra relação textual. Na ocorrência em tela, pode-se argumentar favoravelmente tanto à progressão temporal, uma vez que John Hughes se tornou padrinho não oficial dos filmes adolescentes **depois** de seus primeiros filmes destinados a esse público, quanto à relação conclusiva. Neste último caso, o leitor pode inferir que o cineasta se tornou padrinho não oficial dos filmes adolescentes **em virtude de** sua obra. Cabe ressaltar que, embora importantes à análise funcionalista, já que são esses tipos de ocorrências que promovem a mudança semântica e categorial, não contabilizamos esses dados na pesquisa. Selecionamos somente aqueles que se encaixam em uma única categoria expressa no quadro 1.

3.2. A função *conector consecutivo*

Segundo Sweetser (1990), a causalidade pode ser expressa em três diferentes domínios: o domínio do conteúdo, o domínio epistêmico e o domínio

de ato de fala. A semântica da consequência pertence ao primeiro. Nesse sentido, a relação estabelecida por [com isso]_{conector} com valor consecutivo deriva de uma lógica implicativa extralinguística, isto é, de um conhecimento que não depende de uma inferência do falante e nem é uma estratégia que visa a expor, esclarecer ou exemplificar (cf. HALLIDAY, 2004) um ato de fala anterior. Por isso, é de natureza factual. Como ilustração, vejamos a ocorrência abaixo:

(08) Esse acidente ocasionou a entrada do Safety-Car que permaneceu por três voltas na pista. Na relargada, em excelente manobra, Sérgio conseguiu abrir um pouco dos demais concorrentes e, nas três últimas voltas, andou em ritmo de classificação para comemorar a sua segunda vitória na F-2.

“Foi um fim de semana que começou com a minha pior posição de largada do ano e terminou comigo comemorando a vitória. Nosso carro tinha um ritmo de corrida excelente e, **com isso**, consegui me recuperar muito bem na corrida de ontem e, hoje, novamente fui muito rápido”. (Disponível em: <https://www.terra.com.br/esportes/automobilismo/flmania/depois-de-quase-dois-anos-de-jejum-sette-camara-comemora-vitoria-estou-muito-feliz.html> - Acesso em 10 de outubro de 2020).

Em (08), *com isso* é um conector consecutivo que ocorre num período em sequência narrativa. Na frase “nosso carro tinha um ritmo de corrida excelente e, com isso, consegui me recuperar muito bem na corrida de ontem (...)”, observamos uma relação de anterioridade e posterioridade entre as unidades discursivas ligadas por [com isso]_{conector} e estabelecemos entre elas uma relação de causa e consequência (sendo a causa anterior à consequência). Trata-se de duas orações que pertencem ao domínio de conteúdo porque tanto a causa quanto a consequência representam fatos observáveis no mundo real⁷.

7 A expressão “mundo real” é recorrentemente empregada por Sweetser (1990) para fazer referência ao domínio do conteúdo. Com isso, a autora não busca restringir a língua a uma relação com o mundo físico. A questão aqui é que a relação estabelecida entre informações no domínio do conteúdo independe da perspectiva do falante.

Sob um ponto de vista análogo, Marques e Pezatti (2015, p. 61) consideram que, na consequência,

o falante estabelece diretamente a relação de implicação entre as partes, sem recorrer a um raciocínio inferencial para emitir uma premissa implícita que faça a mediação entre a premissa explícita e o consequente. Pelo conteúdo, tanto a premissa quanto a consequência estão explícitas, em uma relação direta.

Sweetser (1990) reconhece que, às vezes, é difícil estabelecer uma diferença nítida entre domínio de conteúdo e domínio epistêmico em alguns dados, em que as duas possibilidades de interpretação parecem possíveis. Vejamos, como ilustração, a ocorrência (09):

(09) Nader indiciou (abriu investigação formal) Novais por estupro consumado. Para ele, houve constrangimento e violência porque vítima e testemunha disseram que ele agarrou com força a perna da moça atacada. Na quarta-feira passada (30), um dia após Novais ejacular no pescoço de outra mulher também em um ônibus na avenida, ele foi solto por ordem judicial. O juiz José Eugênio do Amaral Souza Neto entendeu que não se tratava de crime de estupro pelo fato de não ter havido violência e constrangimento. Com isso, ele classificou o crime como importunação ofensiva ao pudor, que é uma contravenção penal, cuja punição é multa. (Disponível em: <http://diariodegoias.com.br/brasil/82158-juiz-determina-a-prisao-preventiva-de-suspeito-de-estupro> – Acesso em 10 de outubro de 2020).

Na ocorrência acima, *com isso* ocorre em uma sequência expositiva. Como sabemos, a exposição é uma das categorias do tipo dissertativo e está relativamente próxima da argumentação. Muitas vezes, inclusive, há traços de opinião (isto é, de argumentação) na exposição, sendo a delimitação de uma ou de outra sequência uma questão de predominância de traços.

Em (09), as unidades discursivas que sucedem *com isso* podem pertencer ao domínio de conteúdo ou ao domínio epistêmico. Mais

especificamente, o falante pode somente estar relatando um fato de seu conhecimento, qual seja, a relação entre a classificação do crime como importunação ofensiva ao pudor e o entendimento, por parte do juiz, de que não se tratava de crime de estupro; ou ainda, a relação entre as duas unidades discursivas pode ser uma inferência do falante, isto é, ele pode deduzir que o juiz classificou o crime como importunação ofensiva ao pudor porque não considerou o caso concreto um crime de estupro. Conforme Sweetser (1990), esse tipo de fenômeno ocorre – em que a primeira unidade discursiva pode ser tida como pressuposta ou não – devido ao fato de esses três domínios estarem intimamente relacionados e se diferenciarem entre si por critérios pragmáticos, sendo alguns deles, inclusive, externos ao texto.

Sob um ponto de vista análogo, Marques e Pezatti (2015, p. 61) argumentam que, na consequência, entre as unidades discursivas, “o que está em jogo é o modo como a língua descreve o mundo extralinguístico”.

3.3. A função *conector conclusivo*

Segundo Sweetser (1990), a conclusão pertence ao domínio epistêmico. Trata-se de uma inferência do enunciador sobre um fato do mundo. Nesse tipo de conexão, uma ou ambas as unidades discursivas são vistas como inferenciais, de natureza menos factual. Vejamos, como ilustração, duas ocorrências:

(10) Eis, por exemplo, o drive-thru em que Joana passa com o seu carro para orar com um pastor. Mascaro precisa justamente expor uma placa no exterior do ambiente, dando um caráter cômico, como também na cena do pênis suspenso ou dos religiosos rolando no chão. Por ser uma obra que se propaga de maneira muito mais austera, isso confunde, e, com uma pose vagarosa que não se embriaga nem para o melodrama, o seu impacto é minimizado. O projeto parece ser, **com isso**, uma esquete do Porta dos Fundos, mas antes das expectativas serem quebradas e Fábio Porchat surgir como Jesus. (Disponível em: <http://www.planocritico.com/critica-divino-amor/> - Acesso em 10 de outubro de 2020).

(11) “Neste momento estamos a viver um período talvez de alguma desorientação do PS, que passou negociações que estava a fazer à esquerda de determinados dossiês para os negociar à direita. Julgo que esta desorientação do PS terá que ver, talvez, com o seu enorme desejo de uma maioria absoluta”, declarou Catarina Martins, líder do BE, em entrevista ao jornal “Diário de Notícias” e à rádio TSF.

O PS quer muito uma maioria absoluta e, com isso, tornou-se desorientado na forma como negoceia (sic) os vários dossiês. Não é um problema agora, é um problema que nós já vamos detetando (sic)⁸ há algum tempo e temos vindo a falar disso. (Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/catarina-martins-acusa-ps-de-desorientacao-por-causa-do-enorme-desejo-de-uma-maioria-absoluta-461766> - Acesso em 10 de outubro de 2020).

Nos dois textos, predomina a argumentação, o que já favorece a emergência de relações discursivo-argumentativas, como é a própria conclusão. Em (10), o período que antecede *com isso* é altamente avaliativo, haja vista a presença de adjetivos apreciativos (*austera* e *vagarosa*), de grau superlativo analítico intensificando adjetivo apreciativo (*muito mais austera*), de verbos de natureza avaliativa para o contexto (*confunde* e *embriaga*), de substantivo com conotação negativa (*melodrama*), entre outros recursos linguísticos. A unidade informativa que se apresenta junto ao conector também se encontra no contexto da avaliação (*parece ser uma esquete do Porta dos Fundos*). Ou seja, todo o contexto linguístico favorece o domínio epistêmico, dada a natureza inferencial dos dados: o que se diz é uma percepção do enunciador sobre os acontecimentos, não um relato objetivo do mundo real. Já em (11), apenas uma das informações é, necessariamente, de natureza inferencial. A oração encabeçada por *com isso* é avaliativa, dado o fato de o termo “desorientado” representar a perspectiva do enunciador sobre as ações do PS.

Marques e Pezatti (2015) apresentam uma perspectiva um pouco diferente para a descrição da relação conclusiva, mas que não é contrária à

8 Dado do português europeu.

perspectiva de Sweetser (1990). Segundo as autoras, na relação conclusiva, sempre haverá três elementos. Na materialidade do texto, há uma premissa explícita e uma conclusão. No plano discursivo-pragmático, há uma premissa implícita. Vejamos um exemplo extraído da obra das autoras (2015, p. 67):

*As luzes não estão acesas, **portanto** o João não está em casa.*

De acordo com as pesquisadoras, a premissa explícita é a primeira oração – “as luzes não estão acesas” – e a conclusão, a oração encadeada pelo conector – “portanto o João não está em casa”. A premissa implícita, nesse caso, é o nosso conhecimento enciclopédico de que, normalmente, há uma relação entre as luzes acesas e a presença de pessoas na casa. Nesse modelo, a conclusão é uma inferência e, por isso, pertence ao domínio epistêmico. Sob esse ponto de vista, o silogismo lógico que leva à conclusão, no exemplo acima, seria assim representado:

Premissa um (explícita): as luzes não estão acesas

Premissa dois (implícita): quando as luzes estão apagadas, as pessoas não estão em casa

Conclusão (explícita): portanto o João não está em casa.

Cabe ressaltar que, assim como nos exemplos anteriores, também há casos de conector conclusivo em que percebemos sobreposição semântica, como ocorre em (12):

(12) Pela experiência política do senhor, vê possibilidade do país finalmente superar as sucessivas crises e acirramento para retomar o desenvolvimento?

Fazendo a reforma da previdência e, principalmente, a tributária, o Brasil entra em um círculo virtuoso de crescimento econômico. **Com isso**, os problemas políticos não afetariam a economia brasileira. Se tivermos um sistema tributário como propomos, a questão política não

vai mais interferir na economia, na geração de emprego e renda, no desenvolvimento do país. (Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/luiz-carlos-hauly-sistema-tributa-rio-atual-mata-a-geraa-a-o-de-empregos/452596> - Acesso em 10 de outubro de 2020).

Na ocorrência (12), temos uma sequência predominantemente argumentativa. No entanto, diferentemente das ocorrências anteriores, há uma relação temporal estabelecida entre as duas unidades discursivas ligadas por *com isso*, da qual emerge uma relação de causa e consequência. No entanto, dado que o domínio é claramente epistêmico – a relação de causa e consequência emerge de uma condicionalidade e, por isso, é menos factual –, optamos por manter o conector na categoria *conclusão*.

3.4. A função *conector elaborativo*

Elaboração é um termo empregado por Halliday (2004) para se referir a um tipo de expansão lógico-semântica das cláusulas. De acordo com o autor (2004, p. 396), na elaboração, uma cláusula⁹ elabora o significado de outra, especificando-a ou descrevendo-a melhor. O termo é uma espécie de macrocategoria semântica, que dá conta de outros três tipos menores: a exposição, a exemplificação e o esclarecimento. Na exposição, uma unidade discursiva secundária “reafirma a tese da primária com palavras diferentes, para apresentá-la a partir de outro ponto de vista, ou talvez apenas para reforçar a mensagem” (HALLIDAY, 2004, p. 397). Na exemplificação, uma unidade discursiva secundária desenvolve a tese da unidade discursiva principal, “tornando-a mais específica, muitas vezes citando um exemplo real” (ibidem, p. 398). No esclarecimento, a unidade discursiva secundária esclarece a tese da primeira, “apoiando-se em alguma forma de explicação ou comentário explicativo” (ibidem, p. 398).

9 O modelo adotado por Halliday (2004) foi pensado para a descrição da oração complexa. Nos nossos dados, empregamos a categoria também para a análise de conectores supraoracionais, sob o domínio da macrossintaxe (cf. DUCROT, 1980).

Nos dados de [com isso]_{conector}, a noção de elaboração está associada à semântica da exposição e do esclarecimento, como podemos notar em (13) e (14):

(13) Se começarmos hoje a produzir uma série de pessoas ultraeducadas, é possível que haja um aumento da desigualdade, porque essas pessoas serão muito melhores do que as outras e irão se destacar. Então, a educação como política urgente para reduzir a desigualdade social não é efetiva; ela serve como um grande planejamento para o que o país quer ser no futuro. Além disso, a educação gera ganhos de cidadania, conhecimento político e uma série de outras coisas que não se reverterem apenas no mercado de trabalho. Com isso, não quero dizer que a educação não seja importante. Estou querendo dizer que 1) a educação como forma de investimento para redução das desigualdades só traz ganhos de muito longo prazo, e 2) ao focar demais na educação, acabamos deixando de lado causas muito mais urgentes e de curto prazo que podem ter afetado as tendências para enfrentar as desigualdades. (Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/sem-categoria/2019/06/as-razoes-da-desigualdade-de-renda-do-trabalho-sao-politicas-e-nao-educacionais/> - Acesso em 10 de outubro de 2020).

(14) Segundo Mauro Rego, coordenador do projeto, a ideia de um palco voltado para jovens, que mistura temas próprios para a juventude e arte, nasceu em Resende em 2004 e tem como objetivo promover debates informativos sobre temas atuais, voltados para os jovens. Buscamos trazer temas bem atuais, voltados para os jovens, como sexualidade, trabalho, consumo de álcool e drogas. **Com isso**, intitulamos esse trabalho de ‘Palco Singulares’, que é um aperfeiçoamento de ideias que antes chamávamos de ‘Oficina de Ideias’. (Disponível em: <https://diariodovale.com.br/cidade/centro-universitario-de-bm-e-palco-de-projeto-cultural/> - Acesso em 20 de outubro de 2020).

Em (13), *com isso* introduz uma paráfrase para todo o conteúdo expresso no primeiro parágrafo. Essa estratégia fica clara pelo uso das expressões “não quero dizer que”, “estou querendo dizer que”. Trata-se, portanto, de uma elaboração por exposição. Em (14), por sua vez, *com isso* introduz um período que busca justificar os fatos expressos no período anterior. Trata-se de um esclarecimento, uma vez que a referida unidade discursiva visa a apresentar

um comentário explicativo sobre a unidade discursiva anterior.

Como vimos, para Sweetser (1990), as relações de causalidade podem se apresentar também no domínio do ato de fala. Como ilustração, vejamos um exemplo apresentado pela autora (1990, p. 77):

What are you doing tonight, because there's a good movie on.

O que você vai fazer hoje à noite, porque tem um bom filme passando.

Segundo Sweetser (1990), o conector *because*, no exemplo acima, pertence ao domínio do ato de fala, porque

estabelece a causa de um ato de fala inferível na cláusula principal. A leitura feita pode ser algo como “eu pergunto o que você vai fazer hoje à noite porque eu quero sugerir que assista a esse bom filme comigo”. A ‘causalidade’ (ou mais corretamente, *permissão*, uma vez que devemos considerar a declaração como justificativa, uma permissão para a questão) é Griceana ou Searleana. (SWEETSER, 1990, p. 77).

Argumentamos, aqui, que a elaboração pertence ao domínio do ato de fala. Sob essa ótica, a unidade discursiva encabeçada por [com isso]_{conector} serve como um ato ilocucionário de um ato de fala anterior, já que tem a clara função de primeiro reconhecer o segmento anterior como um enunciado para depois dar informações adicionais sobre ele, seja por meio de paráfrase ou explicação.

1.3. A coesão híbrida

Nesta seção, buscamos apresentar mais dois fatos sobre [com isso]_{conector}: a) ele pode ser concebido como um conector do tipo híbrido¹⁰ – na medida em que promove um processo coesivo tanto referencial quanto sequencial;

10 A expressão coesão híbrida foi cunhada por Autor e Coautor (2021) para fazer referência às construções linguísticas conectoras que promovem, simultaneamente, a coesão sequencial e a referencial.

b) há uma relação entre a posição do conector – isto é, se atua na articulação de orações, períodos e parágrafos – e a quantidade de texto encapsulada pelo pronome demonstrativo “isso”, um dos elementos da construção, de natureza gramatical remissiva. Como ilustração, vejamos três ocorrências:

(15) Neste domingo (30), o segundo dia de jogos da primeira rodada do Brasileiro de Hóquei sobre a Grama Feminino 2019 foi cheia de jogos apreensivos e emocionantes.

O primeiro jogo do dia entre Desterro e Macau iniciou com muito estudo e atenção entre os times. O Macau vinha de um empate contra o Rio Hockey e o Desterro de uma larga vitória para o Deodoro, com isso, os dois só pensavam em vencer. (Disponível em: <http://www.olimpiadatododia.com.br/hoqueisobreagrama/156204-brasileirao-feminino-inicia-com-grande-jogos-no-rio-de-janeiro/> - Acesso em 20 de outubro de 2020).

(16) Jimmy Butler vai para o Miami Heat! O time da Flórida receberá o ala-armador em uma chamada sign-and-trade com o Philadelphia 76ers, segundo Adrian Wojnarowski, da ESPN americana. Com isso, Philly receberá em troca Josh Richardson. O valor da extensão será de US\$ 142 milhões por quatro anos. (Disponível em: <https://www.theplayoffs.com.br/nba/jimmy-butler-acerta-contrato-com-miami-heat/> - Acesso em 20 de outubro de 2020).

(17) De cara, o Exército enviou sinais sutis. Promoveu para o lugar de Ramos o ex-chefe da segurança presidencial de Dilma Rousseff, uma função técnica, mas que soa como pecado para ouvidos bolsonaristas pela associação à ex-mandatária petista.

Mais importante, nesta semana o Alto Comando escolheu dois generais da turma de 1981 da Academia das Agulhas Negras para ganhar a quarta estrela. O porta-voz presidencial, Otávio do Rêgo Barros, foi preterido e deverá encaminhar-se à reserva.

Com isso, a Força busca afastar-se um pouco do governo. Isso não quer dizer que a ala ideológica tenha ganho mão livre para agir naquilo que os militares consideram seu território, como ações com repercussão na defesa nacional – a crise da Venezuela, ora amainada, é o exemplo mais evidente. (Disponível em: https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2019/06/30/interna_politica/presidente-rearranja-relacao-com-ala-militar-do-governo.shtml - Acesso em 20 de outubro de 2020).

Em (15), (16) e (17), temos, respectivamente, *com isso* estabelecendo relação entre orações, períodos e parágrafos. A parte sublinhada em cada ocorrência representa o trecho encapsulado pelo pronome demonstrativo “isso”. Como podemos observar nas ocorrências, há uma relação entre a posição do conector e a porção de texto encapsulada, de modo que, no nível oracional, a remissão é menor (o escopo é a oração anterior); no nível do período, o escopo é um pouco maior (o período anterior ou períodos anteriores dentro do mesmo parágrafo – a depender do contexto); no nível do parágrafo, o escopo é mais amplo, fazendo remissão ao parágrafo anterior ou a todo o texto precedente. Tais aspectos já foram previamente analisados por Autor e Coautor (2021) em um trabalho sobre [com isso]_{conector} e [como se não bastasse (x)]_{conector}, em que ambas as construções de valor coesivo híbrido apresentam escopo remissivo de acordo com a posição assumida dentro do texto.

Entendemos que a relação entre o escopo remissivo e a posição assumida pelo conector serve de evidência de que [com isso]_{conector} atua tanto no nível microgramatical quanto no macrogramatical. A esse respeito, Haselow (2016) considera que a microgramática se refere aos padrões estruturais internos à oração/frase, basicamente no nível morfossintático. Já a macrogramática diz respeito a unidades maiores de textos, articulando estrutura de informação e coerência textual, como ocorre na articulação entre períodos e parágrafos.

1.4. Propriedades construcionais de [com isso]_{conector}

Por fim, nesta última seção, trazemos um quadro síntese das propriedades construcionais de [com isso]_{conector}, a que chegamos a partir da análise sistemática dos dados com base nos fatores de análise.

Quadro 2. Propriedades construcionais de [com isso]_{conector}.

EIXO	PROPRIEDADES	TRAÇOS
FORMA	Fonológicas	- Formação de vocábulo fonológico, altamente vinculado, com saliência fônica (margeado por pausa)
	Morfológicas	- Formado por dois elementos: a preposição “com” e o pronome demonstrativo “isso”; - Pode atuar como sequenciador ou conector (cf. KOCH, 2003).
	Sintáticas	- Relativa mobilidade. Pode conectar orações, introduzir períodos e parágrafos; - Faz remissão a diferentes porções textuais.
FUNÇÃO	Semânticas	- Como conector, é polissêmico, podendo expressar semântica de consequência, conclusão ou elaboração (cf. HALLIDAY, 1985); - Como sequenciador, apenas estabelece a progressão temporal entre fatos narrados, que se encaminham para o desfecho.
	Pragmáticas	- Devido à opacidade e à baixa semantização, sua classificação semântica e funcional se dá no contexto; - É uma estrutura intersubjetiva.
	Discursivo-funcionais	- Pode assumir funções mais locais, atuando na microgramática quando conecta orações; pode assumir funções mais argumentais, em níveis mais altos de conexão, atuando na macrogramática (HASELOW, 2016); - Ocorre em sequências expositivas, argumentativas e narrativas.

Fonte: Autor e coautor, 2021 (adaptado).

Uma vez que grande parte dos aspectos apresentados no quadro 2 já foram explorados nas seções precedentes, teceremos aqui algumas

observações sobre alguns aspectos específicos, a saber: a) a formação de vocábulo fonológico e a saliência fônica; b) classificação semântica e funcional dependente do contexto/intersubjetividade.

A noção de vocábulo fonológico é tratada por Mattoso Câmara Jr. (1975, p. 38), que o define com base na pauta acentual. Sob esse ponto de vista, algumas expressões complexas podem ser entendidas como uma unidade, porque seus elementos estão fonologicamente muito vinculados, como ocorre em [com isso]_{conector}. Além disso, também notamos que o margeamento por pausa impacta a saliência fonológica do conector, que deve ser percebido como uma estrutura fonológica mais proeminente. Nas ocorrências, [com isso]_{conector}, via de regra, é margeado por pausa (tem ponto ou vírgula antes e vírgula depois).

A dependência contextual para a classificação semântica e funcional, por sua vez, mostra que [com isso]_{conect} não é uma estrutura semanticizada, à qual podemos atribuir um significado específico sem uma ampla articulação com o contexto – tal como ocorre, por exemplo, com a conjunção “mas”, a que sempre atribuímos uma noção de contraste. Sob esse ponto de vista, podemos considerá-la como uma estrutura altamente intersubjetiva (TANTUCCI, 2018), uma vez que seu significado emerge da “coordenação cognitiva entre falante e ouvinte” (2018, p. 5) e que o significado não depende da composicionalidade da proposição, mas de inferências que emergem na situação de comunicação, à medida que falante e ouvinte compartilhem entre si um mesmo estado mental, de modo que sejam capazes de deduzir as intenções um do outro naquilo que dizem.

Considerações finais

Neste texto, buscamos descrever as relações coesivas e semânticas da construção [com isso]_{conector}. Vimos que se trata de um conector altamente convencionalizado no português, que atua na conexão (supra)oracional, muito embora ainda esteja pouco descrito nos compêndios gramaticais e na literatura linguística.

Observamos, nos nossos dados, que [com isso]_{conector} é polifuncional, podendo assumir a função de sequenciador ou conector. Empregamos o termo sequenciador em concordância com alguns estudos funcionalistas (e.g. BARRETO e FREITAG, 2009; entre outros), que o adotam para designar relações que envolvem a progressão temporal. Para as outras relações textuais – sejam de natureza lógico-semântica ou discursivo-argumentativa –, reservamos o termo conector.

Quanto aos valores semânticos, [com isso]_{conector} pode estabelecer, de um lado, relações de tempo (quando sequenciador); de outro, relações de consequência, conclusão e elaboração. Esses três últimos valores semânticos podem ser descritos com base nos três domínios apontados por Sweetser (1990) no estudo da causalidade: o domínio do conteúdo, o domínio epistêmico e o domínio do ato de fala.

Por fim, tratamos das relações coesivas estabelecidas por [com isso]_{conector}. Vimos que ele estabelece um processo híbrido de coesão, na medida em que promove tanto a coesão sequencial – por meio da preposição – quanto a referencial – por meio do pronome demonstrativo. Paralelamente, constatamos que a posição assumida pelo conector tem impacto sobre o escopo remissivo do pronome demonstrativo “isso”. Em outras palavras, quando [com isso]_{conector} atua na conexão oracional, o pronome demonstrativo encapsula porções menores de texto (uma oração anterior ou orações anteriores do período); quando na conexão interperíodo, encapsula porções um pouco mais extensas (um período ou períodos anteriores de um mesmo parágrafo); quando na conexão interparágrafo, encapsula porções mais amplas de texto (um ou mais parágrafos anteriores).

Referências bibliográficas

ANDRADE, F. A. A. **Conectores sequenciadores em artigos de opinião escritos por vestibulandos: uma questão de marcação linguística com implicações para o ensino**. Dissertação (Mestrado). 112f. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

BARRETO, E. A; FREITAG, M. Ko. Procedimentos discursivos na escrita de Itabaiana/SE: estratégias de sequenciação de informação. **Scientia Plena**. v.5, n. 11, 2009, p. 01-11.

BERBER SARDINHA, A. P. **Linguística de Corpus**. Barueri: Manola, 2004.

BYBEE, J. **Language, Usage and Cognition**. New York: Cambridge University Press, 2010.

CAPPELLE, B. Particle placement and the case for “allostructions”. In: DORIS CHÖNEFELD (ed.) **Constructions all over: case studies and theoretical implications**, *Constructions*. Special volume 1, 2006. Disponível em: <http://www.constructions-online.de/articles/specv011>. Acesso em 04/03/2019.

CUNHA, M.A.F; BISPO, E. B; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M; CUNHA, M. A. F. (Orgs). **Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad-Faperj, 2013, p. 13-39.

DIESSEL, H. **The Grammar Network**. How linguistic structure is shaped by language use. New York: Cambridge University Press, 2019.

DUCROT, O. **Les mots du discours**. Paris: Ed. de Minuit, 1980.

FÁVERO, L. L. **Coesão e coerência textuais**. São Paulo: Editora Ática, 2004.

HEINE, B; CLAUDI, U; HÜNNEMEYER, F. **Grammaticalization: a conceptual framework**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HILPERT, M. **Construction Grammar and its Application to English**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 2014.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Editora Cortez, 2002.

_____. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2003.

LACERDA, P. F. A. C. O papel do método misto na análise de processos de mudança em uma abordagem construcional: reflexões e propostas. **Revista Linguística**/Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume Especial, 2016, p. 83-101.

LOPES, M. G. *Propriedades coesivas e semânticas da construção conectora [por isso]*. In: Congresso Nacional de Estudos Linguísticos, V edição, 2019, UFES, Vitória, (apresentação em simpósio),

LOPES, M.G.; MOURA, S.C. As construções conectoras [com isso] e [como se não bastasse] na promoção da coesão híbrida: um estudo centrado no uso. *Revista Soletras*, n. 41, 2019, p. 189-215.

MARQUES, N. B. N; PEZATTI, E. G. **A relação conclusiva na língua portuguesa**: funções resumo, conclusão e consequência. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

MATTOSO CÂMARA Jr., J. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Padrão, 1975.

OLIVEIRA, M. R; ROSÁRIO, I. C. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. **Revista Alfa**, São Paulo, n. 60, v. 2, 2016, p. 233-259.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. 3rd. Edition. Londres: Hodder Arnold, 2004.

HASELOW, A. A processual view on grammar: Macrogrammar and the final field in spoken syntax. **Language Sciences**. 54, 2016, p. 77-101.

PEREK, F. **Argument Structure in Usage-Based Construction Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2015.

PLATÃO, F. S; FIORIN, J. L. **Lições de texto: leitura e redação**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

SILVA, W. P. B. **Conectores sequenciadores “e” e “ai” em contos e narrativas de experiência pessoal escritos por alunos de ensino fundamental: uma abordagem sociofuncionalista.** Dissertação (Mestrado). 121f. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2013.

SWEETSER, E. **From Etymology to Pragmatics.** Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure. Peking: Peking University Press, 1990.

TANTUCCI, V. From Co-Actionality to Extended Intersubjectivity: Drawing on Language Change and Ontogenetic Development. **Applied Linguistics.** New York: Oxford University Press, 2018.

TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G. **Constructionalization and Constructional Changes.** New York: Oxford University Press, 2013.

A motivação social da haplogia variável no português de Porto Alegre

The social motivation of variable haplogia in Porto Alegre Portuguese

Elisa Battisti*

Livia Oushiro**

RESUMO

O artigo trata da motivação social da haplogia sintática variável (*dentro de casa::den' de casa, voltando de carro::voltan' de carro*) no português brasileiro falado em Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. A análise quantitativa de dados de fala (cf. LABOV, 1972, 1994, 2001, 2010), de caráter exploratório, verifica que o processo, aplicado a sílabas iniciadas por /t/ ou /d/ em posição final e inicial de palavras em sequência na frase, (a) ocorre numa proporção total de 27,2% na fala de jovens; (b) correlaciona-se às variáveis sociais Mobilidade entre zonas e Renda e à variável linguística Estrutura da segunda sílaba. Os resultados sugerem que os efeitos de mobilidade na haplogia variável no português de Porto Alegre devam-se à *persona* jovem urbana cosmopolita que o processo, como recurso de identificação e distinção (cf. ECKERT 2000, 2018), auxilia a compor.

Palavras-chave: Variação linguística. Haplogia sintática. Classe social. Mobilidade. Português brasileiro.

Recebido em 30 de maio de 2020.

Aceito em 9 de setembro de 2020.

DOI: <http://doi.org/10.18364/rc.2022n62.444>

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, elisa.battisti@ufrgs.br Orcid iD <https://orcid.org/0000-0002-6701-4218>

** Universidade Estadual de Campinas, Programa de Pós-Graduação em Linguística, oushiro@unicamp.br, Orcid iD <https://orcid.org/0000-0002-2165-3305>

ABSTRACT

The paper discusses the social motivation of the variable syntactic haplogia (dentro de casa:: den'de casa 'indoors', voltando de carro::vontan'de carro 'coming back by car') in the Porto Alegre variety of Brazilian Portuguese. An exploratory quantitative analysis of speech data according to Labov (1972, 1994, 2001, 2010) shows that the process, which targets syllables with /t/ or /d/ in onset position at the end and the beginning of words in sequence in phrasal domains, (a) exhibits a total proportion of rule application of 27.2% in the speech of young people; (b) correlates with social variables Mobility and Income and the linguistic variable Structure of the second syllable. The results suggest that the effects of mobility on the variable haplogia in Porto Alegre Portuguese are due to the young, cosmopolitan, urban *persona* that the process, as a resource of identification and distinction (according to ECKERT 2000, 2018), helps to construct.

Keywords: Linguistic variation. Syntactic haplogia. Social class. Mobility. Brazilian Portuguese.

Introdução

A haplogia sintática, um dos tipos de haplogia verificados no português brasileiro, é definida por Silveira (1971, p.79) como o desaparecimento, na pronúncia, de uma de duas sílabas iguais ou semelhantes contíguas na frase, como em *vontade de comer::vonta'de comer, dentro de casa::den'de casa*. Os estudos de haplogia sintática como regra variável (BATTISTI, 2005; MENDES, 2009; SIMIONI; AMARAL, 2011; LEAL, 2012; OLIVEIRA, 2012; PAZ, 2013; HAINECK, 2016) revelam diferentes proporções totais de aplicação do processo nas variedades de português brasileiro (PB), que vão de 15% (PAZ, 2013) a 40% (SIMIONI; AMARAL, 2011), com indícios de que a haplogia sintática (doravante apenas haplogia) seja variação estável no PB e contribua para a estereotipia de falares regionais (OLIVEIRA, 2012). Os resultados dos estudos são relativamente¹ convergentes no que

1 Há diferenças no desenho das análises. O número de dados examinadas é distinto, como também as variáveis controladas e o recorte do objeto – apenas sílabas CV (consoante-vogal) ou sílabas de todos os moldes silábicos; apenas sílabas iniciadas por /t, d/ ou sílabas iniciadas por quaisquer consoantes.

se refere aos condicionamentos linguísticos da haploglia: sequências de sílabas átonas, com consoantes e vogais similares ou idênticas, favorecem o processo. Já os resultados dos condicionamentos sociais da haploglia são difusos: ora não comprovam a correlação de variáveis sociais com o processo (BATTISTI, 2005; LEAL, 2012), ora verificam correlação (MENDES, 2009; OLIVEIRA, 2012; HAINECK, 2016), mas com variáveis sociais distintas.

O objetivo deste artigo é investigar a motivação social da haploglia variável na comunidade de fala de Porto Alegre. Uma das questões a responder é análoga às diferenças regionais nas proporções totais de aplicação da haploglia atestadas na literatura. Em tese, tal diferenciação regional (dialetação), verificada em grandes áreas territoriais (TRASK, 1996), também poderia ser encontrada em centros urbanos. Em relação à haploglia, a pergunta norteadora é: há diferenciação por zona (espaço geográfico) no PB de Porto Alegre?

Outra questão perseguida no artigo refere-se à estabilidade da haploglia registrada na literatura e a possibilidade de o processo, enquanto tal, associar-se à classe social. Labov (1990) afirma que variáveis sociolinguísticas estáveis se alinham com hierarquias de classe de modo monotônico: “para um marcador de prestígio, quanto maior o *status* socioeconômico do falante, maior a frequência de uso. Para marcadores estigmatizados, o inverso é verdadeiro.” (LABOV, 1990, p. 220, tradução nossa). No PB de Porto Alegre, há indicativos (cf. BATTISTI, 2005) de que a haploglia seja estável, mas ocorra abaixo do nível de consciência social, isto é, seja um indicador, não um marcador, nos termos de Labov (1972).² Pergunta-se: há

2 Labov (1972) denomina (a) *indicadores* as variáveis abaixo do nível de consciência social, não correlacionadas à variação estilística, definidas (pelo pesquisador) por se verificarem na fala de um certo grupo; (b) *marcadores* as variáveis correlacionadas à variação estilística, empregadas pelos falantes sem que necessariamente tenham consciência das normas de uso; e (c) *estereótipos* as variáveis acima do nível de consciência social, assunto de comentários sociais explícitos.

diferenciação na aplicação da haploglia por classe social no PB de Porto Alegre?

A análise realizada segue a sociolinguística variacionista laboviana (LABOV, 1972, 1991, 2001, 2010) em seus preceitos e procedimentos metodológicos. Assume o pressuposto de que a heterogeneidade verificada no contexto social da comunidade de fala é ordenada face a aspectos linguísticos e extralinguísticos. Assim, com análise estatística ou quantitativa, busca correlações da variável (haploglia) com categorias estruturais e sociais.

Assumindo o pressuposto de que grandes áreas urbanas como Porto Alegre são cenários naturais para a emergência de distinção social (BOURDIEU, 2015 [1979/1982]) e diferenciação linguística (GAL, 2016), a análise testa a hipótese de que não sejam propriamente as zonas, mas a mobilidade entre elas, correlacionada à renda, o que torna a diferenciação linguística saliente e explica os maiores ou menores índices de realização de variáveis por certos grupos de usuários (BLOMMAERT, 2016). A língua “desempenha um papel na constituição de categorias sociais que ou facilitam, ou impedem [...] o engajamento [dos sujeitos] na mobilidade ou no enraizamento.” (HELLER et al., 2016, p.35, tradução nossa). Os falantes, como agentes estilísticos, são ora afetados pelas macrocategorias sociais a que pertencem, ora tomam as variáveis como recursos de identificação e distinção na pluralidade de práticas sociais cotidianas (ECKERT, 2018). As práticas, realizadas em diferentes locais das grandes cidades, implicam a mobilidade dos sujeitos, e seu trânsito em ambientes culturais diversos tem efeito na difusão de variantes.

A análise estatística associada a um Índice de Mobilidade³ mostrará não só que zona interage com renda, mas também que, no PB

3 O Índice de Mobilidade inspira-se no índice socioeconômico do projeto *Linguistic Change and Variation in Philadelphia* (Variação e mudança linguística na Filadélfia, 1973-1977), de Labov e equipe (LABOV, 2001).

de Porto Alegre, há correlação entre haploglia sintática e mobilidade entre zonas, o que se explica pela intensificação estilística do uso de variáveis estáveis em cenários semilocais (ECKERT, 2000).

1. Haploglia sintática

Camara Jr. (1984, p.134) define haploglia como supressão: um “processo morfofonêmico, ocorrente entre duas sílabas iguais contíguas, na composição ou derivação”, o que *tragicomédia*, de {trágico+comédia}, exemplifica. Silveira (1971) registra a mesma supressão em sequências, mas de palavras na frase, denominada, por essa razão, haploglia sintática: “a sílaba final de um vocábulo...se encontra com um monossílabo ou sílaba seguinte, foneticamente igual ou semelhante ao monossílabo (ou sílaba) anterior, e um desses elementos (sílaba ou monossílabo) desaparece na pronúncia.” (SILVEIRA, 1971, p.79).

Dois estudos fonológicos sobre haploglia sintática no português são cruciais para o recorte da variável investigada no presente artigo: o de Alkmim e Gomes (1982), para quem a regra de haploglia afeta no português apenas sequências de sílabas com /t/ e /d/ subjacentes, e o de Tenani (2002), que, na comparação com o português europeu, verifica a ausência de um domínio prosódico de aplicação da haploglia no português brasileiro, embora a autora reconheça a tendência de o processo ocorrer dentro da frase fonológica. Além disso, Tenani (2002) constata que, em termos de localização do acento primário, a haploglia envolve a sequência de duas sílabas átonas (*jeito de ser::jei'de ser*), ou de primeira átona e segunda, tônica (*muito tempo::mui'tempo*).

Assim, embora a haploglia possa, eventualmente, envolver sequências de sílabas com outras consoantes iniciais (*desde que::des'que*), a variável aqui analisada contemplará apenas sequências de sílabas iniciadas por /t/ e /d/ subjacentes. No Quadro 1, estão algumas ocorrências de haploglia na amostra examinada neste artigo.

Com base em Battisti (2004), concebe-se haplogogia como apagamento da primeira das duas sílabas em sequência, isto é, da sílaba átona (postônica final) à esquerda. Naquele trabalho, discute-se formalizar haplogogia no português brasileiro como apagamento ou coalescência (fusão), em razão de o processo se verificar em sequências de sílabas similares (como em *dentro de casa::den'de casa*), em que parece ocorrer apagamento, e em sequências de sílabas idênticas (*vontade de comer::vonta'de comer*), em que parece ocorrer fusão. Conclui-se pelo primeiro processo, apagamento, como resultado da haplogogia em PB, pois assim são satisfeitas restrições linguísticas – OCP, MAX e UNIFORMITY⁴ – em interação na gramática, ao mesmo tempo em que se explica a perda de material segmental tanto em sequências de sílabas idênticas, quanto em sequências de sílabas similares.

4 Goldsmith (1990) define o OCP (*Obligatory Contour Principle*, Princípio do Contorno Obrigatório) como uma família de princípios fonológicos, muito proximamente relacionados, que proíbe segmentos idênticos. Referindo Yip (1988), afirma haver nas línguas do mundo várias estratégias que desfazem violações a OCP – epêntese, metátese, apagamento, por exemplo. Numa concepção como essa, segundo Mohanan (1993), OCP é entendido como um princípio da Gramática Universal (GU), enquanto seus efeitos específicos de língua são estipulados nas gramáticas individuais. Já MAX e UNIFORMITY são restrições de fidelidade conformes à Teoria da Otimidade (PRINCE; SMOLENSKY, 1993; McCARTHY; PRINCE, 1993, 1995): MAX requer que a todo segmento de *input* corresponda um segmento de *output* (proibido apagamento); e UNIFORMITY proíbe que um segmento de *output* corresponda a mais de um segmento de *input* (proibido coalescência).

Quadro 1. Algumas ocorrências de haploglia na amostra, por tonicidade das sílabas em sequência

<i>Duas sílabas átonas</i>	<i>Primeira sílaba átona, segunda tônica</i>
voltan(do) de carro	bastan(te) tempo
aveni(da) do mercado	trancan(do) tudo
qualida(de) de vida	quan(do) tu
Rio Gran(de) do Sul	den(tro) d'água
ganhan(do) dinheiro	gos(ta) duma
depen(de) da hora	mun(do) tinha
vi(da) da gente	gen(te) diz
fren(te) de casa	mari(do) trabalha
noi(te) da festa	gen(te) teve
gen(te) também tem	quan(do) tem
pos(to) de gasolina	provavelmen(te) tinha
tor(ta) de maçã	cria(da) duma
opos(to) do ônibus	tan(to) tempo
gen(te) tiver	cen(tro) tem

1.1 Haploglia em Porto Alegre

Autor (ano) investigou a haploglia no português de Porto Alegre como regra variável, com análise quantitativa laboviana (LABOV, 1972). Usou dados do VARSUL⁵ (BISOL; MENON; TASCA, 2008; BISOL; MONARETTO, 2016), de entrevistas sociolinguísticas de doze informantes de nível superior de escolaridade. Tomou como variável dependente a haploglia sintática envolvendo sequências de sílabas

5 VARSUL, ou Variação Linguística na Região Sul do Brasil (UFRGS, PUCRS, UFSC, UTFPR), é um acervo de entrevistas sociolinguísticas com informantes dos dois gêneros (masculino, feminino) de diferentes níveis de escolaridade (fundamental I, fundamental II, médio) e idade (25-50 anos, mais de 50 anos), residentes nas capitais e algumas cidades do interior dos três estados do sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Suas entrevistas da amostra-base foram realizadas nos anos 1990. Mais informações disponíveis em: <http://www.varsul.org.br/>. Acesso em 13/11/19.

iniciadas por /t/ e /d/. Controlou variáveis linguísticas e extralinguísticas. As variáveis linguísticas foram Tonicidade das sílabas (fatores ‘duas átonas’, ‘só a primeira átona’), Qualidade das vogais (fatores ‘mesma vogal-núcleo’, ‘diferente vogal-núcleo’), Vozeamento das consoantes de ataque (fatores ‘ambas desvozeadas’, ‘ambas vozeadas’, ‘consoantes de diferente vozeamento’), Posição em relação à frase fonológica (‘dentro da frase’, ‘entre frases’); e as variáveis extralinguísticas Sexo (fatores ‘feminino’, ‘masculino’), Idade (fatores ‘25 a 49 anos’, ‘50 a 69 anos’, ‘70 ou mais anos’). A análise, realizada com o pacote de programas Varbrul 2S⁶, revelou uma proporção total de 21% (284/1341) de haploglia, correlacionada apenas às variáveis linguísticas Qualidade das vogais e Posição em relação à frase fonológica: a haploglia é favorecida em sílabas com a mesma vogal, dentro da frase fonológica.

Em um estudo similar, Susin (2018) deu os primeiros passos na investigação da haploglia variável em Porto Alegre, mas em dados de entrevistas sociolinguísticas oriundas do acervo LínguaPOA⁷ (BATTISTI et al., 2017), de 8 informantes de 20-39 anos e de nível superior de escolaridade. Ou seja, realizou análise na mesma comunidade de fala, mas com dados coletados cerca de 20 anos depois,

6 “O Varbrul é um conjunto de programas computacionais de análise multivariada, especificamente estruturado para acomodar dados de variação sociolinguística.” (GUY; ZILLES, 2007, p.105).

7 LínguaPOA (UFRGS) é um acervo de entrevistas sociolinguísticas de informantes de Porto Alegre, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS, parecer n° 991,732 de 19/03/2015. Contém entrevistas realizadas entre 2015 e 2019, conforme os seguintes critérios: 4 zonas (centro, norte, sul, leste), 2 bairros por zona (por renda média mensal domiciliar em salários mínimos), 3 grupos etários (20-39 anos, 40-59 anos, 60 ou mais anos), 3 níveis de escolaridade (fundamental, médio, superior), 2 gêneros (masculino e feminino). As 103 entrevistas atendem a todos os critérios de estratificação nos níveis médio e superior de escolaridade; 31 entrevistas referentes ao nível fundamental ainda estão por realizar. Mais informações disponíveis em: <https://www.ufrgs.br/linguapoa/> Acesso em 13/11/19.

e em apenas um grupo etário. Susin (2018) controlou as variáveis linguísticas Igualdade dos segmentos (fatores ‘Cs iguais e Vs iguais’, ‘Cs iguais e Vs diferentes’, ‘Cs diferentes e Vs diferentes’, ‘Cs diferentes e Vs iguais’), Estrutura de primeira sílaba (fatores ‘aberta’, ‘fechada’), Estrutura da segunda sílaba (fatores ‘aberta’, ‘fechada’), Tonicidade das sílabas (fatores ‘átona + átona’, ‘átona + tônica’), Proparoxítona (fatores ‘sílaba átona final de proparoxítono’, ‘sílaba átona final de não paroxítono’); e as variáveis extralinguísticas Gênero (fatores ‘feminino’, ‘masculino’) e Zona (fatores ‘norte’, ‘sul’, ‘leste’, ‘central’). Realizou análise quantitativa com o programa RBrul⁸. Os resultados, prévios, foram 25% (230/923) de proporção total de haploglia e correlação do processo com Estrutura da primeira e da segunda sílaba (sílabas abertas favorecem o processo) e com Zona (zonas sul e central mostram-se favorecedoras).

Considerando-se as proporções totais de haploglia verificadas por Battisti (2005) e Susin (2018), os resultados são próximos. Naquele estudo, não se constatou efeito das variáveis sociais (Idade e Sexo), o que sugeriu que a haploglia fosse estável e motivada apenas por fatores internos. Já os resultados preliminares alcançados por Susin (2018), além da confirmação da motivação estrutural, sugerem que a haploglia se correlacione a variáveis sociais como zona. Se esse for de fato o caso, como se explicam os efeitos de fatores extralinguísticos sobre um processo variável? O estudo empreendido aqui busca respostas para essa pergunta, com análise quantitativa da haploglia.

8 RBrul é uma versão do programa de análise de dados linguísticos Varbrul desenvolvida em R (R Core Team, 2019). Informação disponível em: http://www.danielezrajohnson.com/Rbrul_manual.html. Acesso em: 14/11/19.

2. Variação linguística e dinâmicas sociais em Porto Alegre

Estudos de variação no português de Porto Alegre realizados mais recentemente mostram que os processos são tanto afetados pelas dinâmicas do espaço urbano, quanto percebidos com base nelas. Oliveira (2015) investigou a percepção e avaliação da ditongação variável de vogais tônicas pela centralização e abaixamento da porção final da vogal (*alô::alôah, aqui::aquiah, né::néah, só::sóah*), chamada *ingliding* (Battisti, 2013). Verificou que o falar com *ingliding* é percebido como típico porto-alegrense. Os participantes do estudo que moram ou frequentam o centro reconheceram nessa zona da cidade, principalmente no bairro Bom Fim, um falar cantado, arrastado e descansado, rotulado como ‘sotaque porto-alegrense’, falar esse que associaram ao *ingliding*. Regiões mais periféricas, de baixos índices econômicos, situadas na zona sul de Porto Alegre, foram associadas a um ‘falar menos cantado’ ou a um ‘falar do interior’, em oposição ao falar da zona central. A proporção total de *ingliding* não é alta em Porto Alegre: apenas 7,0 (OLIVEIRA, 2015). Mesmo assim, a variável é mobilizada por alguns porto-alegrenses para construir/perceber localismos no português de Porto Alegre. Em termos de produção, Oliveira (2015) verificou, em dados do LínguaPOA, que o *ingliding* se correlaciona a variáveis linguísticas como Qualidade da vogal nuclear, Número de sílabas e Tonicidade da palavra; e às variáveis sociais Estrato socioeconômico, Escolaridade, Faixa etária, Gênero e Zona: os estratos superiores na escala social favorecem o *ingliding*, bem como Ensino superior, sujeitos de 40 a 59 anos, falantes do gênero masculino e moradores da zona central da cidade.

Rockenbach (2018) e Cunha (2018) realizaram estudos-piloto de percepção e avaliação linguística sobre, respectivamente, o apagamento variável de /r/ em coda silábica (*qualquer um::qualqueØ um, fazer de conta::fazeØ de conta*) e o alçamento variável das vogais médias pretônicas /e, o/ sem motivação aparente, isto é, não desencadeado por vogal alta na sílaba seguinte (*senhora::s[i]nhora, moleque::m[u]leque*). Os resultados de Rockenbach (2018) sugerem que o apagamento de /r/ em coda associe-se a uma *persona* informal, de periferia,

menos jovem e menos bonita. Já em Cunha (2018), as formas com alçamento das vogais médias são consideradas mais informais, mais bonitas, mais jovens e mais de periferia do que sem alçamento.

De um lado, os estudos de Oliveira (2018), Rockenbach (2018) e Cunha (2018) fornecem indícios de que Porto Alegre possua subfalares. De outro, sugerem que a concepção da cidade em zonas não é mero recorte administrativo. Experimentada pelos sujeitos em suas práticas diárias, a divisão em zonas fornece elementos com que os sujeitos constroem e percebem diferenças significativas, para o que certas variáveis linguísticas contribuem. Nos três estudos, os processos ocorrem abaixo do nível da consciência social (LABOV, 1972, 1994), isto é, produzem variantes que passam praticamente despercebidas pelos usuários e não são, assim, abertamente avaliadas pelos falantes. O fato de os processos terem esse caráter autoriza a alimentar expectativas sobre a relação entre variação, zona e classe social. Segundo Labov (2001), os falantes inovadores, aqueles que promovem variação e mudança linguística abaixo do nível da consciência (do inglês *change from below*), pertencem a grupos situados em posições intermediárias na escala social: classe trabalhadora superior e classe média baixa (do inglês *upper working class* e *lower middle class*, respectivamente). Vale dizer, é possível que uma correlação da haploglia variável com classe social se verifique na interação de zona com renda e, em função dessas, na mobilidade dos sujeitos no espaço urbano.

3. Porto Alegre

Comparada a capitais de outros estados brasileiros, a fundação de Porto Alegre é relativamente recente. Conforme Monteiro (1995), em 1772, o governador da então província do Rio Grande do Sul mandou demarcar os lotes e as ruas de São Francisco do Porto dos Casais, um povoado portuário existente desde 1752 à beira do lago Guaíba. O povoado foi elevado a cidade apenas em 1821 pelo imperador Dom Pedro I, que, um ano mais tarde, transferiu para ali a capital da província.

Europeus (portugueses, alemães, espanhóis, italianos, entre outros), africanos (principalmente bantu de Angola), povos indígenas (Kaingangue, Guarani, Charrua) estão entre os grupos povoadores de Porto Alegre.⁹ Na virada do século XIX para o XX, pouco mais de setenta mil pessoas faziam parte da população. Hoje, cerca de um milhão e meio de pessoas ocupam 471,85 quilômetros quadrados. Segundo Rosa (2014) e Oliveira (2015), na representação que os habitantes fazem desse espaço físico, identificam-se quatro zonas (centro, sul, leste, norte; ver Figura 1), correspondentes às áreas de circulação das linhas de transporte coletivo urbano no município.¹⁰

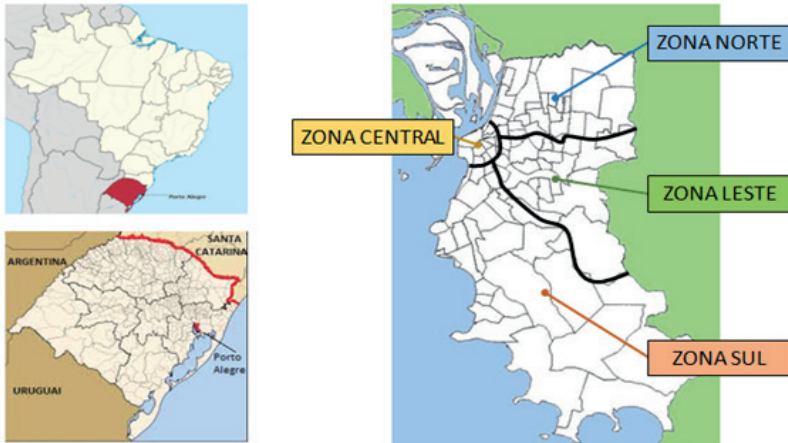


Figura 1. Localização do Rio Grande do Sul no Brasil, de Porto Alegre no Rio Grande do Sul; divisão de Porto Alegre em 4 zonas

Fonte: Battisti; Oliveira (2017, p. 1530)

9 Informações disponíveis no site da PROCENPA (disponível em: http://portoalegreemanalise.procempa.com.br/?regiao=1_10_0; acesso em: 13/11/2019) e no blog de Paulo Barbosa (disponível em: <https://paulobarbosa175.wordpress.com/2013/11/21/escravidao-no-rio-grande-do-sul/>; acesso em: 13/11/19).

10 Em http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/cs/usu_img/regioes_atendimento_cores.jpg, há um mapa dessa divisão. Acesso em: 13/11/2019.

De acordo com Fedozzi e Soares (2015), com base em dados de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a maior parte dos porto-alegrenses (32%) tem ocupações médias (de escritório, supervisão, técnicas, da saúde e educação, de segurança pública, justiça, correios, artísticas e similares), seguidas por profissionais de nível Superior de escolaridade (19%) e por trabalhadores do comércio e prestadores de serviços especializados (16%). Outras categorias expressivas são a dos trabalhadores da indústria – operários, prestadores de serviços auxiliares, operários da construção civil (12/0%); e trabalhadores não especializados – domésticos, ambulantes (13%).

A distribuição da população no espaço físico de Porto Alegre reproduz a polaridade centro/periferia característica das grandes cidades brasileiras e latino-americanas: a área central é mais antiga, de bairros e famílias de maior renda. Na periferia, relativamente populosa, habitam as famílias de menor renda, com mais filhos, onde se concentra a população mais jovem da cidade. No extremo sul do território, há extensas áreas agrícolas. Cabette e Strohaecker (2015) explicam que, até os anos 1970, a localização residencial da população de mais baixa renda em áreas da periferia urbana de Porto Alegre atendeu tanto aos interesses do mercado imobiliário, pela valorização de terrenos e imóveis nas áreas centrais, quanto às políticas urbanas de regulação do uso do solo e de construção de novas unidades habitacionais. Desde os anos 1980, pela ação do mercado fundiário, viabilizada pelo Estado, Porto Alegre vem apresentando o que Cabette e Strohaecker (2015) denominam urbanização difusa: a criação e remodelação de novas centralidades. O desenvolvimento comercial e industrial da cidade, a abertura de avenidas perimetrais, *shopping centers* e condomínios de alto padrão vêm deslocando a população para áreas além do centro.

Esse padrão de urbanização interessa diretamente ao presente estudo porque implica a mobilidade dos sujeitos no espaço físico e, como se assume aqui, afeta a variação linguística. Os sujeitos necessitam deslocar-se de seu bairro para trabalhar, estudar, ter lazer e receber atendimento de saúde. O centro de Porto Alegre, especialmente os bairros Moinhos de Vento,

Farroupilha e Cidade Baixa, é o destino de boa parte desses movimentos urbanos. Isso se dá, conforme Cabette e Strohaecker (2015, p.496), em razão de esses bairros “serem os mais antigos da cidade, por apresentarem boa infraestrutura, com equipamentos públicos de saúde e de lazer.” Situação oposta é a do bairro Restinga, por exemplo, situado na zona sul: “... na Restinga, apenas 1,4% dos moradores são idosos ... O bairro é um dos mais distantes da Área Central de Porto Alegre. A Restinga, também deve ser lembrado, é um dos bairros que teve mais áreas destinadas para construção de habitações populares.” (CABETTE; STROHAECKER, 2015, p.496). Portanto, a depender da renda e da zona de residência dos porto-alegrenses, é possível que certos grupos realizem práticas sociais nas próprias zonas de residência, outros movimentem-se entre zonas, o que pode contribuir para fragmentar o PB falado na comunidade.

4. Metodologia

A haploglia sintática de sequências de sílabas com /t/ e /d/ subjacentes no português falado em Porto Alegre é a variável resposta da análise estatística ou quantitativa. Essa variável é examinada de forma binária: distingue-se aplicação da haploglia (*Rio Gran’do Sul*) de não aplicação da regra (*Rio Grande do Sul*) na codificação dos dados.

Analísaram-se 864 dados de haploglia da amostra de Susin (2018). Dessa, excluíram-se dados envolvendo proparoxítonas (*espírito de, sábado de*), ambiente em que Susin (2018) verificou zero aplicação de haploglia. Os contextos de haploglia foram extraídos de oitava de entrevistas sociolinguísticas de 8 informantes do LínguaPOA, realizadas entre os anos de 2016 e 2018. Os informantes têm entre 20 e 39 anos de idade e nível superior de escolaridade, e distribuem-se equilibradamente por gênero (feminino, masculino) e zona de residência (centro, sul, leste, norte). A opção de restringir os informantes a um só grupo etário e nível de escolaridade se deve não só ao fato de as entrevistas estarem disponíveis no LínguaPOA à

época do levantamento de dados (ver nota 4), mas também à associação entre jovens e mobilidade, aqui explorada.

A análise quantitativa dos dados consistiu em análises estatísticas multivariadas de regressão logística, modelo linear generalizado de efeitos mistos, com a Plataforma R (R Core Team, 2019) na interface RStudio, usando-se a função `glmer` do pacote `lme4`. Para tanto, os 864 dados da amostra de Susin (2018) foram recodificados de acordo com as variáveis previsoras de efeitos fixos listadas de (a) a (h) a seguir, baseadas nos estudos de haploglia acima revisados. Indivíduo e Palavra, esta subdividida em Palavra à esquerda e Palavra à direita, foram tomadas como variáveis aleatórias.

- (a) Sílabas: ccv (*dentro*), cv (*ponto*);
- (b) Sílabas: cv (*do*), cvc (*das*);
- (c) Tonicidade: aa ou átona-átona (*dentro de casa*), at ou átona-tônica (*a gente tem*);
- (d) Segmentos: consoantes iguais-vogais iguais (*grande demais*), consoantes iguais-vogais diferentes (*muito tempo*), consoantes diferentes-vogais iguais (*monte de*), consoantes diferentes-vogais diferentes (*dentro de*).
- (e) Zona: centro, leste, norte, sul;
- (f) Renda domiciliar (mensal do informante): a, b1, b2, c1;
- (g) Gênero: masculino, feminino;
- (h) Bairro (por renda média domiciliar mensal das famílias): b1, b2, c1;

Seguiu-se o Critério Brasil (Figura 2) para a estratificação por renda, considerando-se o declarado pelo informante (Ficha Social do LínguaPOA).

Estrato Sócio Econômico	Renda média Domiciliar
A	20.888
B1	9.254
B2	4.852
C1	2.705
C2	1.625
D-E	768
TOTAL	3.130

ABEP - Associação Brasileira de Empresas de
Pesquisa – 2016 – www.abep.org – abep@abep.org

Figura 2. Critério Brasil para estratificação por renda domiciliar mensal

Fonte: ABEP11

As hipóteses testadas na análise quantitativa inspiraram-se nos resultados dos estudos revisados (seções 1.1 e 2). No controle das variáveis linguísticas de (a) a (d), testaram-se as hipóteses de que a haploglia seria favorecida em ambientes de sílaba um e sílaba dois abertas, ambas átonas, com segmentos de máxima semelhança (consoantes iguais-vogais iguais) (BATTISTI, 2005; SUSIN, 2018). No controle das variáveis extralinguísticas de (e) a (h), testaram-se as hipóteses de que as zonas sul e centro, os níveis de renda mais elevados (a, b1) favorecessem a haploglia (OLIVEIRA, 2018) e de que a variável Gênero não tivesse efeito sobre o processo (BATTISTI, 2005).

Realizaram-se inicialmente testes de qui-quadrado (de Pearson) com todas as variáveis predictoras. Incluíram-se nos modelos de regressão logística da haploglia apenas as variáveis que exibiram valor-p <0,05 no teste de qui-quadrado: Sílabas um, Sílabas dois, Tonicidade, Zona, Renda domiciliar.

11 Disponível em: <http://www.abep.org/criterio-brasil> Acesso em: 15/11/2019.

A variável social Zona correspondeu a um critério de seleção dos informantes de cujas entrevistas se levantaram os dados analisados. Já Renda domiciliar e os níveis considerados nessa variável resultaram do declarado (na Ficha Social do LínguaPOA) pelos informantes, selecionados conforme a zona de residência. Assim, devido ao fato de a amostra ser equilibrada para Zona, mas não para Renda, iniciou-se a análise incluindo-se a primeira variável no modelo, mas não a segunda.

Constatada a interação entre Zona e Renda na análise quantitativa, efetuou-se análise de conteúdo das entrevistas sociolinguísticas dos 8 informantes, para identificar suas práticas sociais cotidianas e assim explicar tal interação, já que as práticas, conforme Bourdieu (2015 [1979/1982]) e Gal (2016), são o fundamento da construção e percepção de diferenças sociais relevantes. Verificou-se que as práticas sociais dos informantes realizavam-se sobretudo nos domínios do estudo, trabalho e lazer e que eram similares, considerando-se os relatos de todos os informantes. O que parecia diferenciá-los era o fato de necessitarem transitar ou não transitar entre zonas para realizar essas práticas. Assim, tomando-se como fundamento a ideia de Blommaert (2016), de que a mobilidade diária dos sujeitos no espaço urbano transforma traços (linguísticos e extralinguísticos) adquiridos nas práticas em diferenças socialmente relevantes, criou-se um Índice de Mobilidade (Quadro 2), que associa dimensões de práticas sociais e graus de mobilidade.

Quadro 2. Índice de Mobilidade

0	quatro dimensões na mesma zona
1	pelo menos uma dimensão em outra zona além da residencial
2	duas dimensões em outra zona além da residencial

O Índice de Mobilidade considera três dimensões de práticas sociais: do trabalho, do estudo, do lazer. Conforme o relatado pelos

informantes nas entrevistas sociolinguísticas, as práticas implicam três categorias de mobilidade: realizam-se, todas, na zona em que se reside, o que não implica mobilidade (categoria 0); ao menos uma dimensão de práticas se realiza em outra zona que não a residencial (categoria 1 de mobilidade), ou duas dimensões de práticas se realizam além da residencial (categoria 2 de mobilidade).¹²

O Índice de Mobilidade foi convertido em variável previsora e integrado à análise quantitativa de regressão logística, como variável de efeito fixo.

5. Resultados

Verificou-se uma proporção total de haploglogia de 27,2%, índice levemente superior ao constatado por Battisti (2005). O primeiro modelo de efeitos mistos (tabela 1), com as variáveis Zona, Sílabas um, Sílabas dois e Tonicidade, mostra que a haploglogia se correlaciona à Sílabas dois. Tendo a sílaba cv como valor de referência, a análise mostra que o processo é desfavorecido pela sílaba cvc (*logodds* -0,675).

12 A variável Mobilidade apenas recentemente tem sido analisada em estudos sociolinguísticos do PB. Oushiro (2015), por exemplo, define-a de acordo com os locais de residência ao longo da vida dos participantes paulistanos: sempre no mesmo bairro; mudou-se para outro bairro da mesma zona; ou mudou-se para outra zona. Correa (2019) e Ribeiro (2019), em sua amostra da fala de estudantes da Universidade Federal de Sergipe, analisam Mobilidade em termos de seu local de origem (região metropolitana de Aracaju, interior do estado ou outros estados) - variável que chamam de “Deslocamento”- e quanto ao meio de transporte utilizado para ir à faculdade (a pé, carro próprio, ônibus, transporte escolar).

Tabela 1. Estimativas dos parâmetros do modelo (de regressão logística, modelo linear generalizado de efeitos mistos) de haploglia com Zona, sem Renda ($n = 864$, Intercepto = $-1,1072$)

	Apl./Tokens	Estimativa	Erro padrão	Valor-z	P
Zona					
centro (valor de ref.)	65/264 (25%)				
leste	25/163 (15%)	-1,022	0,679	-1,505	0,13
norte	39/200 (19%)	-0,779	0,665	-1,172	0,24
sul	106/247 (43%)	1,026	0,644	1,594	0,11
Sílaba um					
cvv (valor de ref.)	20/43				
cv	(46%)	-0,335	0,594	-0,564	0,57
	215/821 (26%)				
Sílaba dois					
cv (valor de ref.)	209/728				
cvc	(29%)	-0,675	0,322	-2,099	0,04 *
Tonicidade					
	26/136				
	(19%)				
aa (valor de ref.)					
	183/617 (30%)				
at	52/247 (21%)	-0,271	0,267	-1,017	0,31

Modelo 1. HAPLOGLIA ~ ZONA + SILABAUM + SILABADOIS + TONICIDADE + (1|PALAVDIR) + (1|PALAVESQ) + (1|INDIVIDUO)

A correlação esperada da haploglia com Zona (cf. SUSIN, 2018) não se verificou, por isso a variável Renda domiciliar foi acrescentada ao segundo modelo de efeitos mistos (tabela 2). Nesse modelo, duas variáveis sociais têm efeito sobre a haploglia: Zona e Renda domiciliar do informante. Tendo-se o fator centro como valor de referência, a análise mostra que os residentes nas zonas norte e sul favorecem o processo. Já na variável Renda, com o fator 'a' como valor de referência, os falantes das classes b2 e c1 desfavorecem a aplicação da regra, não havendo diferença significativa entre os falantes das classes a e b1. Dentre as variáveis linguísticas, como já verificado na

tabela 1, apenas a variável Sílabas dois correlaciona-se à haploglia, com cvc desfavorecendo o processo.

Tabela 2. Estimativas dos parâmetros do modelo (de regressão logística, modelo linear generalizado de efeitos mistos) de haploglia com Zona e Renda ($n = 864$, Intercepto = -1.08794)

Variável	Apl./Tokens	Estimativa	Erro padrão	Valor-z	p
Zona					
centro (valor de ref.)	65/264 (25%)				
neste	25/163 (15%)	-0,094	0,489	-0,191	0,85
norte	39/200 (19%)	2,135	0,901	2,370	0,02 *
ul	106/247 (43%)	1,007	0,358	2,811	0,01 **
Renda domiciliar					
a (valor de ref.)	110/347 (31%)				
b1	83/251 (33%)	-0,025	0,352	-0,071	0,94
b2	6/70 (8%)	-3,680	1,000	-3,681	<0,001***
c1	36/196 (18%)	-2,281	0,772	-2,975	0,003 **
Sílabas um					
ccv (valor de ref.)	20/43 (46%)				
cv	215/821 (26%)	-0,344	0,632	-0,545	0,59
Sílabas dois					
cv (valor de ref.)	209/728 (29%)				
cvc	26/136 (19%)	-0,654	0,326	-2,006	0,04 *
Tonicidade					
aa (valor de ref.)	183/617 (30%)				
at	52/247 (21%)	-0,298	0,274	-1,087	0,28

Modelo 2. HAPLOGLIA ~ ZONA + RENDA.DOMIC + SILABAUM + SILABADOIS + TONICIDADE + (1|PALAVDIR) + (1|PALAVESQ) + (1|INDIVIDUO)

O modelo com Zona e Renda (tabela 2) faz supor que as duas variáveis interajam, uma vez que só nesse modelo verifica-se correlação significativa com Zona. No entanto, como a variável Renda não estratifica essa amostra, não há, para esse conjunto de falantes, todas as combinações possíveis entre Zona e Renda, de modo que a inclusão da interação em um modelo multivariado não seria viável. Assim, optou-se por não incluir ambas as variáveis em um mesmo modelo. Os resultados da análise com Renda domiciliar, sem Zona estão na tabela 3.

Tabela 3. Estimativas dos parâmetros do modelo (de regressão logística, modelo linear generalizado de efeitos mistos) de haplogia sem Zona, com Renda ($n = 864$, Intercepto = $-0,7141$)

Variável	Apl./Tokens	Estimativa	Erro padrão	Valor-z	p
Renda domiciliar					
a (valor de ref.)	110/347 (31%)				
b1	83/251 (33%)	0,153	0,645	0,237	0,81
b2	6/70 (8%)	-1,896	0,902	-2,103	0,04 *
c1	36/196 (18%)	-1,393	0,684	-2,035	0,04 *
Sílabas um					
ccv (valor de ref.)	20/43 (46%)				
cv	215/821 (26%)	-0,379	0,684	-0,615	0,54
Sílabas dois					
cv (valor de ref.)	209/728 (29%)				
cvc	26/136 (19%)	-0,667	0,320	-2,084	0,04 *
Tonicidade					
aa (valor de ref.)	183/617 (30%)				
at	52/247 (21%)	-0,266	0,267	-0,994	0,32

Modelo 4. HAPLOGIA ~ RENDA.DOMIC + SILABAUM + SILABADOIS + TONICIDADE + (1|PALAVDIR) + (1|PALAVESQ) + (1|INDIVIDUO)

Nesse modelo (tabela 3), a variável social Renda domiciliar e a linguística Sílabas dois têm efeito sobre a haploglia. Com o fator ‘a’ como valor de referência, os fatores b2 e c1 da variável Renda desfavorecem a aplicação da regra, repetindo o padrão já verificado no modelo com Zona e Renda (tabela 2). Já o fator cvc da variável Sílabas dois desfavorece a haploglia, tendo o fator cv como valor de referência, o que repete o verificado nos outros dois modelos (tabela 1 e tabela 2).

Os resultados permitem concluir que, em termos linguísticos, a haploglia seja dirigida pela qualidade da Sílabas dois e se correlacione a Renda domiciliar do informante: tende a não ocorrer se a palavra à esquerda iniciar por sílaba cvc (de dentro) e é favorecida por jovens cujas famílias tenham rendas médias mensais superiores.

A relação entre haploglia e renda domiciliar possivelmente se explique pelas práticas sociais que os jovens de famílias mais abastadas conseguem realizar. A análise de conteúdo das entrevistas sociolinguísticas de que se levantaram os contextos de haploglia revelou que, em termos de ‘gostos’, entendidos conforme Bourdieu (2015 [1979/1982]), como expressão de práticas sociais de classe, os informantes favorecedores da haploglia se movimentam no território da cidade e não realizam atividades de lazer em sua zona, o que implica dispor de recursos financeiros e materiais para tanto. Deslocam-se no espaço físico urbano e convergem para o centro nas práticas de lazer, ações que, como a própria haploglia, ganham unidade em certas práticas estilísticas, como já constatado por Oliveira (2018). O excerto a seguir, da entrevista sociolinguística de um jovem residente na zona sul de Porto Alegre, exemplifica afirmações sobre o cotidiano, sobre a necessidade de deslocar-se no espaço urbano para realização de práticas sociais de trabalho e de lazer:

...mesmo que falem que é violento [bairro Restinga, zona sul], tipo, eu me sinto seguro andando por lá, diferente do centro, não tem restrição, assim, de anda(r) em nenhum lugar também, mesmo os cara/ eh, eu gosto. [...] Ah, se fosse pra vive(r), só pelo centro, porque a Restinga, né, mais

questão de estrutura, trabalho, de locomoção, né, porque a Restinga, eu gosto da Restinga, mas é longe de tudo [...] saio pra beber com os cara da faculdade [na Cidade Baixa]: ali na Restinga não tem muitos lugares legais ((risos)) (Inf.129 LínguaPOA)

A sugestão advinda da análise de conteúdo foi a de que não são as práticas sociais propriamente ditas o que explica a tendência de alguns sujeitos de promover haploglia, mas o fato de terem de realizar as práticas fora de sua zona de residência. Afinal, tanto o jovem morador do centro quanto o da zona sul frequentam o centro para estudar e ter lazer. A diferença está no fato de o primeiro não necessitar movimentar-se na cidade para realizar essas práticas. Já o segundo necessita movimentar-se, o que pode levá-lo a incrementar o emprego de variáveis linguísticas como a haploglia ao navegar em redes sociais mais amplas, como prevê Eckert (2000).

Com o Índice de Mobilidade, conforme descrito na Metodologia (Quadrol), codificaram-se os dados de haploglia de cada informante nas categorias previstas no Índice e realizou-se a distribuição de dados de haploglia por Mobilidade (Figura 3).

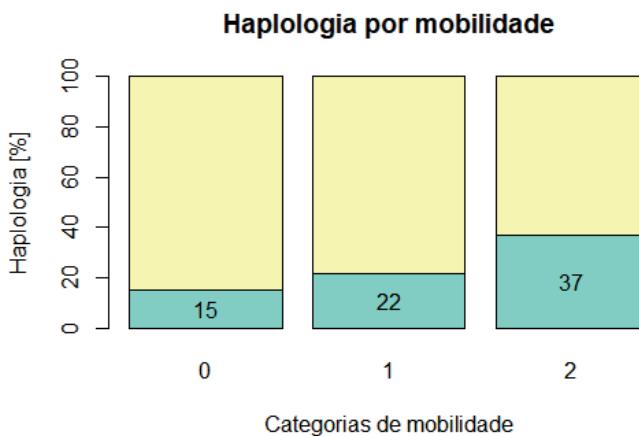


Figura 3. Distribuição de haploglia por mobilidade

Com a distribuição (Figura 3), viu-se que, quanto maior a mobilidade do falante, maior é a proporção de haplogogia. O passo seguinte foi incluir Mobilidade na análise multivariada de efeitos mistos, para verificar se a associação entre mobilidade e haplogogia se manteria na análise com as demais variáveis linguísticas e sociais do modelo (tabela 4).

O modelo com Mobilidade (tabela 4) confirma a correlação dessa variável com haplogogia: o maior grau de mobilidade (categoria 2) favorece o processo. Mantém-se a correlação de Sílabas dois e de Renda verificada nos outros modelos (tabela 2 e tabela 3).

O resultado de Sílabas dois está de acordo com uma restrição já afirmada antes (BATTISTI2004), a de identidade máxima entre segmentos no ambiente da haplogogia. Ocorrências da amostra como, por exemplo, *gente tonta*, mostram que uma sílaba fechada por nasal, além de possuir estrutura silábica diferente da sílaba um, que é cv, apresenta vogal nasalizada, o que aumenta a dessemelhança entre os segmentos no ambiente de aplicação processo.

Os resultados de Renda e Mobilidade na haplogogia conformam-se ao que Bourdieu (2012 [1993]) chama de ‘efeitos do lugar’: o espaço social é retraduzido no espaço físico. Dispor de mais capital econômico viabiliza, em cidades brasileiras como Porto Alegre, habitar zonas com bairros nobres ou tradicionais, em geral centrais, a que se deslocam os sujeitos para realizar práticas de trabalho, estudo, lazer, para obter atendimento de saúde e ter acesso a serviços públicos. A distribuição diferenciada dos sujeitos no espaço físico da cidade, conforme sua posição no espaço social, implica, assim, àqueles que necessitam deslocar-se, negociar identidades individuais em cenários não locais.

Tabela 4. Estimativas dos parâmetros do modelo (de regressão logística, modelo linear generalizado de efeitos mistos) de haploglia com Mobilidade
($n = 864$, Intercepto = $-1,6440$)

Variável	Apl./Tokens	Estimativa	Erro padrão	Valor-z	p
Mobilidade					
0 (valor de ref.)	25/163 (15%)				
1	71/324 (22%)	0,355	0,477	0,743	0,46
2	139/377 (37%)	1,471	0,431	3,416	<0,001 ***
Renda domiciliar					
a (valor de ref.)	110/347 (31%)				
b1	83/251 (33%)	-0,212	0,393	-0,539	0,59
b2	6/70 (8%)	-1,853	0,628	-2,951	0,003 ***
c1	36/196 (18%)	-1,429	0,449	-3,185	0,001 **
Sílaba um					
ccv (valor de ref.)	20/43 (46%)				
cv	215/821 (26%)	-0,312	0,640	-0,487	0,63
Sílaba dois					
cv (valor de ref.)	209/728 (29%)				
cvc	26/136 (19%)	-0,657	0,328	-2,005	0,04 *
Tonicidade					
aa (valor de ref.)	183/617 (30%)				
at	52/247 (21%)	-0,280	0,276	-1,016	0,31

Modelo 17. HAPLOGLIA ~ MOBILIDADE + RENDA.DOMIC + SILABAUM + SILABADOIS2 + TONICIDADE + (1 | PALAVDIR) + (1 | PALAVESQ) + (1 | INDIVIDUO)

A negociação de identidades é necessária porque a mobilidade no espaço urbano promove o contato de sujeitos pertencentes a grupos cujas normas de uso da linguagem podem ser relativamente distintas. Variáveis linguísticas podem ser mobilizadas nessa negociação, com o que se compõem *personae*. As variáveis locais, estereotipadas em contexto não local, tendem a ser evitadas, variáveis prestigiadas, a ser adotadas. Variáveis estáveis como a haploglia, abaixo do nível da consciência social, não são candidatas à

mobilização estilística consciente, mas podem ser indiretamente afetadas nessa negociação, uma vez que integram o conjunto maior de formas empregadas na fala e, assim, podem apresentar algum incremento ou redução nas proporções de uso. É o que nos parece ser o caso em relação à haploglia.

Os sujeitos cujos dados de fala foram aqui analisados pertencem ao grupo etário 20-39 anos, tomado como jovem. Dos oito informantes, apenas um não reside na casa dos pais ou familiares. Todos têm em comum o fato de estar estudando, ou estar ingressando no mercado profissional. Para tanto, movimentam-se no espaço físico de Porto Alegre em diferentes graus. Enquadram-se no que Eckert (2000) denominou ‘navegadores de redes amplas’: têm conexões dentro e além de *clusters* sociais. Posicionam-se na borda dos *clusters*. São usuários extremos de variáveis linguísticas por negociarem suas identidades em espaços semilocais, áreas geográficas imediatas que fornecem um contexto concreto para o local (cf. ECKERT, 2000, p.222).

Esse padrão pode explicar a proporção total de haploglia, de 27,2%, aqui verificada, em contraste com o índice (21%) anteriormente obtido (BATTISTI, 2005). Muito provavelmente, a haploglia não progrediu em Porto Alegre. O aumento no índice corresponde a um incremento no uso da variável implicado pela mobilidade dos jovens no espaço físico e social de Porto Alegre e pela necessária negociação de *personae* nos contatos interpessoais.

Conclusão

A análise quantitativa realizada forneceu respostas às questões sobre diferenciação na aplicação da haploglia por zona e classe social no PB de Porto Alegre.

Os dados examinados foram de sujeitos de 20 a 39 anos de idade, tomados como jovens no estudo empreendido. Os modelos de haploglia variável obtidos não deram suporte às hipóteses relativas às variáveis linguísticas, de que a haploglia seria favorecida em ambientes com ambas

as sílabas átonas e segmentos de máxima semelhança. Observou-se apenas o papel favorecedor de sílaba dois aberta. Essa diferença de resultado em comparação à literatura precedente possivelmente se deve à inclusão das variáveis aleatórias Palavra à Direita e Palavra à Esquerda, uma vez que a atuação idiossincrática de itens lexicais específicos pode ter maior preponderância no processo do que a tonicidade e a semelhança de traços em si. Outra explicação possível são diferentes definições do envelope de variação e, conseqüentemente, o conjunto de dados analisados.

A presente análise, contudo, voltou-se ao papel das variáveis sociais. As hipóteses testadas no controle das variáveis extralinguísticas Renda e Gênero mostraram que níveis de renda mais elevados favorecem a haploglia e que Gênero não tem efeito sobre o processo.

No que se refere à variável Zona, a análise mostra que não são as áreas geográficas em si, mas a mobilidade entre zonas o que se correlaciona independentemente à haploglia nos dados examinados. A mobilidade é viabilizada por maiores níveis de renda, o que, por seu turno, informa sobre práticas de classe no espaço social de Porto Alegre. O Índice de Mobilidade, aqui elaborado, mostrou-se recurso válido na testagem da hipótese da pesquisa, tendo-se verificado a correlação entre o maior grau de mobilidade dos jovens e a maior proporção de haploglia. Com isso, reforça-se também o alinhamento, verificado por Labov (1990), entre uma variável estável e classe social, mesmo sendo a haploglia uma variável que está abaixo da consciência social.

Especialmente entre os jovens, a mobilidade nas grandes cidades requer capital econômico e fornece capital simbólico. É uma maneira de agir na vida cotidiana, de acordo com certas classes sociais ou estilos de vida. Parece ser característica de uma *persona* jovem, urbana e cosmopolita que a haploglia ajuda a compor quando usada junto a outros recursos (linguísticos e não-linguísticos) de identificação e distinção social. O estudo da haploglia em Porto Alegre, aqui realizado, corrobora esse padrão e sugere que os recursos linguísticos são afetados pelas múltiplas oportunidades comunicativas que a mobilidade nos grandes centros urbanos proporciona.

Desdobramentos do estudo podem ser a ampliação da análise, com dados de mais informantes, de diferentes faixas etárias, ou a testagem do Índice de Mobilidade em análises quantitativas que contemplem, em alguma medida, o exame de práticas sociais e culturas locais. São possibilidades de investigação sociolinguística que poderão completar a análise aqui feita e subsidiar estudos de estilo e significados sociais das variáveis, em contextos complexos como as grandes cidades.

Referências

ALKMIM, Mônica G.R.; GOMES, Christina A. G. Dois fenômenos de supressão de segmentos em limite de palavra. **Cadernos de linguística e teoria da literatura**, Belo Horizonte, n.7, p.43-70, 1982.

BATTISTI, Elisa. Haploglia sintática e efeitos de economia. *Organon* v. 18, n. 36, p. 31-39, 2004.

_____. Haploglia no português do sul do Brasil: Porto Alegre. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, n.141, p. 73-88, 2005.

_____. Realizações variáveis de vogais tônicas em Porto Alegre (RS): Ditongação ou *ingliding*? *Fragmentum*, Santa Maria, n. 39, p. 60-78, 2013.

_____; OLIVEIRA, Samuel G. de. Classe social e significados sociais do *ingliding* de vogais tônicas no português de Porto Alegre (RS). In: MENDES, Luciana S.; SILVA, Nadja P. de S.; SILVA, Silmara C. D. da. *Anais do X Congresso Internacional da ABRALIN*. Niterói-RJ: Letras da UFF, 2017. p. 1527-1536.

_____; MORAS, Viviane T.; OLIVEIRA, Samuel G. de; CORREA, Raquel C.; DUARTE, Igor. LínguaPOA, acervo de entrevistas sociolinguísticas em constituição: Desenho da amostra e resultados dos primeiros estudos. *Seminários de Teoria e Análise Linguística UFRGS*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. [Comunicação oral].

BISOL, Leda; MENON, Odete; TASCA, Maria. VARSUL, um banco de dados. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Claudia (Orgs.). **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

_____. ; MONARETTO, Valéria N. de O. Prefácio: VARSUL e suas origens, uma história sumariada. **ReVEL**, Edição especial, n. 13, p. 6-11, 2016.

BLOMMAERT, Jan. From mobility to complexity in sociolinguistic theory and method. In: COUPLAND, Nikolas (Ed.). **Sociolinguistics: theoretical debates**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 242-259.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: BOURDIEU, Pierre. (Coord.). **A miséria do mundo**. 9.ed. Petrópolis: Vozes, 2012 [1993]. p.159-166.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2.ed. Porto Alegre: Zouk, 2015 [1979/1982].

CABETTE, Amanda; STROHAECKER, Tânia M. A dinâmica demográfica e a produção do espaço urbano em Porto Alegre, Brasil. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 481-501, 2015.

CAMARA JR., Joaquim M. **Dicionário de linguística e gramática**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CORREA, Thais R. A. **A variação na realização de /t/ e /d/ na comunidade de práticas da UFS: mobilidade e integração**. 2019. 97 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2019.

CUNHA, Victória G. da. **Estudo-piloto da percepção e avaliação da elevação sem motivação aparente por porto-alegrenses**. Apresentado no XXX SIC UFRGS, 2018, Porto Alegre.

ECKERT, Penelope. **Linguistic variation as social practice**. Malden/Oxford: Blackwell, 2000.

_____. **Meaning and linguistic variation: the third wave in sociolinguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

FEDOZZI, Luciano J.; SOARES, Paulo R. R. (Orgs.). **Porto Alegre: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2015.

GAL, Susan. Sociolinguistic differentiation. In: COUPLAND, Nikolas (Ed.). **Sociolinguistics: theoretical debates**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 113-135.

GOLDSMITH, John A. **Autosegmental & Metrical Phonology**. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1990.

GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana (Orgs.). **Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HAINECK, Débora. **Análise do fenômeno fonológico da haploglia no português falado em Lages/SC**. 2016. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

HELLER, Monica et al. **Sustaining the nation: the making and moving of language and nation**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

LABOV, William. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. The intersection of sex and social class in the course of linguistic change. **Language Variation and Change**, 2, p. 205-254, 1990.

_____. **Principles of linguistic change**, Volume 1: internal factors. Cambridge/Oxford: Blackwell, 1994.

_____. **Principles of linguistic change**, Volume 2: social factors. Malden/Oxford: Blackwell, 2001.

_____. **Principles of linguistic change**, Volume 3: cognitive and cultural factors. Malden/Oxford/West Sussex: Wiley-Blackwell, 2010.

LEAL, Eneida de G. **Teoria fonológica e variação**: a queda de sílaba em Capivari e em Campinas. 2012. 242 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

McCARTHY, John; PRINCE, Alan. **Prosodic morphology I** - constraint interaction and satisfaction. Manuscrito. Amherst/New Brunswick: Universidade de Massachusetts e Universidade de Rutgers, 1993.

_____. Faithfulness and reduplicative identity. In: BECKMAN, J.N et al. (Eds.). **Papers in Optimality Theory** – UMass Occasional Papers 18. Amherst, Massachusetts: GLSA, 1995. p. 249-384.

MENDES, Regina M. G. **A haploglia no português de Belo Horizonte**. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2009.

MOHANAN, Karuvannur P. Fields of attraction in phonology. In: GOLDSMITH, John A. (Ed.) **The last phonological rule**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993. p. 61-116.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre**: urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

OLIVEIRA, Alan J. de. **“Comendo o final das palavras”**: análise variacionista da haploglia, elisão e apócope em Itaúna/MG. 2012. 296 f. Tese (Doutorado em Linguística Teórica e Descritiva) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

OLIVEIRA, Samuel G. de. O estereótipo do falar porto-alegrense: percepções e atitudes sobre o falar com *ingliding* e alongamento vocálico. **An@is Fórum FAPA: XIV Fórum FAPA. Edição V**. Porto Alegre, p. 358-374, 2015.

_____. **Ingliding de vogais tônicas como prática estilística no falar porto-alegrense**: significados sociais da variação linguística. 2018. 230 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

OUSHIRO, Livia. **Identidade na pluralidade**: avaliação, produção e percepção linguística na cidade de São Paulo. 2015. 394 f. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PAZ, Flávia H. da S. **Haploglia no falar paraense**. 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

PRINCE, Alan; SMOLENSKY, Paul. **Optimality theory**: constraint interaction in generative grammar. Manuscrito. NewBrunswick/Boulder: Universidade de Rutgers e Universidade do Colorado, 1993.

R Core Team. **R**: a language and environment for statistical computing. Viena: R Foundation for Statistical Computing, 2019. Disponível em <https://www.R-project.org>. Acesso em: 15/11/2019.

RIBEIRO, Cristiane C. de S. **Deslocamento geográfico e padrões de uso linguístico**: a variação entre as preposições *em ~ ni* na comunidade de práticas da Universidade Federal de Sergipe. 2019. 79 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2019.

ROCKENBACH, Livia. **O apagamento variável da vibrante em posição de coda no português falado em Porto Alegre**: piloto de um teste de percepção e avaliação linguística. Apresentado no XXX SIC UFRGS, 2018, Porto Alegre.

ROSA, Renan S. **A comunidade de fala de Porto Alegre no estudo da variação linguística**: identificando subcomunidades. 2014. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

SILVEIRA, Álvaro F. de S. da. **Fonética sintática**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

SIMIONI, Taíse; AMARAL, Fabiana U. A haploglia e o princípio do contorno obrigatório. **Revista do GELNE**, v.13, n.1/2, p.53-67, 2011.

SUSIN, Bruna S. **Falan'de Porto Alegre**: a haploglia sintática variável no português da capital gaúcha. Apresentado no XXX Salão de Iniciação científica da UFRGS, 2018.

TENANI, Luciani. E. **Domínios prosódicos no português do Brasil**: implicações para a prosódia e para a aplicação de processos fonológicos. 2002. 317 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2002.

TRASK, Robert L. **Historical linguistics**. London: Arnold, 1996.

YIP, Moira. The Obligatory Contour Principle and phonological rules: a loss of identity. **Linguistic Inquiry**, n.19, p. 65-100, 1988.

Imagens de mulher nos conselhos de *Correio Feminino* de Clarice Lispector

Images of woman in the advice of Clarice Lispector's *Correio Feminino*

Leonardo Coelho Corrêa-Rosado*

RESUMO

O presente trabalho é um estudo das representações sociodiscursivas engendradas nos textos do gênero conselho no âmbito da obra *Correio Feminino* de Clarice Lispector. Nosso objetivo é descrever as principais representações sociodiscursivas em relação à mulher, a partir dos dados levantados para o modo de organização descritivo do gênero em estudo, através do instrumental teórico-metodológico da Teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau (1983, 1992, 2004, 2008). Os nossos resultados demonstram que os textos representam um modelo tradicional de mulher que, inclusive, é utilizado pelo EUE como um ideal a ser seguido pela leitora dos textos.

Palavras-chave: Representações femininas. Clarice Lispector. Gênero Conselho. Teoria Semiolinguística.

Recebido em 13 de maio de 2021

Aceito em 2 de julho de 2021.

DOI: <http://doi.org/10.18364/rc.2022n62.514>

* Universidade Federal de Minas Gerais, leotimtimcorre@icloud.com

ABSTRACT

This work is a study of the socio-discursive representations engendered in the texts of the genre advice within the scope of *Correio Feminino*, by Clarice Lispector. Our objective is to describe the main socio-discursive representations with regard to women, based on the data collected for the descriptive organization of the genre under study, through the theoretical and methodological approaches of Semiolinguistics Theory proposed by Patrick Charaudeau (1983, 1992, 2004, 2008). Our results show that the texts represent a traditional female model, which is used by the EUE as an ideal to be followed by the reader of the texts.

Keywords: Female representations. Clarice Lispector. Advice genre Semiolinguistics Theory.

Introdução

A escritora brasileira Clarice Lispector, ao longo de sua vida, exerceu diversas atividades no meio jornalístico, trabalhando para jornais e revistas como colaboradora nas mais diversas funções. Como colunista, teve seção fixa em alguns jornais, e um tipo de seção muito comum em sua carreira jornalística foi a produção das famosas colunas femininas, objeto de estudo desse trabalho.

Três foram as colunas femininas que Clarice produziu para três diferentes jornais cariocas nas décadas de 1950 e 1960: “Entre Mulheres”, coluna do tabloide *Comício*, publicada entre maio e setembro de 1952; “Correio Feminino – Feira de Utilidades”, produzida entre agosto de 1959 e fevereiro de 1961, para o jornal *Correio da Manhã*; “Só para Mulheres”, publicada entre abril de 1960 e março de 1961, para o jornal *Diário da Noite*. Para cada uma dessas colunas, ou Clarice adotava um pseudônimo, como é o caso de *Comício*, cuja coluna era assinada com o nome de Tereza Quadros, e *Correio da Manhã*, na qual a coluna apresentava o nome de Helen Palmer; ou, como é o caso do *Diário da Noite*, Clarice era *ghostwriter* da manequim e atriz brasileira Ilka Soares.

Um estudo detalhado destas colunas é proposto por Nunes (2006) no seu livro *Clarice Lispector jornalista: páginas femininas e outras páginas*.

De acordo com essa pesquisadora, as colunas femininas de Clarice Lispector são exemplos muito interessantes de textos vinculados à imprensa feminina, visto que são textos direcionados ao público feminino, propondo assuntos “típicos” das mulheres.

Segundo Buitoni (1986), imprensa feminina é um conceito definitivamente sexuado, no qual o sexo de seu público faz parte de sua natureza conceitual. Ou seja, imprensa feminina é o tipo de veículo produzido, pensado e dirigido exclusivamente para mulheres. Desta forma, a natureza do público ao qual a imprensa feminina se dirige é o que constitui a sua característica mais básica. Buitoni (1986) também aponta que esta imprensa é ainda caracterizada por um conteúdo específico bem como por uma linguagem específica, que a distinguiria das demais imprensas, principalmente daquela dita imprensa geral.

Assim, a natureza do público constitui o elemento chave para compreendermos os conteúdos e a linguagem utilizada nesse tipo de imprensa, uma vez que, a ideia de público feminino está intrinsecamente vinculada às representações sociodiscursivas que fazemos das mulheres ao longo de nossa história. Nesse sentido, o desenvolvimento da imprensa feminina, no âmbito da história ocidental, se deu de forma a abranger os novos papéis femininos e também as novas necessidades implicadas pela evolução do capitalismo. Isso permite-nos compreender que a história da imprensa feminina é a história dos costumes: um reflexo significativo da vida cotidiana, da economia doméstica, das relações sociais e das relações morais (SULLEROT, E. apud. BUITONI: 1981, p. 9).

Diante desse contexto, o presente trabalho é um estudo das representações sociodiscursivas engendradas nos 45 textos identificados como sendo representantes do gênero conselho no âmbito da obra *Correio Feminino* de Clarice Lispector. Nosso objetivo é descrever as principais representações sociodiscursivas em relação à mulher, a partir dos dados levantados para o modo de organização descritivo do gênero em estudo, através do instrumental teórico-metodológico da Teoria Semiociológica de Patrick Charaudeau (1983, 1992, 1995, 2004, 2008).

Para a realização do exposto, dividiremos este trabalho em quatro seções: (i) *A descrição e o modo de organização descritivo: a proposta Semiolinguística*, que descreve os componentes do modo de organização descritivo; (ii) *O gênero conselho em Correio Feminino*, que introduz alguns aspectos relevantes sobre a configuração deste gênero dentro do corpus em questão; (iii) *A descrição e o modo de organização descritivo no gênero conselho: analisando o corpus*, demonstra os resultados encontrados em relação à organização descritiva do gênero estudado e (iv) *Imagens de mulher: a problemática da representação feminina no gênero analisado*, seção que discorre sobre a representação feminina considerando os resultados e o contexto sócio-histórico dos textos analisados.

Vale ressaltar que a obra *Correio Feminino*, publicada em 2006 pela editora Rocco, é uma coletânea de 178 textos jornalísticos escritos por Clarice Lispector para as colunas femininas mencionadas acima nas décadas de 1950 e 1960.

1. A descrição e o modo de organização descritivo: a proposta Semiolinguística

Conforme postula a Teoria Semiolinguística, o *modo de organização descritivo* é um *procedimento discursivo* que se utiliza de algumas categorias de língua para produzir determinados efeitos, resultando, ao seu fim, em uma descrição.

Esse modo de organização se baseia em uma atividade de linguagem, o *descrever*, que consiste em fazer existir os seres nomeando-os, localizando-os e qualificando-os de maneira singular, através de um olhar sobre o mundo.

O modo de organização descritivo constitui-se de três componentes, que são autônomos, porém indissociáveis um do outro: (i) *nomear*, (ii) *localizar-situar* e (iii) *qualificar*. Tais componentes são implementados no discurso por meio de procedimentos discursivos de *identificação* (nomear),

de *construção objetiva do mundo* (localizar-situar e qualificar) e de *construção subjetiva do mundo* (qualificar), que, por sua vez, se utilizam de procedimentos linguísticos (categorias da língua) para a concretização da construção descritiva.

1.1 Nomeação

Para Charaudeau (1992), nomear é dar existência a um ser por meio de uma dupla operação que consiste na *percepção* de uma diferença no *continuum* do universo e, concomitantemente, na *classificação* dessa diferença em uma semelhança. Tais operações, contudo, dependem estreitamente do sujeito que percebe, visto que o mundo não é um objeto pré-construído, que existe de maneira autônoma e exterior, mas construído por esse sujeito através de seu discurso (processo de transformação). Entretanto, tal sujeito não pode existir somente em razão de sua subjetividade, uma vez que ele faz parte de um determinado grupo social, que, de alguma maneira, sobredetermina, através de aspectos culturais, a sua visão de mundo. Logo, na sua encenação discursiva, o sujeito serve-se também do imaginário social de seu grupo para identificar, nomear, localizar e qualificar os seres.

Com relação aos procedimentos discursivos, a nomeação só é possível através dos procedimentos de identificação, que consistem em fazer existir os seres, humanos ou não, nomeando-os. A identificação serve-se de diversas categorias linguísticas, tais como a denominação, a indeterminação, a atualização, para nomear e identificar um determinado ser. Isso equivale a dizer que a identificação pode ser do tipo *genérica* (*identificação genérica*), na qual os indivíduos são nomeados por nomes comuns que os individualizam e os fazem pertencer a uma determinada classe de seres; ou do tipo *específica* (*identificação específica*), que, através de nomes próprios, identifica os seres naquilo que lhes são específico.

1.2 Localização-Situação

Localizar-situar é determinar para um ser o seu lugar no espaço e no tempo. Porém, ao mesmo tempo em que se localiza este ser no espaço e no tempo, também se atribui a ele algumas características, visto que, por efeito de retorno, a posição espaço-temporal dá a ele a sua razão de ser.

Discursivamente, a localização-situação se realiza através de procedimentos de *construção objetiva*, que, resumidamente, consistem em construir uma visão de verdade¹ sobre o mundo, que qualifica os seres por meio de traços que podem ser verificados por qualquer outro sujeito além do sujeito falante. Assim sendo, a construção objetiva do mundo depende, para a construção de sua “objetividade”, de: (i) uma organização *sistematizada* do mundo, que resulta de um ponto de vista científico sobre o mesmo; (ii) uma *observação* do mundo que é compartilhada pelos membros de uma comunidade social na forma de um *consenso* que se constitui para esses mesmos sujeitos como a *realidade em si*.

1.3 Qualificação

O componente qualificar está correlacionado ao componente nomear, entretanto, enquanto este estrutura o mundo em “constelação de seres”, aquele atribui sentido particular aos seres, especificando-os a partir de um ponto de vista tanto objetivo quanto subjetivo.

E é através deste ponto de vista subjetivo que o sujeito descritor satisfaz seu desejo de posse do mundo, uma vez que, ao qualificar um determinado ser, ele o singulariza e o especifica não somente por meio de sua racionalidade, mas também por meio de seus sentidos e sentimentos.

1 Charaudeau (1992) aponta que essa visão de verdade não pode ser entendida como verdade do mundo, visto que se trata de um *imaginário social compartilhado* que representa e constrói o mundo segundo aquilo que o grupo social acredita ser a verdade. Para ele seria mais exato falar em *verossimilhança realista* do mundo.

Porém, pelo fato deste sujeito descritor viver em coletividade, as normas da prática social exercem coerções na qualificação dos seres em seu discurso. E isso nos possibilita entender a qualificação como uma atividade discursiva em que o sujeito falante manifesta o seu imaginário individual e/ou coletivo em um jogo de conflito entre visões normativas (impostas pelas normas sociais) e visões subjetivas (condicionadas pela sua subjetividade). Desse modo, no plano discursivo, a qualificação se realiza através de procedimentos de construção objetiva e construção subjetiva do mundo.

2. O gênero conselho em *Correio Feminino*

A coletânea de textos *Correio Feminino* reúne 178 textos de gêneros variados publicados nas colunas femininas escritas, sob a forma de pseudônimo ou *ghostwriting*, por Clarice Lispector nas décadas de 1950 e 1960 para jornais cariocas. Além dos textos para as colunas femininas em questão, a coletânea traz também 3 textos publicados na revista *Mais* na década de 1950.

Para a seleção dos textos do corpus, realizamos um levantamento prévio dos gêneros situacionais/discursivos destes textos de forma a delimitar nosso escopo de análise. O enquadramento dos textos nos gêneros identificados seguiu a proposta teórico-metodológica de Patrick Charaudeau (2004) para os gêneros situacionais.

Assim, tal levantamento demonstrou alguns dados importantes. Em primeiro lugar, os 178 textos selecionados para compor a coletânea em questão estão enquadrados em 8 gêneros situacionais: *conselho*, *comentário*, *conto*, *crônica*, *dica*, *gênero híbrido*, *reflexão* e *teste*. Em segundo lugar, desses 178 textos, 45 correspondem a conselhos, sendo o gênero mais recorrente na composição da coletânea.

O quadro a seguir apresenta os gêneros encontrados no conjunto da coletânea, considerando o jornal no qual esses gêneros aparecem, bem como a quantidade encontrada. Com relação aos jornais, percebemos que os textos publicados na coluna feminina do *Correio da Manhã* são os mais recorrentes

Já com relação aos gêneros, observamos que o gênero menos recorrente é o gênero **Teste**, pois este aparece em apenas 3 (1,68%) textos, sendo 2 do *Diário da Noite* (coluna “Só para Mulheres”) e 1 do *Correio da Manhã* (coluna “Correio Feminino – Feira de Utilidades”); enquanto o mais recorrente é Conselho, pois este aparece em 45 (25,28%) textos, sendo 2 do *Comício* (coluna “Entre Mulheres”), 25 do *Correio da Manhã* e 18 do *Diário da Noite*. Tal fato, mais uma vez, demonstra a predominância de textos vinculados ao jornal *Correio da Manhã* sobre os demais.

Quadro 1 – Relação de gêneros discursivos encontrados em *Correio Feminino*

Gêneros	Jornais				
	<i>Comício</i> “Entre Mulheres”	<i>Correio da Manhã</i> “Correio Feminino”	<i>Diário da Noite</i> “Só para Mulheres”	<i>Mais</i>	Total
Conselho	2	25	18	0	45
Comentário	0	24	13	0	37
Conto	4	0	0	2	6
Crônica	3	1	0	1	4
Dica	0	15	16	0	31
Gênero Híbrido	4	17	19	0	40
Reflexão	0	7	4	0	11
Teste	0	1	2	0	3
Total	13	90	72	3	178

Para compor o corpus desse trabalho, escolhemos, então, os 45 textos do gênero conselho, tanto pelo fato de sua recorrência, quanto pelo de sua finalidade comunicativa – como veremos em análise, tal finalidade possibilita o engendramento muitas representações femininas na *mise en scène* discursiva desses textos.

Considerando os pressupostos de Charaudeau (2004) para a descrição dos gêneros discursivos², podemos dizer que, no que tange às *restrições situacionais*, o gênero conselho está vinculado ao domínio de comunicação midiática, visto que, em um primeiro instante, tal gênero fora publicado nas páginas/colunas femininas de Clarice Lispector. Tal domínio institui uma situação de comunicação de entretenimento (contrato de entretenimento), na qual o EUc³, através de seu EUe (1), desdobra-se em um EUe (2), para com isso mascarar ou a identidade do sujeito comunicante ou a do sujeito enunciador. Além disso, tal desdobramento funciona como uma estratégia discursiva de captação e de credibilidade do discurso. Ocorre também que esse EUe (1), através do EUe (2), se dirige a um TUi, formado basicamente de mulheres, com uma *finalidade*, aconselhar (ou seja, propor ao TUD uma ação futura que o beneficiará e o retirará de uma situação atual desfavorável) este último a assumir ou não assumir algum modelo de mulher estabelecido em seu discurso, em relação a diversos propósitos: i) beleza, ii) moda, iii) casamento e família, iv) problemas diários, v) educação dos filhos, entre outros. Para isso, o sujeito enunciador (1) seleciona duas visadas: i) *visada de incitação* (fazer fazer) e ii) *visada de informação* (fazer saber), podendo, quando o propósito o permite, selecionar outras visadas, tais como a *visada de instrução* (fazer saber-fazer) e a de *demonstração*.

-
- 2 A expressão *gênero situacional* é usada por Charaudeau (2004) para tratar dos gêneros do discurso. Ancorando o discurso no social em uma perspectiva psicossociológica, Charaudeau (2004) compreende os gêneros do discurso a partir da articulação entre as restrições situacionais determinadas pelo contrato comunicacional, as restrições discursivas e as restrições formais. Assim, os gêneros estão organizados em três níveis, sendo um nível condicionante na organização do outro. Como as características discursivas são determinadas pelas condições situacionais de produção nas quais são definidas as restrições que determinam a organização tanto discursiva quanto formal, os gêneros são denominados de *gêneros situacionais*.
- 3 As siglas, EUc, EUe, TUD, TUi, correspondem, no âmbito da AD Semiolinguística, aos seguintes sujeitos: sujeito comunicante (EUc), sujeito enunciador (EUe), sujeito destinatário (TUD) e sujeito interpretante (TUi).

Essas restrições situacionais condicionam as restrições formais, via *restrições discursivas*. Essas últimas, no gênero em questão, mostram que, em relação aos *modos enoncivos* (ou *modos de organização do discurso*), ele se caracteriza, predominantemente, pela utilização do argumentativo e do descritivo. Já em relação aos *modos enunciativos*, ou seja, aos *comportamentos alocutivo, elocutivo e delocutivo*, o gênero conselho faz uso dos comportamentos alocutivo e delocutivo, podendo, em alguns casos, utilizar-se do elocutivo (principalmente quando o EUE (1) assim o desejar). Os *modos de tematização* revelam que no conselho os propósitos maiores (beleza, por exemplo) são divididos em vários subtemas, segundo a finalidade do texto.

Em termos de *restrições formais*, o gênero situacional conselho se configura em termos de *mise en scène textual* por meio de um paratexto que dispõe um *título* (este com função de resumir o conteúdo do texto, estabelecendo, com isso, uma ligação catafórica com o mesmo) e um *texto* ou *corpo textual* abaixo do título. Em relação à *composição textual interna*, os textos do gênero conselho não apresentam nenhuma seção delimitada, porém pode-se encontrar momentos diferentes no texto: i) *momento introdutório* (organizado discursivamente pelo comportamento delocutivo) evidencia, de forma genérica, qual é a situação desfavorável que EUE (1) não quer que o TUD esteja; e ii) *momento de aconselhamento* (organizado discursivamente pelo comportamento alocutivo), momento em que de fato o EUE (1) aconselha o TUD sobre algum propósito. A *fraseologia* do gênero Conselho emprega algumas expressões, tais como “minhas amigas” “minhas leitoras”, “minhas caras”, “minha amiga”, aproximando locutor e interlocutor nesta situação de comunicação. Já a *construção gramatical* deste gênero mostra que o EUE (1) utiliza, predominantemente, dois tipos de construção para concretizar sua finalidade: (i) *construção com frases em modo imperativo* e (ii) *construção com frases com verbos modais*, tais como os verbos *dever* e *ter*; bem como faz uso da *pronominalização do “você”* e correspondentes.

3. A descrição e o modo de organização descritivo no gênero conselho: analisando o corpus

A organização descritiva de um texto se constrói a partir dos componentes *nomear*, *localizar-situar* e *qualificar*. Para apresentarmos os resultados obtidos para esse modo de organização, levaremos em conta esses mesmos componentes, bem como a configuração do gênero apresentada anteriormente.

3.1 Nomeação

A identificação dos seres no gênero escolhido para esse trabalho se faz em dois planos, que estão relacionados com a encenação enunciativa, bem como com a finalidade do gênero em estudo. No primeiro plano, que vamos denominar de plano *real*, visto que é plano da interação entre locutor e interlocutor, observamos que há a identificação do ser ao qual o EUE se dirige: a *mulher-leitora*. Essa mulher-leitora, em termos linguísticos, é frequentemente identificada de forma indireta, visto que sua presença no discurso se dá por meio de marcas que caracterizam o comportamento alocutivo do modo enunciativo do gênero, tais como os pronomes de tratamento “você”, juntamente com os seus correspondentes; os possessivos “seu(s)”, “sua(s)”; os pronomes pessoais oblíquos “lhe”, “a você”; os pronomes reflexivos “se”; e as desinências número-pessoais, principalmente do modo imperativo, dos verbos:

(1) Com essas qualidades, **você** será **você mesma**, adquirirá autoconfiança, e, para **sua** própria surpresa, as vitórias se tornarão muito mais fáceis.
(CONST)

Podemos encontrar, também, casos em que o EUE se utiliza de procedimentos linguísticos de *identificação genérica*, através de substantivos comuns como *leitoras* e *amiga*.

(2) Pois, minhas **amigas**, o que acontece é que elas esqueceram a sua condição de mulher. (CONS19)

A identificação dessa mulher-leitora está, na maioria dos casos, relacionada com o propósito temático do texto. Esta relação possibilita que o procedimento discursivo de identificação ocorra em função dos *status* sociais das mulheres e também da faixa etária delas. Assim, se o propósito do texto é o casamento, a mulher-leitora será identificada em seu *status* social de *esposa*; se o propósito for referente à educação dos filhos, a mulher-leitora será identificada como *mãe*; se o propósito do texto for trabalho, a mulher-leitora será identificada como *trabalhadora*; se o propósito for beleza, moda, comportamento, a mulher-leitora será identificada como *mulher-mulher*⁴; se o propósito relacionar alguns desses temas com a idade, a mulher-leitora será identificada em função de sua faixa etária⁵. Vejamos alguns exemplos:

(3) Minha amiga, a primeira qualidade para uma mulher ser Mulher é saber ser **Mãe**. Não se descuide desse dever. Não seja o monstro responsável pelas futuras falhas do seu filho, deixando-o levemente crescer longe de seus olhos e de seus carinhos.(*mulher-mãe*) (CONS 6)

(4) Cuidado, portanto, na maneira como trata seu marido, minha amiga leitora! Pense no que será perdê-lo...e faça-lhes as vontades. Quando não, use de diplomacia e delicadeza. Garanto que é o melhor meio de domá-los (*mulher-esposa*) (CONS5)

(5) Primeiramente, deve mostrar-lhe por diversos meios que tem confiança nele: ao mesmo tempo deve tomar interesse por seu trabalho,

4 Quando utilizamos a expressão *mulher-mulher* para remeter à identificação da mulher-leitora estamos utilizando-a em contraste com as outras *mulher-esposa* e *mulher-mãe*, dos outros conselhos. Essa expressão, dentro desse contexto de identificação, é somente uma forma geral de tratar a mulher-leitora identificada, pois há alguns conselhos em que ela não é categorizada em nenhum *status* social específico. Não fazemos, desta forma, nenhum tipo de julgamento que leve em conta os aspectos e as condições sociais do gênero feminino.

5 Este tipo de identificação, conforme o exemplo (9), sempre representa uma mulher mais velha, entre a faixa dos 25 e 40 anos.

ouvir suas longas dissertações sobre os acontecimentos do dia, e procurar manter sempre a casa limpa, apresentar refeições gostosas e agradáveis à vista. (*mulher-dona-de-casa e mulher-esposa*) (CONS45)

(6) Em segundo lugar, sua voz deve sair naturalmente, rica em entonações discretas, apenas, e não exageradas. (*mulher-mulher*) (CONS30)

Portanto, nesse primeiro plano da identificação (plano *real*), concluímos que a identificação da mulher-leitora pode se dar pelos seguintes *status* sociais: *mulher-mãe, mulher-trabalhadora, mulher-dona-de-casa, mulher-esposa/noiva/namorada e mulher-mulher*..

Já no segundo plano, denominado de plano *ideal*, uma vez que se trata do plano em que o EUE enuncia o modelo (ou anti-modelo) de mulher que ele deseja que o TUD adote para se afastar de uma situação desfavorável (situação essa que depende dos imaginários sociodiscursivos vigentes), a identificação dos seres ocorre de forma a encenar o modelo proposto, para, dessa forma, permitir a adesão do sujeito-destinatário a ele. Assim, enquanto no primeiro plano identifica-se o destinatário do texto, no segundo plano procura-se identificar os seres que são os modelos ideais, principalmente de mulher, em relação às circunstâncias discursivas em que as colunas “Entre Mulheres”, “Correio Feminino – Feira de Utilidades” e “Só para Mulheres” foram produzidas.

Na maioria dos casos, o ser identificado nesse plano ideal é o ser *mulher*, que, dependendo do propósito particular de cada texto, pode ser identificado tanto por um *status* social: *mulher-trabalhadora (1), mulher-mãe (1), mulher-esposa/noiva/namorada (1), mulher-mulher (1)*⁶; quanto pela faixa etária: *mulher-adulta (1)*. Como podemos notar, as identificações desta mulher-modelo, enunciadas de forma delocutiva, se assemelham, ponto por ponto, às identificações da mulher-leitora, enunciadas pelo modo alocutivo.

6 Utilizamos o símbolo “(1)” à frente dos termos para distinguir esses daqueles usados na identificação da mulher-leitora.

A identificação dessa mulher-modelo ocorre por meio dos mesmos procedimentos linguísticos dos exemplos anteriores, tais como os procedimentos de *denominação genérica* e os procedimentos de *denominação específica*⁷. Vejamos os fragmentos que se seguem:

(7) Existem muitas e muitas também são as **mulheres** que as cultivam, sem pensar que com isso estão se prejudicando. (denominação genérica com o substantivo “mulher”) (CONS16)

(8) Não vou afirmar que qualquer uma poderá ter um rostinho de **Elizabeth Taylor** ou o corpo de uma **Gina Lollobrigida**, mas um bonito sorriso, uma pele macia, uns cabelos sedosos, uns olhos brilhantes, isso todas nós podemos obter. (denominação específica) (CONS8)

Outros seres que mantêm alguma relação social com a mulher-modelo podem ser identificados na construção discursiva do gênero conselho no corpus selecionado, como o ser *marido* (ou *homem*) e o ser *filho/filha* (ou *criança*). A identificação desses seres ocorre através de procedimentos linguísticos de *denominação genérica*, e a função deles no discurso é trazer mais aspectos para a identificação e qualificação da mulher-modelo e, conseqüentemente, da mulher-leitora.

(9) As **meninas** que já são **mocinhas** precisam muito de conselhos de beleza pra se sentirem aparadas; não sabem muito bem o que são, não sabem propriamente o que querem ser. E ainda por cima, desconfiam da vontade de “mandar” dos outros. (CONS25)

(10) Sem consciência disso, ela continua o seu “show”, alheia ao constrangimento do **companheiro** e ristinho maldoso dos estranhos...Os **homens** costumam fugir apavorados deste tipo de mulher. (CONS16)

7 Procedimento que ocorre em casos bastante específicos, como podemos notar no exemplo (11). Nele, há a identificação dos seres Gina Lollobrigida e Elizabeth Taylor – famosas atrizes americanas das décadas de 1950, 1960 e 1970 – como anti-modelos para a mulher leitora. A referência a esses seres mostra, como apontou Buitoni (1981), a influência da cultura americana no Brasil.

Portanto, o ser mulher-modelo (ou anti-modelo) pode manter relações diversas com outros seres discursivos para assim concretizar a construção descritiva do EUE dentro da situação de comunicação midiática conselho nas colunas femininas de Clarice Lispector.

3.2 Localização / Situação

No gênero conselho, dentro de nosso corpus, constatamos que a localização / situação dos seres ocorre em ambientes físicos e sociais e em situações sociais, havendo uma predominância do último em relação ao primeiro, principalmente no que diz respeito à situação de casamento. Na verdade, em termos de ambientes físicos, há a localização da mulher no ambiente casa (CONS13, CONS45), no ambiente universidade (CONS10) e no ambiente social lar (CONS5, CONS14, CONS45). Tais localizações, embora de menor incidência, revelam alguns aspectos interessantes sobre a representação sociodiscursiva da mulher no contexto em estudo. Sobre esses aspectos iremos tecer maiores considerações na seção ° abaixo.

Todavia, nem todos os textos do gênero conselho necessitam localizar / situar os seres em situações ou ambientes sociais, pois a temática predominante deste gênero é a da beleza (14 textos – 31,11%), seguida da de feminilidade (8 textos – 17,78%), casamento e relacionamentos amorosos (5 textos – 11,11%) e educação dos filhos (4 textos – 8,88%). Assim, quando o propósito do texto permite determinadas localizações, observamos a ocorrência desse componente do modo descritivo do gênero. Dentre as situações sociais descritas, há a predominância das seguintes: *casamento* (10 textos – CONS5, CONS6, CONS10, CONS11, CONS13, CONS14, CONS21, CONS38, CONS40, CONS45), *trabalho feminino* – entendido aqui como o trabalho não doméstico, isto é, o trabalho realizado fora do âmbito do lar – (1 texto – CONS19) e *almoço/jantar* (1 texto – CONS24). Vejamos alguns exemplos em que o ser mulher aparece situado nessas situações sociais:

(11) Se você **trabalha fora**, comanda ou dirige equipes, trata de assuntos comerciais com homens, interessa-se, por força da profissão, pela cotação do mercado, pela contabilidade mecanizada, enfim, se você é obrigada a deixar de lado as maneiras delicadas e muito femininas, muito cuidado. O grande perigo que a ameaça é a masculinização de seus gestos, de sua palestra, de seus pensamentos.(CONS19)

(12) A mulher, pelo seu temperamento mais afetivo e predisposto ao perdão, esquece com facilidade as más palavras surgidas numa discussão. Com o homem não acontece o mesmo. Conheço alguns que tiveram seus **casamentos** arrasados por uma palavra ou uma frase impensada de sua mulher. Um desses, habitando a mesma casa que a esposa durante doze anos sem dar-lhe uma palavra, contou-me que se casara por amor, mas todo esse amor desaparecera no dia em que ela maldisse o seu casamento, e no auge de uma discussão exclamou: “Maldito o dia em que me fizeram casar com você.” “Fizeram-na casar.” E ela respondera que era uma criança, na época do casamento e que os outros adultos eram responsáveis pela tolice. (CONS5)

O exemplo (11) é um fragmento extraído do texto *Para as que trabalham fora...*(CONS19), publicado na coluna “Correio Feminino – Feira de Utilidades” em 25 de março de 1960. Nele, observamos que a mulher é identificada em seu *status* social de *trabalhadora* e situada no ambiente social de *trabalho não doméstico*. A descrição feita pelo sujeito enunciator nesse texto mostra que o trabalho feminino, embora possa ser exercido pela mulher, é uma situação própria para o homem, visto que se a mulher trabalhar fora ela é “obrigada a deixar de lado as maneiras delicadas e muito femininas”. Ou seja, o trabalho feminino é descrito como uma situação social masculina, uma situação que quando é exercida pela mulher pode lhe trazer sérios problemas (principalmente em relação à conquista de um homem).

A situação social *casamento* é descrita no exemplo (12). Essa situação é caracterizada como uma situação social na qual a mulher deve realizar suas práticas em função do homem: a mulher deve estar bonita para o marido, deve agradá-lo, não deve aborrecê-lo com um “rosário de lamúrias sobre seus problemas caseiros, brigas com as empregadas e as malcriações dos

filhos”. Assim, há, na descrição feita pelo EUE, uma série de “deves” e “não deves” exercidos pela mulher, todos eles realizados em função das vontades do homem. Até mesmo a sedução deve ser uma prática constante na vida da mulher casada, pois “a rua está fervilhando de mulheres bonitas, mais bonitas porque têm a atração do desconhecido e do proibido”.

Os procedimentos linguísticos mostram que o movimento do texto vai da *mulher para o homem*, ou seja, o texto se movimenta no sentido de abrigar as práticas que a mulher deve ou não deve fazer para o homem; o contrário, entretanto, não é contemplado. Mesmo nos casos em que o EUE afirma que é a mulher quem sempre decide (CONS43), trazendo argumentos tais como “por trás de todo grande homem, há uma grande mulher”, percebemos ainda que as práticas de submissão aos desejos do homem prevalecem, uma vez que, para conquistá-lo, a mulher deve primeiramente agradá-lo, agindo com bondade e ternura. Portanto, podemos dizer que as práticas realizadas no casamento estão sempre relacionadas à submissão da mulher ao marido, visto que o homem, nessa situação, é descrito e qualificado como o chefe do lar e, conseqüentemente, dono da casa.

Entretanto, vale ressaltar que o texto *Arranjar marido* (CONS10), publicado na coluna “Correio Feminino – Feira de Utilidade”, em 30 de outubro de 1959, não coloca o casamento como o único destino da mulher. O texto é bastante claro quanto à posição de que a mulher, para ser feliz, não precisa se casar, podendo arrumar outros meios, como a universidade, por exemplo:

(13) Nós não estamos mais no tempo em que a única finalidade de uma jovem era arranjar um marido. Não importava de que qualidade fosse. Um marido era o objetivo. Felizmente, isso passou. Hoje, frequentando Universidades, libertando-se dos falsos tabus que faziam da mulher um ser inferior e eternamente submisso, o problema casamento passou a ser encarado de forma muito mais acertada e serena. Se uma jovem não encontra o seu ideal, não casa, pronto. Nada de mal lhe advém daí. A sociedade esqueceu o antigo preconceito contra a solteironas, e a mulher

passou a ser respeitada pelo seu valor próprio, sem precisar de uma presença masculina a seu lado para se impor. (CONS10)

Contudo, o enunciador alerta as “mocinhas antiquadas que vivem esse drama ridículo do ‘caçar marido’”, que o casamento é uma situação social para a eternidade; situação que exige práticas de submissão, respeito e compreensão:

(14) Que queiram casar-se, ter seus lares e filhos, é natural. Naturalíssimo. Mas escolham seu marido como o companheiro de sua vida, o homem que hão de amar e respeitar até o fim de seus dias. Nada de precipitação. Se o homem ideal não aparece hoje, aparecerá amanhã. Um erro na escolha de seu marido pode ser a causa de todo um futuro estragado. Não apenas do seu futuro. Mas também o de seus filhos. (CONS10)

Assim, observamos que o casamento é descrito pelo sujeito enunciador do gênero conselho como uma situação de práticas sociais que localiza a mulher por trás dos desejos do homem, porém não como o objetivo de vida, ou destino sagrado, da mulher. Tal fato revela, desse modo, uma evolução em termos de representação feminina.

3.3 Qualificação

Para compreendermos melhor a análise desse componente da organização descritiva do gênero conselho, em nosso corpus, é preciso levar em conta o fato de que, no componente nomear, a mulher foi identificada a partir de dois planos: (i) plano *real* e (ii) plano *ideal*. No plano real, identificamos, em todos os 45 textos de nosso corpus, a mulher-leitora, enquanto no plano ideal, identificamos a mulher-modelo. Desse modo, a qualificação da mulher-leitora se dá no aspecto do *deve ser*; em outras palavras, a mulher-modelo encena as qualidades ideais que a mulher-leitora deve ter para ser tida como mulher no contexto sócio-histórico considerado. Assim, o ponto de vista que predomina não é o da mulher-modelo (ela é somente um modelo), mas o da

mulher-leitora: é este ser que irá realizar uma ação futura em seu próprio benefício.

Dentre as qualificações que a mulher-modelo recebe nos textos, há uma predominância dos atributos ligados aos seguintes aspectos: (i) *beleza* (17 textos – CONS2, CONS4, CONS8, CONS12, CONS13, CONS14, CONS15, CONS16, CONS17, CONS26, CONS28, CONS29, CONS31, CONS36, CONS41, CONS42, CONS44), (ii) *feminilidade*, (iii) *elegância* e (iv) *inteligência* (2 textos – CONS3, CONS13). A beleza é a qualidade predominante e corresponde aos atributos que torna a mulher bela: a pele bonita, o cabelo sedoso, o sorriso alegre, o rosto jovial, os olhos brilhantes. A beleza é também o cuidado interior em busca do otimismo e da alegria da vida (isso mostra um posicionamento muito interessante do EUE, pois, em vários textos, ele afirma que para ser bela é preciso cultivar “uma atitude otimista para com a vida”), além de ser um atributo que não tem idade, visto que, em qualquer idade a mulher pode fazer algo em prol de sua beleza; contudo, essa beleza não pode estar fora dos padrões exigidos pela idade: o penteado, o andar, o tom de voz, a maquiagem tem que corresponder à idade do sujeito. Mesmo nos casos em que a beleza não é um privilégio dado pela natureza, há soluções que podem ser recorridas: cirurgias plásticas, diferentes tipos de cosméticos que “melhoram o que a natureza deu à mulher”. Ela é também o resultado de uma vida saudável em termos de alimentação e hábitos saudáveis e está relacionada com a juventude, isto é, uma mulher bela precisa “lutar pela sua juventude”. Assim, no gênero conselho, a beleza é contemplada pelo EUE como um dos atributos que mais qualifica a mulher: *a mulher tem que ser bela*; e está, em muitos casos, relacionada à juventude: *a mulher bela é jovial*. Vejamos alguns exemplos:

(15) Há muitos conselhos para aumentar a beleza. Uns dizem respeito à pele seca, outros aos cuidados com o cabelo, mas nenhum fala, ou pelo menos poucos falam das grandes vantagens de uma atitude otimista para com a vida. **O otimismo, a alegria, o riso franco são os melhores auxiliares de beleza sem sobra de dúvida.** (CONS26)

(16) A **beleza não tem idade**. A mulher inteligente sabe disso..(CONS15)

(17) **Não existem mulheres feias**. Não é uma afirmação leviana, digo-a baseada na experiência, que adquiri sobre à arte de embelezar a mulher e atrair a atenção masculina. Com a variedade de cosméticos e artificialismo que os laboratórios atualmente criam para melhorar o que a natureza deu à mulher, só é feia quem quer. (CONS8)

Entretanto, a qualidade beleza, qualidade essa ligada ao externo (mesmo no caso dos textos que trabalham com a temática da beleza interior, como é o caso do texto *Ser feliz...para ser bonita* (CONS17), há um foco na beleza exterior: cuida-se do interior para melhorar o exterior) é considerada pelo EUE como um meio de ser atraente, isto é, como um atributo que a mulher cultiva para atrair a atenção e os olhares masculinos. A beleza, além de estar associada à juventude, é também um símbolo de sedução. O exemplo (25), extraído do texto *O dever da faceirice*, nos dá uma visão do exposto:

(18) A mulher moderna sabe que, apesar da evolução das ciências e das artes, o homem continua o mesmo, e o principal atrativo que encontra na mulher é a sua aparência física. Julgar que porque se casou com ele está dispensada de seduzi-lo é outro grave erro. O homem é volúvel. Sua busca da “mulher ideal” é apenas a forma romântica com que encobre essa volubilidade, e geralmente envelhecem sem descobrir realmente o que querem da mulher. Só sabem que a querem. Sempre bonita e renovada, se possível. (CONS13)

Nesse exemplo, percebemos que a mulher-modelo sabe que o homem necessita ser sempre conquistado. Isso implica que esta mulher sempre procura meios de seduzi-lo, de atrair-lhe a atenção e também admiração, pois é este homem que ela objetiva “agarrar”. O homem, mesmo casado, requer que *sua* mulher esteja sempre bela e renovada para, com isso, concretizar seus objetivos, sejam eles sexuais ou afetivos.

A *feminilidade*, para o nosso sujeito-enunciador, é o atributo que faz uma mulher ser feminina, correspondendo a aspectos como o *instinto materno*,

isto é, o *ser boa mãe*, a *compreensão*, a *resignação*, a *doçura*, a *sobriedade*, a *benevolência*, a *afetividade*, a *devoção* (sobretudo na educação dos filhos), a *amabilidade*, a *bondade*, a *condescendência*, a *ternura*, a *delicadeza*, a *graciosidade*, a *coqueteria* e o *ato de ser boa esposa*. O ser mãe é a qualidade que mais caracteriza a feminilidade, visto que o EUE afirma que “a primeira qualidade para uma mulher ser Mulher é saber ser Mãe”. O ser boa esposa está no mesmo plano do ser boa mãe: é também uma das qualidades que mais faz a mulher ser feminina, visto que tratar bem o marido e cuidar da casa é a fórmula pregada pelo EUE para manter o casamento e ser feliz. Já as demais, como a resignação, a compreensão, a doçura, a benevolência etc. são qualidades que reforçam as duas primeiras. Nesse sentido, a mulher para ser boa mãe e esposa tem que, por um lado, cuidar e educar seus filhos com amor, não os deixando nas mãos de estranhos e os acompanhando em suas dúvidas e conflitos, por outro lado, se adequar aos papéis sociais que lhe são impostos pelo casamento e procurar realizar seus afazeres de maneira doce e gentil. Consideremos os exemplos abaixo:

(19) Ela cultiva, especialmente, a sua capacidade de ser **compreensiva e humana. Tem coração**. Despoja-se do sentimentalismo barato e inútil, e aplica sabidamente a sua **bondade e a sua ternura**. É mulher. (CONS3)

(20) Uma verdadeira **mulher e mãe** sabe que seus deveres vão além de alimentar, enfeitar e agasalhar o seu filho. Antes de tudo, deve dar-lhe amor. Amor que é devoção, cuidado, orientação e, sobretudo participação em seus problemas e dificuldades. (CONS6)

(21) Não é tão difícil como parece, desde que tratado com carinho, um pouco de mimos raramente contrariado, todo homem é um anjo. Carinho não nos é difícil dar-lhe, se o amamos. Mimos...afinal, penso que é esse o destino das mulheres, não acham? Não contrariá-lo...aí está o problema. Nem sempre isso é fácil, e nem sempre também é possível. Contudo, devemos ter cautela, tato e inteligência, quando decididamente não podemos concordar com ele. Nunca fazê-lo como sobranceira e severidade. (CONS5)

O exemplo (26) reúne várias das qualidades da feminilidade: compreensão, amabilidade, benevolência, ternura e bondade. O exemplo (27) lida com a qualidade de ser boa mãe. Nele, os procedimentos linguísticos colocam os substantivos *mulher* e *mãe* em relação de equivalência semântica, levando-nos a entender que ser mulher é o mesmo que ser mãe, e ser mãe é o mesmo que ser mulher. Além disso, esses dois nomes aparecem qualificados pelo adjetivo verdadeiro, reforçando ainda mais a relação entre os dois nomes.

Já o exemplo (28) apresenta a qualidade de ser boa esposa associada às qualidades de doçura e resignação. Os procedimentos linguísticos desse exemplo definem a mulher em relação de oposição ao marido. Isso comprova o que dissemos no componente localizar / situar em relação ao casamento: a mulher precisa adaptar-se às exigências do marido – se deseja mantê-lo ao seu lado – para assim ser considerada uma boa esposa. Nesse sentido, para que a mulher-leitora receba a qualificação de boa esposa é preciso que ela realize certas práticas, utilizando suas qualidades femininas (compreensão, resignação, ternura, afetividade) para satisfazer as vontades do seu marido e conseqüentemente não o contrariar.

A elegância é a qualidade que diz respeito à maneira de se vestir, de falar, de andar, de se maquiar e de se comportar nas mais diversas situações sociais. Ela não está presente na maneira extravagante de se vestir, de usar jóias, de falar; mas sim na simplicidade, no equilíbrio, na sobriedade, na “graça dos gestos”, na naturalidade dos movimentos, na “voz calma, segura e com boas inflexões”. Dessa forma, a elegância está associada com a beleza e com a feminilidade, visto que, por um lado, quanto mais feminina a mulher for, isto é, quanto mais doce, mais resignada, mais sóbria ela for, mais elegante ela vai estar; por outro lado, quanto mais elegante a mulher for, mais bela e atraente ela estará. A elegância não pode estar desvinculada da idade, pois uma mulher elegante anda, fala e se veste nos modelos, cores e padrões próprios de sua idade. Nesse sentido, a elegância é, juntamente com a beleza, um atributo que reforça a sedução. O exemplo (29) descreve essa qualidade da mulher-modelo:

(22) A verdadeira arte de ser elegante não está em usar as últimas extravagâncias da moda, exagerar nos enfeites e na pintura, arriscando-se a fazer um triste papel. A mulher verdadeiramente elegante não é nem extravagante nem “sofisticada”. (CONS4)

A inteligência é a qualidade que torna a mulher mais feminina na medida em que ela a usa como um meio de se fazer mais sóbria, mais compreensiva, mais amável, mais bondosa, uma melhor mãe e esposa. Ademais, ela é a qualidade que pode tornar esta mulher mais bela, uma vez que, a mulher inteligente “sabe que, apesar da evolução das ciências e das artes, o homem continua o mesmo, e o principal atrativo que encontra na mulher é a sua aparência física”. É também a qualidade que faz a mulher escapar-se da futilidade e procurar coisas “além de seu tricô, dos seus quitutes e dos seus ‘bate-papos’ com as vizinhas”. Está associada ainda à sedução e à idade, pois uma mulher inteligente não procura esconder a sua idade “sob camadas de ‘maquillage’, modas juvenis, visitas prolongadas aos institutos de beleza ou operações plásticas”; ao contrário, ela aceita a sua realidade e dentro dela procura a beleza.

Todavia, essa inteligência não “implica que ela [a mulher] deva libertar-se (...) dos liames de moral e pudor”, visto que, por fazer parte de um grupo social, a mulher deve seguir as normas que regem esse grupo. Nesse sentido, para o EUE, a inteligência não é a qualidade que permite a mulher obter conhecimentos e progredir socialmente; na verdade, a inteligência é somente uma artimanha para reforçar as suas qualidades femininas e para torná-la mais consciente dos seus deveres como mulher, esposa e mãe:

(23) Digo-lhes que “esclarecida” é a mulher que se instrui, que procura acompanhar o ritmo da vida atual, sendo útil dentro de seu campo de ação, fazendo-se respeitar pelo seu valor próprio, que é **companheira do homem e não sua escrava, que é mãe e educadora e não boneca minada a criar outros bonequinhos mimados.** (CONS3)

Portanto, o componente qualificar do gênero conselho, no corpus em estudo, encena, através da mulher-modelo, diversos atributos e qualidades

que a mulher-leitora deve assumir. A beleza e a elegância, a feminilidade, a resignação e a doçura, o ser mãe e o ser esposa, a inteligência são as propriedades descritas pelo sujeito enunciador como qualidades de mulher. Neste sentido, não podemos nos esquecer que toda essa qualificação é condicionada pelos imaginários sociodiscursivos construídos em torno da mulher, no contexto histórico da produção das colunas femininas de Clarice Lispector. Sobre a relação entre a descrição e o contexto histórico, vamos tecer algumas considerações na seção abaixo, lembrando que é através da descrição que regatamos as imagens de mulher deste tipo de discurso.

4. Imagens de mulher: a problemática da representação feminina no gênero analisado

Os textos de imprensa feminina, através de seus conteúdos e de sua linguagem, projetam imagens, principalmente de mulher, que estão relacionadas aos imaginários sociodiscursivos. Esses imaginários, segundo Charaudeau (2006), são construídos por meio das práticas discursivas de representação e têm por função orientar as expectativas psicossociais dos agentes sociais. Nesse sentido, as imagens de mulher projetadas pelos textos da imprensa feminina são constructos discursivos, concebidos pelo consenso social, que orientam as mulheres em relação ao que elas devem ser e fazer em termos de atitudes, comportamentos, escolhas e crenças. Assim, esses textos não apresentam a realidade em si da mulher, mas ditam o que se espera que essa mulher seja em um contexto sócio-histórico considerado.

Os 45 textos de nosso corpus são exemplares de textos de imprensa feminina, visto que foram publicados em colunas femininas –“Entre Mulheres”, “Correio Feminino – Feira de Utilidades”, “Só para Mulheres” – de jornais cariocas, e estão relacionados com o contexto comumente denominado de *Anos Dourados* (1945-1964). Na interpretação da historiadora Ângela Castro Gomes (1991), a expressão *Anos Dourados*, surgida na época, refere-se ao mito de que o Brasil passava por uma fase áurea em termos de

desenvolvimento, seja ele econômico, político, social e tecnológico. Eram os tempos de JK (presidente que governou o Brasil entre 1956 e 1961, tendo como lema a expressão “avançar 50 anos em 5” (cf.: Fausto 2006: 19-256), do desenvolvimentismo, do crescimento econômico acelerado, da internacionalização da economia, do progresso científico e tecnológico. Eram os tempos da “era do rádio”, da implementação e consolidação da TV, do desenvolvimento da imprensa. A guerra havia acabado e as pessoas acreditavam que o progresso melhoraria as suas vidas e limparia as marcas da guerra.

Em função desse desenvolvimentismo, ampliam-se as possibilidades de acesso à informação, ao lazer e ao consumo, bem como diminuem as distâncias entre homens e mulheres, uma vez que a mulher assume novos papéis sociais, principalmente em relação ao consumo e ao trabalho fora de casa. Entretanto, é ainda esperado que essa mulher esteja em casa, cuidando da educação dos filhos e do marido (Bassanezi, 2008).

Em nossa análise, percebemos que os componentes do modo descritivo do gênero conselho identificam a mulher em seu *status* social de trabalhadora, situando-a na situação social de trabalho não doméstico. Entretanto, os resultados mostram que esse trabalho adquire traços masculinos, sugerindo que ele é uma realidade mais própria para os homens. Bassanezi (2008) aponta que na década de 1950, a participação da mulher no mercado de trabalho cresceu, principalmente no setor de prestação de serviços. Assim, encontramos, a partir de 1950, mulheres nos escritórios, no comércio e no serviço público. Contudo, o trabalho fora de casa era visto de forma preconceituosa pelo consenso social, sobretudo pelos homens, que se viam ameaçados em sua hegemonia. A autora frisa que:

Um dos principais argumentos dos que viam com ressalvas o trabalho feminino era o de que, trabalhando, a mulher deixaria de lado seus *afazeres domésticos* e suas atenções e cuidados para com o marido: ameaças não só à organização doméstica como também à estabilidade do matrimônio

[...]

Outro perigo alegado era o da perda da *feminilidade* e dos *privilégios do sexo feminino* – *respeito, proteção e sustentos garantidos pelos homens* –, praticamente fatal a partir do momento em que a mulher entra no mundo competitivo das ocupações antes destinadas aos homens. (grifos do autor) (BASSANEZI, 2008, p. 624)

Em nosso corpus, esse segundo argumento é mais nítido do que o primeiro. No texto *Para as que trabalham fora...*(CONS19), percebemos que o sujeito enunciativo argumenta que o trabalho fora põe em risco as “maneiras delicadas e muito femininas” da mulher, corroborando com a representação então vigente de que o trabalho masculiniza a mulher.

Também observamos, pelos resultados, que a mulher é identificada em seu *status* social de esposa e mãe. Esses dois *status* estão relacionados à situação social de casamento e com o atributo de feminilidade, levantados pelos componentes localização / situação e qualificação do modo de organização descritivo do gênero conselho. O casamento é descrito como uma situação social de práticas, no qual a mulher se submete aos desejos e vontades do homem, pois este é qualificado como o chefe do lar, além de ser a situação que proporcionará a felicidade do casal e consequentemente da mulher. Existe, assim, um mito de felicidade conjugal por trás dessa situação social, mito esse que privilegia o homem em detrimento da mulher.

A nossa análise mostra que, no casamento, a mulher está sempre posicionada atrás do homem, uma vez que o bem estar do marido é o ponto de referência para a estabilidade do lar, do casal e da família. Um marido insatisfeito abandona o lar, a esposa e os filhos e, dessa forma, toda a felicidade da mulher “vai por água abaixo”. A nenhum momento os textos analisados descrevem o que a mulher deseja do casamento; só é possível perceber que ela deve usar a doçura, a delicadeza, a compreensão e a resignação (atributos que caracterizam a feminilidade) como forma de manter a harmonia do lar e a felicidade do marido. Resumindo em uma simples fórmula, os textos do gênero conselho de *Correio Feminino* revelam que *a felicidade da mulher, no casamento, depende exclusivamente dela.*

O amor conjugal, embora discutido nos textos CONS38 e CONS40, não é, em termos de representação, um aspecto relevante para a estabilidade da união conjugal e conseqüentemente da felicidade da mulher. Ao contrário, observamos um desequilíbrio entre o afeto do casal e a dedicação exigida da mulher.

Tais representações levantadas vão, desse modo, ao encontro dos apontamentos de Bassanezi (1991; 2008) sobre felicidade conjugal. A autora afirma que:

A mulher casada deveria ter o marido e os filhos como centro de suas preocupações. De maneira não muito explícita, mas contundente, o bem-estar do marido era tomado como ponto de referência para a medida da *felicidade conjugal*, a felicidade da esposa viria como consequência de um *marido satisfeito*. [grifos da autora] (BASSANEZI, 2008, p. 627)

Além disso, para Bassanezi (2008), o casamento-modelo:

(...) definia atribuições e direitos distintos para os homens e mulheres. Tarefas domésticas como cozinhar, passar, cuidar dos filhos e limpar a casa eram consideradas deveres exclusivamente femininos. Dentro de casa, os homens deveriam ser solicitados apenas a fazer pequenos reparos. (BASSANEZI, 2008, p. 626)

Ao realizar as suas práticas no casamento, a mulher poderia receber, de acordo com a sua desenvoltura, o estigma social de *boa esposa*. Em nosso corpus, notamos que essa qualificação vem atrelada a qualidades como doçura, paciência, resignação e compreensão, que, por seu turno, definem a feminilidade. Assim, o modelo ideal encenado no âmbito discursivo do gênero conselho, em relação à boa esposa, é aquele que representa a mulher como responsável pela paz doméstica, pela harmonia conjugal e também como aquela que não discute, que não se queixa, que não exige atenção, que não aborrece o marido com “seus problemas caseiros, brigas com as empregadas e as malcriações dos filhos”. Enfim, *a boa esposa é a companheira perfeita do seu marido; dedica-se ao bem-estar dele e evita discordar de suas opiniões*.

Entretanto, o casamento não é representado como o objetivo único da vida da mulher. Isso indica que ela pode procurar outros meios para alcançar a sua felicidade, como as universidades, por exemplo. Há, assim, um duplo progresso em termos de imagem de mulher: o primeiro, em relação ao casamento, pois, até mais ou menos a década de 1930, este era tido como o propósito de vida da mulher, uma vez que era somente através do casamento que a maternidade poderia ser exercida bem como o sustento da mulher ser garantido (cf.: Bassanezi 2008: 619); o outro, em relação à instrução, pois, em décadas anteriores, a instrução da mulher, de qualquer classe social, não era incentivada, visto que, uma mulher instruída poderia deixar de exercer as suas funções naturais (maternidade e feminilidade) e questionar a ordem social vigente.

Contudo, mesmo havendo essa localização da mulher em universidades, não há uma representação da instrução (a que chamamos de inteligência no componente qualificação) como um meio de ascensão social. Ao contrário, a imagem que o EUE projeta é a de que a instrução das mulheres deve se restringir a leituras de coisas leves, variadas, que dê a mulher uma visão rápida do mundo, no campo das ciências, das artes, da política e do “disse me disse”. Isso nos leva a entender que o acesso à cultura e à informação, por parte da mulher, se dava até o ponto em que ela compreendesse melhor suas obrigações sociais, seja como esposa, como mãe, como dona de casa. Além disso, a mulher inteligente é representada como aquela que procura usar sua inteligência para aumentar a sedução, a beleza e a feminilidade.

É também dentro do casamento que a mulher adquire sua qualidade de boa mãe. A maternidade é representada como um procedimento próprio (em termos biológicos) da mulher que deve ser realizada no interior de um casamento legítimo, isto é, de um casamento realizado segundo as leis civis e religiosas. Em nosso corpus, não encontramos nenhuma descrição da maternidade fora dos laços do matrimônio. Assim, não existe no gênero conselho nenhuma representação da mulher como mãe-solteira, o que revela, por sua vez, um imaginário da época. Bassanezi (2008, p. 634) aponta que:

A mãe solteira, mesmo que fosse reconhecida por sua coragem em arcar sozinha com as responsabilidades de um erro sem ter procurado uma solução mais fácil e imediata – o aborto –, ainda que monstruosa do ponto de vista moral, sofria fortes discriminações. Sua redenção poderia vir se passasse a viver respeitavelmente e em função do filho, tentando, com isso, minimizar seu grave erro (BASSANEZI, 2008, p. 634).

A maternidade é tida como uma missão sagrada da mulher, visto que é a qualidade que faz uma mulher, Mulher. Além disso, ela está associada à educação dos filhos: uma mulher que é boa mãe não deixa seus filhos entregues aos cuidados de uma estranha; está sempre pronta a ouvi-los e aconselhá-los; não os enche com mimos excessivos; sabe a hora de dizer “sim” e de dizer “não”. Enfim, a *boa mãe ama os seus filhos e educa-os com amor*. Essa representação é bastante visível em nosso corpus. Porém, quando se fala de educação dos filhos, percebemos que ela é tida como uma responsabilidade própria da mulher, pois, como diz o nosso EUE: “se o seu filho é ‘problema’...a culpa, minha amiga, é do método de educação que você está empregando”. Há um momento, no entanto, em que o sujeito enunciador parece dividir as responsabilidades de educar os filhos entre o pai e a mãe. O EUE enuncia que “cada criança é um mundo novo, e cabe aos pais descobri-lo para conquistá-lo e fazê-lo frutificar”. Ao incluir os pais como agentes da ação de descobrir o mundo da criança e, por conseguinte, conquistá-lo, percebemos a divisão de responsabilidades entre o casal. Contudo, tal fato, em termos quantitativos é irrelevante, visto que é somente o CONS11 que a descreve como deveres do pai e da mãe. Talvez, isso revele uma ideia mais do sujeito enunciador do que do próprio contexto.

Há também em nosso corpus, a localização / situação da mulher em situações como almoço e jantar. Embora, como já apontamos, tal localização seja irrelevante, do ponto de vista quantitativo (1 exemplo), ela, do ponto de vista qualitativo, traz uma imagem interessante de mulher na medida em que nos permite associar a mulher com as chamadas situações de amenidades. Assim, em

termos de imagem, a mulher é representada como aquela que se preocupa com trivialidades e superficialidades, como o perfume próprio para uma determinada ocasião, sem ser representada como engajada em questões de melhoria das condições femininas, por exemplo. Esse tipo de fato pode ser aplicado ao corpus como um todo, visto que, todas as temáticas, bem como todos os textos, em um certo nível, representam a mulher como descrevemos acima.

As principais representações femininas de nosso trabalho, contudo, estão associadas aos atributos de beleza, elegância e feminilidade levantados pelo componente qualificação. A beleza foi apontada como a qualidade mais descrita em nosso corpus, e isso, por razões óbvias. A qualificação da mulher como bela, elegante e feminina traz, para o campo da representação social, imagens de mulher que fazem eco com o contexto sócio-histórico ao qual os textos analisados estão vinculados.

De acordo com Buitoni (1981), o Brasil dos anos de 1940, 1950 e 1960 viu expandir a influência americana em nossa sociedade e cultura, principalmente através do cinema. Era comum que as revistas, sejam elas femininas ou de interesse geral (como *O Cruzeiro*, por exemplo), publicassem matérias, fotos e informações sobre os artistas de *Hollywood*. A autora aponta que até as revistas mais tradicionais, como a *Revista da Semana*, não deixavam de publicar alguma nota sobre as estrelas do cinema. Havia, desse modo, toda uma cultura sendo transmitida e projetada pelas grandes telas do cinema, o que, por sua vez, influenciou os costumes, os comportamentos dos indivíduos, sobretudo das mulheres.

Com essa “americanização” via cinema, as artistas de *Hollywood*, tais como Gina Lollobrigida, Marilyn Monroe, Paulette Godard, Sophia Loren, entre outras, tornaram-se padrões de moda, beleza, elegância, sedução e feminilidade para as mulheres brasileiras. Tal fato acarretou mudanças nos imaginários sociodiscursivos construídos em torno da mulher, visto que essas passaram a procurar meios de se adequarem, de alguma forma, ao padrão transmitido pelas estrelas hollywoodianas. Havia, assim, uma busca por um ideal de beleza e feminilidade por parte das mulheres brasileiras.

A construção descritiva da beleza em nosso corpus toca diversos pontos como hábitos saudáveis (sobretudo em relação à alimentação), otimismo (culto da beleza interior), admiração masculina, juventude, atração, sedução do homem amado e felicidade. Nesse sentido, a imagem que se constrói é a de que a mulher bela deve procurar manter uma rotina saudável, em termos de alimentação, e uma postura otimista perante a vida, para, com isso, atrair a atenção masculina e seduzir o homem desejado. Observamos que o mito de juventude, tão forte nos dias de hoje, já se encontra presente nas imagens projetadas pelos textos das colunas femininas de Clarice Lispector, o que nos permite concluir que beleza e juventude, no contexto dos Anos Dourados, são praticamente sinônimos. Assim, outra imagem que apreendemos é a da *mulher bela e jovem que utiliza sua beleza como uma maneira de seduzir o homem*.

A elegância e a feminilidade, também descritas pelo nosso sujeito enunciator, projetam imagens sob diversos matizes. A imagem que apreendemos para a primeira é a da mulher sóbria, delicada em seus gestos, atitudes e falas, simples e natural; para a segunda, é a da mulher paciente, resignada, compreensiva, terna, sentimental, coquete, graciosa, amável, bondosa, doce, boa mãe e boa esposa. A feminilidade é tão indispensável para a mulher descrita nos textos de nosso corpus que mesmo se ela for bonita e elegante, sem a feminilidade não se consegue a atração e admiração masculinas, como pudemos observar no texto *Para as que trabalham fora...* (CONS19).

Desse modo, a beleza, juntamente com a feminilidade e a elegância, são elementos imprescindíveis para o *sex-appeal*, ou seja, para a habilidade de atrair o interesse de outra pessoa. Nem a mulher casada está dispensada de usá-lo visto que, como aponta o sujeito enunciator, “a rua está fervilhando de mulheres bonitas, mais bonitas porque têm a atração do desconhecido e do proibido”. Nesse sentido, a mulher, em nosso corpus, é representada como estando em concorrência com as demais; por isso, é preciso ser bela, elegante e, sobretudo, feminina. Não há uma representação de nenhum desses atributos

voltados para o erótico, o sensual, o sexual. Mesmo falando de *sex-appeal* (que denota um aspecto mais sexual), o enunciador sempre procura enaltecer a simplicidade, a elegância, os cuidados essenciais com o corpo e o espírito como fatores da beleza e feminilidade.

Esses atributos também são representados sob a óptica masculina; não há, dessa maneira, nenhuma busca da beleza e da feminilidade como um meio de auto-satisfação; sempre existe um objetivo: o homem (marido ou pretendente).

Considerações finais

Esse trabalho mostrou, em linhas bem gerais, os resultados de um projeto de pesquisa que procura apreender a representação feminina na obra *Correio Feminino*, de Clarice Lispector, a partir dos pressupostos teórico-metodológicos fornecidos pela AD Semiociolinguística.

A partir dos resultados encontrados quanto à organização descritiva do gênero conselho em *Correio Feminino*, percebemos, portanto, que a imagem de mulher encenada nos textos analisados revela diversos matizes que ecoam com os imaginários sociodiscursivos construídos pela ordem capitalista, machista e burguesa vigente nos Anos Dourados. Embora haja, em alguns momentos um horizonte de prospecção, como é o caso das imagens da mulher nas universidades, da não necessidade do casamento, da divisão de responsabilidades na educação dos filhos, o que predomina é um horizonte de retrospectiva, ou seja, o enunciador projeta imagens tradicionais da mulher. Assim, o nosso corpus revela as seguintes imagens: a *mulher bela e atraente*, que atrai com o seu *sex-appeal* o homem amado; a *mulher mãe e educadora* que cuida dos filhos e os educa com o amor; a *mulher esposa e dona de casa* que se dedica ao bem estar do marido e à harmonia do lar; a *mulher trabalhadora* que se vê sempre ameaçada pela masculinização de seus hábitos, a *mulher inteligente* que busca meios de estar sempre jovem e sedutora; e a *mulher feminina* que, mesmo estando diante dos avanços da

sociedade, não se esquece de seus deveres como mãe, esposa, dona de casa e, sobretudo, como mulher.

Assim, se partimos do pressuposto de que é *no e pelo* discurso que constituímos o mundo, tais representações podem evidenciar que a mulher, nesse tipo de discurso, é alvo de certos julgamentos e preconceitos por parte dos demais seres sociais.

Referências bibliográficas

BASSANEZI, Carla. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal. De trajetórias a sentimentos. **Cadernos Pagu**, n. 1, Campinas: Unicamp, 1993.

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In. DEL PRIORE, Mary. org. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. pp. 607-639.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel**: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira. São Paulo: Edições Loyola, 1981.

BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

CHARAUDEAU, Patrick. **Langage et discours** – éléments de sémiolinguistique (théorie et pratique). Paris: Hachette, 1993.

CHARAUDEAU, Patrick. **Grammaire du sens et de l'expression**. Paris: Hachette, 1992.

CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. Tradução de Renato de Melo. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.). **Gêneros**: reflexões em análise do discurso. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

FAUSTO, Boris. A experiência democrática. In. _____. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1996.

GOMES, Ângela Castro (Org.). **O Brasil de JK**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas/CPDOC, 1991.

O latim como Língua Interdisciplinar

Latin as an Interdisciplinary Language

Amós Coêlho da Silva*

RESUMO

A linguagem é um objeto de análises diversificadas, com pontos de vista firmados a partir de pesquisas históricas que podem ser entre o sujeito e a linguagem, assim, se abrindo com a análise psicolinguística, em relação à sociedade e a linguagem, teremos sociolinguística. Cabe, pois, à competência de linguistas quais as necessidades de estudos escolares. A imprescindibilidade da inclusão do Latim na grade curricular escolar não apenas é pelo fato histórico de a língua portuguesa ser oriunda do latim, mas pela própria presença fonológica, morfológica, sintática, semântica, com justa razão defendida por professores, que se tornaram filólogos e lecionaram na fase escolar básica da formação do estudante brasileiro. Ao se examinar presenças intertextuais na estruturação gramatical e, dados os avanços linguísticos, hoje podemos indicar também o campo de estudos semiológicos como uma das razões inquestionáveis, como em alguns exemplos que abordaremos nas significações culturais do mundo biossocial. Significações culturais camufladas no dia a dia e manifestadas na estética artística e poética, cujas descobertas competem ao recurso interdisciplinar do estudo etimológico.

Palavras-chave: Latim; Português; intertextualidade; interdisciplinaridade; Etimologia.

Recebido em 9 de abril de 2020.

Aceito em 5 de junho de 2021.

DOI: <http://doi.org/10.18364/rc.2022n62.388>

* Universidade do Estado do Rio de Janeiro, amoscoelho@uol.com.br,
Orcid 0000-0003-0685-6259

ABSTRACT

The language is an object of diversified analysis, with points of view based on historical research that can be between the subject and language, thus, opening up with psycholinguistic analysis, in relation to society and language, we will have sociolinguistics. Therefore, the competence of linguists fits what the needs of school studies are. The necessity of including Latin in the school curriculum is not only due to the historical fact that the Portuguese language came from Latin, but also due to the phonological, morphological, syntactic, semantic presence, with just reason defended by teachers, who became philologists and they taught in the basic school phase of the formation of the Brazilian student. When examining some intertextual presences in the grammatical structuring e, given linguistic advances, today we can also indicate to the field of semiological studies as one of the unquestionable reasons, as in some examples that we will address in the cultural meanings of the biosocial world. Cultural meanings camouflaged on a daily basis and manifested in artistic and poetic aesthetics, whose discoveries compete with the interdisciplinary resource of etymological study.

Keywords: Latin; Portuguese; intertextuality; interdisciplinarity; Etymology.

Introdução

Justificamos a argumentação abaixo por via de mito da origem do conhecimento, citando aqui uma passagem das considerações *in* “Cassirer”, de Anatol Rosenfeld ao ensaio *Linguagem e Mito*, de Ernst Cassirer: “O termo conhecimento nela [= Filosofia da Formas Simbólicas] se define no amplo sentido de “apreensão” humana de “mundo”, apreensão nunca passiva, sempre mediada pela espontaneidade enformadora da mente humana.” (p.12)

Sabe-se o que a linguagem significa para o Homem na descoberta ou no vislumbre do real. Nas sociedades arcaicas e primitivas a palavra é um dom raro para o Homem, revestida de alto teor de simbolismo religioso e em cada povo a seu modo. Daí, exemplifique-se, brevemente, com episódios míticos, que demonstrem o alto grau da função simbólica na linguagem. Assim, temos o “fogo” ao invés da “palavra”, quando Zeus, dos homens, *ocultou o fogo*, ou seja, *a sua inteligência*, (Κρύψε δὲ πῦρ ‘krýpse de pyr’), em réplica a Prometeu, que o havia ludibriado, como é o testemunho de Hesíodo, *in* “Os

Trabalhos e os Dias”, v.50. E assim alhures, em um povo que nunca tivera contato com os helenos, destaquemos dele o termo iorubano axé, que se conceitua como “princípio e poder de realização: os elementos materiais e simbólicos que o contêm” (SANTOS: 2012, 40).

Ou, num terceiro exemplo, para que se corrobore este nosso entimema sobre a percepção imediata do “real”. Observe-se que já se tem estudo científico de nossa competência de que a nossa percepção do real é completa: “O *locus ceruleus* detecta em tempo real tudo que dói e tudo que é novidade.” (RIBEIRO: 2019: 203) Porém, na trajetória da experiência empírica do espaço até o ponto de decodificação no cérebro, pode ocorrer empecilho imprevisto, falta de alguma informação, por exemplo. De modo que, o “Fiat lux” (Ge. 1, 3), quer dizer, “Faça-se a luz”, sem dúvida, poderia ser interpretado como a competência de dar formas ou nomes às coisas; lemos assim, bem mais adiante, in Jo. 1, 14: “E o Verbo se fez carne , e habitou entre nós (e vimos Sua glória, como a glória do unigênito do Pai), cheio de graça e de verdade.”

A civilização romana, como se sabe, impôs a “Pax Romana” em quase toda a Europa. As leis de Roma incluem península ibérica, itálica, região dos Alpes, conquistou o Mediterrâneo, a Grã-Bretanha, numa luta geopolítica para impor suas leis. Daí a formação futura das línguas neolatinas. Era um latim distante de sua origem indo-europeia e que, por isso, perdera alguns traços linguísticos em comum, in *illum tempore, naquele tempo*, por exemplo, com sua irmã: o grego, mas que num reencontro histórico há de recuperar, a seu modo, como o disse Horácio (65 - 8 a.C.): *A Grécia subjugada superou o seu feroz vencedor / E introduziu as artes no agreste Lácio.*¹

Ficaram, no português, na constituição de um vocabulário erudito, bem clara a presença de radicais, prefixos e sufixos em quadros comparativos entre o latim e grego; leiam-se as realizações de cotejos em nossas gramáticas portuguesas, com a finalidade de proporcionar aos discentes um domínio

1 *Graecia capta ferum victorem cepit et artes / Intulit agresti Latio.* (Horácio, *Epístolas* 2, 1, 156)

de habilidades linguísticas nas suas interações sociais. Portanto, através de intensa intertextualidade, entre os poetas, historiadores e demais escritores romanos, se estabeleceram nas letras latinas o Teatro, a Filosofia, a História, a Filologia, a Gramática, a Retórica e demais realizações helênicas. Numa abundante aquisição latina, fixou-se uma helenização de Roma e, se configurou, em português, uma herança.

Um exemplo, presente em nossas gramáticas da língua portuguesa vem do poema *De Rerum Natura, Sobre a Natureza das Coisas*, de Lucrecio (s. I a.C.). Como um elo intertextual dessa corrente, que se apropria de elementos gregos e os torna, identitariamente, latino, notou que havia uma *rerum nouitatem, novidade de assunto* (*De rerum natura, I, 139*), entre os gregos, exigindo uma criação de neologismos em latim, para que se pudesse dar competência ao idioma do Lácio como tradutor do grego, superando a *egestatem linguae* (idem), *a pobreza da língua (latina)*; por isso, no seu esforço de expressão clara, recriou um novo item de processo de formação vocabular, compondo em latim uma nova forma, que contém numa única palavra uma estrutura frasal, como era comum entre os gregos, como nestes três exemplos do livro I: *squamigerum* (v.162) (squamirger= squama + ger- o que leva escama sobre si); *siluifragis* (v.275) (siluifragus= silua + frag-, o que quebra as árvores das florestas); *montiuagus* (v.403) (mons +vagus – o que percorre as montanhas); *frugiferentis* (v. 3), (frux, + fer-, produtor de legumes) etc. Por analogia, surgirá, por exemplo, naufragium (nau + fragus – nau quebrada), como forma vernácula, ou seja, sem ser estrangeirismo. Alguns nomes compostos de radicais em português conservam a disposição habitual da sintaxe clássica dos helenos e latinos, ou seja, uma posição de palavras diferente da leitura linear no português, além de, às vezes, preservar as desinências casuais latinas: jurisprudência (-is, *genitivo singular da terceira*), crucifixo (-i, *dativo singular da terceira*), Deodato (o primeiro –o, *dativo singular da segunda*), fidedigno (-e, *ablativo singular da quinta*), cuja leitura interpretativa se dá ao inverso, respectivamente: “saber científico das leis”, “dado a deus” e “digno de fé”.

Na modernidade, o uso de elementos gregos e latinos em outros idiomas modernos, neolatinos ou não, com finalidade de classificação científica de seres e objetos, ou como é o caso da nomenclatura nas descobertas científicas, como psicologia, sociologia, etc. O termo filologia, cunhado no mundo clássico, é, nos nossos dias, nome de disciplina universitária: Filologia Hebraica, Filologia Japonesa...

A distribuição da língua portuguesa no planeta é grande, graças às Grandes Navegações. De modo que o português crioulo deforma o português dos conquistadores e ocorre em populações de outros idiomas, que são mantidos como falar inferior em pontos geográficos da África, que ao Sul: o arquipélago de Cabo Verde e ao centro da costa africana, no Golfo de Guiné: ilha de São Tomé e ilha de Príncipe; da Ásia: Índia: Diu, Damão e Goa; da China: Macau e Timor. América, o português crioulo se escasseia “em certas zonas de população” (CÂMARA JR.: FALARES CRIoulos) entre grupos aculturados...

Os aspectos históricos se relacionam com os empréstimos linguísticos para o colonizador romano na Península Ibérica, como um saldo herdado de contas nas relações sociais. Escolhamos como guia a bússola didática de Wilton Cardoso e Celso Cunha, *Português através de Textos: Estilística e Gramática Histórica*. Ao se adotar um empréstimo, há uma acomodação linguística de acordo com a natureza do idioma latino. Neste caso, inicialmente, temos o latim arcaico, pois os autores mencionados começaram por expressões anteriores a configuração do português arcaico, ou seja, começaram quando ainda era o latim vulgar, retomando-o desde o século IV a.C. Os primeiros contatos do povo latino com estrangeiros acontecem com os gregos e com os outros povos, também residentes ali, os celtas, os fenícios: a Península Ibérica era ocupada por diversos invasores. Assim, temos hoje no português atual, expressões oriundas desde antigas expressões gregas, fenícias, celtas, ibéricas, propriamente ditas, assimiladas pelo latim popular, e, finalmente, transformado em português arcaico; deles, escolhemos três exemplos para ilustrar, como “farol, galé, guitarra (...)”, do grego, “carro, cerveja, gato”, do

celta e, do fenício, respectivamente: “saco, mapa e mata”. Eles se integram no “dicionário” do latim vulgar através da vogal temática, que é a forma de agrupar as palavras “dicionarizadas” em latim.

1. Vocabulário Românico

O termo saussuriano “sintagma” designa a reunião de elementos linguísticos mínimos numa nova unidade linguística superior, ou seja, é uma combinação de dados da língua para alcançar significados. A combinação lexical vai da palavra primitiva, que é a expressão linguística que não deriva de uma outra, para se desdobrar em derivadas; exemplifiquemos uma situação: o substantivo *honra* (sem sufixação derivacional), adjetivo *honrado* (com sufixo “-do”), verbo *honrar* (-r), *com honra* (ao invés de sufixação *-mente*, que também aqui poderia ser usado, empregou-se uma preposição). Com uso de preposição (ou em outras construções com o recurso linguístico conveniente), a expressão da linguagem passa a ser locucional.

O latim do povo adotou o sistema locucional em troca dos sintagmas latinos configurados pelos clássicos, que ordenam a frase com expressões sintéticas por causa das terminações gramaticais e, no latim dos autores clássicos, como Fedro (viveu desde a época de Augusto (63 a.C. - 14 d.C.) até a de Nero (37 - 68 d.C.) escreveria “Ad rivum eundem lupus et agnus venerant” tinha clara construção sintética, ou seja, preferência pela terminação número-casual, justamente pelo uso do caso acusativo “rivum” e “eundem” - aliás, a aplicação da preposição aqui na frase se deve ao verbo de movimento “*venire, vir*”, “deslocar-se de um lugar para o outro”.

O latim não tinha artigo definido ou indefinido. Esta é uma criação românica, desenvolvida da tendência à construção analítica do latim vulgar, no estágio em que se tornará um romance ou românico, que é a passagem do latim vulgar medieval para o português (Portugal); espanhol ou castelhano, fixado no centro da Ibéria, e aí também o catalão, estabelecido na área mediterrânea norte; no sudeste europeu o romeno, fixado nos Bálcãs, com

a designação de Romênia ou Rumânia; o italiano na Península Itálica; das antigas conquistas romanas das Gálias, ao sul, se fixou o provençal e, ao norte, o francês, ambos na França; ainda se reúnem como línguas românicas rético ou ladino (nos Alpes, já na fronteira com Suíça, Alemanha e França), sardo (ilha do Mediterrâneo entre a Ibéria e Itália), dálmata (ocuparam terras do norte do mar Adriático) - este desaparecido. Na França, predomina o francês, superando o provençal e o castelhano ou espanhol se superpõe ao catalão. “... o termo romance passou a ser aplicado a obras literárias medievais escritas numa língua românica, e não no latim.” (CÂMARA JR., S/D: ROMANCE). *Apud* Jacyntho Lins Brandão, *A Invenção do Romance*, o pesquisador Huet, evidencia que não é na Provença, ou na Espanha, que se deve pesquisar a origem do termo romance como obra literária, mas “é mister buscá-lo nos países mais longínquos & na Antiguidade mais remota.” (p.71)

Nosso artigo veio do pronome demonstrativo “illu-; illa-”, com a queda da nasal ‘-m’, marca geral de acusativo singular, mas mantendo “-s” do plural acusativo... O uso do artigo auxilia ao que a filologia denomina língua analítica: indica o gênero, então temos a coesão da concordância gramatical e a posição dentro da frase, portanto indica a função sintática. Manteve categoria gramatical da concordância, como “o lobo” - “o” indicativo do gênero masculino; numa frase portuguesa pode ser sujeito, note-se a posição na frase: “o lobo viu o cordeiro”; ou objeto direto: “o cordeiro viu o lobo”, mas alterou a noção morfológica de sujeito: em *lupus*, expressão que na frase só vem como sujeito (com elemento desinencial “-us” no fim, [em português, se preservou em “deus”]). Assim, em “Lupus agnum vidit”, “lupus” pode ocupar qualquer posição na oração sem qualquer erro na comunicação. O Prof. Mattoso Câmara foi um dos pioneiros na demonstração comparativa entre os morfemas, quanto ao significante, entre o latim e o português.

É preciso introduzir algum estudo de gramática latina na escola desde cedo. As crianças criam, espontaneamente, neologismos ou flexões inexistentes em nosso idioma, tais como “trazi / fazi / di...” por “trouxe / fiz / dei...”, o que significa, à luz da Ciência Linguística, uma prática de analogia e,

também, um corolário: essas crianças já estão inseridas na História interna do português. Sem clareza de consciência, a criança, mas como *homo sapiens*, depreende o Sistema Linguístico, eixo de possibilidades que abastece de dados a relação paradigmática da língua (no sentido de Eugênio Coseriu), em favor da Norma Linguística, uma abstração da estruturação linguística praticada pela comunidade. Assim, se “bater” forma o perfeito indicativo “bati”; “dever” – “devi” etc.; a quarta proporcional de “trazer, fazer e dar” (este último porque se “ler”, “ver” é “li”, “vi”, então, “dar” seria “di”) termina por se concretizar: “critérios devem presidir a uma competente política linguística: esboçar uma *deontologia* linguística como estudo da correção e da exemplaridade idiomática.” (BECHARA: Arquiteto de uma Linguística Integral da Linguagem, 20) Temos clara consciência da expressão do Prof. Bechara se referindo bem mais ao estilo dos hábitos elegantes de uma “classe social mais prestigiosa no País.” (CÂMARA JR.: NORMA) Porém, cabe aqui também quanto à política educacional do nosso País, que é demonstrar o latim por trás do português.

No curso histórico do português, é preciso se recorrer ao latim para se explicar formas fora de um padrão de conjugação. É isso que se dá com os verbos anômalos: “*ser* (reúne o concurso de dois radicais, os verbos latinos *sedēre* e *ēsse*) e *ir* (reúne o concurso de três radicais, os verbos latinos *ire*, *vadēre* e *ēsse*).” (Idem, Moderna Gramática Portuguesa: 226)

Portanto, a base gramatical, estrutural e histórica do nosso português atual veio do latim vulgar, mas ainda imbuído do flexionismo clássico. Inclusive da própria tendência do latim vulgar à língua analítica, isto é, a organização a expressão gramatical das frases através de flexões, em sentido estrito, ou seja, acrescer com recursos formais, como a concordância, para a palavra no contexto frasal. Tudo isso, em oposição à língua sintética do latim clássico, com construções linguísticas em desinências casuais, postas no final das palavras. Michel Bréal defende que as gramáticas das línguas buscam economia da linguagem na percepção da interação social das formas analíticas,

em oposição à estruturação de línguas sintéticas, que são complexas². Por exemplo, aponta o inglês, que é do ramo indo-europeu, ou seja, um irmão do latim, grego, alemão, sânscrito etc., demonstra forte preferência pela estruturação sintética: “O inglês não renunciou a seu genitivo, mas ele fez do expositor do genitivo um emprego de tal modo audacioso que obteve dele os mesmos resultados que se obteria de uma palavra independente.” (p.29) A conjugação indo-europeia, plena de flexionismo, na dialeção histórica do inglês se simplificou de tal modo que se trocam os pronomes pessoais, mas a forma verbal é a mesma, exceção é a indicação única do elemento “-s” ao final de um verbo conjugado na terceira pessoa. Assim, (I, you, we, you, they) do, e, he, she, it does... Não é o que ocorre em latim, que, ao contrário, dispensa até mesmo a presença do pronome sujeito e usa desinências número-pessoais na flexão para a comunicação.

Como o nosso propósito é ressaltar o fundamento do avanço nas pesquisas linguísticas, como uma pedra angular nos estudos escolares e, também do curso universitário de Letras - e até de Direito, quanto ao domínio da importância do latim, proponho uma visita ao pesquisador Mattoso Câmara, dentre outros, pouco lido atualmente no curso universitário. Mattoso abordou de Varrão (Marco Têrencio Varrão: 116 a 27 a.C) com seus estudos são tão importantes, haverá de ser citado pelos mais empenhados estudiosos das questões linguísticas: por Émile Benveniste (1902 a 1976), que balizou limites epistemológicos para abordagens etimológicas. Outro exemplo é o Professor Mattoso Câmara, introdutor dos assuntos linguísticos no Brasil e Portugal. No seu livro *Estrutura da Língua Portuguesa*, cita-o explicitamente, retomando o tema acima e afirmando que o *primeiro* (=declinação voluntária) *destinava-se a esclarecer o caráter fortuito e desconexo do processo. As palavras*

2 Só a título de ilustração, note-se que uma comunicação se reside apenas no plano fonológico de um ambiente mórfico, ou seja, expresso por desinência, como é a situação do latim clássico com suas desinências, a interação social na comunicação se rarefaz, dada a sutileza ou discrição do recurso: é justamente a articulação de segundo plano, calcada na fonologia, cujos elementos diferenciam, mas não denotam.

derivadas, com efeito, não obedecem a uma pauta sistemática e obrigatória... Exemplifica, demonstrando que não existe a quarta proporcional na derivação entre cantar e cantarolar e possibilidades idênticas para falar e gritar. Assim também, poderíamos afirmar que budismo admite a derivação budista, mas cristianismo não fecha a quarta proporcional. Mas a flexão apresenta obrigatoriedade e sistematização coerente, o adjetivo é “*naturalis*” no termo de Varrão. A descrição de Varrão é comparada a do moderno linguista Halliday, sendo declinação voluntária, um inventário comensurável apenas numa época, porque há possibilidades sempre crescentes, sinônimo de “*relações abertas*” (Halliday, 1962, 9) e declinação natural o equivalente de “*relações fechadas*” (...), (porque) “*a lista dos termos é exaustiva*”, “*cada termo exclui os demais*”.³

Esboçemos aqui um pequeno excurso do vocabulário do latim vulgar, que se apresenta muito pobre, na esteira de Wilton Cardoso e Celso Cunha. Eles nos apresentam elementos linguísticos da fase em que os antigos romanos ocuparam regiões da Península Ibérica, no século IV, por razões de guerra contra os gauleses, que são foram submetidos bem mais tarde por Júlio César (100 a 44 a.C.) vizinhos ao norte da Itália e dos Alpes. O latim sobrevive na Península Ibérica e se configura no vocabulário do português do dia a dia. Sendo assim, de quantas palavras necessitariam soldados romanos para a comunicação em suas vidas? O seu mundo se resume à sua família, às suas necessidade biológicas imediatas de alimentação, ações militares... basicamente. Evidentemente, de termos em relação às suas famílias, “partes de corpo, de nomes dos animais, de substâncias de uso comum, de uma ou outra qualidade, e de verbos que exprimem atos essenciais” (CARDOSO, Wilton e CUNHA, Celso: 135). Daí, temos palavras objetivas, e desse modo, um vocabulário reduzido, que não podemos dar uma cifra, isto é, indicar 100 ou duzentos nomes, devido à força da oralidade, que é extremamente volátil. Conforme nosso guia, temos a seguinte base: “*pater, mater, filium; manus, pedem, brachium. canis, capra, lupum. aqua, panis, vinum. bonus,*

3 CÂMARA JR., J. Mattoso. p.71-2

malus, tristis. comedere, bibere, dicere” (Idem, Ibidem) A propósito, note-se uma muita antiga e estreita relação social com os gregos, pois o latim não dispunha de construção silábica “-ch-” e, como nos ensina Festus, um antigo gramático romano, a palavra “brachium” é um empréstimo grego (ERNOUT e MELLEIT: BRAECCHIUM), como também o é “schola” (Idem, Ibidem: SCHOLA), termo presente em múltiplos países ocidentais.

Essa observação cabe a quem estuda inglês: quando o “-ch-” foi empréstimo latino ao grego, o falante inglês pronunciará “/k/”, como é “school”. Já se discutiram as assimilações de elementos gregos na língua latina, no entanto, registre-se de outro modo: o latim funciona como espelho da cultura grega, a seu modo, com refrações da imagem da linguagem grega. Por exemplo, tomou emprestado o seu alfabeto, mas não foi diretamente à fonte helênica. Outrora, o fizera através dos etruscos. É por isso mesmo, que o deformou tanto. Porque o assimilou através de terceiros, porém, em compensação o tornou praticamente universal no Ocidente.

A formação do português e do espanhol se prende ao tempo da República romana, como nos observou Sílvio Elia no Capítulo 5, intitulado “O Latim Vulgar Hispânico”. O conservadorismo deste latim hispânico é fruto de uma romanização incorporada muito cedo: uma estratégia geopolítica de defesa militar dos antigos romanos, ou seja, a ocupação de um ponto estratégico. As características do latim vulgar são ancestrais, cujos estudos se fundamentam em inscrições, como os grafitos ou grafites de paredes de Pompeia, em obras literárias que incluem expressões populares, como as comédias plautinas, o *Satiricon*, de Petrônio (I d.C.), *O Asno de Ouro*, de Apuleio (II d.C.), tratado de arquitetura de Vitruvius (IV d.C.), no *Appedix Probi*, no *Apêndice de Probo* (III ou IV d.C.), que era uma lista de comparações entre o latim falado com o latim clássico com o objetivo de indicar como se deve falar em latim, na *Peregrinatio ad loca sancta*, *A viagem às terras santas*, de Sílvia ou Etéria (IV d.C.) (CÂMARA JR.; LATIM)

No entanto, o latim vulgar conviveu com o latim cristão, como se percebe, principalmente, no vocabulário. Quando, na Península Ibérica, os soldados romanos foram vencidos pelos convertidos bárbaros aos cristianismo,

estes antigos subalternos cristãos dominados pelos romanos, que adotaram desde outrora o latim como idioma de comunicação, se tornaram um escudo contra o novo dono da Península Ibérica: os árabes. A população românica desta Península se dividiu. Os moçárabes, que se adaptaram aos vencedores mouros, que chamavam de aljama o seu modo de falar. A sobrevivência do latim hispânico, como superação aos invasores árabes, encontrará grande respaldo na fé cristã, conservada pelos moçárabes. Cerca de oito séculos de dominação árabe. daí novos empréstimos: os arabismos. Todos adaptados a estruturação fonológica e morfológica latina. Uma marca ficou registrada no romance ibérico: o artigo árabe “al”, seja justaposto: como em “algodão, alfazema, álcool”, seja aglutinado: como em “açúcar, azeite, açafraão”. Enfim, o nome de nosso idioma, o português, provém de uma antiga formação da região do Porto, região ao norte, *Portu Cale*, sendo *Cale* “era povoação junto do Douro, de origem obscura, talvez celta.” (MACHADO: Portugal), aglutinado tornou-se Portugal.

2. Latim Clássico

Enfatize-se ainda, como também o faz a nossa fonte, Wilton Cardoso e Celso Cunha, que havia entre os colonizadores romanos da Península Ibérica uma restrição absoluta “à vida contingente” (Idem, ibidem). Foi desse modo que perdemos para a primeira formação do português expressões como “discere, pulcher, potare, os, equus, felis, domus, ager, magnus, ludus, parca, edere” (Idem, ibidem). É interessante definir o olhar renascentista para esta situação: eles relatinizaram o português, ou seja, reintroduziram a partir do Quinhentismo de Sá de Miranda (1481 - 1568) na comunicação este vocabulário e muitos deles não são mais observados como um termo erudito, dada a circulação intensa na oralidade, há quem os denomine de “semi-erudito” (CÂMARA JR., S/D: ERUDITOS)

Na expressão de Leodegário A. de Azevedo Filho (“A Lírica de Camões e a Relatinização do Português Quinhentista”):

a relatinização da língua literária da época é a base do português moderno, tudo isso ocorrendo no século de Quinhentos, literariamente marcado pela estética da identidade, já que os escritores partiam de modelos latinos, por eles descoficados, para a conseqüente recodificação em português, num processo de recriação literária mais ou menos comum em todos os domínios românicos.

Com isso, uma outra possibilidade de uma renovação e ampliação de nosso vocabulário: sufixação, prefixação e composição com radicais gregos e latinos, um vasto capítulo à parte nas gramáticas portuguesas. Há uma urgência em ampliar intensamente o dicionário português. Já se ultrapassou cerca de 400.000 verbetes, como alguns pesquisadores andaram contabilizando em novos dicionários lançados após o ano 2000. Esta ampliação vocabular não se restringe apenas a empréstimos no contato entre os idiomas, mas também à desenvoltura do uso prefixal e sufixal, pois um elemento latino reintroduzido em português, como “-pel-” / “-puls-”, *impelir*, que vem de “pello, pellis, pellere, pepuli, pulsum: impelir” associado à prefixação e sufixação proporciona “n” neologismos, como “propulsão” (1788)⁴, derivado, pois, de “propulsar” (1672) - pela distância das duas datas, logo se vê a necessidade de completude como ferramenta gramatical no prefixo. E o que proporciona isso? É um preenchimento latino, aliás com termos que nem existiam no próprio latim.

Na evolução das preposições latinas para o português, houve uma diminuição do seu número para dezessete em português. No Latim Clássico, as preposições atuavam também como prefixos, com a relatinização portuguesa recuperamos uma parte da perda na forma de prefixos. O uso destes afixos se dá no início do vocábulo e pode ocorrer alteração no radical: per + meter (do latim, mittere) > permitir (porque fora formada no próprio latim: permittere) ou no prefixo: in + legal > ilegal, etc. Os prefixos são antigas preposições e advérbios do grego e do latim e denotavam movimento e situação no tempo e espaço. Apresentam-se bastante econômico para memorizar, conforme já

4 Utilizaremos o Houaiss eletrônico de 2009 na indicação de datação.

se lê no Celso Cunha & Lindley Cintra (CONTEÚDO SIGNIFICATIVO FUNDAMENTAL: 572), a lista com nossa simplificação que se completa com os de negação: *in*-⁵, *des*- e *an*-. Ainda sobre o prefixo *in*-, o Prof. Evanildo Bechara preenche uma observação importante: “O prefixo *in*- literário e erudito, ao contrário de *des*- popular, ganhou por isso certa cortesia e polidez, e constitui em neologismos, um recurso de eufemismos que cada vez mais se generaliza: *inverdade* (por *mentira*), *inexato*, *indelicado* (...)” (Id., ib., 369)

SIGNIFICAÇÃO BÁSICA

MOVIMENTO ESPAÇO-TEMPO	SITUAÇÃO ESPAÇO-TEMPO
Quanto ao <i>movimento</i> temos, por exemplo: 1. para frente: <i>projetar</i> , <i>progredir</i> , <i>projeto</i> ... 2. para trás: <i>retroceder</i> , <i>regredir</i> , <i>rever</i> ... 3. para dentro: <i>importar</i> , <i>introjetar</i> ; 4. para fora: <i>exportar</i> , <i>extrair</i> , por exemplo. 5. para baixo: <i>decair</i> , <i>catarata</i> ... 6. para o lado: <i>adjacente</i> , <i>parabólico</i> etc.	Quanto à <i>situação</i> , por exemplo: 1. dentro: <i>intramuscular</i> , <i>introspectivo</i> ; 2. fora: <i>extraordinário</i> ; 3. embaixo: <i>subsolo</i> , <i>subchefe</i> ; 4. em cima: <i>superposição</i> , <i>supercílio</i> ; 5. contrária: <i>contraveneno</i> , <i>antipático</i> ; 6. dos dois lados: <i>ambidestro</i> , <i>anfíbio</i> , etc. 7. anterioridade: <i>prólogo</i> , <i>profeta</i> etc. - NEGAÇÃO: <i>infiel</i> , <i>desleal</i> , <i>ateu</i> ...

Houve formas derivadas no nosso vernáculo histórico do português literário das seguintes, que não eram faladas assiduamente pelo povo: *domus*,

5 Ovídio, com outros poetas, num momento áureo da Língua Latina, criou a significação nomenclonal de negação para o uso da prefixação com “in-”. Eis um sentido inédito de negação: *L'usage de in- privatif s'est particulièrement développé dans la latinité imperial (dans Ovide seul, on compt comme neologismes 'incommendatus' (desrespeitado, ultrajado), 'inconsumptus' (não consumido, eterno), 'incustoditus' (desprovido de guarda) (etc.) (ERNOUT, A. & MEILLET, A., 1985: 311)*

equus, bellum, ludus – domicílio, doméstico, domar etc.; equino, equitação etc.; bélico, belonave, rebelar, debelar etc.; lúdico, ludismo, ludibriar etc. E mais: não teríamos a recondução ao modelo latino de: *abundância* (em latim: *abundantia*) por *avondança, estimar* (em latim: *aestimare*) por *esmar; formoso* (em latim: *formosus*) por *fremoso; martírio* (do grego ‘*martýrion*’ pelo latim: *martyrium, ii*) ao invés de *marteiro*.

Sergio Corrêa da Costa pesquisou recentemente que língua, na era da globalização, teria mais possibilidade influenciar os outros idiomas, dadas as interlocuções comercial e política entre elas. O francês vem em primeiro lugar, o inglês em segundo e em terceiro está o latim. O inglês, que está em segundo lugar, possuía outrora, como já se comentou acima, um complexo flexionismo, idêntico ao latim, mas se tornou uma língua sintética na modernidade, porém, dispõe não só de sessenta por cento de seu vocabulário de empréstimo de palavras ao latim, como até de empréstimos gramaticais latinos. Ora, sendo o latim um idioma não falado por nenhum povo, como poderia se posicionar em terceiro lugar e se destacar num capítulo, intitulado por ele, como “Não perca o seu latim” - uma intertextualidade com Paulo Rónai, que escreveu um livro com este título. Em Paulo Rónai, interpretamos como um apelo às autoridades, principalmente no Brasil, que minimizaram, ou até mesmo abandonaram, o estudo do latim na grade curricular.

3. Nos interstícios do simbolismo literário

O estudo de latim se impõe como necessidade também no plano histórico, para que o cidadão compreenda como se configurou o nosso planeta historicamente. Assim, dadas as invasões de povos submetidos outrora pelos romanos, visigodos, alanos, suevos etc., o Império Romano se instalará em Constantinopla, fundando o novo Império Bizantino, Istambul da atual Turquia, a partir do Imperador Constantino. Mas o que isso tem a ver com o português, por exemplo, no caso de um espectador do filme épico Ben Hur.

Voltemos, pois, à relatinização. O Latim Erudito dos nobres romanos como a lemos no atual dicionário, que está repleto de relatinizações, como as derivações do étimo mórfico “equ-” (cavalo): *equitação, equino etc.* Sabe-se que possuir um cavalo puro sangue é ser um cidadão rico. Ora, os poetas, consciente ou inconscientemente, descobrem o véu do tempo, como no termo “*equus*”, fora de moda na oralidade ativa do latim popular, mas para um poeta como Lewis Wallace (1827 – 1905), já mencionado no artigo “LITERATURA E ENSINO DE LÍNGUA”, (Rev. FSA, Teresina PI, v. 17, n. 2, art. 12, p. 225-236, fev. 2020), redescobre e revela o simbolismo estético que se oculta numa memória coletiva. A narrativa deste romance, *Ben-Hur: A Tale of the Christ, Ben-Hur: uma História dos Tempos de Cristo*, de Wallace, trata da superação de uma “prova iniciática” de Ben Hur contra os despropósitos de Messala, militar romano, mas que fora como irmão de Ben Hur, outrora na infância.

Este é o significado da vitória de Ben Hur, que era judeu, na corrida de cavalos contra Messala, general romano. Como afirmei lá: “Poderia ser a insubordinação dos judeus que nunca se submeteram ao militarismo do dominador romano.”

Em José de Alencar, que também palmilhou a etimologia, enriquecendo esteticamente o seu romance *Iracema* - como já observamos consciente ou inconscientemente, nos relata que o nome Irapuã, proveniente de *Ira* (mel) e *puã* (redondo, cf. o formato da colmeia), o que, filologicamente, entre os antigos gramáticos romanos é um princípio estóico dos filósofos gregos, orientador dos estudos etimológicos, cuja denominação é *katà antiphrasin*, isto é, a designação de algo por um nome oposto. O gramático romano Élio Estilão (fim do século II a.C.) o trouxe para seus trabalhos latinos, conforme estudos de Francesco Della Corte se denomina *per imagine contraria, por trocadilho*, como fez Élio nos seus fragmentos *...bellum quod res bella non sit...*(guerra <em latim, *bellum*> porque não é uma coisa bela < em latim, *bella* >, ou seja, homonímia daquele vocábulo “*bellus*, a, um”, provando a etimologia com um trocadilho. Mas Irapuã não é um pote de mel! Ao contrário, é um amargo rival de Martim.

O nosso dicionário português possui termos enriquecidos por autores nacionais como Machado de Assis, Raimundo Correia com palavras novas ou significados novos, como, respectivamente, “casmurro”, “azul da adolescência”, este sentido de “azul” nem foi ainda dicionarizado nos consultados por mim, como o Houaiss, Aurélio Buarque e Caldas Aulete... Em Aluísio Azevedo, lemos: “o que aconteceu com Pombinha, a gente de “O Cortiço” fará com a filha do Jerônimo⁶: *Crismaram-na logo com o cognome de “Senhorinha”*. (p. 131, capítulo 19). Primeiramente, para ambas, o sufixo “-inha”, como indicação de afetividade. Em segundo, numa consulta ao Dicionário de Símbolos, lê-se que “Pomba” tem um simbolismo na cultura pagã e outra na cristã, que é a “Pomba” do Espírito Santos; tudo de acordo com a construção poética, cuja enunciação está estampada no primeiro surgimento de Pombinha diante do leitor, no capítulo VI: uma menina que não tinha se tornado mulher, porque ficara menstruada aos dezoito anos; por isso mesmo sua mãe, D. Isabel, não admitiu seu casamento com o João da Costa e, neste momento, o Autor destaca seu vestido, uma roupa da missa - como outrora tínhamos o hábito separar a melhor de nossas roupas para isto - e empunhando o livro de reza. É claro que “Senhorinha” seria o grau de pureza de Nossa Senhora, mãe de Jesus.

Poetas estrangeiros também. Como de Balzac, nos veio balzaquiana... Assim, não só o simbolismo estético, como temos neste romance *La femme de trente ans (A mulher de trinta anos)*, em que o nome do escritor se apresenta na derivação sufixal como as demais estruturas etimológicas latinas, como ainda muitos fragmentos de expressões em latim, quer dizer, os latinismos, estão em ordem alfabética em nosso dicionário.

6 Estamos deixando de nos referir às múltiplas escolhas autorais pela estética de emblematizar no nome da personagem, como Piedade, a esposa de Jerônimo (‘hiéros’ + ‘ônimos’ = nome sagrado) a ação dramática, com introjeção nas entrelinhas literárias, o que já praticado desde Homero...

Conclusão

Que se busque o latim incrustado no mais recôndito da língua portuguesa, porque nascemos inseridos nele historicamente, como se procurou evidenciar naquela competência coseriana mais acima. A evidência infantil de vislumbrar elementos desinenciais do verbo em formas hipotéticas, como “trazi, fazi, di”, por trouxe, fiz e dei, numa clara apreensão do quadro de flexionismo verbal, é que indagamos: não cabe ao professor algum recurso ao lúdico para se estudar certas abstrações gramaticais? Como recurso ao lúdico, compreenda-se a escolha de textos e jogos criativos quaisquer.

Os cursos de Letras não poderiam ter mais um pouco de latim, se eles chegassem à universidade mais providos em sua jornada estudantil fundamental? Será que estudar Cícero, Júlio César, Vergílio é ser um erudito? Como é que eles leem Shakespeare, Bernard Shaw, cujas tragédias são sobre a tensão dramática da era ciceroniana? E as intertextualidades machadianas que se calcam em tantos latinismos?

Para que o curso de Direito reivindicaria mais profundidade em latim? O latim para um curso de Direito só deve existir em universidade pública? Como se explica a demanda de edições de brocados pelas livrarias? Embora elas estejam situação econômica delicada, no entanto, sobrevivendo através de livrarias virtuais, elas são suficientes? Maurício Sartori Resende e Márlio Aguiar escreveram sobre “‘latim jurídico’, isto é, um conjunto de máximas, brocados, termos técnicos e jargões das práticas discursivas forenses” (O latim no Direito: do latim jurídico ao latim das Letras e das Ciências Humanas, 56) e defendem um intenso diálogo entre a cultura clássica e o Direito e este é o seu parecer: “tornar mais visíveis os possíveis diálogos do Direito com a própria área de Letras.” (AGUIAR e RESENDE: 69)

Foram encetadas várias traduções de latim para o inglês nos Estados Unidos neste século XXI. Um dos autores mais revisitado foi Cícero, porque aglutinou em sua vida e carreira jurídica toda a tensão dramática dos perigos que ameaçaram a República de Roma. As traduções têm o claro escopo

educativo, já que os títulos nos pareceram emblemáticos disso: “How to Grow Old: Ancient Wisdom for the Second Half of Life”, “Como envelhecer: Antigo manual para a segunda metade da vida” (2016), “How to Be a Friend: An Ancient Guide to True Friendship.” “Como ser um amigo: Um Antigo Guia para Verdadeira Amizade” (2018), “How to Win an Argument: An Ancient Guide to the Art of Persuasion”, “Como vencer um argumento: Um antigo guia para a arte de persuasão” (2016) etc. Este último, que reúne as teorias ciceronianas sobre retórica e múltiplas defesas suas no tribunal, deveria ser estudado pelos advogados também. Cícero diria *Sed quid opus est plura? Mas que necessidade há de mais?*, como o fez quando escreveu *De Senectute*, 3.

Referências

AGUIAR, Márlio e RESENDE, Maurício S. O latim no Direito: do latim jurídico ao latim das Letras e das Ciências Humanas. **Matraga**, Rio de Janeiro, v.26, n.46, p.54-71, jan./abr. 2019.

AZEVEDO, ALUÍSIO Tancredo Gonçalves. **O Cortiço**. Rio de Janeiro: EDIOURO, s/d.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

_____. Arquiteto de uma Linguística Integral da Linguagem. **Confluência** - Revista do Instituto de Língua Portuguesa. Rio de Janeiro: 25 e 26 - 1º. e 2º. semestres de 2003.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral**. São Paulo: Pontes. Vols. I e II.

BÍBLIA SAGRADA. Tradução e edição autorizada da Bíblia-Valera 1997 (BV897).

BRANDÃO, Junito de Souza. *Mitologia Grega*. Petrópolis: Vozes, 1986. 3 v.

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **A Invenção do Romance**. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

BRÉAL, Michel. **Ensaio Semânticos**. Tradução de Aída Ferrás *et alii*. São Paulo: EDUC, 1992.

CÂMARA JUNIOR, Joaquim Mattoso. **Dicionário de Filologia e Gramática**. Rio de Janeiro: J. Ozon, s/d.

____. **História e Estrutura da Língua Portuguesa**. Tradução de Anthony J. Naro. Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CARDOSO, Wilton e CUNHA, Celso. **Português através de Textos: Estilística e Gramática Histórica**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CASSIRER, Ernst. **Antropologia Filosófica: Ensaio sobre o Homem. Introdução a uma Filosofia da Cultura Humana**. Tr. de V. F. de Queiroz. São Paulo: Mestre Jou: 1977.

____. **Linguagem e Mito**. Tradução de J. Guinsburg e M. Schnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 2003.

CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de Símbolos: (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números)**. Tradução de Vera da Costa e Silva *et alii*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

COSTA, Sérgio Corrêa da. **Palavras sem Fronteiras**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

DELLA CORTE, Francesco. **La Filologia Latine Dalle Origini a Varrone**. Firenze : La Nuova Italia, 1981.

ERNOUT, A. & MEILLET, A. **Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine – Histoire des Mots**. Paris: Klincksieck, 1985.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em Prosa Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HESÍODO, **Os Trabalhos e os Dias**. Tradução, introdução e comentários de Mary de C. Neves Lafer. São Paulo: Iluminuras, 1996.

MACHADO, José Pedro. **Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa**. Lisboa: Confluência, s/d.

RIBEIRO, Manoel Pinto. **Gramática Aplicada da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Metáfora, 2002.

RIBEIRO, Sidarta. **O Oráculo da Noite: A Histórica e a Ciência do Sonho**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Juana Elbein dos. **Os Nãgô e a Morte: Pàde, Àsèsè e o culto Égun na Bahia**. Tradução pela Universidade Federal da Bahia. Petrópolis: Vozes, 2012.

SILVEIRA, Olmar Guterres da. **A obra de Olmar Guterres da Silveira**. Organização de Horácio Rolim de Freitas. Rio de Janeiro: H. Rolim de Freitas, 1996.

SILVEIRA, Sousa da. **Lições de Português: estudo prévio de maximiano de Carvalho e Silva**. Rio de Janeiro: Presença, 1988.

SUASSURE, Ferdinand. **Curso de Linguística Geral**. Tradução de A. Cherlini, José Paulo Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, MCMLXXVII.

COLABORADORES DESTE NÚMERO

ALEXANDRE MARCELO BUENO é mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Semiótica e Linguística Geral pela FFLCH-USP, onde também fez seu doutorado (2011). Realizou estágio de doutorado-sanduíche na Université Paris 8, sob supervisão do Prof. Dr. Denis Bertrand entre os anos de 2009-2010. Em 2012, foi professor visitante da Universidade Nacional de Timor-Leste. Fez estágio de pós-doutorado no Centro de Pesquisa Sociosemiótica (CPS) na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) entre os anos de 2013-2016. Realizou pós-doutorado no Programa de Mestrado em Linguística da Unifran no ano de 2017. Atualmente, é professor do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). É coordenador do Grupo de Trabalho de Semiótica da ANPOLL (2022-2024). É coordenador da área de Semiótica da Abralin (desde 2021). Tem experiência na área de Linguística e de Comunicação, com ênfase em Teoria da Comunicação e Teoria e Análise Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: lusofonia, globalização, movimentos políticos e sociais, redes sociais, língua portuguesa em contexto multicultural, imigração, intolerância e preconceito linguísticos.

AMÓS COELHO DA SILVA tem mestrado e doutorado em Letras (Letras Clássicas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuou como professor titular na Universidade Gama Filho até 2006 e é professor associado da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde atua na Graduação com ênfase em Latim e na Pós Stricto Sensu Letras, Mestrado e Doutorado, na área de Estudos de Literatura.

DIOGO PINHEIRO é professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, lotado no Departamento de Linguística e Filologia. Membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ. Membro do LinC - Laboratório de Linguística Cognitiva.

ELISA BATTISTI é professora Associada do Departamento de Linguística, Filologia e Teoria Literária do Instituto de Letras da UFRGS e do Programa de Pós-Graduação em Letras da mesma instituição. Coordena a equipe de pesquisadores do LínguaPOA, acervo de entrevistas sociolinguísticas do Instituto de Letras da UFRGS. Tem experiência nas áreas de Fonologia e Sociolinguística, com pesquisas sobre fonologia do português brasileiro, variação e mudança fonético-fonológica, variação linguística e práticas sociais. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

GUSTAVO XIMENES CUNHA mestre e doutor em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde realizou pós-doutorado. Foi professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), de 2013 a 2015. É professor da Faculdade de Letras da UFMG e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (POSLIN/UFMG) desde 2016. É pesquisador do Núcleo de Estudos da Língua em Uso (NELU/UFMG), do Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso (GEPTED/UFMG) e do Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático (GEDIM/UFES). É membro do GT Descrição do Português, da ANPOLL. É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq - nível 2. Seus trabalhos mais recentes investigam a relação entre estrutura do discurso e interação.

JÉSSICA CASSEMIRO MUNIZ é mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ.

JOSÉ BARBOSA MACHADO é professor auxiliar com Agregação do Departamento de Letras, Artes e Comunicação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Nasceu em Braga, Portugal, em 1965. É doutorado em Linguística Portuguesa pela UTAD (2002) e mestre em Ensino

da Língua e da Literatura Portuguesa pela Universidade do Minho (1996). Licenciou-se em Humanidades pela Faculdade de Filosofia de Braga em 1992. Tem mais de 40 livros publicados e dezenas de artigos em revistas nacionais e internacionais. Na UTAD, para além da lecionação, é investigador do Centro de Estudos em Letras, tendo colaborado em diversos projetos de investigação. Publicou em 2015 o *Dicionário dos Primeiros Livros Impressos em Língua Portuguesa*, em 4 volumes.

LEONARDO COELHO CORRÊA-ROSADO é doutor em Estudos Linguísticos (Linguística do Texto e do Discurso/Análise do Discurso) pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista CAPES. Graduado em Letras (Português/Inglês) pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2010. Mestre em Letras (Estudos Linguísticos/Estudos Discursivos) pela Universidade Federal de Viçosa em 2013. No doutorado, desenvolveu pesquisa com telenovelas brasileiras das décadas de 1970 e 1980, observando a representação do corpo nessas materialidades discursivas. Possui experiência na área de Linguística, Análise do Discurso, Gêneros Discursivos/Textuais, Corpo e Representações Sociais.

LEONOR SCLIAR-CABRAL é doutora em Linguística USP, professora emérita e titular (apos.) da UFSC. Pós-doutora pela Univ. Montréal. Fundou ISAPL: 1982, Presidente: 1991, reeleita, Sócia Honorária também da ALFAL; presidente ABRALIN: 1997-1999. 1ª Coordenadora do GT de Psicolinguística da ANPOLL. Conselho Editorial: International Journal of Psycholinguistics, Cadernos de Estudos Linguísticos, Letras de Hoje (fundou), Revista da ABRALIN e Revista Alfa. Últimos livros: Princípios do sistema alfabético do português do Brasil e Guia Prático de alfabetização (SP: Contexto, 2003), O sol caía no Guaíba (PA: Prym, 2006). Com Caldas-Coulthard, Desvendando discursos (Florianópolis: EDUFSC, 2008); Sagração do Alfabeto (SP: Scortecci, 2009, finalista na categoria Poesia, Prêmio Jabuti), Ed. Lili, Florianópolis: Sistema Scliar de Alfabetização Fundamentos (2013), Aventuras de Vivi (2014), José (2016, Prêmio Elisabete Anderle, categoria

literatura, FCC, 2015), Sistema Scliar de Alfabetização Roteiros para o professor: Módulo 1, v 1 (2018), Aventuras de Vivi no mundo da Escrita (2020), Sistema Scliar de Alfabetização Caderno de Atividades Módulo 1 Ensino Fundamental (2020).

LIVIA OUSHIRO é professora do Departamento de Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UNICAMP. Coordena o Laboratório Variação, Identidade, Estilo e Mudança (VARIEM) na mesma instituição. Sua pesquisa recente trata das relações entre variação linguística e identidades sociais no estado de São Paulo, incluindo análises sobre coesão dialetal, percepção sociolinguística e contato entre dialetos. Interessa-se também pelo desenvolvimento e pela divulgação de novos métodos em Sociolinguística.

MARIA DO CARMO HENRÍQUEZ SALIDO é doutora em Filologia Românica pela Universidade de Santiago de Compostela (1971). Professora Catedrática de Língua Espanhola da Universidade de Vigo. Tem publicado mais de 150 estudos (livros, artigos em revistas indexadas, capítulos de livros e volumes coletivos) sobre Linguística e Filologia Espanhola e Galego-Portuguesa. Nas últimas décadas desenvolve pesquisa sobre o latim na jurisprudência do Tribunal Supremo. Membro da Comissão Científica Externa de Acompanhamento (Advisor) da UTAD (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal).

MARINETE RODRIGUES DA SILVA é professora da Universidade Federal do Acre, Centro de Educação e Letras. Tem graduação em Letras - Português pela Universidade Federal do Acre (2011), mestrado em Letras - Linguagem e Identidade pela Universidade Federal do Acre (2013) e doutorado em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto (2019). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Linguística, atuando principalmente nos seguintes temas: sociolinguística e gramática funcional.

MONCLAR GUIMARÃES LOPES é professor adjunto do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem na Universidade Federal Fluminense. É doutor em estudos linguísticos e mestre em língua portuguesa pela Universidade Federal Fluminense. É vice-líder do Grupo de Estudos D&G-UFF e membro pesquisador do Grupo de Pesquisa Conectivos e Conexão de Orações (ambos sediados pela UFF), além de membro do Grupo de Trabalho Descrição do Português da ANPOLL.

PIERRE SWIGGERS est Directeur de recherche au FWO belge (Fonds flamand de la recherche scientifique) et professeur de linguistique générale et romane aux universités de Leuven (KULeuven) et de Liège (ULiège). Il a publié dans divers domaines : historiographie et épistémologie de la linguistique, linguistique descriptive et historico-comparative, philosophie du langage, sémiotique. En historiographie de la linguistique, il s'est intéressé à des questions de « métahistoriographie », à l'évolution des conceptions et des pratiques en grammaticographie et en lexicographie, à l'histoire de la terminologie linguistique, à l'insertion culturelle et idéologique de concepts et de démarches linguistiques.

REGINA HELENA PIRES DE BRITO é cumpriu estágio de pós-doutorado na Universidade do Minho (Braga-Portugal), doutora e mestre em Linguística pela FFLCH-USP. Professora Adjunto III, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras da UPM. Docente e coordenadora do Núcleo de Estudos Lusófonos do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Membro do Museu Virtual da Lusofonia (Portugal). Membro da CPCLP - Comissão para a Promoção do Conteúdo em Língua Portuguesa, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa|Câmara Brasileira do Livro. Membro da Comissão de Políticas Públicas da ABRALIN, Pesquisadora do CLEPUL- Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Pesquisadora Associada do Centro de Estudos das Literaturas de

Expressão em Língua Portuguesa da USP, membro do Conselho Diretivo do Instituto Nacional de Linguística de Timor-Leste. Coordenadora de projetos de difusão linguística do português junto à Universidade Nacional Timor Lorosae em 2004 e 2012 (Timor-Leste). Coordenadora de Programas, Projetos e Eventos do Decanato de Extensão da UPM (2008 a 2015).

ROBERTO GOMES CAMACHO é professor associado de Linguística da Universidade Estadual Paulista, Campus de São José do Rio Preto e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Tem doutorado pela Universidade Estadual Paulista (1984), pós-doutorado em Gramática Funcional pela Universidade de Amsterdã (2005), Livre-Docência pela Universidade Estadual Paulista (2009) e pós-doutorado em Gramática Discursivo-Funcional pelo Instituto de Linguística Teórica e Computacional de Lisboa (2011). Tem experiência nas áreas de Gramática Funcional e Sociolinguística. Publicou os livros *Classes de Palavras na Perspectiva Discursivo-Funcional: o papel da nominalização no continuum categorial* em 2011 pela Editora da UNESP, *Da linguística formal à linguística social* em 2013 pela Editora Parábola e *Estratégias de relativização e construções alternativas nas línguas indígenas do Brasil*, em coautoria com Gabriela Maria de Oliveira, pela Editora Cultura Acadêmica da UNESP, em 2013.

SIMONE JOSEFA DA SILVA é graduada em Letras (Português/Espanhol) pelo Centro Universitário da Cidade (2007), especialista em Língua Portuguesa pelo Liceu Literário Português (2018) e mestranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense.

